TERESA RAQUEL COIMBRA MAGALHÃES

ESCRAVOS VELHOS EM SÃO JOÃO DEL-REI DO SÉCULO XIX: 1831 a 1861

São João del-Rei

PGHIS – UFSJ

2018

TERESA RAQUEL COIMBRA MAGALHÃES

ESCRAVOS VELHOS EM SÃO JOÃO DEL-REI DO SÉCULO XIX:

1831 a 1861

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: História
Linha de pesquisa: Cultura e Identidade
Orientadora: Profª Drª Sílvia Maria Jardim Brügger

São João del-Rei
PGHIS – UFSJ
2018

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca
(DIBIB) e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da
UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Magalhães, Teresa Raquel Coimbra.

M188e Escravos velhos em São João del Rei do século XIX 1831 a 1861 / Teresa Raquel Coimbra Magalhães ; orientadora Sílvia Maria Jardim Brügger. -- São João del-Rei, 2018.

193 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História) -- Universidade Federal de São João del Rei, 2018.

1. A composição da população escrava. 2. As relações entre os escravos e seus senhores . 3. Família e comunidade . I. Brügger, Sílvia Maria Jardim, orient. II. Título.

UFSJ

PGHis
Programa de Pós-Graduação em História

Este exemplar da dissertação intitulada "ESCRAVOS VELHOS EM SÃO JOÃO DEL-REI DO SÉCULO XIX (1831-1861)", da mestranda TERESA RAQUEL COIMBRA MAGALHÃES, corresponde à redação final aprovada pela Banca Examinadora, em 08 de agosto de 2018, constituída pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Silvia Maria Jardim Brügger
Universidade Federal de São João del-Rei
Orientadora

Profa. Dra. Sheila Siqueira de Castro Faria
Universidade Federal Fluminense
Membro Titular

Prof. Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho
Universidade Federal de São João del-Rei
Membro titular

AGRADECIMENTOS

A primeira vez que me deparei com a velhice, ela me encontrou despreparada. Aconteceu quando percebi que dois grandes amigos haviam envelhecido e compreendi a fragilidade e a finitude da vida. Na mesma época em que envelheciam, eu fazia o curso de Pós-graduação “Lato Sensu” de História de Minas no século XIX na antiga FUNREI, atual UFSJ,e andava admirada com o tema da escravidão. Só não sabia direito o que pesquisar. Era um período bom para a História, que tentava se consolidar como curso. Muitos projetos, novas fontes, novos estudos... e o século XIX em São João del-Rei ia se descortinando. Eu estava sendo apresentada para a Comarca do Rio das Mortes. Então, o tema me achou! Resolvi me dedicar à velhice escrava. E aqui estou no momento de ser grata a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o andamento desta dissertação. Assim, eu agradeço os meus pais, Francisco e Dora, que sempre acreditaram em mim. Cada um à sua maneira, ajudou a me tornar quem eu sou. Em especial, agradeço a minha mãe, sonhadora, que sempre desejou que as filhas fossem professoras. Espero fazer jus ao seu sonho! Agradeço a D. Sebastiana e Seu Sabino, meus queridos amigos, que inspiraram esta pesquisa.

Agradeço a professora Sílvia Brügger, pelas orientações,por ceder generosamente os bancos de dados e a bibliografia para a pesquisa,mas, principalmente, pela paciência com meus atrasos e achaques. Ela faz parte da história desta pesquisa desde os seus primórdios, orientadora desde a primeira vez. Agradeço, também,os professores Afonso Alencastro e Sheila Faria, que fizeram parte da Banca de Qualificação e,agora, da Examinadora desta pesquisa. Aos professores do Programa de Mestrado de História, principalmente aqueles com quem eu pude partilhar as aulas durante o curso. À professora Cristiana Viegas, que me auxiliou nos desafios de me embrenhar na História Demográfica, sempre muito solícita em responder a todas minhas dúvidas ao longo da pesquisa. À Capes e ao meu amigo Aílton, sempre pronto a resolver todas as diligências do curso com seu bom humor e inteligência.

Esta pesquisa me proporcionou conhecer muitas pessoas e fazer novos amigos, entre eles meus queridos amigos quânticos: Tatiane, Lívia, Luciana, Dudu, Natália e Giselly, e também o professor quântico Moisés Romanazzi. Entre os novos amigos, agradeço a Edriana, que tanto contribuiu para a pesquisa ajudando a ler os documentos,

trazendo livros que eu não encontrava em lugar nenhum, dando sugestões e lendo algumas coisas. Particularmente, com seu exemplo, demonstrou que existe vida após o mestrado. São muitas pessoas a quem eu quero agradecer, por muitas razões, mesmo correndo o risco de esquecer alguém ou ficar cansativo, resolvi agradecer a todos. Não posso esquecer de Juliano Gregório, colega na História Demográfica, que me auxiliou a confeccionar e a entender as tabelas. Ele foi muito generoso.Agradeço os funcionários do IPHAN, que sempre estiveram solícitos para tornar minha pesquisa possível. Agradeço o Fernando e o Jairo,com quem, além do trabalho, pude ter momentos de agradáveis conversas sobre a pesquisa e o mundo. Faço uma ressalva, sobre o período de pesquisa no arquivo, em relação à minha querida amiga Denismara, com quem tive o prazer de reencontrar no IPHAN. Entre tantas coisas,ela ajudou a me organizar nos momentos em que eu achava que tinha perdido tudo. Também, a Geizimara, que não mediu esforços em confeccionar os gráficos; para mim, um desafio.

Agradeço o professor Orlando Filho, grande incentivador e em parte responsável por esta trajetória. Ao meu amigo Pedro, sempre presente, inclusive me emprestando seus livros. Ao Cleber, que me ajudou a atravessar as águas turbulentas das confusões psicológicas. Aos meus queridos filhos, Gabriel, Ester e Iara, sempre parte importante dos meus projetos. Os três, de alguma forma, auxiliaram nesta pesquisa, preocupando-se com meu bem-estar, e essas coisas que filhos fazem, como incentivar o tempo todo. À Ester, que pacientemente selecionou um a um os velhos na Lista Nominativa, e ao Ivan, também incentivador, responsável pelas traduções. À Beatriz e Pedrinho, que a lembrança diária me incentivou a terminar para poder aproveitar a vida com eles. E, finalmente, e principalmente, aos escravos velhos, que me acompanharam nestes últimos tempos, ocupando espaços fundamentais da minha vida: Antonio Congo, Rita Crioula, Theresa Cabinda, Maria negrinha, Pedro velho, Bibiana crioula, Joaquim Guissamá, Francisco Ganguella, Antonio Vié, João caboclo, Fula, Maria parda, Eva de Nação Congo, Joaquina africana, Antonio Mina, Roque Manoel e todos os outros que estão presentes neste trabalho. Espero ter conseguido, minimamente, alcançá-los. Respeitosamente, agradeço a todos.

O Espelho

Esse que em mim envelhece
assomou ao espelho
a tentar mostrar que sou eu.
Os outros de mim,
fingindo desconhecer a imagem,
deixaram-se a sós, perplexos,
com meu súbito reflexo.
A idade é isto: o peso da luz
com que nos vemos.

Mia Couto no livro *Idades Cidades Divinas*

RESUMO

Entre os estudos historiográficos, pouco é tratado sobre a velhice escrava. Por isso, esta dissertação se apresenta com o objetivo de analisar a importância desses escravos velhos em suas comunidades como agenciadores das complexas relações da sociedade escravista. O palco da pesquisa é o Termo de São João del-Rei entre 1831 e 1861, período que assinala o fim do tráfico atlântico de escravos e significou uma entrada maior de africanos e, possivelmente, marcas culturais daquele continente entre as escravarias. A idade estimada para dar início à velhice escrava foi de 46 anos. Para atingir os objetivos propostos, foram selecionadas variadas fontes a partir da idade de 46 anos dos escravos: a Lista Nominativa de 1831, para caracterizar a composição da população dos escravos velhos; os inventários *postmortem* e os registros eclesiásticos de Batizado e Casamento, com a intenção de localizar os escravos velhos e suas relações familiares, tanto consanguíneas quanto a formação de relações de solidariedade por meio do compadrio, além das possíveis evidências de comunidade escrava. As pesquisas foram capazes de levantar as conjeturas sobre um destaque dos escravos velhos, no período proposto, principalmente a partir das relações entre seus pares. Entre os agenciadores desse processo, encontram-se os barbeiros da vila de São João del-Rei. Além disso, foi possível perceber fortes indícios de que seus destinos após a morte dos senhores não seria o abandono.

Palavras-chave: escravos velhos, comunidade, laços de solidariedade, assistência.

ABSTRACT

Among historiographical studies not much about slave elderly can be found. This dissertation presents it self with the goal of analyzing the importance of aged slaves in their communities as agents of slavery complex social relations. The stage of the research is the São João del-Rei period between 1831 to 1861, term that marks the end of the Atlantic slave traffic, and meant a major increase of African slaves arrivals with possible cultural trace of that continent among the slaveries. The estimated age designated as the beginning of old age was 46 years old. To match the desired objectives many sources were selected with the age of 46: the 1831 Nominative List, to categorize the population of aged slaves; the Inventaries 'postmortem' and the ecclesiastical records of Baptism and Wedding, with the intention to find the aged slaves and their family relations, blooded related as well as solidarity relations in patronizing/god-parenting, and possible evidence of the slave community. The research has been proven able to indicate the conjectures about the aged slaves importance, in the period, mainly from the relations between their equals, between agents of the processes are the barbers of the São João del-Rei village. On top of that, it was possible to reveal strong evidence that their faith after their lord's death was not the abandonment.

Keywords: aged slaves, community, solidarity ties, assistance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da diferença etária média entre os cônjuges referente aos escravos africanos homens..... 122
Gráfico 2 – Distribuição da diferença etária entre os cônjuges referente às escravas africanas..... 123
Gráfico 3 – Distribuição da média etária entre os cônjuges referente aos escravos brasileiros..... 123
Gráfico 4 – Distribuição da média etária entre os cônjuges referente às escravas brasileiras..... 124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total segundo faixa etária e sexo 35
Tabela 2 - População escrava segundo faixa etária e sexo 39
Tabela 3 - População escrava masculina segundo faixa etária 44
Tabela 4 - População escrava feminina segundo faixa etária 45
Tabela 5 - População escrava, a partir dos 46 anos, segundo faixa etária e sexo 48
Tabela 6 - População escrava, segundo faixa etária, ocupação e sexo 49
Tabela 7 - Chefes de fogo com escravos acima de 46 anos segundo sexo e ocupação 58
Tabela 8 - Estrutura da posse de escravos 67
Tabela 9 - Destino dos escravos com mais de 46 anos 72
Tabela 10 - Escravos doentes no Termo de São João del Rei 99
Tabela 11 - Escravos segundo as origens africana e brasileira 108
Tabela 12 - Escravos segundo origem africana 109
Tabela 13 - Escravos segundo a origem brasileira 110
Tabela 14 - Escravos acima de 46 anos segundo a origem africana 114
Tabela 15 - Escravos acima de 46 anos segundo a origem brasileira 115
Tabela 16 - Cônjuges escravos segundo a idade 142
Tabela 17 - Composição dos cônjuges segundo origem e sexo 143
Tabela 18 - Legitimidade de escravos no Termo de São João del Rei 147
Tabela 19 - Composição dos cônjuges segundo a origem 150

SUMÁRIO

Introdução 12

Capítulo 1 – A composição da população escrava no Termo de São João del-Rei: o lugar dos escravos velhos 24

1.1 Um breve debate sobre a escravidão 24

1.1.1 Escravo velho: a idade estimada 26

1.2 A Lista Nominativa de 1831 32

1.3 O mapa da população escrava no Termo de São João del-Rei 34

1.4 As ocupações da população escrava 49

Capítulo 2 – A ventura e desventura dos escravos velhos em São João del-Rei: a relações entre os escravos e seus senhores 56

2.1 Os senhores de escravos velhos 56

2.2 Inventários: senhores e escravos velhos no Termo de São João del-Rei 66

2.2.1 As características das escravarias e tipos de propriedades do Termo de São João del- Rei segundo os inventários *post-mortem* entre 1831 e 1861 67

2.3 - Auto da Partilha: o destino dos escravos velhos 69

2.4 O lugar social dos escravos velhos por meio da origem e dos matrimônios 106

2.4.1 A origem dos escravos velhos em São João del-Rei 106

2.4.2 A diferença etária nos matrimônios entre escravos velhos 118

Capítulo 3 – Escravos velhos: família e comunidade 126

3.1 Sobre o “Dikota”: família e comunidade 126

3.1.2 Família escrava 130

3.1.2 Comunidade 148

3.2 Os barbeiros em São João del-Rei 156

CONSIDERAÇÕES FINAIS 179

Referências 184

Bibliografia 185

Introdução

O presente trabalho é o resultado de pesquisa realizada sobre um tema que se insere na escravidão e, especificamente, se reporta aos escravos num momento específico da vida: a velhice. Muito impressiona o fato de existirem poucos trabalhos historiográficos sobre os escravos velhos[1]. Assim, pretendeu-se analisar os escravos velhos em São João del-Rei, o seu lugar social e sua importância para suas comunidades em parte do século XIX.

O tema foi abordado, primeiramente, em 1998e deu origem à monografia "O Revés do abandono, Escravos velhos em São João del-Rei: 1850 a 1880"[2], que apresentou a questão do assistencialismo ao escravo velho e a capacidade de negociação e diferenciação desse escravo na comunidade a partir do ofício que possuía. Desse modo, outras indagações sobre os escravos velhos surgiram e suscitaram novas pesquisas.

Esta proposta de trabalho é relevante na medida em que contribui para pensar a presença dos velhos na comunidade escrava em São João del-Rei, tema pouco estudado pela historiografia embora a escravidão e a formação familiar escrava já possuam vários estudos[3]. Pouco se tem pesquisado sobre os velhos. Podem-se encontrar alguns trabalhos nessa área abordando aspectos pontuais sobre a velhice escrava em obras de cunho mais geral. Em alguns deles, o idoso aparece "coisificado", descartado por seus senhores em idade avançada ou mesmo desconsiderado entre a escravaria. Cabe aqui uma ressalva ao trabalho de Florentino e Goes(1997): os autores indicam um protagonismo e liderança para os escravos idosos. Como velhos, foram considerados todos os escravos e escravas com idade igual e/ou superior a 46 anos de idade[4].

Além da contribuição acadêmica, este trabalho poderá trazer à tona reflexões sobre a cultura afro-brasileira na medida em que pretende resgatar uma figura essencial

---

[1]Sobre o assunto, é possível encontrar em Mattoso (1982), Florentino e Goes (1997), Schwartz (1988)e, mais especificamente, em Motta (2008).

[2]A monografia foi apresentada como requisito para conclusão de curso de História de Minas – século XIX no curso de Pós-graduação *LatoSensu*de História da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI) atual Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), sob orientação da professora Drª Silvia Maria Jardim Brügger.

[3]Mais sobre o assunto pode ser encontrado emSlenes (1999),Guedes (2008) eFlorentino e Goes (1997).

[4]As considerações sobre a escolha dessa idade para definir o início da velhice estão expostas no Capítulo 1, p. 23.

para as culturas africanas: o ancião. É importante pesquisar temas que tragam essa memória para os dias atuais num momento em que se observam o crescimento de preconceitos e intolerâncias com as religiões de matriz africana e também de um processo de preconceito racial. Dessa forma, fazer uma História da velhice é relembrar o papel primordial dessas pessoas para a liderança e pacificação à luz de suas sabedorias para a unidade de suas comunidades.

As pesquisas e análises empreendidas neste trabalho se baseiam e se inspiram nas teorias e concepções de E. P. Thompson (1987, 1998, 2001)a partir de seus estudos sobre a formação de classe operária inglesa, assim como a instrumentalização de novas e variadas fontes para encontrar personagens marginalizados e não contemplados pelas fontes tradicionais. Ao estudar sobre a formação da classe operária inglesa no século XVII Thompson inspirou mudanças significativas no olhar para as relações escravistas do Brasil. Dessa maneira, foi possível que os escravos fossem estudados a partir da sua própria realidade e das intrínsecas relações senhores/escravos. Para tanto, a busca e a análise das mais variadas fontes abriram caminho para dar voz aos dominados, utilizando também o que era produzido pelos dominantes, principalmente o que estava escrito nas entrelinhas das fontes tradicionais.A partir dessas perspectivas de Thompson(1987, 1998, 2001), veio à tona a história daqueles que não eram lembrados no processo de industrialização. Ele renovou o modo de pensar e fazer da História apresentando as pessoas comuns e seu cotidiano. Enfim, apresentou a História “vista de baixo” ou “dos de baixo”, contrapondo-se àquela outra, tradicional, apresentada a partir da perspectiva dos vencedores e de seus registros.

Essa influência pode ser sentida no Brasil desde a década de 1980 quando suas obras foram traduzidas. Um exemplo é o trabalho de Sidney Chalhoub (1990).A partir de então, várias outras obras sobre a escravidão surgiram, novas fontes foram analisadas, e a discussão sobre o assunto foi ampliada, tendo a visão do escravo como sujeito histórico,capaz de agir e reagir ao sistema, e não somente submisso e passivo diante da realidade que vivia. Essa reação pode ser verificada não somente com rebeldia ou rebeliões, mas em uma gama de atitudes que poderiam sugerir conflitos e negociações.

Dentro desse contexto, portanto, utilizando as noções teóricas de Thompson (1987, 1998, 2001) e a História Social, este trabalho foi elaborado no sentido de

analisar e problematizar os escravos velhos enquanto agentes sociais em suas comunidades, partindo de variadas fontes. Esta análise parte do pressuposto de que esses escravos foram agenciadores de seus processos e interagiram diante do sistema no qual estavam inseridos, participando do fazer histórico desse mesmo sistema.

A definição de corte regional para o termo de São João del-Rei ao longo das três décadas elencadas para a pesquisa exigiu um pouco mais de atenção, uma vez que houve mudanças administrativas no período. Desse modo, a melhor solução foi preservar a divisão composta pela Lista Nominativa de 1831. Obstante essas mudanças, a pesquisa nos documentos demonstrou que esse método não alterou os resultados.

Mesmo assim, é preciso relativizar algumas questões. É essencial saber que essas mudanças territoriais podem afetar a compreensão do crescimento populacional e até mesmo o decréscimo desta. Brügger (2007) observa que, entre 1821 e 1837, a população da vila de São João del-Rei apresentou um acentuado decréscimo populacional, o que não parece fazer sentido, pois o período apresentava um dinamismo econômico. Um motivo poderia ser justamente a diminuição dos distritos e, consequentemente, a diminuição da população. Pode-se observar as seguintes distinções dos distritos de São João: em 1821, contava com 57 distritos; em 1835, com 17; e, em 1855, com 14 distritos(GRAÇA FILHO, 2002, p.35). O Termo de São João del-Rei apresentava a seguinte configuração em 1831 conforme a Lista Nominativa:1-Nossa Sra. da Conceição de Carrancas; 2- Espírito Santo; 3- Espírito Sto. dos Coqueiros; 4- Espírito Sto. da Varginha; 5-Nossa Sra. das Dores da Boa Esperança; 6-Nossa Sra. de Nazaré; 7-Piedade do Rio Grande; 8-Rosário; 9-Santana do Garambéu;10- São Francisco de Assis do Onça; 11-São Gonçalo do Brumado; 12- São João Nepomuceno; 13-São Miguel do Cajuru; 14- Nossa Sra. da Conceição do Porto; 15-Senhor Bom Jesus do Matozinhos do Bom Jardim; 16-Madre de Deus; 17-São João del-Rei; 18- Conceição da Barra; 19-Santo Antônio do Rio das Mortes; 20- Luminárias; e 21-Capela do Saco.[5]O período escolhido é de 1831 a 1861 e se justifica por ser um período anterior à Lei dos Sexagenários, quando não existia uma legislação exclusiva para o escravo idoso. Assim, é possível levar em conta a questão do costume(FARIA,

[5]Esses dados foram pesquisados em: 1) Arquivo Público Mineiro: Lista Nominativa 1831; 2) Brügger (2007, p. 41); 3) Feu de Carvalho (1922, p. 109Graça Filho (2002); 5)Banco de Dados do CEDEPLAR: Listas Nominativas da década de 1830. Disponível em:<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: 10 set.2016.

2004). Outro motivo importante para a periodização é poder acompanhar as possíveis influências das culturas africanas nas comunidades escravas levando em conta o período de 1831 a 1850 quando da aprovação da lei que finalmente extinguia o tráfico. Podemos considerar que durante este período não houve uma diminuição da entrada de africanos no Brasil, principalmente devido à clandestinidade do tráfico (MATTOSO, 1988).

O Termo de São João del-Rei se apresenta ideal para este trabalho por possuir um considerável número de escravos. Minas Gerais, nesse momento, possuía o maior número de escravos do País. Graça Filho(2002) aponta para um dinamismo econômico que possivelmente contribuiu para o aumento da população tanto livre quanto escrava. Na primeira metade do século XIX, São João del-Rei vivia uma estabilidade econômica. A região era, no período, "polo de produção e de distribuição de gêneros de abastecimento, ampliado especialmente após a chegada da família real ao Rio de Janeiro"(BRÜGGER,2007, p. 275).

Sobre o crescimento da população em Minas Gerais no século XIX, ao analisar a origem dos escravos nos inventários mineiros, Bergard (2004) percebe um número maior de crioulos em relação aos africanos, principalmente a partir de 1790. Em São João e São José del-Rei,aconteceu um aumento dos africanos entre os anos de 1805 e 1820, resultado da importação. Todavia, logo a seguir, a partir de 1830, aumentou novamente o número de crioulos. De acordo com ele, esses números apresentam o crescimento da população escrava pela reprodução natural:

> [...] as importações de escravos para Minas Gerais haviam sido reduzidas a números pouco significativos na segunda metade do século 18 e que o comércio escravagista para a província nas primeiras décadas do século 19, embora reanimado em breves períodos, praticamente nada significava, se comparado com o processo de reprodução natural, responsável pela maioria de uma população de escravos que aumentava firmemente e com o passar do tempo se constituía cada vez mais de nascidos no Brasil (BERGARD, 2004, p. 205-206).

Diferente de Bergard, Libby e Paiva (2000)acreditam que a população mancípia na região de São João del-Rei. Ao estudar o Rol dos confessados de São José del-Rei em 1795, os autores apontam um número de africanos relativamente superior ao de crioulos, o que pode indica, entre outras coisas, o dinamismo econômico da vila, uma

vez que uma das características desse desenvolvimento é o aumento do tráfico.Eles atribuem essa diferença em relação aos números de Bergard a escolhas de fontes.Ainda assim, concordam com Bergard quanto às análises relativas a Mariana e Vila Rica, que apontaram a reprodução natural como responsável pelo crescimento da população escrava em momentos de ausência do tráfico, porém não parecia ser o caso da região de São João e São José del-Rei.

As análises sobre a origem dos escravos no Termo de São João del-Rei se aproximam dos números apresentados por Bergard (2004). No entanto ao destacar os escravos com mais de 46 anos conforme a origem,o número de africanos é consideravelmente maior que o de crioulos, o que suscita novas interpretações para além do crescimento populacional e que serão abordadas no Capítulo 2. Além do mais, convém lembrar que muitos africanos,a partir de 1850, com o fim do tráfico, já não eram assim identificados.

A questão da formação de famílias escravas e a importância dos escravos velhos dentro de suas comunidades serão tratadas no Capítulo 3. Em seu estudo sobre patriarcado, família e sociedade na região de São João del-Rei, nos séculos XVIII e XIX, Silvia Brügger(2007) demonstra que, na Minas patriarcal, a escolha do padrinho se dava numa relação “para cima”; isto é, as mães sempre buscavam escolher seus compadres entre homens da mesma condição social ou acima delas, fossem elas livres, forras ou cativas. Entre as cativas, a preferência era pelo homem livre. Uma diferença se fez notar na década de 1841 a 1850: houve um aumento na escolha de escravos para padrinhos dos filhos das cativas, mudança que pode ter sido causada pela entrada de um maior número de africanos, aumentando os laços de fortalecimento das culturas africanas.

Ao analisar a formação do operariado inglês, E.P. Thompson (1987) buscou os atores sociais em variadas fontes, algumas delas produzidas pela própria elite, para, assim, conseguir entender o universo daqueles sujeitos históricos. Pesquisar sobre os escravos requer esses cuidados também. O primeiro passo da pesquisa foi encontrar o objeto, ou seja, os escravos acima de 46 anos e seus respectivos proprietários. Poucas fontes informam suas idades. Dessa maneira, reportou-se para duas fontes que

normalmente trazem essa informação: as listas nominativas[6] e os inventários *post mortem.*

O ponto de partida foi localizar esses escravos por meio da Lista Nominativa de 1831. Num primeiro momento, o objetivo era localizar os escravos acima de 46 anos e seus proprietários na Lista e, posteriormente, procurá-los nos inventários e registros eclesiásticos; de certa forma, acompanhar suas trajetórias. O nome do proprietário é muito importante para esse fim,pois só é possível encontrar os escravos, em outras fontes, mediante esse dado.

Infelizmente, não foi possível acompanhar os escravos elencados por meio da Lista. O principal desafio foi o fato de os escravos desaparecerem nos inventários. Eles não foram encontrados ao longo do recorte cronológico, assim como não ficou claro o real motivo desse desaparecimento para evidenciar suas trajetórias. Provavelmente, esse desaparecimento pode ter se dado por falecimento, comercialização, contradições no momento de registrar nome e idade na Lista Nominativa e/ou no inventário, ou diferença de grafia dos encarregados da Lista ou escrivães dos inventários, ou até mesmo pela estimativa de idade. Possivelmente, nas Listas Nominativas, a idade do escravo era declarada pelo proprietário. No caso dos inventários, avaliadores eram contratados para tal fim. Por vezes, a aparência era levada em conta no momento de estimar a idade do escravo ou qualquer outro fator que não foi possível acompanhar nas fontes.

Para a década de 1830, alguns escravos encontrados na Lista Nominativa foram localizados nos inventários, mas o número foi pouco significativo. Outro fator que inibiu essa linha metodológica foi a inexistência de alguns inventários de proprietários de escravos velhos selecionados a partir da Lista Nominativa nos arquivos no escritório técnico do IPHAN de São João del-Rei.

Outra dificuldade encontrada foi o fato de a Lista Nominativa de 1831/1832 não contemplar os escravos da vila de São João del-Rei. Portanto, foi necessário buscá-los em outras fontes, no caso os inventários *post mortem* dos proprietários na vila, aliados aos testamentos quando da existência destes. Os inventários referentes à vila, e posteriormente da cidade a partir de 1838, foram selecionados de forma aleatória, prevalecendo o corte cronológico. Ao tratar da distribuição de sexos em Minas Gerais

[6]Mais sobre as Listas Nominativas, ver no Capítulo 1 p. 23.

nos séculos XVIII e XIX, Bergard(2004) avalia a utilização dos inventários em consonância com as Listas. Na ótica dele:

> O fato de encontrarem-se tendências semelhantes na distribuição dos sexos nos dois relatórios e nos dados da coleção de inventários valida a provável exatidão dos inventários como fontes para reconstrução das características demográficas da população escrava de Minas Gerais (BERGARD, 2004, p.212).

Então, a utilização dessas duas fontes é crucial ferramenta para este trabalho no sentido de permitir que as orientações obtidas a partir delas procedam na realização de uma reconstrução demográfica por meio do mapeamento da população escrava, e também de seus proprietários, assim como nortear análises sobre as histórias desses escravos velhos. Esse mapeamento e as análises da população escrava, mediante a Lista Nominativa de 1831, estão compreendidos no Capítulo 1, ao longo do qual foram contabilizados os números da população total do Termo, da população total dos escravos e da população dos escravos com mais de 46 anos, além das ocupações dos escravos velhos.

Os inventários são fontes muito ricas e podem sugerir análises variadas quando bem estruturados. Quando existiam órfãos e bens a serem partilhados, eram feitos os inventários, que poderiam conter, mas não obrigatoriamente, o traslado do testamento. Na existência de bens, o testamento poderia ser dispensado; o inventário não. No testamento, constavam as últimas vontades do testador

> [...]relativas às obras pias em favor de sua alma, cerimônias de seu funeral, sua naturalidade, estado civil e listagem de filhos e alguns legados especiais. A relação de bens aparece, com pouca frequência, por ser o Testamento um documento mais de caráter espiritual que temporal ou material. Além disso, relacionavam, quase sempre, as dívidas, tanto as que o testador era devedor quanto as que lhe eram devidas, especialmente 'para alívio de sua consciência' (FLEXOR, 2009, p.1).

Mas era nos inventários que os bens eram listados e avaliados. Também, constavam a relação de dívidas e dos herdeiros, partilhas, termos de curadoria ou tutoria, petições de várias naturezas, despachos de juízes, mandados, precatórias, certidões, notificações, custas etc.(FLEXOR, 2009). Um dos bens mais relevantes eram

os escravos, listados com nome, sexo, origem ou nação, estado físico, habilidades e preço, e também relacionados na partilha. Além dessas informações, ainda eram enumerados alguns dados econômicos, como "dívidas que denominaríamos passivas e ativas, montante do 'montemor', custas do processo, manejamento do dinheiro pelo juizado de órfãos" (FLEXOR, 2009, p. 3)

Segundo Flexor (2009, p. 4-5):

> Enfim, os Testamentos e Inventários possibilitam levantar dados, tanto sobre a vida espiritual quanto a material, os usos e costumes, a vida cotidiana. Permitem colher informações, não somente sobre a chamada 'elite', mas incluir o que hoje se chama de 'povo'. Evidentemente não se poderá historiar a vida dos antepassados a partir de uns poucos Inventários e Testamentos. Somente a amostragem volumosa, bastante volumosa, e bem analisada, é que permite reconstruir, através desses preciosos documentos, o que foi a vida no passado.

Os inventários foram utilizados nas análises dos escravos velhos ainda no Capítulo 1. Por meio deles, foi mensurada a realidade dos proprietários de escravos velhos e traçados seus perfis. Assim, estão apresentados o tamanho das escravarias, as principais atividades e o monte mor. Também, utilizando os inventários e testamentos, no Capítulo 2, será apresentado o lugar social ocupado por esses escravos. Foram analisadas a origem desses escravos, as relações matrimoniais e as diferenças etárias entre os casais.

Outra fonte importante são os registros eclesiásticos de Batismo e Casamento (FLORENTINO; GOES, 1997). Para realizara pesquisa com os escravos velhos, foi necessário ter em mãos os nomes dos proprietários, pois somente por meio deles é possível localizá-los. Essa foi a principal limitação dessas fontes: não apresentar a idade de pais e padrinhos. Era mais comum registrar a idade do batizando. Ainda assim, nem todos contavam com essa anotação. Normalmente, o batizando era registrado como "inocente", no caso das crianças, ou "adulto". Além disso, somente o primeiro nome era registrado independente da condição social. Para evitar possíveis enganos em relação aos escravos velhos enquanto padrinhos ou pais, até mesmo batizando adulto, foi preciso observar o nome do proprietário e, dessa forma, ter certeza de que o mesmo escravo encontrado nos inventários e na Lista Nominativa de 1831 é aquele registrado nos apontamentos de batismo ou nos registros de casamento. Os registros eclesiásticos,

principalmente casamentos e batismos,são primordiais para dar pistas sobre a formação de laços parentais ou de compadrio.

Essas fontes foram fundamentais para apurar os vestígios deixados pelos barbeiros da vila de São João del-Rei(FLORENTINO; GOES, 1997). Os barbeiros podem ser exemplos de como uma ocupação pode ter relações com saberes advindos da África. Já é sabido que a mineração tem estreita relação com o continente africano(FLORENTINO; GOES, 1997). Em São João del-Rei do século XIX, não se encontram muitas ocupações voltadas para a mineração. Isso pode ser muito em função da decadência dessa atividade a partir de 1750(BRÜGGER,2007, p. 275). Assim, é crível supor que uma ocupação que poderia advir de algum conhecimento prévio ancestral era a de barbeiro devido à diversidade de fazeres que acompanhava seu ofício. Geralmente, os barbeiros eram também músicos. Seu ofício ia além de fazer barbas e cortar cabelos. O barbeiro era o sangrador, cirurgião, aplicador de sanguessugas e arrancador de dentes. Debret(1978, p. 73) descreve, assim, o ofício de barbeiro:

> Oficial de barbeiro do Brasil é quase sempre um negro ou pelo menos um mulato. Esse contraste chocante para o europeu não impede ao habitante do Rio entrar com confiança numa dessas lojas, certo de aí encontrar numa mesma pessoa um barbeiro hábil, um cabeleireiro exímio, um cirurgião familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas. Dono de mil talentos, ele tanto é capaz de consertar a malha escapada da meia de seda, como de executar, no violão ou na clarineta, valsas e contradanças francesas, em verdade arranjadas a seu jeito.

Desse modo, por meio da Lista Nominativa de 1831, dos Livros de licenças para negociantes e ofícios de 1830-1832 e dos registros eclesiásticos, foi possível acompanhar suas relações sociais e compreender a formação dos laços de compadrio e de comunidades desses profissionais mais velhos. Foram encontrados dois forros e um escravo que exerciam esse ofício. Eles foram significativos agenciadores desses processos de solidariedade, principalmente por se tratar de escravarias menores e urbanas, moldando, assim, comunidades diferentes, mas não menos importantes(FARIA, 2007). Esses registros de Batismo e Casamento são encontrados nos arquivos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei.

Os escravos interagiram nas relações com seus senhores. Nem sempre, foram enfrentamentos pacíficos, mas, mesmo assim, por vezes, suas reivindicações foram

aceitas pelos senhores. A subordinação dos escravos deve ser relativizada, pois, mesmo com algumas estratégias senhoriais, violência ou outras formas de manipulação, a resistência ao regime existiu[7]. Esse escravo velho possuía, então, nesse contexto, condições de negociação com seu senhor. Não se deve esquecer de que "conquistas" para os escravos poderiam ser simplesmente mais comida, condições melhores de trabalho ou mesmo a possibilidade da formação de famílias (FLORENTINO; GOES,1997), que, num certo grau, poderiam ser uma garantia de assistência para o escravo quando estivesse muito velho e doente.

As pesquisas com os relatos dos viajantes europeus no século XIX, ou mesmo outras testemunhas do período estudado,foram basicamente utilizadas como balizadores do mundo em torno dos escravos velhos. Pouco ou quase nada pode ser extraído dessas fontes em relação aos velhos em qualquer condição social. Ainda assim,não foram desprezadas na medida em que se apresentaram como condutoras de informações pertinentes ao mundo desses escravos. Além do mais, o silêncio dos viajantes pode ser um dado a ser explorado quanto aos cativos idosos. Esses relatos são fontes ricas em descrever o cotidiano, costumes e outros pontos que não são encontrados em fontes oficiais e devem ser olhados de forma atenta. Portanto, muito do que foi abordado ao longo desta pesquisa, principalmente com as fontes, uma vez que elas têm origem institucional, cartorial, eclesiástica e governamental, sempre foi preciso com um olhar mais atento ao que, talvez, não se deixou ver sobre os escravos velhos e seus pares.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, foram contextualizados os escravos velhos. Ficou definida a escolha da idade, que marca o início da velhice, 46 anos,por meio do debate com autores que trataram diretamente do assunto[8]. A partir da Lista Nominativa de 1831, foi possível traçar o mapa da população escrava anciã do Termo de São João del-Rei. Foi realizada uma apreciação, primeiramente, da população geral do Termo. Posteriormente, as análises se direcionaram para a população escrava especificamente. Foi analisada toda a população escrava segundo sexo e faixa etária, e, separadamente, a dos escravos velhos também segundo faixa etária e sexo, no sentido de compreender o número desses homens e mulheres em idade avançada, assim como suas ocupações, numa comparação com as

[7] Sobre esse assunto, destacam-se Chaloub (1990) eCastro (1995).
[8]Mais sobre o assunto, olhar em Bergard (2007),Florentino e Goes (1997), Mattoso (1982) e Motta (2008).

outras faixas etárias. O objetivo dessas análises é contextualizar os velhos no Termo mediante os números apresentados pela lista Nominativa de 1831 em paralelo à bibliografia da escravidão.

No segundo capítulo, procurou-se trabalhar as questões propostas a partir dos dados dos inventários *postmortem* e da Lista Nominativa de 1831. A primeira parte do capítulo trata dos senhores e seus escravos velhos. Foram empreendidas considerações sobre as ocupações dos senhores de escravos velhos. Procurou-se demonstrar, por meio das tabelas, as principais atividades desses proprietários, características das escravarias e, principalmente, o destino desses cativos após a morte do senhor, para descortinar seus destinos após a morte dos proprietários, bem como tentar entender as relações desses personagens. No segundo momento, foi traçado o lugar social dos escravos velhos a partir de suas origens em Minas Gerais e no Termo de São João del-Rei. Pelos inventários *post-mortem*, foi possível mensurar os casais e analisar a diferença etária entre eles em um diálogo com Florentino e Goes (1997) para o Rio de Janeiro e Schwartz (1985) para a Bahia.

Finalmente, o terceiro capítulo vai trazer os velhos na família e na comunidade. O capítulo está estruturado em duas etapas. A primeira é a discussão sobre a formação da família escrava, as possibilidades de comunidades a partir delas, tanto as consanguíneas quanto aquelas formadas a partir do compadrio, e os possíveis laços de solidariedade entre esses cativos, procurando as possibilidades de protagonismo dos mais idosos. Com essa expectativa, foi possível traçar a trajetória de três barbeiros em São João del-Rei e as prováveis comunidades formadas a partir do compadrio e, em seu bojo, a importância desse ofício como forma de socialização. Finalmente, o trabalho se encerra com a apresentação dos velhos na África, a importância dos anciãos para as culturas africanas como detentores de saberes ancestrais, assim como perpetuadores da cultura e possíveis agentes pacificadores.

Espera-se que esta dissertação possa ajudar a ampliar a discussão sobre a escravidão, inserindo os escravos velhos, tão pouco estudados pela historiografia. Discutir o papel dos velhos escravos é, de certa forma, resgatar o papel dos velhos em geral, da memória e da própria História, uma contribuição para as novas gerações. Nos dizeres de Hobsbawm (1995, p. 13): “Quase todos os jovens de hoje crescem numa

espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”.

Capítulo 1 – A composição da população escrava no Termo de São João del-Rei: o lugar dos escravos velhos

> Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estágio antigo, mas uma reaparição. [...]Mas o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo e o fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens[...].
>
> Ecléia Bosi[9]

1.1 Um breve debate sobre a escravidão

A escravidão é objeto de muitos estudos[10]. Apesar disso, não se esgotaram possibilidades de pesquisa em relação às várias facetas, as quais permeiam a vida desses homens e mulheres, que viveram como escravos durante os mais de 300 anos em que perdurou a prática do cativeiro no Brasil. Trabalhar com a escravidão, por vezes, é complexo na medida em que muitas vezes o historiador se depara com escassez de fontes produzidas pelos cativos. Por isso, é necessário buscar outras fontes escritas ou não escritas, diversas vezes produzidas pelos proprietários de escravos como inventários *post mortem*, testamentos, alforrias, processos-crime, registros paroquiais, legislação e literatura entre outras. Diante dessas fontes, é preciso um olhar mais atento para reconhecer o universo do cativo pela ótica dos senhores e, por meio dela, procurar o cotidiano, os embates e os conflitos existentes nas relações escravistas.

Para tanto, cabe, antes de tudo, fazer uma reflexão sobre o período escravista nos oitocentos. A historiografia da escravidão tem se mostrado, a partir principalmente da década de 1980, renovada[11]. O velho modelo dicotômico das relações estabelecidas no bojo da escravidão tem dado espaço para análises que consideram não apenas as

[9]Bosi(1979, p. 22).
[10]Entre eles, pode-se cita Castro (1995),Chaloub (1990),Faria (2007), Florentino eGoes (1997),Guedes (2008) e Slenes (1999).
[11]Sobre o assunto, pode-se citar Castro (1995),Chaloub (1990) e Mattoso (1982) entre outros.

resistências dos escravos, mas também as suas formas de sociabilidade. Na perspectiva de Carvalho (2009, p. 13), a vida do escravo era envolvida por várias relações sociais, a saber:

> Outros escravos do eito e fora dele, por familiares, agregados, vizinhos e respectivas famílias e cativos, por pessoas que comerciavam com estes escravos, que os ajudavam em momentos difíceis e, mesmo que os devessem favores, dinheiro, ou obrigações de amizade ou compadrio.[12]

Dessa forma, considera-se que as relações estabelecidas pelos escravos, assim como da sociedade escravista, não podem mais ser pensadas a partir da dicotomia senhor/escravo. A sociedade da época não era assim organizada. Tais relações que travaram, tais como os modos de atuação no trabalho e de inserção na sociedade, são diversificados e apontam para as nuanças entre ações de liberdade e limitações do cativeiro apresentadas a esses grupos. Para Lara (1988), pensar as relações constituídas entre senhores e escravos no período (tal como dos diversos grupos sociais que compõem tal contexto) exige considerar, de um lado, a influência cultural dos escravos nas vivências que estabelece e, de outro, sua capacidade de inserção e adaptação à ordem vigente. De tal modo, a relação entre senhor e escravo é pensada pela autora como um contrato, sendo este construído a partir de negociações quase sempre conflituosas.

Esses direitos negociados não se mostravam sob a forma de lei, sendo muito mais conquistas dos escravos a partir de sua articulação e negociações com o senhor e com a sociedade(MACHADO, 1987). Suas formas de inserção não eram, mesmo à sombra da escravidão, limitadas à sua condição de cativeiro. Segundo Hebe Castro (1995, p. 50), nas cidades, “mais que no contexto rural, ao escravo tornava-se possível ‘viver sobre si’, ou seja, aproximar-se quase à indiferenciação do mundo dos livres”.

Nesse quadro, a nova historiografia tem apontado para diferentes compreensões das relações escravistas, as quais não buscam limitar a atuação dos escravos à noção de submissão e vitimização frente à situação escravocrata imposta a eles. Dessa maneira,

apontam-se trabalhos recentes[13] como significativos nessa nova perspectiva historiográfica, demonstrando não apenas as resistências, mas a atuação na sociedade do período, de modo a apontar para a reconstrução de valores e representação e para as experiências do grupo nesse contexto. Na ótica de Carvalho (2009, p. 12):

> De acordo com os historiadores destas últimas décadas, contrariando a ideia de uma escravaria homogênea e omissa em seu papel na história, os escravizados no Brasil negociaram e fizeram a manutenção de suas condições de vida e de trabalho, transformaram a sua realidade, (re)construíram seu mundo social e cultural, acataram limites e impuseram outros (de acordo com a visão que tinham da realidade a qual vivenciaram, das regras sociais que lhes foram impostas e dos limites entre a liberdade e o cativeiro).

Nesse sentido, os escravos "faziam amizades, se casavam, separavam, se apadrinhavam, se concubinavam e criavam tanto laços de solidariedade como de conflitos com outros livres e outros escravos" (CARVALHO, 2009, p.24). Tais relações eram estabelecidas não necessariamente na sua comunidade (apesar de apontar-se para a pouca recorrência de casamentos entre escravos de escravarias distintas), podendo ultrapassar os limites da própria localidade desses sujeitos a partir da possibilidade de mobilidade.

1.1.1 Escravo velho: a idade estimada

Escrever sobre a velhice escrava é bastante instigante, pois existem poucos estudos sobre o tema. Pode-se destacar algumas considerações em Florentino e Goes, Kátia Mattoso e, mais recentemente, o artigo de José Flávio Motta[14]. Sua análise é sobre a presença dos idosos no fluxo de escravos negociados nas localidades paulistas de Areias, Guaratinguetá, Constituição (Piracicaba) e Casa Branca no período de 1861 a 1887. Embora o tema e o período apresentados não sejam os mesmos de Motta(2008), é importante frisar a contribuição da pesquisa dele para contextualizar os escravos velhos, como bens de valor estimados por seus senhores e inseridos na dinâmica do sistema escravista, uma vez que apresentavam condições de serem comercializados e

[13]Brügger (2004),Faria (2007),Guedes (2008), Andrade (1998/1999) e Machado (1987).
[14] Florentino e Góes (1997), Mattoso (1982) e Motta (2008).

valorizados a partir de um ofício. Destaca-se que a existência dos escravos velhos em relação ao conjunto dos escravos nos anos próximos à Abolição é significativa. Considerando a Lei nº 3.270 (Lei dos Sexagenários), Conrad(1978, p. 279) destaca o alcance da Lei para o Império como um todo:"As estatísticas oficiais colocavam o número de cativos de sessenta anos ou mais em 90.713, mas somente 18.946 foram registradas como sexagenárias em 1886 e 1887[...]". Desse modo, Motta (2010, p. 45) aponta que, "levando em conta, não chegarem a 750 mil os escravos contabilizados na matrícula de 1887. As estatísticas oficiais mencionadas apontariam para uma participação aproximada de 12% dos cativos idosos". O autor define como escravos idosos sujeitos acima de 50 anos, o que elevaria significativamente os números apontados na matrícula. Ele desconsidera a delimitação etária da Lei dos Sexagenários por considerar que esta não leva em conta a real expectativa de vida dos escravos. Nos termos do autor:

> Em suma, entendemos que as idades de 60 ou 65 anos, explicitadas como parâmetros na Lei dos Sexagenários, são muito elevadas para servirem como limites inferiores da categoria de 'escravos idosos' com a qual trabalhamos. [...]. Por fim, e mesmo correndo o risco de incorporar certa dose de arbitrariedade, as indicações selecionadas nortearam nossa opção pelo cômputo, como cativos idosos, daqueles com idades iguais ou superiores a 50 anos. Esse procedimento, de resto, parece coadunar-se com inferências extraídas da legislação e de anúncios de jornais da segunda metade dos Oitocentos, reveladores dos interesses dos próprios escravistas(MOTTA, 2010, p. 49).

A Lei dos Sexagenários tem por público-alvo os escravos de 60 anos. Essa definição do inicio da velhice para a segunda metade do XIX, parece, na verdade, uma tentativa de prolongar a utilização da mão de obra cativa. Compreendendo isso, torna-se elevada demais essa idade para definir a realidade dos escravos velhos.

Sobre delimitação etária, reporta-se a Brügger(2007, p. 82). A autora argumenta que a idade de 46 anos está mais adequada aos padrões de mortalidade dos oitocentos. Leva em consideração os estudos de Maria Luiza Marcilio(1985 *apud*BRÜGGER, 2007, p. 82) apesar da base de cálculo para a mortalidade nos setecentos e oitocentos serem difíceis, principalmente devido às dificuldades que os documentos apresentam para isso. A autora conseguiu apontar uma taxa de mortalidade para Ubatuba em 1803: 153 pessoas em cada 1.000 chegavam aos 40 anos e 98 pessoas chegavam aos 50.

Outra base para a delimitação da idade de início da velhice seriam os relatos de literatura da época, como, por exemplo, *Memorial de Aires* (ASSIS, 1963*apud*BRÜGGER, 2007): o casal protagonista é retratado na obra como velhos apesar de terem aproximadamente 50 anos.

A estimativa para definir o marco da velhice escrava difere entre os historiadores. Enquanto Brügger (2007) apresenta a idade inicial da velhice em 46 anos, Katia Mattoso (1982, p. 86) apresenta outro corte etário. Ao descrever os preços dos escravos na Bahia, estima as idades mediante a denominação genérica atribuída aos escravos nos documentos. É dessa maneira que apresenta a seguinte pirâmide etária:

> Criança bem nova (molequinho, molequinha):de 0 a 7 anos
> Meninos (moleque, moleca): de 8 a 14 anos
> Adolescentes (molecão, molecona): de 15 a 18 anos
> Adultos (negros, negras): de 19 a 35 anos
> Velhos (velho, velha): de mais de 35 anos.

Essa análise para mensurar o início da velhice escrava, não parece suficiente para definir com mais precisão esse momento. Além da opinião de avaliadores, mais fatores devem ser considerados, como apontam outros autores[15], entre eles: a aparência, os relatos literários e a relação preço/idade. Laird Bergard (2004), ao tratar das estruturas etárias dos escravos de Minas Gerais, indica a delimitação da idade produtiva dos cativos. Para o autor:

> O setor mais produtivo da força de trabalho era composto de escravos com idade entre 15 e 40 anos. Indivíduos que estavam na melhor idade produtiva eram a pluralidade dos escravos encontrados em Minas Gerais na maioria dos períodos examinados, contando 131 para pouco mais de 49% do total que havia na amostra entre 1715 e 1888. 30% de todos os escravos estavam na faixa entre 1 e 14 anos de idade; 21% na de 41 anos ou mais(BERGARD, 2004, p. 207).

Pode-se ponderar que o autor estabelece uma idade para marcar o declínio do período produtivo dos escravos a partir dos 41 anos. Ainda, afirma que, para Minas Gerais, a maioria dos escravos estava na faixa etária produtiva. Os números da Lista Nominativa de 1831 apresenta, para o Termo de São João del-Rei, o percentual de

[15]Brügger (2007), Bergard (2004),Motta (2010), Schwartz (1988) e Faria (2000).

15,91% de escravos nessa faixa etária[16]. O autor trabalha com inventários no período que abarca boa parte dos séculos XVIII e XIX. Outra indicação da idade para iniciar a velhice é apresentada quando o autor aponta os números de doentes e que apresentavam algum tipo de lesão física nos inventários pesquisados. Segundo ele:

> A porcentagem também era mais alta entre os escravos africanos (11%) do que entre os nascidos no Brasil (8,1%). Evidentemente, isto ocorria devido ao número relativamente maior de africanos idosos e ao grande número de crianças escravas nascidas no Brasil, as quais tinham menor propensão às doenças. Em geral, como seria de esperar, escravos mais velhos tendiam a apresentar índices mais elevados de doenças do que as outras categorias de idades. Supõe-se que 15,7% dos escravos com mais de 40 anos de idade estariam doentes ou apresentariam algum tipo de lesão; este índice caía para 9,7% entre os escravos na flor da idade e para 4% entre os abaixo de 15 anos de idade (BERGARD, 2004, p. 234-235).

A partir dessa perspectiva, é possível presumir o início da velhice escrava entre 41 e 45 anos, e não os 35 anos apontados por Kátia Mattoso (1982). Corroborando essa afirmativa, foi possível observar, em pesquisa nos inventários *post mortem* para o Termo de São João del-Rei e em trabalho anterior(MAGALHÃES, 1998), que os preços de homens e mulheres aos 35 anos ainda eram similares a escravos mais jovens. Comparações mediante preços podem ser subjetivas na medida em que alguns escravos entre 50 e 60 anos apresentavam preços compatíveis com os de idade produtiva, o que poderia estar ligado ao ofício[17]. Bergard (2004, p. 270-271) afirma que os crioulos (nascidos no Brasil) costumavam ser mais valorizados que os africanos:

> Foi bem estabelecido que, na maioria das sociedades escravagistas onde havia o comércio de escravos, os escravos crioulos em idade de trabalho dos dois sexos valiam mais do que os africanos nas mesmas categorias etárias. Isto estava relacionado a uma série de fatores. Acima de tudo, a ocupação determinava o valor, e os crioulos de ambos os sexos estavam geralmente bem mais concentrados em ocupações urbanas e especializadas do que seus iguais africanos. [...]A ocupação levou a preços mais altos os escravos crioulos; outro fator era sua maior esperança de vida. Os compradores de escravos geralmente acreditavam que os escravos nascidos na terra teriam

[16]Ver a Tabela 2 (p. 38).
[17]Na pesquisa para o trabalho monográfico,foram encontrados escravos com 50 a 60 anos que valiam mais que outros com menor idade. Essa variação pode estar ligada ao ofício apresentado junto a eles nos inventários (MAGALHÃES, 1998).

> vidas produtivas mais longas e por isso valiam mais do que os africanos.

Em geral,a queda dos preços se dava, principalmente, a partir dos 40 a 45 anos; por volta dos 60 anos em diante, caía ainda mais. Ainda sobre os preços de escravos em Minas Gerais, Laird Bergard (2004, p. 269) afirma: "Em primeiro lugar, a partir de 1790 e até a abolição em 1888 os escravos com menos de 15 de idade eram mais valorizados do que os com mais de 40 em todos os anos". Somando essa consideração aos estudos sobre estruturas etárias, assim como as condições de saúde dos mais velhos, segundo Bergard, pode-se supor um início da velhice por volta dos 41 a 45 anos.

Já Stuart Schwartz (1988) indica outro marco para definir a velhice escrava, que seria a idade de 50 anos. Para chegar a esse limite, o autor se reportou aos sistemas de categorias etárias descritivas utilizadas por traficantes de escravos e senhores de engenho. Então,

> [...]na Bahia 'crias de peito' eram bebês de um ano ou menos, crias de pé' eram os bebês que já sabiam andar. 'Menino' e 'menina' eram usados para crianças de até aproximadamente oito anos, e 'moleque' e 'moleca' eram aplicados às de treze a quatorze anos em geral, [...] O termo 'rapaz' ou 'rapariga' era muitas vezes usado para adolescentes. [...] a despeito da imprecisão na separação das categorias etárias, é possível examinarmos a população escrava dividida entre crianças até oito anos ou treze anos, adultos de catorze a cinquenta e idosos com mais cinquenta anos (SCHWARTZ, 1988, p. 288).

O autor ainda afirma que a idade mais precoce que encontrou para designar um escravo velho foi de 48 anos, posto que a idade do referido escravo era conhecida. Nessa afirmação, contrapõe Luís Lizante(1973*apud* SCHWARTZ, 1988, p. 439), que apresenta outro esquema descritivo de idades com base em correspondências mercantis, apontando a idade de 36 anos para marcar o início da velhice. Schwartz (1988) considera que essa periodização não se aplica ao caso baiano, assim como considera-se que não se aplica ao caso são-joanense do século XIX.

Na verdade, era difícil precisar a idade até mesmo entre os livres, principalmente para uma população que muito mais estimava o passar dos anos que o propriamente contava. Mesmo assim, a idade era considerada quando se fazia necessário informá-la em documentos oficiais como óbitos, casamentos e batizados. Era comum arredondar a idade de cinco em cinco anos ou até mesmo dez anos; por

exemplo: 40, 45 e 50 anos. Paiva e Rodarte (2015), ao se referirem ao comportamento dos recenseadores ao informar sobre a idade em listas nominativas, apresentam o exemplo das listas nominativas paulistas. Essas listas eram anuais. De acordo com eles, era comum que esses recenseadores ajustassem a idade de um ano para outro. Outra tendência seria "imputar ou declinar as idades dando certa preferência a números terminados em zero, cinco ou números pares"(PAIVA; RODARTE, 2015, p. 358). Assim, remetendo a Sheila Faria(*apud* VAINFAS, 2000, p. 508): "Tornar-se velho era, na colônia, prerrogativa para poucos". Pode-se crer que isso também se dava para o período imperial.

Voltando a Motta (2008), ele afirma, em seu artigo, que a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, acarretou, nos seus anos posteriores, um envelhecimento da escravaria comercializada, tal como um aumento significativo de negociação de escravos idosos nas regiões do interior de São Paulo estudadas pelo autor. Nesse sentido, aponta-se para uma gradual diminuição da mão de obra jovem, o que levaria os senhores a adquirirem escravos cada vez mais velhos. Nos termos do autor:

> Sobrepõem-se, pois, duas ordens de considerações. Nas *transações registradas antes de 1874, o mercado para homens velhos expandiu-se nos anos em que o ritmo do tráfico perdeu alento*. Isto igualmente ocorreu nos negócios registrados após 1873; todavia, no contexto da vigência da Lei do Ventre Livre, *a crescente escassez de cativos jovens tornava necessariamente os mais velhos um bem não facilmente prescindível*. O peso relativo das transações com idosos, aliado à distribuição dessas pessoas segundo o sexo, revelou ainda um elemento constante por todas as quase três décadas examinadas: *a pequena atratividade possuída pela mercadoria representada pelas escravas velhas*(MOTTA, 2008, p. 59, grifos nossos).

Esse padrão parece não ter sido o mesmo para as duas regiões. Ainda assim, seria necessário um estudo mais pormenorizado sobre a comercialização de escravos e escravas idosos em Minas durante os oitocentos, a fim de evidenciar as afirmações de Motta (2008), mesmo que seja difícil quantificar com precisão o comércio escravo de Minas Gerais por meio das fontes disponíveis (BERGARD, 2004).

Depois do exposto, diante da dificuldade de se estabelecer um consenso sobre o início da velhice escrava, é crível ponderar que, para iniciar essa faixa etária, a idade razoável seria aproximadamente entre os 45 e 50 anos. Assim, levando-se em conta

questões metodológicas, decidiu-se, como Brügger (2007), estimar em 46 anos a idade para delimitar o início da velhice escrava.

1.2 A Lista Nominativa de 1831

É importante contextualizar as Listas Nominativas da década de 1830, bem como entender como trabalha a História demográfica. As Listas Nominativas são um conjunto de documentos de registros demográficos, produzidos pela Presidência da Província de Minas Gerais, que compõem dois levantamentos: 1831/1832 e 1838/1840. O levantamento demográfico de 1831/1832 é o mais circunstanciado. Nele, encontram-se informações sobre condição social, cor/qualidade, nome dos indivíduos, sexo, ocupação e situação conjugal entre outras informações[18]. Por meio desses dados,é possível fazer pesquisas e análises da população mineira do século XIX.

A iniciativa de produzir listas nominativas foi advogada pelo Major Luiz Maria da Silva Pinto[19]. Ele justificava as listas afirmando que os mapas da população não eram satisfatórios e nem tão pouco rápidos para totalizar o número da população. Já as listas nominativas atendiam às demandas das autoridades provinciais, uma vez que poderiam calcular e tabular as informações da "forma como lhes conviesse". Ainda assim, o secretário advertia que o número populacional deveria ser expandido em um terço ou no mínimo em um quarto,pois alguns dados poderiam ser ocultados pelos recenseados (RODARTE, 2012).

O desconhecimento do número da população mineira começou a mudar nas últimas décadas do século XVIII devido às medidas tomadas por governantes locais e centrais de construir registros demográficos da população mineira e também do restante do Brasil. Pode-se periodizar esse processo, segundo Marcos Rodarte (2012, p. 85), em três fases distintas:

> 1) A pré-estatística (de 1500 a cerca de 1750), em que há escassez de registros de levantamento populacional baseados em contagem direta

[18]Outras informações referentes à Lista Nominativa de 1831 podem ser encontradas em Godoy e Silva (1999),Martins (1989),Paiva e Martins (1985), Libby (1988a, b) e CEDEPLAR(http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br).

[19]O Major foi, durante quase quatro décadas, o principal organizador das estatísticas mineiras, e também nomeado secretário de Estado desde 1822 (RODARTE, 2012).

> da população; 2) a protoestatística (de 1750 a, aproximadamente, 1872), caracterizada pela abundância de censos regionais e séries estatísticas vitais provenientes de registros paroquiais; e 3) a estatística (a partir de 1872), com a criação dos censos nacionais, inicialmente por órgãos centrais, e pela secularização das estatísticas vitais, com a institucionalização dos cartórios.

Assim, como foi possível perceber, o objeto de estudo deste trabalho se insere na fase protoestatística.[20]

Uma contribuição relevante é a de Wellington Júnior Guimarães da Costa(2010). Em seu trabalho sobre análise qualitativa e quantitativa nos períodos colonial e imperial, demonstra a importância de se observarem as características e estruturas dos documentos analisados. Além disso, o autor lembra que as informações presentes, bem como as tipologias e os dados nem sempre são coerentes com o descrito nos documentos. Isso remete a algumas limitações encontradas no decorrer da pesquisa, que culminam agora com este trabalho, no caso específico o cruzamento das informações da Lista Nominativa de 1831 em concomitância com os inventários. No caso de inventários posteriores ao ano de 1831, na maioria dos casos, não foi possível encontrar o mesmo escravo descrito na Lista com os elencados entre os bens dos proprietários. Vários poderiam ser os motivos de tal "desaparecimento" dos escravos; muitos também com datas próximas ao ano da Lista Nominativa, talvez, tenham sido vendidos, ou mesmo falecido devido à idade, ou ainda decorrente de uma grafia diferente de nomes e idades em um ou no outro documento.

Libby (1988a) faz algumas observações interessantes sobre as limitações das Listas. O autor categoriza as limitações dos documentos da seguinte forma: "1) falta, interna ao conjunto, de informações completas com relação aos pedidos formulados; 2) inexistência de dados relativos a certas áreas geográficas da província" (LIBBY,1988a, p. 29).Na visão dele,por meio de uma circular, os juízes de paz deveriam seguir um modelo especifico para as Listas:

> 1) Numeração do quarteirão; 2) numeração dos fogos; 3) habitantes (lista nominal); 4) qualidades (cor); 5) condições (livre, cativo, forro e outras); 6) idades; 7) estados (civis); 8) ocupações. Quando os juízes de paz seguiam à risca o modelo e preencheram todas as casas

[20]Essa periodização está de acordo com as apresentadas por Carvalho e Leite (1999 *apud* RODARTE, 2012).

> para cada indivíduo, o resultado é de uma riqueza singular para estudos que ambicionavam se aproximar de uma reconstituição da sociedade mineira dos oitocentos (LIBBY, 1988a, p. 30).

Apesar disso, as Listas ainda são um instrumento primordial para os historiadores dispostos a superar essas limitações e foram essencial ponto de partida para demonstrar aspectos da velhice escrava. Junto com outras fontes do período, puderam delinear um pouco essa nuança da escravidão.

1.3 O mapa da população escrava no Termo de São João del-Rei

As Tabelas e Quadros apresentados a partir de agora têm por finalidade mostrar, primeiramente, um panorama da população total do Termo incluindo livres, forros e escravos; logo após, a exposição da população escrava total e a população de escravos velhos, explorando as variáveis: ocupação, número de fogos e posse de escravos[21] (CEDEPLAR)[22].

As Tabelas a seguir têm como objetivo analisar, inicialmente, a população total do Termo de São João del-Rei em 1831 e perceber o lugar do escravo velho dentro do panorama dessa sociedade ao investigar essa população mancípia quanto à ocupação e os fogos onde estavam inseridos.

A Tabela 1 apresenta a população total do Termo, contando com 28.061 habitantes divididos entre homens e mulheres, livres e escravos.

[21]A ferramenta metodológica utilizada para criar um banco de dados sobre os escravos velhos é o programa SPSS, que armazena as informações da Lista Nominativa de 1831 e permite o cruzamento de variadas informações. Ele foi organizado pela professora Clotilde Paiva e desenvolvido junto com equipe da CEDEPLAR. Esse Banco de Dados foi cedido pela professora Cristiana Viegas de Andrade. O Banco de Dados, assim como sua instrumentalização, fazem parte do conteúdo da disciplina "Técnicas para Análise de Dados Seriais e Demográficos", ministrada pela professora Doutora Cristiana Viegas de Andrade,oferecida no primeiro semestre de 2015 para crédito do mestrado em História da UFSJ.

[22]O Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica está vinculado ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). São responsáveis pelo Núcleo três professores pesquisadores: Clotilde Andrade Paiva, professora do Departamento de Demografia; Marcelo Magalhães Godoy, professor do Departamento de Ciências Econômicas; e Mario Marcos Sampaio Rodarte, professor do Departamento de Ciências Econômicas.

Tabela 1

Tabela 1:

População total segundo faixa etária e sexo.

Termo de São João del Rei, 1831.

Condição social																		
Faixa etária	Sem informação				Livre				Escravo				Total				Total Geral	
	Sexo				Sexo				Sexo				Sexo					
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher			
	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%
S/ inf.	5	0,018	1	0,004	2	0,007	0	0,000	1	0,004	0	-	8	0,029	1	0,004	9	0,032
0-4	349	1,244	342	1,219	726	2,587	695	2,477	429	1,529	435	1,550	1532	5,460	1507	5,370	3039	10,830
5-9	483	1,721	479	1,707	874	3,115	799	2,847	472	1,682	455	1,621	1857	6,618	1773	6,318	3630	12,936
10-14	445	1,586	401	1,429	709	2,527	699	2,491	766	2,730	514	1,832	1961	6,988	1637	5,834	3598	12,822
15-19	275	0,980	315	1,123	417	1,486	559	1,992	820	2,922	523	1,864	1527	5,442	1413	5,035	2940	10,477
20-24	268	0,955	323	1,151	471	1,678	516	1,839	1055	3,760	539	1,921	1811	6,454	1402	4,996	3213	11,450
25-29	197	0,702	224	0,798	376	1,340	386	1,376	739	2,634	352	1,254	1329	4,736	986	3,514	2315	8,250
30-34	170	0,606	263	0,937	329	1,172	417	1,486	715	2,548	366	1,304	1246	4,440	1069	3,810	2315	8,250
35-39	121	0,431	161	0,574	258	0,919	255	0,909	322	1,148	175	0,624	716	2,552	606	2,160	1322	4,711
40-44	201	0,716	248	0,884	302	1,076	311	1,108	465	1,657	227	0,809	991	3,532	811	2,890	1802	6,422
45-49	93	0,331	117	0,417	199	0,709	182	0,649	129	0,460	80	0,285	429	1,529	389	1,386	818	2,915
50-54	134	0,478	171	0,609	235	0,837	225	0,802	239	0,852	97	0,346	632	2,252	514	1,832	1146	4,084
55-59	58	0,207	59	0,210	147	0,524	110	0,392	84	0,299	32	0,114	296	1,055	211	0,752	507	1,807
60-64	101	0,360	114	0,406	169	0,602	130	0,463	130	0,463	40	0,143	428	1,525	302	1,076	730	2,601
65-69	32	0,114	16	0,057	50	0,178	40	0,143	22	0,078	6	0,021	106	0,378	64	0,228	170	0,606
70-74	37	0,132	36	0,128	75	0,267	67	0,239	40	0,143	7	0,025	163	0,581	115	0,410	278	0,991
75-79	6	0,021	4	0,014	21	0,075	13	0,046	9	0,032	2	0,007	39	0,139	21	0,075	60	0,214
80-84	20	0,071	28	0,100	25	0,089	26	0,093	16	0,057	6	0,021	61	0,217	63	0,225	124	0,442
85-89	1	0,004	2	0,007	4	0,014	4	0,014	2	0,007	2	0,007	7	0,025	8	0,029	15	0,053
90-94	2	0,007	2	0,007	3	0,011	3	0,011	4	0,014	1	0,004	12	0,043	6	0,021	18	0,064
95-	4	0,014	3	0,011	3	0,011	2	0,007	0	0	0	0	7	0,025	5	0,018	12	0,043
Total	3002	10,698	3309	11,792	5395	19,226	5439	19,383	6459	23,018	3859	13,752	15158	54,018	12903	45,982	28061	100

Fonte:Arquivo Público Mineiro. Listas de população da Província de MinasGerais, ano 1831.

Os estudos sobre a população têm como propósito "gerar elementos para subsidiar a análise da dinâmica populacional, dada pelos seus três componentes, relativos à natalidade, mortalidade e migração" (RODARTE, 2012, p.105). Do contingente da população total, da Lista Nominativa de 1831/1832, há um número significativo de indivíduos com a variável "sem informação" para a condição social e também para outras variáveis. Esse parece ser um padrão para a Lista de 1831. Sobre a condição social apresentada na Lista, é bastante esclarecedora a ponderação de Rodarte (2012, p. 87) sobre este fato:

> Entre as condições sociais, livre e escravo eram as mais frequentes. Forros (cativo libertos) e quartados (cativo em processo de alforriamento) eram menos incidentes, inclusive pela menor frequência dessas condições, mas também por não constituírem em categorias exigidas no oficio que solicitava o levantamento das listas. Por isso, forros poderiam ser classificados, simplesmente, como livres e quartados, como escravos. A ausência dessa informação, em geral, foi tomada como indicação do indivíduo ser livre, pelo elevado número de casos de não informação de condição entre os brancos.

Levando em conta essa ponderação, pode-se considerar que o número de livres era bastante superior ao de cativos em 1831 no Termo de São João del-Rei. Mesmo não contando com o total de escravos da vila, já que não foram elencados na Lista, pode-se acreditar que o número desses indivíduos no meio urbano era menor que no meio rural. Pode-se comparar, ainda, alguns números de períodos próximos que confirmam essa diferença.

> Assim, vejamos as estimativas da de a *População da Província de Minas Gerais (1821) de Silva Pinto*[23]*(...)* Nelas, todo o termo de São João del-Rei possuía 20.152 livres e 10.877 escravos. (...) pelo *Censo da Província de Minas Gerais (1833-35)*[24] , a cidade de São João del-Rei possuía 1.823 escravos e 5.235 livres, mas o termo compunha-se de 9.836 escravos e 12.299 livres. (GRAÇA FILHO, 2002, p. 43).

O autor aponta a diminuição da população em pouco tempo como um defeito na contagem censitária. Se reportarem os números da Lista de 1831 do Termo de São João, foram contados 17.145 livres, levando-se em conta as informações contidas na

[23](MATOS, 1981*apud* GRAÇA FILHO, 2002).
[24](MARTINS, 1990*apud* GRAÇA FILHO, 2002).

variável “sem informação”. Normalmente, a não informação da condição social resumia-se aos indivíduos livres e 10.318 escravos (já excluídos os escravos da vila de São João del-Rei), um número bem mais aproximado ao de Silva Pinto dez anos antes.

Ainda sobre as diferenças numéricas entre a população livre e a escrava em Minas Gerais, Bergard (2004) descreve os números para a Província de Minas Gerais entre 1776 e 1821 relativos aos grupos raciais. Segundo ele: “Os brancos aumentaram em relação ao restante da população,os escravos diminuíram em relação à população livre,e negros e mulatos livres mantiveram uma parcela bastante estável do total de habitantes da província” (BERGARD, 2004, p. 174). Mas para a comarca do Rio das Mortes, o autor indica um aumento substancial da migração de brancos. Principalmente para a região Sudeste, diferente da época da mineração, que houve uma migração de famílias, e não somente do elemento masculino. Sobre isso, Brügger (2007, p. 39) ressalta que “uma característica interessante desta população era uma presença maior de brancos que em outras áreas das Gerais”. Os números para as regiões mais tradicionais, antigos polos mineradores, são apontados por ele:“Em São João del-Rei, São José del-Rei, Tamanduá, Queluz e Barbacena atendem ao número de 33% da população eram brancos, 38% escravizadas, e 29% eram constituídos por negros e mulatos livres”(BERGARD, 2004, p. 189). Pode-se comparar os números apresentados pelo autor aos da década seguinte contidos na Tabela 1: os livres contavam 38,6%, os sem informação 22,49% e os escravos 36,8%. Os números da Lista Nominativa se aproximam bem mais dos dados de Bergard.

Encontra-se em Rodarte (2012) uma tipologia desenvolvida para analisar o crescimento populacional nas Listas da década de 1830, o que pode demonstrar uma característica da dinâmica da população de São João del-Rei. O autor classificou as regiões de Minas em: A, subdividida em A1 e A2,abarca as regiões de: A1 Mineradora Central Oeste, a Intermediária Pitangui-Tamanduá, Sudeste e Sul Central. Quanto ao tipo A2, faziam parte Diamantina, Vale Alto-Rio São Francisco e Vale Médio-Baixo Rio das Velhas, “sendo este ainda menos dinâmico que aquele, inclusive com perda de contingente escravo” (RODARTE, 2012, p. 93). Para o autor, as regiões caracterizadas por pouco dinamismo eram localizadas em áreas de povoamento mais antigo. São João del-Rei estaria incluída na subdivisão A1, e com crescimento moderado, ao dobrar de tamanho a cada 45 anos. As demais regiões foram divididas em: B (subdividida em B1

e B2), com crescimento mais dinâmico; e, finalmente, C, com características medianas de crescimento populacional.

Para Laird Bergard (2004), o crescimento da população da Comarca do Rio das Mortes, entre 1776 e 1821, foi bastante superior a outras áreas de Minas Gerais. Nos termos dele: “cresceu a um ritmo anual de 2% entre 1776 a 1808, e 3,3% entre 1808 a 1821. Esse foi o aumento muito superior ao ocorrido em qualquer outra área da capitania”(BERGARD, 2004, p. 168). Isso se deve a um aumento da migração de outras regiões causada, particularmente, pela oferta de terras disponíveis para atividades agropecuárias nas fronteiras da região. São João del-Rei e cercanias eram regiões tradicionalmente mais populosas. As áreas mais a sudeste e oeste do Rio das Mortes eram áreas de fronteira. Assim, as regiões mais próximas dos centros comerciais, como São Paulo e, principalmente, Rio de Janeiro, se tornaram importantes polos comerciais e de produção de subsistência.

A Tabela2 apresenta um panorama da população escrava por meio da divisão entre faixa etária e sexo.

Tabela 2

Tabela 2
População escrava segundo faixa etária e sexo

Termo de São João del-Rei

Faixa etária	Sexo				Total	
	Homem		Mulher			
	Σ	%	Σ	%	Σ	%
S/ inf.	1	0,01	0	-	1	0,01
0-4	429	4,16	435	4,22	864	8,37
5-9	472	4,57	455	4,41	927	8,98
10-14	766	7,42	514	4,98	1280	12,41
15-19	820	7,95	523	5,07	1343	13,02
20-24	1055	10,22	539	5,22	1594	15,45
25-29	739	7,16	352	3,41	1091	10,57
30-34	715	6,93	366	3,55	1081	10,48
35-39	322	3,12	175	1,70	497	4,82
40-44	465	4,51	227	2,20	692	6,71
45-49	129	1,25	80	0,78	209	2,03
50-54	239	2,32	97	0,94	336	3,26
55-59	84	0,81	32	0,31	116	1,12
60-64	130	1,26	40	0,39	170	1,65
65-69	22	0,21	6	0,06	28	0,27
70-74	40	0,39	7	0,07	47	0,46
75-79	9	0,09	2	0,02	11	0,11
80-84	16	0,16	6	0,06	22	0,21
85-89	2	0,02	2	0,02	4	0,03
90-94	4	0,04	1	0,01	5	0,04
Total	6459	62,60	3859	37,40	10318	100

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas de população da Província de Minas Gerais, ano 1831

Para a população escrava em geral, pode-se perceber a existência de um número significativo de crianças de zero a nove anos, correspondendo a 17,45% da população total e aumentando substancialmente até os 14 anos. Já para os mais velhos, entre 45 e 94 anos, o percentual era de 9,2%. Era uma população relativamente jovem considerando que os adultos jovens são aquelas pessoas entre 15 e 29 anos.

As estimativas de Schwartz(1988), para a expectativa de vida dos escravos brasileiros no final do século XIX, era de 19 a 27 anos. Para a população como um

todo, essa estimativa era de 27,08 anos. Ele utilizou dados de Slenes[25], que definiu a expectativa média entre 19 e 27 anos. Pedro Carvalho de Mello chegou a 27,4 para a população como um todo, e Stephen Burmeister estimou em 25 anos para as mulheres e 27 anos para os homens(SCHWARTZ, 1988, p. 303). Levando em conta essa expectativa de vida para os escravos de São João del-Rei, os dados da Lista Nominativa de 1831 podem indicar algumas questões sobre o fluxo populacional dos cativos: os escravos de dez aos 14 anos representam 12,41%, e os de 15 aos 19 anos, 13,02% da população total dos escravos. Na faixa etária de 20 a 24, representa 15,45%. Há um aumento considerável se comparar com as faixas subsequentes, que variam de 10,57% a 10,48%. A partir dos 35 anos, há um decréscimo acentuado de todas as faixas etárias. Pode-se pensar que, grosso modo, é nessa faixa etária de 20 a 24 anos que há maior entrada de escravos pela imigração do tráfico, e, entre 25 a 34, começa um declínio populacional apesar do tráfico. É provável que outros fatores, além da expectativa de vida, possam ter promovido a diminuição da população escrava nessas faixas etárias. Sobre a imigração pelo tráfico, Schwartz (1988, p. 299) esclarece que

> [...] praticamente todos os observadores da escravidão na Bahia colonial estão de acordo sobre o ter a população escrava dessa capitania sofrido uma taxa anual de declínio, ou seja, uma situação em que o número de nascimentos foi constantemente superado pelo número de mortes, de modo que a manutenção da população apenas foi possível com a contínua importação de novos cativos da África.

A partir dos 35 anos e para todas as demais faixas etárias,o número de escravos diminui constantemente. Outro dado que pode sugerir o crescimento populacional devido ao tráfico para algumas faixas etárias é o aumento do número de escravos

[25]Schwartz (1988, p. 303)utilizou a estimativa de Robert Slenes, "supondo um regime severo de mortalidade, intermediário entre as tábuas modelo Oeste-1 e Oeste-4, de Coale e Demeny". O modelo de Coale e Demeny é um instrumento de estimativas demográficas indiretas, um conjunto de tábuas-modelo. Foram construídas quatro famílias de tábuas modelo – denominadas Norte, Sul, Leste e Oeste – partindo-se do pressuposto de que seria impossível procurar um padrão aceitável de representação de toda experiência de mortalidade documentada mediante um único parâmetro. O padrão comumente utilizado no Brasil é o modelo Oeste, que representa um padrão construído considerando um maior número de tábuas, sendo estas também mais heterogêneas. Mais sobre o assunto, ver: *New life tables for Latin American populations in the nineteentb and twentieb centuries.*Berkley, 1968. p. 29. Cf. Slenes (1999, p. 348-353); ALBUQUERQUE, Fernando Roberto Pires de Carvalho; BORGES, Gabriel Mendes; OLIVEIRA, Juarez de Castro. *Níveis e Padrões da Mortalidade no Brasil*: Proposta de um Novo sistema de Tábuas-Modelo.Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu, Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download>.Acesso em: 15 maio2018.

homens entre os de idades de 15 a 34 anos em relação às faixas etárias anteriores, com um aumento mais acentuado entre os 20 e 24 anos, representando 10,22% do total. Já entre as mulheres, houve uma diferenciação nessa faixa etária em relação aos homens, pois continuou acompanhando o crescimento das anteriores. Esses números podem corroborar a hipótese de que o crescimento populacional entre os escravos se dava com a reprodução natural aliada à entrada de novos cativos por meio do tráfico (PINTO, 2010).

Pelo Rol dos Confessados[26], Libby e Paiva (2000) descrevem a população da vila de São José del-Rei e mostram o padrão demográfico da freguesia. A vila de São José é vizinha à de São João. Devido à proximidade das duas, é possível fazer uma comparação da população por meio das duas listas demográficas. De certa forma, é plausível pensar que os movimentos populacionais poderiam ser bastante similares. Conforme os autores, o Rol correspondia a 48,7% do total da população excluídas as crianças até sete anos. A proporção de cativos normalmente pode indicar o nível da atividade econômica de uma região. A partir dos números da freguesia de São José, é possível concluir esta que se encontrava entre as mais desenvolvidas da região: "Com efeito, os cativos eram a maioria da população na vila de São José e nas capelas de São João Baptista, Lages e Japão (53%, 63%, 57,3%,respectivamente)"(LIBBY; PAIVA, 2000, p. 22).

Havia um desequilíbrio entre os cativos e cativas de origem africana na vila de São José, segundo os autores "um dos mais altos até hoje encontrados para populações escravas no Brasil" (LIBBY; PAIVA, 2000, p. 23).Para eles, a conclusão é de que a freguesia ainda participava do tráfico atlântico e, consequentemente, havia a presunção de uma economia dinâmica. Pode-se muito bem valer dessas conclusões para São João, assim como as questões que indicam que o relativo equilíbrio entre os escravos nativos de ambos os sexos indica a existência da reprodução natural e que poderiam suprir a mão de obra na falta do elemento africano.

[26]O Rol dos confessados é uma extensa lista nominativa do ano de 1795 referente à paróquia de São José del-Rei. Nele, constam 10.229 indivíduos com direito a participar da comunhão, exceto as crianças entre zero e sete anos. Lá, estão listados o nome, a idade, a condição social, a raça/origem, os domicílios, a situação matrimonial e a situação no fogo daqueles que comungaram naquele ano. Compunham a lista os fiéis da vila de São José e mais as nove capelas adicionais (Passatempo, Oliveira, Cláudio, Desterro, Lages, Japão, São João Baptista, Penha da França do Bichinho e Pilar do Padre Gaspar)(LIBBY; PAIVA, 2000).

Por sua vez, Bergard (2004, p. 204) sugere que o crescimento da população escrava mineira, principalmente para a região de São João e São José del-Rei, se deu pela reprodução natural, especialmente a partir de 1790:

> [...] embora tenha acontecido uma retomada na importação da África depois de 1805, indicada na tendência do aumento da porcentagem relativa de africanos encontrada na amostra de São João e São José del-Rei entre 1805 e 1820. Mesmo com essa retomada das importações da África, os escravos nascidos no Brasil permaneciam esmagadora maioria após 1790 e aumentaram de modo significativo sua parcela relativa da população escrava a partir da década de 1830.

Outro dado apontado pelo autor para corroborar a predominância da reprodução natural seria sobre a proporção das faixas etárias para a região. Para ele:

> Havia ainda diferenças regionais nas estruturas etárias dos escravos inventariados. O desvio mais impressionante em relação às médias pode ser observado em São João e São José del-Rei, onde a porcentagem de escravos mais jovens, na faixa entre 1 e 14 anos, era maior que em qualquer outro lugar(BERGARD, 2004, p. 207).

Os dados da Tabela 2 mostram uma estabilidade no crescimento da faixa etária de um a nove anos, com um aumento substancial a partir da faixa etária de dez a 14 anos. Na verdade, elas representam 29,76% do total da população escrava, com substancial aumento a partir daí e decréscimo a partir dos 40 anos. Na perspectiva do autor, os dados dos inventários não diferem dos dados demográficos constantes nas Listas de 1808 a 1833: “aproximadamente 28% dos escravos tinham menos de 15 anos” (BERGARD, 2004, p. 207). A menor porcentagem para o século XIX aparece em 1872 com 22%, provavelmente em função da Lei do Ventre Livre. Ainda assim,no estudo sobre a origem dos escravos, a partir do Banco de Dados dos inventários, percebe-se que, entre os escravos até 46 anos, há uma predominância daqueles de origem brasileira, enquanto que entre os mais velhos aumenta os de origem africana. Isso não significa que entre os escravos mais velhos houvesse um número maior de importações de escravos. Outros fatores podem ter influenciado essa mudança populacional.[27]

Outra característica dessa população é a desproporção entre homens e mulheres, que aparece em todos as faixas etárias, com um número maior de homens em relação às

[27]Mais sobre esse assunto, reportar-se ao Capítulo 2, p. 55.

mulheres. Ela vai se tornando mais desproporcional desde os 14 até os 45 anos. A partir daí, o distanciamento aumenta ainda mais em relação aos homens. Essa desproporção, com um número maior de homens em relação às mulheres, pode ser explicada, entre outros, pela preferência da mão de obra masculina em relação à feminina devido à dinâmica do tráfico apontada pela historiografia.[28]

Voltando a Clotilde Paiva (1984), ainda sobre Mariana, é possível encontrar algumas similaridades em relação à população das duas regiões. Uma delas diz respeito ao número maior de homens, que representavam 61% do total de cativos naquela cidade. Ainda que o estudo de Mariana esteja restrito à cidade, para o Termo de São João del-Rei, observou-se, para o mesmo período, que os homens representavam 62,60% do total da população mancípia, enquanto as mulheres contavam 37,40% desse total. Brügger (2007) aponta para as condições do tráfico, a fim de explicar essa diferença. Também, convém notar que, nesse período, já estavam em curso as pressões para o fim do tráfico[29].

Sobre a desproporção entre homens e mulheres, Florentino e Góes(1997) fazem observações sobre a população escrava do Rio de Janeiro, mais precisamente no "agro Fluminense" no período entre 1790 e 1830. Os autores mostram que, naquela região, também houve uma clara desproporção entre os sexos predominando os homens. Porém, entre 1810 e 1825, os índices eram altos para as pequenas escravarias: "(62,5% contra 59,8% dos grandes plantéis), isso se devia não a uma maior compra de africanos homens, mas sim à perda de mulheres (africanas e crioulas) para as grandes unidades produtoras" (FLORENTINO; GOES, 1997, p. 68). Na verdade, os autores indicam uma melhora nas condições da reprodução natural em períodos de crise de abastecimento de mão de obra cativa. Essa argumentação se dá devido ao grande número de nascimentos nas grandes escravarias. Provavelmente, em época de crise de ofertas, acontecia um "trafico interclasses, pautado em essência na compra de mulheres cativas" (FLORENTINO; GOES, 1997 p. 68).

As Tabelas 3 e 4apresentam uma dinâmica populacional escrava mediante a Lista Nominativa de 1831 a partir da população escrava masculina e da população escrava feminina segundo faixa etária separadamente.

---

[28]Mais sobre o assunto pode ser encontrado em Costa *et al*. (2009), Florentino e Góes (1997) e Slenes (1999).
[29]Guedes (2008) e Slenes (1999).

Tabela 3 -

Tabela 3

População escrava masculina segundo faixa etária

Termo de São João del-Rei

Faixa etária	Homem	
	Σ	**%**
S/ inf.	1	0.01
0-4	429	6,70
5-9	472	7,30
10-14	766	11,90
15-19	820	13,00
20-24	1055	16,00
25-29	739	11,40
30-34	715	11,10
35-39	322	5,00
40-44	465	7,20
45-49	129	2,00
50-54	239	3,70
55-59	84	1,30
60-64	130	2,00
65-69	22	0,34
70-74	40	0,60
75-79	9	0,13
80-84	16	0,23
85-89	2	0,03
90-94	4	0,06
Total	6459	100,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas de população da Província de Minas Gerais,ano 1831.

Tabela 4

Tabela 4
População escrava feminina segundo faixa etária
Termo de São João del-Rei

Faixa etária	Mulher	
	Σ	**%**
S/ inf.	0	-
0-4	435	11,30
5-9	455	12,00
10-14	514	13,30
15-19	523	13,60
20-24	539	14,00
25-29	352	9,00
30-34	366	9,50
35-39	175	4,50
40-44	227	5,90
45-49	80	2,00
50-54	97	2,40
55-59	32	0,80
60-64	40	1,00
65-69	6	0,10
70-74	7	0,20
75-79	2	0,10
80-84	6	0,20
85-89	2	0,07
90-94	1	0,03
Total	3859	100

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas de população da Província de Minas Gerais, ano 1831.

A partir da faixa etária de dez a 14 anos, acontece um aumento bastante significativo em relação àquelas que a precederam. Os indivíduos passam a representar 11,9% do total dos homens escravos. Um aumento ainda mais significativo ocorre a partir da faixa de 20 a 24 anos, que passa a representar 16% do total, enquanto a anterior, 15 a 19 anos, era de 13%. O primeiro decréscimo acontece a partir dos 25 a 29 anos quando contam 11,4% do total da população mancípia masculina. O número de escravos de dez a 24 anos era maior em relação às anteriores e às posteriores. Uma explicação para esse fenômeno pode ser encontrada na dinâmica do tráfico, principalmente se comparada à das mulheres nas mesmas condições.

Para as mulheres, a faixa etária entre os 35 e 39 anos representava 5% da população. Nesse momento, acontece um decréscimo acentuado em relação às anteriores. Se forem comparadas as mesmas faixas etárias para as mulheres e homens, é possível observar um fluxo diferente nas mesmas fases para ambos os sexos. Isso leva a pensar que a questão da mortalidade era diferente entre homens e mulheres.

É claro que, ao pensar a mortalidade, é importante levar em conta outros fatores que contribuem para a diminuição de escravos como, por exemplo, alforrias e fugas(SCHWARTZ, 1988). Normalmente, as mulheres escravas eram em menor número que os homens, assim como as crianças e os velhos, principalmente devido à dinâmica do tráfico, que dava preferência aos homens jovens em idade produtiva. Todavia, além disso, outros fatores poderiam ter contribuído para essa diferença. Sheila Faria (2004, p. 20) faz uma observação primordial sobre os escravos trazidos para o Brasil e a desproporção entre os sexos:

> A presença de africanos foi diretamente proporcional à razão homem/mulher entre escravos. O tráfico para o Brasil foi responsável pela entrada de grande número de homens jovens, de menor quantidade de mulheres e de número ainda mais reduzido de velhos e crianças.
> A predominância de homens no tráfico africano de escravos parece ter sido devida a dois fatores básicos, cujos pesos ainda não se encontram devidamente registrados:
> 1) a tendência, na África, da venda de mulheres para os próprios africanos, sobretudo para os xarifados muçulmanos da África do Norte (a mulher era mais valorizada, nos padrões africanos e orientais, pela sua possibilidade de procriação), o que diminuía a oferta para outros mercados;
> 2) a preferência dos senhores, no Brasil, por homens plenamente produtivos.

Apesar de as mulheres serem em número bem menor que os homens, era comum o número de alforrias ser maior entre as escravas do que entre os escravos. Isso também pode ser pensado para as faixas etárias dos mais velhos. Pode-se imaginar que as alforrias também poderiam ser um dos fatores para a diferença numérica entre os sexos ou mesmo para a diminuição de indivíduos de ambos os sexos em algumas faixas etárias. Sobre a alforria para as mulheres, Sheila Faria (2004, p. 108) faz uma reflexão pertinente sobre o assunto:

> Realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava. Mary Karasch calcula que, para o Rio de Janeiro, entre 1807 e 1831, dois terços das alforrias contemplavam as mulheres. Para a cidade de Salvador, na Bahia, entre 1779 e 1850, as proporções foram similares, com o número de mulheres alforriadas perfazendo o dobro do de homens.[30]

Essa também é uma conclusão a que chegaram Libby e Paiva (2000) ao analisarem a população da Freguesia de São José del-Rei. Isto é, ao mesmo tempo que indicam que o equilíbrio entre os sexos pode estar associado à reprodução natural, por outro lado apresentam que as "razões de masculinidade favoráveis ao elemento masculino mesmo no grupo nativo outra vez sugerem que as mulheres eram mais bem-sucedidas na obtenção de suas cartas de alforria" (LIBBY; PAIVA, 2000, p. 25).

Dito isso, pode-se, ainda, levar em consideração que a mortalidade pode ter sido um fator de diminuição tanto da população idosa masculina quanto da feminina. Comparativamente, a diferença entre as duas permaneceram até o fim em vantagem para os homens. Aliado a isso, também, pode significar que o padrão da escravidão brasileira em manter um número maior de homens, devido ao regime do tráfico, continuou ao longo da vida dos cativos; ou seja, até a velhice.

A partir das observações da população escrava como um todo, pode-se analisar os escravos velhos por meio dos dados apresentados na Tabela 3. Segundo Libby e Paiva (2000), confirmada por Bergard (2004), em Minas Gerais, há uma inversão entre os contingentes populacionais para as faixas etárias dos mais velhos em relação às suas anteriores, isto é, o número de cativos homens africanos aumenta em relação aos brasileiros. Para as outras faixas etárias, o número de brasileiros é superior aos africanos. Uma mesma inversão pode ser observada quanto às escravas a partir dos 46 anos. Antes, havia o predomínio das crioulas. A partir dessa idade, as africanas apresentam um percentual bem maior. Observa-se a mesma tendência para o Termo de São João del-Rei.

[30]Faria (2004, p. 108). A autora sugere, ainda, ver mais sobre o assunto com os autores Mattoso (1982) e Schwartz (1988).

Tabela 5

Tabela 5

População escrava, a partir dos 46 anos de idade, segundo faixa etária e sexo

Termo de São João del-Rei.1831

Faixa etária	Sexo				Total	
	Homem		Mulher			
	Σ	%	Σ	%	Σ	%
46-49	97	10,99	47	5,32	144	16,308
50-54	239	27,07	97	10,99	336	38,052
55-59	84	9,51	32	3,62	116	13,137
60-64	130	14,72	40	4,53	170	19,253
65-69	22	2,49	6	0,68	28	3,171
70-74	40	4,53	7	0,79	47	5,323
75-79	9	1,02	2	0,23	11	1,246
80-84	16	1,81	6	0,68	22	2,492
85-89	2	0,23	2	0,23	4	0,453
90-94	4	0,45	1	0,11	5	0,565
Total	643	72,82	240	27,18	883	100

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas de população da Província de Minas Gerais, ano 1831.

Os escravos velhos do Termo de São João contavam 883 pessoas – 643 homens e 240 mulheres –; ou seja, representavam 9,2% da população de escravos. Apesar desses dados, é importante frisar que são dados relativos, pois a Lista Nominativa de 1831 não leva em conta os escravos da vila. Para a população total, a proporção de homens era maior que a de mulheres, aumentando significativamente a distância entre os dois a partir da faixa etária de 65 a 69 anos, quase sempre o dobro de homens em relação às mulheres. Apesar de ser comum as mulheres viverem mais que os homens, na velhice escrava se dava o contrário, provavelmente devido à desproporção entre os sexos, que colocou a população masculina em número sempre maior (MOTTA, 2010), por causa, principalmente, da lógica do tráfico e, possivelmente, do maior número de alforrias das escravas em relação aos escravos.

1.4 As ocupações da população escrava

A Tabela 6 apresenta as ocupações da população escrava total segundo a faixa etária.

Tabela 6

Tabela 6
População escrava, segundo faixa etária, ocupação e sexo
Termo de São João del-Rei, 1831

Faixa etária	Ocupações	Sexo				Total	
		Homem		Mulher			
		Σ	%	Σ	%	Σ	%
0-19	**S/ inf.**	2271	91	1315	88	3586	90
	Alfaiate	3	0,01	0	-	3	0,06
	Campeiro/capineiro	3	0,01	0	-	3	0,06
	Carpinteiro	3	0,01	0	-	3	0,06
	Carreiro	1	0,004	0	-	1	0,02
	Costureira	0	-	19	1	19	0,4
	Campeiro/capineiro	2	0,008	0	-	2	0,05
	Cozinheira	0	-	13	0,95	13	0,31
	Faiscador	1	0,004	0	-	1	0,01
	Fiadeira	0	-	103	7	103	2,87
	Jornaleiro	1	0,004	0	-	1	0,01
	Mineiro	1	0,004	0	-	1	0,01
	Lavrador	196	8,93	42	3	238	6
	Pedreiro	1	0,004	0	-	1	0,01
	Rendeira	0	-	3	0,02	3	0,06
	Seleiro	1	0,004	0	-	1	0,01
	Tecedeira	0	-	4	0,03	4	0,01
	Criado ou pajem	1		0	-	1	0,01
	Valeiro	2	0,008	0	-	2	0,04
	Total	2487	62	1499	38	3986	100
20-39	**S/ inf.**	2358	84	1118	82	3476	84
	Lavrador	375	13	42	3	417	10
	Alfaiate	7	0,0024	0	-	7	0,2
	Carpinteiro	19	1	0	-	19	0,03
	Chapeleiro	1	0,0003	0	-	1	0,01
	Costureira	0	-	13	1	13	0,02
	Cozinheira	0	-	40	3	40	1
	Ferreiro	16	1	0	-	16	0,3
	Fiadeira	1	0,0003	134	10	135	3,2
	Jornaleiro	1	0,0003	0	-	1	0,01

	Lavadeira	0	-	2	0,001	2	0,01
	Carreiro	1	0,0003	0	-	1	0,01
	Artífice	1	0,0003	0	-	1	0,01
	Fabricante de ferro	0	-	1	0,0007	1	0,01
	Mineiro	10	0,003	0	-	10	0,1
	Pedreiro	3	0,001	0	-	3	0,06
	Rendeira	0	-	1	0,0007	1	0,01
	Sapateiro	13	0,004	0	-	13	0,4
	Tecedeira	0	-	9	0,006	9	0,3
	Tropeiro	5	0,001	0	-	5	0,01
	Valeiro	10	0,003	0	-	10	0,3
	Queijeira	0	-	1	0,0007	1	0,01
	Total	2821	67	1361	33	4182	100
40-59	**S/ inf.**	750	82	351	81	1101	82
	Costureira	0	-	3	0,006	3	0,03
	Cozinheira	0	-	20	5	20	1,5
	Ferreiro	1	0,001	0	-	1	0,05
	Fiadeira	0	-	38	9	38	3
	Lavrador	140	15	19	4	159	12
	Mineiro	9	0,009	0	-	9	1
	Pedreiro	5	0,005	0	-	5	0,3
	Rendeira	0	-	2	0,004	2	0,02
	Sapateiro	2	0,0002	1	0,002	3	0,03
	Tecedeira	0	-	2	0,004	2	0,02
	Tropeiro	1	0,001	0	-	1	0,03
	Valeiro	3	0,003	0	-	3	0,02
	Total	911	68	436	32	1.347	100
60-94	**S/ inf.**	170	85	56	95	226	87
	Fiadeira	0	-	1	2	1	0,4
	Jornaleiro	1	0,004	0	-	1	0,3
	Lavrador	29	14	2	3	31	12
	Valeiro	1	0,004	0	-	1	0,3
	Total	201	77	59	23	260	100
	Total	6.420	66	3.355	34	9.775	100

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas de população da Província de Minas Gerais, ano 1831.

Segundo Paiva e Godoy (2008, p. 3), a informação de ocupação apresentada no Censo de 1831-1832 representa um desafio. Entre outros, dois problemas sobressaem: o "predomínio da não informação e a forte tendência à simplificação da informação". Para a maior parte da população, não foi informada a ocupação. Essa tendência é muito mais frequente entre a população escrava, em geral, e para as mulheres livres, além da faixa etária de zero a nove anos, que representa as crianças. Os autores acreditam que a

simplificação generaliza a informação e que parte dos responsáveis pelo Censo parece privilegiar certos setores da população, o que pode ser confirmado quando se observa a incidência da ocupação sobre as funções públicas, assim como a redução da participação dos escravos na mineração e o não aparecimento dos serviços domésticos. “Portanto, os recenseadores da província, muito mais que omitir dados ocupacionais, parecem ter se inclinado para alteração, consciente ou inconsciente, do peso relativo das ocupações arroladas”(PAIVA; GODOY, 2008, p.17). Dessa forma,essas omissões não podem ser desconsideradas quando da análise desses dados. Os autores propõem uma análise provincial, regional ou distrital, mas apontam para o fato de que essas distorções podem retirar a importância de certas atividades e grupos.

Angela Magalhães Martins (1989) afirma que não havia uma obrigatoriedade de nomeação da ocupação dos escravos. A autora faz uma análise da estrutura e dinâmica ocupacional das vilas de São João del-Rei e Campanha por meio das Listas Nominativas de 1830-1831 e 1838-1840. De acordo com ela, é possível encontrar juízes que indicavam a ocupação para todos os indivíduos listados independente da condição social. Entretanto, não foi o caso de São João del-Rei. Ainda assim, alguns escravos tiveram suas ocupações declaradas, como os que constam na Tabela 6.

Apresentados esses dados sobre a Lista Nominativa de 1831, convém fazer algumas observações para as ocupações da população escrava no Termo de São João del-Rei levando em conta essas omissões. Primeiramente, como observaram Paiva e Godoy (2008), entre as ocupações arroladas, a maior parte se encontra na variável sem informação, que corresponde a 54,2% do total de escravos.

Também, é possível observar que são poucas as funções domésticas com número reduzido de pessoas envolvidas nessas atividades. A ocupação criadagem/pajem aparece somente na faixa etária de zero a 19 anos. Outras profissões, como cozinheira e lavadeira, aparecem em outras faixas etárias, mas com poucos indivíduos. Sobre isso, Douglas Libby (1988, p. 53) aponta uma dificuldade para definir a força de trabalho escrava para o período das Listas: essa categoria participaria “marginalmente” da força de trabalho, pois aqueles “engajados não fariam parte do que hoje se chamaria de “economicamente ativo”. Mesmo porque, naquele período, era bastante difícil dissociar as atividades domésticas das agrícolas de subsistência. O próprio autor ressalta que essa dificuldade com as ocupações domésticas é mais

evidente na Lista de 1872 por ter um número mais significativo de indivíduos que se autodenominaram nesse trabalho. Dessa maneira, pode-se crer que a ausência das atividades domésticas ou mesmo uma razão para o número reduzido dessas atividades possa estar ligado a esses aspectos e, possivelmente, também, ao fato de não haver a listagem dos escravos da vila de São João del-Rei, com certeza o maior e mais populoso espaço urbano do Termo, uma vez que essas atividades, e outras relativas às necessidades da vila poderiam aparecer em maior número. Referindo-se ao Rio de Janeiro, Zephyr Frank (2012, p. 31) faz a seguinte consideração sobre o trabalho escravo urbano:

> Criados domésticos trabalhavam para ricos e prósperos, carpinteiros e pedreiros trabalhavam ao lado de seus parentes livres; outros curvavam as costas com as tarefas simples do trabalho manual – levando e trazendo mercadorias para o porto ou carregando o lixo da cidade para o despejo na baía. No ambiente urbano, os escravos interagiam diariamente com homens livres; sua liberdade de movimento e seu leque de opções sociais eram, de maneira geral, maior do que a de seus irmãos e irmãs que trabalhavam nos campos de cana, nas minas e nas plantações de café do Brasil rural.

A ocupação que tem o maior número de arrolamentos é a de lavrador[31], contando homens e mulheres, para todas as faixas etárias. Sobre isso, Libby (1988, p. 55-56) esclarece algumas razões que explicam uma grande população escrava voltada para as atividades agrícolas em todas as faixas etárias:

> Na sub-região de São João D'El Rei e Barbacena, a agricultura de subsistência voltada para o mercado interno já se encontrava desenvolvida na primeira metade do século XIX. [...] Por outro lado, o próprio peso da população escrava encontrada na Metalúrgica-Mantiqueira ainda era muito grande – sua população servil em 1872 superava as das províncias do Rio Grande do Sul e Pernambuco – e poderia ter sido justamente a capacidade da agricultura de diminuição do contingente mancípio de se acelerar ainda mais.

A ocupação de lavrador era, sem dúvida, a que continha o maior contingente da mão de obra escrava, o que é bastante coerente comas atividades econômicas da região,

[31]Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio Morais Silva, 1789, Tomo Primeiro (p.11), o significado de lavrador é: o que lavra , e cultiva as terras. § Lavradora , mulher, que lavra, ou cultiva as terras.

basicamente voltadas para a agropecuária de abastecimento. Aliado a isso, decorre o fato de que, na maior área urbana do Termo, a vila de São João del-Rei, os escravos não foram contemplados nas Lista, retirando dela grande número de atividades tipicamente urbanas.

Entre os homens, a segunda ocupação é a de minerador, correspondendo a 0,26% do total masculino, a partir da faixa etária de zero a 19 anos, e se encerra na faixa de 40 a 59 anos. Para as mulheres, a segunda ocupação encontrada é a de fiadeira[32], 2,1%, seguida por cozinheira, que corresponde a 0,60% do total de ocupações, costureira, que corresponde a 0,25%, e tecedeira, que corresponde a 0,14%. As outras ocupações realizadas exclusivamente por mulheres não são muito expressivas. A variável "sem informação" também prevaleceu para as escravas no Termo de São João del-Rei. Considerando as atividades voltadas para a produção de tecidos, as mulheres se destacaram em relação aos homens. Isso também se dava em relação às livres[33]. Seguramente, a existência de uma indústria de tecidos domésticas era significativa e absorvia a mão de obra feminina muito mais que a masculina, assim como o aproveitamento da mão de obra de meninos e velhos pode ser encontrada nesse setor talvez por ser uma atividade de menor esforço. Nesse sentido, Libby (1988, p. 85) considera que um bom indicador da importância dessa atividade é a "relativa concentração de mulheres escravas no setor [...]a participação masculina nessa indústria é praticamente nula, limitando-se a um ou outro escravo menino que fiava ou a um ocasional cativo idoso que tecia". Sobre essa divisão do trabalho entre os sexos, e o aproveitamento da mão de obra cativa feminina no setor voltado para os tecidos, o autor observa dentro da realidade escravista que

> [...]numa economia dominada pela agricultura de subsistência quase todos os adultos e adolescentes são incumbidos de realizar alguma tarefa que seria classificável numa das categorias do Recenseamento, com exceção dos estudantes e incapacitados. A lógica do regime escravista naturalmente ditaria o máximo de aproveitamento da mão de obra cativa e, de fato, é comum constatar nos mapas de 1831-40 meninos escravos de dez anos ou menos trabalhando na roça, e enquanto suas irmãs de idades próximas fiavam, cozinhavam e lavavam roupas(LIBBY, 1988, p. 39).

[32] Foi preservada a grafia para as ocupações conforme a Lista Nominativa de 1831.Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio Morais Silva, 1789, Tomo Segundo (p.613), o significado de fiandeira (fiadeira) é: mulher que fia, e talvez vivede fiar.

[33]Mais sobre esse assunto, ver o Capítulo 2 p. 55.

Os autores Godoy e Silva(1999) utilizam-se do banco de dados da CEDEPLAR para classificar as faixas etárias dos escravos: crianças de zero a 15 anos, adultos de 16 a 60 anos e idosos acima de 60 anos. O objetivo é detectar aprendizes (crianças) e mestres (idosos) de um ofício nos trabalhos manuais e mecânicos. Também, para os autores: "O predomínio de crianças ou de idosos em uma dada atividade, por seu lado, sugere uma ocupação de caráter menos complexa, que não exija qualificação ou reclame dispendioso esforço físico na sua execução"(GODOY; SILVA, 1999, p. 7-8).

Pela Tabela4, pode-se observar que as ocupações dos escravos velhos seguem o mesmo padrão da população total de cativos. Prevalece a variável "sem informação" para as ocupações de homens e mulheres, assim como a predominância dos lavradores entre os homens e fiadeira entre as mulheres. Na última faixa etária, 60-94 anos, já não aparecem algumas ocupações para aqueles escravos, o que é compreensível devido à idade avançada desses indivíduos. Levando em conta a variável "sem informação", e presumindo que ela carrega somente a omissão da ocupação e não o fato de não possuir ocupação nenhuma, poder-se-ia imaginar que, possivelmente, haveria um número maior de cativos produtivos ainda nas faixas etárias mais avançadas.

Sobre as ocupações nas primeiras décadas do século XIX, mediante a Lista Nominativa de 1831, reporta-se a Godoy e Silva[34]. Vai interessar a questão das ocupações dos escravos, principalmente dos velhos. Os autores apresentam algumas ocupações quase que exclusivamente exercidas por pessoas livres: pintor, curtidor, bordadeira, esteireiro, torneiro, saboeiro, latoeiro, tintureiro e florista. Para os escravos, classificam-se seis ocupações com número expressivo: telheiro, marceneiro, caldeireiro, ferrador, chapeleiro e serrador. A ocupação barbeiro era exercida tanto por livres quanto por escravos. Para os idosos, vale lembrar que os autores consideram idosos os indivíduos com mais de 60 anos, indicam quatro ocupações em número expressivo: barbeiro, ferrador, saboeiro e esteireiro.

Nenhuma das quatro ocupações elencadas por Godoy e Silva (1999) está presente na Lista Nominativa de 1831 para a população escrava acima de 46 anos no Termo da vila de São João del-Rei. Como mostra a Tabela 5, entre os escravos, não

[34]No artigo em questão, os autores apresentaram as artes manuais e mecânicas, e os profissionais dessas ocupações. As referências do artigo fazem parte do *Dicionário de ocupações existentes em Minas Gerais no século XIX*. Mais informações sobre o dicionário, ver Godoy (1996).

foram encontrados barbeiros em nenhuma outra faixa etária. Podem-se apontar duas hipótese para isso: a primeira, por não haver exigência por parte dos recenseadores em listar as ocupações dos escravos em geral e também porque os escravos da vila não foram arrolados na Lista. Assim, foi necessário cruzar outras variáveis para buscar os libertos. Ao cruzar outras informações da Lista Nominativa, foi possível encontrar dois barbeiros, ambos libertos. Foram localizados dois barbeiros,com idades de 77 e 50 anos, ambos pardos e de alguma forma descendentes de escravos. Para a ocupação ferrador, foram encontrados três homens com idades de 20, 22 e 64 anos, também pardos, provavelmente na mesma condição dos barbeiros. Para o esteireiro, apenas um homem livre com idade de 21 anos e branco. Todos pareciam atuar no meio urbano. Partindo da Lista Nominativa de 1831, foram elencados outros documentos para analisar melhor os barbeiros em São João del-Rei. Os casos em questão serão abordados no Capítulo 3.

Segundo Motta (2010), em 49% dos casos de comercialização dos escravos velhos, em regiões do interior paulista na segunda metade do XIX, houve registro de um ofício. Nesse caso, o autor destaca que, além de grande parte dos registros não haver referência direta a uma profissão desses cativos, a maioria daqueles, cujo ofício é registrado, ocupa as categorias de roceiro e roceira, representando um total de 88,4%, mesmo para aqueles com o registro de uma segunda ocupação.

A estrutura da população para os escravos mais velhos demonstra que eles ainda eram produtivos. Isso posto, e aliado a outros meandros das relações dos escravos velhos na sociedade escravista, pode ser relacionado a um papel basilar desse escravo; desse modo, não ser descrito somente como abandonado e esquecido e, talvez, ocupar outros espaços, de resistência e negociação.

Capítulo 2 – A ventura e desventura dos escravos velhos em São João del-Rei: a relações entre os escravos e seus senhores

> Ainda me lembro hoje da velha Totônia, bem velha e bem magra, andando, de engenho a engenho, contando as suas histórias de Trancoso. Não havia menino que não lhe quisesse um bem muito grande, que não esperasse, com o coração batendo de alegria, a visita da boa velhinha, de voz tão mansa e de vontade tão fraca aos pedidos dos seus ouvintes.
>
> José Lins do Rego

2.1 Os senhores de escravos velhos

Antes de tudo, convém analisar os senhores dos escravos velhos e apresentá-los no cenário de Minas Gerais e do Termo de São João del-Rei do século XIX. Para tanto, é bom revisitar esse assunto por intermédio de autores que trabalharam esse tema e, assim, tentar entrar no universo de Minas e de São João del-Rei dos escravos velhos.

Já se sabe que a economia em Minas Gerais no século XIX não era estagnada nem decadente mesmo com a diminuição da extração aurífera. Minas conseguiu, em grande medida, se adaptar aos novos desafios econômicos impostos pela decadência da economia mineradora ainda no século XVIII. Entre os fatores que demonstram o dinamismo econômico da Província, estão sua grande população e também o fato de ter o maior número de escravos do País. Sobre isso, a indagação de Douglas Libby (1988, p. 14) parece bastante pertinente:

> Afinal, como poderia uma economia estagnada, entregue ao miasma da produção para o autoconsumo, sustentar a maior população provincial do Brasil e manter o maior plantel de escravos de todas as unidades do Império ao longo do século passado?

Pode-se crer que, para manter tal população, só era possível a partir de uma economia dinâmica. O crescimento populacional, alcançado no final do século XVIII e início do XIX, é provavelmente uma evidência de que Minas conseguiu superar a crise advinda do declínio da mineração. Fragoso (1998) apresenta números para a população mineira nesse período demonstrando um crescimento substancial. Na visão dele, entre 1776 e 1821, houve um crescimento de 60,8%; ou seja, de 319.769 para 514.104 habitantes. Na Comarca do Rio das Mortes, o crescimento foi ainda maior para o

período, de 82.781 para 213.617 habitantes, “o que coloca em dúvida a ideia de uma rápida decadência”(FRAGOSO, 1998, p. 105). Então, é possível considerar que, a partir da segunda metade do século XVIII, houve uma mudança na ordenação econômica da província mineira em suas regiões mais dinâmicas. Isso reporta ao fato de que, para a região do Rio das Mortes, o crescimento foi ainda maior, apresentando um quadro de prosperidade, assim como o vigor do sistema escravista no período deste estudo. Portanto, deve-se acreditar que os proprietários de escravos utilizavam largamente essa mão de obra.

Convém perceber que as transformações pelas quais o Brasil atravessava no princípio do século XIX favoreceram o crescimento econômico da província. Como os escravos eram peças-chave nas economias colonial e imperial, pois trabalhavam em todos os setores econômicos, é de se supor a necessidade de renovação e até mesmo de ampliação da mão de obra naquele momento. Tal afirmação reforça a ideia do processo econômico complexo pelo qual Minas atravessou, desarticulando, mais uma vez, a hipótese de estagnação na província.

Ainda segundo o autor, Minas Gerais tornou-se autossuficiente relativamente rápido após sua colonização. Isso não significa ausência de dependência de produtos importados, principalmente manufaturados e ferramentas especializadas. Quando a mineração entrou em decadência, a capitania pôde “voltar para dentro”. Ou seja, essa relativa autossuficiência permitiu uma “flexibilidade nos sistemas econômicos regionais de Minas” (BERGARD, 2004, p.64). Dessa forma, essa reorganização econômica, da mineração para a economia agropecuária, particularmente, não foi tão sentida como se pensava anteriormente. É primordial ter em mente que, assim como não se pode utilizar o termo decadência para toda a capitania de Minas, não cabe generalizar, também, a questão da flexibilidade econômica, já que algumas regiões sofreram com a diminuição da mineração. Mesmo porque a atividade mineradora diminuiu, mas não desapareceu. Ela passou a fazer parte dessa economia reorganizada(BERGARD, 2004).

O surgimento do século XIX aconteceu diante dessa realidade em Minas Gerais: uma economia baseada na atividade agropastoril de abastecimento, voltada para os mercados interno e também com outras províncias. Com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, de modo geral, possibilitou ainda mais o vigor da economia da

colônia. Todavia, apesar desse desenvolvimento, continuou essencialmente escravista em suas complexas especificidades.

Nesse contexto é que se encontravam os senhores de escravos no Termo de São João del-Rei, mais especificamente, e que mais interessam para esta dissertação, os proprietários de escravos velhos. Primeiramente, será feita uma análise desses proprietários com escravos acima de 46 anos,mediante suas ocupações, a partir da Lista Nominativa de 1831. A Tabela 7 apresenta os proprietários de escravos velhos segundo sexo e ocupação. Convém salientar que esses dados abrangem os meios rural e urbano. Não há nas Listas uma delimitação clara entre esses espaços. Além disso, os escravos da vila de São João não foram arrolados em 1831. Portanto, seus proprietários não constam na Tabela 7. Mas isso não exclui senhores do meio urbano dos distritos.

Tabela 7

Tabela 7

Chefes de fogo com escravos acima de 46 anos segundo sexo e ocupação

Termo de São João del-Rei, 1831.

Ocupações	Sexo				Total	
	Homem		Mulher			
	Σ	%	Σ	%	Σ	%
S/ inf.	25	2	46	23	71	5,6
Administrador	1	0	0	0	1	0,1
Agência	0	0	1	0,5	1	0,1
Lavrador	718	67	68	34	786	61
Alfaiate	17	2	0	0	17	1,3
Arrieiro	1	0,1	0	0	1	0,1
Boiadeiro	4	0,4	0	0	4	0,2
Caixeiro	1	0,1	0	0	1	0,1
Camarada	0	0	1	0,5	1	0,1
Carpinteiro	58	5	0	0	58	4,5
Carreiro	3	0,3	0	0	3	0,2
Chapeleiro	1	0,1	0	0	1	0,1
Cirurgião	2	0,2	0	0	2	0,2
Eclesiástico	7	1	0	0	7	1
Eclesiástico	1	0,1	0	0	1	0,1
Costureira	0	0	14	7	14	1
Criador	6	0,8	2	1	8	1
Curtidor	3	0,3	0	0	3	0,3
Delegado	1	0,1	0	0	1	0,1

Médico	1	0,1	0	0	1	0,1
Engenheiro de cana	5	0,5	0	0	5	0,3
Escrivão	2	0,2	0	0	2	0,2
Faiscador	1	0,1	0	0	1	0,1
Boticário	2	0,2	0	0	2	0,2
Fazendeiro	1	0,1	1	0,5	2	0,2
Feitor	2	0,2	0	0	2	0,2
Ferreiro	18	2	0	0	18	1,3
Fiadeira	0	0	45	23	45	3,5
Enfermo, deficiente ou idoso	0	0	1	1	1	0,1
Jornaleiro	18	2	0	0	18	1,4
Mineiro	6	0,8	4	2	10	1
Músico	1	0,1	0	0	1	0,1
Negociante	72	7	4	2	76	6
Taberneiro	7	1	2	1	9	1
Oleiro	1	0,1	0	0	1	0,1
Ourives	3	0,3	0	0	3	0,3
Parteira	0	0	1	1	1	0,1
Pedreiro	2	0,2	0	0	2	0,2
Pescador	1	0,1	0	0	1	0,1
Pintor	1	0,1	0	0	1	0,1
Professor	1	0,1	0	0	1	0,1
Rancheiro	1	0,1	0	0	1	0,1
Rendeira	0	0	1	0,5	1	0,1
Sapateiro	13	1	0	0	13	1,0
Seleiro	5	0,4	0	0	5	0,3
Tecedeira	0	0	4	2	4	0,3
Telheiro	2	0,2	0	0	2	0,2
Tropeiro	17	2	0	0	17	1
Valeiro	1	0,1	0	0	1	0,1
Eclesiástico	8	1	0	0	8	1
Juiz de vintena	1	0,1	0	0	1	0,1
Lavrador e venda	1	0,1	0	0	1	0,1
Criador	13	1	0	0	13	1
Fiadeira e roça	0	0	2	1	2	0,2
Engenheiro de cana	2	0,2	0	0	2	0,2
Criador	1	0,1	0	0	1	0,1
Lavrador e militar	1	0,1	0	0	1	0,1
Vaqueiro	1	0,1	0	0	1	0,1
Costureira	0	0	1	0	1	0,1
Trançador de couros	1	0,1	0	0	1	0,1
Total	1062	100	198	100	1260	100

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas de população da Província de Minas Gerais, ano 1831.

Para analisar as ocupações dos chefes de fogo com escravos idosos, foi utilizado o quadro classificatório de Douglas Libby[35]. A Tabela 7 apresenta os chefes de fogo de ambos os sexos, livres e suas ocupações declaradas. Os forros não foram listados separadamente; estão incluídos entre os livres.

Dentro dessa perspectiva, o autor apresenta os seguintes dados sobre as declarações de ocupação para a vila de São João del-Rei nas Listas de População de 1838-1840: os homens que declararam ocupação representavam 36,4%, e as mulheres 14,1%, enquanto que os sem declaração constavam 63,6% de homens e 85,9% para as mulheres; isso para o total da população da vila; ou seja, 4.033 indivíduos. Quando trabalhadas as declarações para os chefes de domicílios, o número de declarantes com ocupação aumenta; isto é, 63,9% para homens e 29,4% mulheres. Já os que não declararam ocupação contavam com 36,1% de homens e 70,6% de mulheres num total de 1.203 indivíduos[36]. Esses números representam proprietários e não proprietários de escravos, e chefes de domicílio de modo geral.

Os homens declaravam mais a ocupação que as mulheres embora isso não seja indicativo de que as mulheres residentes no domicílio não tivessem alguma ocupação. Mesmo assim, não se pode levar essa afirmação como via de regra. Normalmente, a declaração sobre a ocupação cabia ao homem. Por isso, a relação de mulheres chefes de domicílios ser bem mais baixa que a de homens(LIBBY, 1988, p.22). Comparativamente, pode-se observar que os dados são similares: num total de 1.260 indivíduos, aparecem somente 198 mulheres como chefes de fogo;ou seja, apenas 16% do total de proprietários.

Para os dados dos proprietários de escravos velhos constantes na Tabela 7, há um número reduzido para a variável "sem informação" se comparado com os números referentes à declaração de ocupação dos escravos[37]. Segundo Angela Magalhães, na vila, houve um maior número de declarações de não ocupação:"Assim como nas áreas

[35]O Quadro de ocupações é encontrado nos "Mappas de População de 1831-40" segundo categorias e classificações adaptadas do recenseamento de 1872. Nele, pode-se encontrar as seguintes classificações: 1- Profissionais liberais e outros; 2- Indústria e comércio; 3- Artesãos e operários de profissão declarada; 4- Agricultura; 5- Assalariados sem profissão declarada; 6- Serviços domésticos; 7- Outros; 8- Sem ocupação(LIBBY, 1988a, p. 37-38).

[36] Tabela VI – Distribuição relativa por sexo e condição social dos indivíduos que declararam ou não sua ocupação. Tabela VII – Distribuição relativa por sexo dos chefes de domicílio que declararam ou não sua ocupação. Vila de São João del-Rei, 1838-40(LIBBY, 1988a, p.49;PAIVA; MARTINS, 1985, p. 49).

[37]Ver a Tabela 4 no Capítulo I referente a escravos segundo faixa etária, ocupação e sexo (p.44).

comparáveis de São João del-Rei, a vila conta com um alto percentual de não declaração de ocupação" (LIBBY, 1988, p.23). Como não existe uma delimitação segura entre o meio rural e o urbano, pode-se presumir, conforme as observações da autora, que os proprietários de escravos velhos que não declararam ocupação poderiam residir no meio urbano dos distritos. Já que os escravos desses locais foram arrolados na Lista de 1831,enquanto os da vila não foram. Essa informação também pode sugerir que esses proprietários poderiam obter suas rendas pelo trabalho de seus escravos por meio de aluguel ou de ganho, pois essas práticas eram bem mais comuns no meio urbano.

Entre os proprietários de escravos velhos, a ocupação de "agência"[38] foi declarada por uma mulher. Pode-se pensar ser plausível que talvez vivesse de rendas provenientes do trabalho de seus escravos. A proprietária em questão poderia perfeitamente viver da renda de escravos ainda sendo solteira ou mesmo idosa. Essas observações não eliminam a possibilidade de que outros profissionais também obtivessem sua renda por meio do trabalho de seus escravos.[39]

Assim como os demais escravos, os velhos poderiam ser, eventualmente, escravos de ganho. A idade não foi um dado elencado nos registros dos Livros de licenças para negociantes[40], para que se pudesse encontrá-los entre os escravos com atividades na vila que fornecessem pistas dessa condição do cativeiro. Por isso,não é possível generalizar essa questão, uma vez que, ao levar em consideração os escravos velhos, é preciso prever que a presença deles com seu senhores poderia ser em virtude da debilidade física e, consequentemente, a impossibilidade de trabalhar, ficando estes aos cuidados do proprietário, ou também a falta de recursos de alguns proprietários para possuir escravos em idade mais produtiva[41].

Podem-se tecer algumas suposições pelos números apresentados na Tabela 7. Provavelmente, a maioria dos senhores de escravos velhos do Termo de São João del-

[38]Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio Morais Silva, 1789, Tomo Primeiro (p.40), o significado de agência é: Trabalho, industria, grangearía ,modo de ganhar á vida. § Administração; solicitação de algum negocio. AGENCIAR , trabalhar, procurar, negociar, grangear, solicitar, fazer por adquirir. § Procurar, tratar negocio alheio, como agente deles.

[39]Mais sobre o assunto, ver o Capítulo I.

[40]BIBLIOTECA MUNICIPAL BAPTISTA CAETANO: *Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei*. Livros de licenças para negociantes e ofícios, 1830-1832. Sobre essa fonte e as pesquisas realizadas a partir delas, ver Capítulo 3.

[41]Mais sobre o assunto, ver em Bacellar(2001).

Rei vivia no meio rural ou então sua principal atividade deveria advir das atividades agropastoris. Isso se deve ao fato do alto percentual de proprietários que se declararam com tais ocupações. As ocupações voltadas para atividades agropastoris são as que possuem um número maior de indivíduos. Em ambos os sexos, a profissão "lavrador" corresponde a mais da metade das ocupações listadas, a 61% do total de indivíduos que declararam um oficio. Quando analisados os sexos separadamente, alcançam-se os seguintes resultados: para os homens, 68% se declararam lavradores, enquanto repetiu-se o fato para 34% das mulheres; ou seja, correspondem à maioria das atividades realizadas no período. Quando agregadas as demais profissões também contempladas na categoria de "agricultura", o total de trabalhadores aumenta para 65%, considerando os dois sexos; isto é, 829 indivíduos. Desse total, somente duas ocupações aparecem para ambos os sexos: "criador", para seis homens e duas mulheres; e fazendeiro, para um homem e uma mulher. Além disso, foram consideradas como ocupações agropastoris algumas profissões com duas atividades, como: "lavrador e venda", um homem; "lavrador e militar", um homem; e duas mulheres para "fiador e roça". Como não há indício algum de qual seria a atividade principal, optou-se por aquela declarada pela maioria dos indivíduos.

A complexidade das informações contidas na Lista faz com que algumas interpretações acerca das ocupações possam dificultar as análises dos proprietários de escravos a partir de suas ocupações. Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins(1985, p. 16-17) afirmam que as listas nominativas, muitas vezes, deixam algumas informações incompletas ou omissas. A interpretação das profissões "lavrador" e "roceiro" entram nesse contexto:

> O que é um lavrador? É um proprietário, é um fazendeiro, é um empregado ou um escravo de alguma fazenda, qual tipo de lavoura a que se dedica?[...] Nos mapas de população aparecem roceiros que são certamente donos de grandes propriedades devido ao número de escravos que possuem, e roceiros que são pequenos agricultores utilizando apenas a família como mão de obra.

Apesar dessa perspectiva, pode-se pensar que uma parcela considerável dos senhores de escravos velhos constantes na Lista de 1831 se ocupava de atividades agropastoris, proprietários de terras ou não. Levando em conta o alto número da declaração da ocupação "lavrador", é crível que as atividades fossem majoritariamente

no campo. Alguns, possivelmente, residiam na área urbana ou até mesmo exerciam atividades urbanas conjuntamente com as rurais, como é o caso do Padre Francisco Ferreira da Silva, em 1843, proprietário de escravos velhos. Além de proprietário de terras, somavam-se outras atividades predominantemente urbanas. Provavelmente, sua atividade central seria a de vigário, mas agregava outras que parecem não interferir na principal:

> [...] era proprietário da Fazenda do Tanque no arraial de Conceição da Barra, na qual vivera com sua família. [...] padre João Ferreira Leite foi vereador, Juiz Municipal e de Órfãos na vila de São João del-Rei, além de ter sido vigário da Matriz de Nossa Senhora do Pilar(NOLASCO, 2014, p.182, 184).

Também, era proprietário de terras o Padre Manoel da Paixão e Paiva – 1859[42]. No seu inventário, consta o registro de três fazendas. Os dois clérigos eram senhores de escravos velhos e fazem parte do conjunto de proprietários que compõem esta pesquisa. Ainda, podem ser citadas as informações que indicam mais de uma ocupação para os senhores, estas contidas na Lista Nominativa de 1831 e expostas na Tabela 7: "lavrador e militar", "lavrador e venda" e "fiadeira e roça". Não houve senhor algum que declarasse a ocupação de roceiro. Mesmo que a profissão de lavrador fosse bastante ampla, como sugerem Paiva e Martins (1985), é certo que a maioria dos proprietários de escravos velhos estava envolvida em atividades agropastoris.

A Lista Nominativa de 1831 apresenta outro desafio, que é definir os meios urbano e rural. Paiva e Martins(1985, p. 21) admitem a "dificuldade conceitual e empírica de se delimitar o que é 'urbano' no século XIX". Sobre a distribuição espacial dos fogos entre urbano e rural, pela análise de ocupações manuais e mecânicas, Godoy e Silva (1999) lembram que só é possível definir em parte da Lista (1831-1832), mesmo que em alguns casos a percepção entre urbano ou rural leve a uma avaliação complexa, pois as atividades podem ser exercidas em ambas as áreas. Assim, onde é possível definir tais espaços, os autores classificam as atividades em:

> Predominantemente urbanas eram 10 ocupações: caldeiro, ferrador, barbeiro, tintureiro, florista, latoeiro, marceneiro, chapeleiro, torneiro

[42]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861.Pe. Manoel da Paixão e Paiva, 1959, cx. 505.

> e pintor. Majoritariamente rurais eram: telheiro, curtidor, bordadeira, saboeiro e serrador. A ocupação esteireiro apresentava-se com distribuição equilibrada(GODOY; PAIVA, 2010, p. 11-12).

Foram encontradas algumas dessas atividades predominantemente urbanas para os proprietários de escravos velhos, entre elas as classificadas como pintor e chapeleiro, e uma para telheiro. Mediante as ocupações, é difícil definir o espaço, mas pode-se contrapor as informações apresentadas no Livro de Licenças e Ofícios da vila de São João para obter, em linhas gerais, uma amostragem de algumas profissões, compreendendo que entre essas licenças existem aquelas que são exercidas por escravos e livres, o que não invalida a comparação, uma vez que o que interessa é saber as atividades mais comuns exercidas no meio urbano. Foram selecionados os ofícios em geral que apareceram no Livro de Ofícios e na Lista Nominativa. São eles: alfaiate, carpinteiro, chapeleiro, ferreiro, pedreiro, sapateiro e seleiro. É crível que alguns desses proprietários, portanto, vivessem e trabalhassem no meio urbano.

A segunda atividade com maior número de profissões é a de "artesãos e operários de profissão declarada". Nessa classificação, aparece o maior número de mulheres, mas o número de homens ainda supera o feminino na maioria deles. Há maior diversidade de ofícios manuais e mecânicos em relação às outras atividades. Essas características se assemelham aos resultados da população total de pessoas livres em São João del-Rei conforme Angela Magalhães(1989). Acompanhando a Tabela 7, as atividades femininas se concentram na área de tecidos: a profissão de fiadeira conta com o maior número, 45 mulheres, o que corresponde a 23% dos total de todas as atividades femininas, seguida de costureira, com 15 profissionais, que corresponde a 7%; tecedeira, são quatro profissionais o que representa 2%; rendeira, uma, que representa1% do total das atividades. Para essas ocupações, não foi registrada a presença do elemento masculino. Diferente das mulheres, entre os homens, há uma melhor divisão dos ofícios.

Como observou Douglas Libby (1988, p. 17), essas atividades, voltadas para tecidos, representam uma "indústria têxtil doméstica": "A produção caseira de fios e panos foi dominada quase que exclusivamente pelas mulheres, já nos ofícios predominava com igual exclusividade o elemento masculino". O autor ainda ressalta a

importância da indústria têxtil doméstica para a economia de Minas no século XIX. Ele apresenta a participação das escravas:

> Na amostra de 1831-1840, a predominância feminina na categoria se deve ao enorme número de fiandeiras, junto com as tecedeiras, que compõem a subcategoria de 'trabalhadores em tecidos'. [...] Fica patente que a indústria têxtil doméstica mineira da primeira metade do século XIX era de vulto muito maior do que se tem afirmado até aqui. [...] Acreditamos que um bom indicador da importância da produção de tecidos para a economia mineira é a relativa concentração de mulheres escravas no setor (LIBBY,1988, p. 85).

Era uma atividade que demandava menos força física em relação a muitas outras[43]. Nas pequenas indústrias têxteis caseiras, o trabalho era executado por mulheres. Cabe ressaltar que nenhum homem entre os proprietários de escravos velhos declarou exercer atividades voltadas para tecidos, o que indica essa exclusividade já apontada pelo autor.

A classificação indústria e comércio possui o segundo maior número de ocupações masculinas. Já a de negociante, com 72 participantes, corresponde a 7% dos declarantes masculinos. Também, para essa atividade, foram encontradas quatro mulheres, 2% entre elas, e taberneiro com sete homens e duas mulheres. Profissionais liberais contam com 30 profissionais homens e duas mulheres: 17 eclesiásticos, um delegado, um médico, dois escrivães, dois boticários, um músico, um pintor, um professor, um juiz de vintena, uma parteira e uma agência, todas profissões basicamente exercidas no meio urbano, já que nenhuma delas indicou qualquer outra atividade paralela. E, finalmente, assalariados sem profissões declaradas contam com 18 homens, mais especificamente para a ocupação de jornaleiros[44].

Pela análise das ocupações dos proprietários de escravos velhos na Lista Nominativa de 1831, é possível perceber que a maioria se ocupa de atividades agropastoris devido ao grande número da ocupação lavrador. Além disso, as atividades urbanas também são contempladas entre esses proprietários, assim como a possibilidade de eles obterem suas rendas pela prática do escravo de ganho. Como é difícil definir os espaços rural e urbano por meio das Listas Nominativos, presume-se,

[43]Mais sobre o assunto, ver no Capítulo 1, p. 23.

[44] No quadro, Libby (1988a) apresenta para a classificação "assalariados sem profissões declaradas" a atividade "sua agência", e na classificação de "profissionais liberais", aparece a atividade "agência". Assim, foi considerada a segunda opção para a atividade "agência" constante na Tabela12.

mediante observação dessas ocupações, que a maioria dos proprietários de escravos velhos deveria morar no meio rural. Todavia, foi possível observar um expressivo número de proprietários com atividades urbanas ou mesmo atividades que poderiam ser exercidas nos dois espaços. Outra característica similar às encontradas para o cenário mineiro do princípio do século XIX são as atividades majoritariamente femininas e masculinas. Para as mulheres, aquelas voltadas para os tecidos, de significativa importância para a economia da província; uma "indústria caseira", que não absorvia a mão de obra escrava masculina a não ser alguns velhos e crianças[45]. Entre as atividades exercidas pelos homens, além das atividades rurais, está a de negociante. Essa é a segunda atividade masculina com maior número de ocupantes. Isso quer dizer que parte significativa dos senhores de escravos velhos se dedicava ao comércio, o que também não contraria as evidências apontadas pela historiografia sobre a vila de São João del-Rei e região[46].

2.2 Inventários: senhores e escravos velhos no Termo de São João del-Rei

Além da Lista Nominativa de 1831, outra importante fonte consultada para estudar os escravos velhos e seus proprietários foram os inventários. Por meio destes, foi possível rever algumas questões que não ficaram muito claras somente com a Lista Nominativa, entre elas observar algumas nuanças dos proprietários mediante as informações mais detalhadas e personalizadas que esses documentos oferecem. Por meio dessas fontes, foi possível agregar à pesquisa os escravos e senhores da vila de São João del-Rei, que não estavam contemplados na Lista de 1831. Os documentos para a vila foram escolhidos aleatoriamente entre os inventários arquivados no escritório técnico do IPHAN de São João del-Rei durante o período de 1831 a 1861. A escolha se deu a partir daqueles possuidores de escravos velhos.

A partir das informações obtidas por meio de tais documentos, foi possível descrever o universo desses personagens que atuavam no Termo de São João del-Rei no período estudado. Pelas informações dos proprietários de escravos velhos, serão levantados: a estrutura da posse de escravo e o destino dos escravos velhos.

[45]Sobre isso, ver Capítulo I. p. 23.
[46]Mais sobre assunto pode ser encontrado em Graça Filho (2002),Libby (1988a) e Malaquias (2010).

2.2.1 As características das escravarias e tipos de propriedades do Termo de São João del- Rei segundo os inventários *post-mortem* entre 1831 e 1861

Por meio dos inventários, foi possível divisar algumas características das escravarias para além das informações já obtidas mediante Lista Nominativa de 1831. Primeiramente, é preciso se ater à estrutura da posse de escravos.

Tabela 8

Tabela 8
Estrutura da Posse de escravos.
Inventários post-mortem– *São João del-Rei, 1830 a 1861*

Escravarias	Σ	%
1 a 5	27	21
6 a 10	24	18
11 a 15	17	13
15 a 20	16	12
21 a 30	20	16
31 a 40	11	9
41 a 50	5	4
51 a 60	3	2
81 a 100	5	4
mais de 100	2	1
Total	130	100

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del Rei–
Inventários *Post-mortem*do Termo de São João del-Rei–1831 a 1861.

Segundo Douglas Libby (1988), o número de propriedades sem escravos era predominante na Província de Minas Gerais, entre 1831 a 1840, o que é corroborado por Luna (2009), Bergard (2004) e Costa e Luna (2009), que apontam a mesma realidade para São Paulo. Quanto às propriedades que possuíam escravos, a maioria era composta com um a cinco escravos. Libby(1988) destaca que, em Minas Gerais, entre 1831 a 1840, 28% das propriedades eram compostas por escravarias de três a cinco cativos. Ou seja, a maior parte dos proprietários possuía até cinco escravos. Ainda em Minas, Bergard (2004) afirma que, durante o século XIX até a abolição em 1888, houve certa estabilidade da estrutura da posse de escravos. De acordo com ele, no período de

"1720 a 1888 48% possuíam 5 ou menos escravos, e depois de 1850 entram nesta categoria mais de 50% dos proprietários"(BERGARD, 2004, p.300). Para São Paulo, Costa e Luna (2009) indicam uma porcentagem bem maior que as apresentadas para Minas; 70% das propriedades possuíam de um a cinco escravos.

Através dos inventários pesquisados para o Termo de São João del Rei, entre 1831 e 1840, 21% das propriedades eram compostas por escravarias até cinco escravos. As propriedades com até dez escravos correspondiam a 51% de cativos; 11 a 20 representavam 25%; e de 31 a 100, 19%; duas escravarias, que possuíam 109 e 167 escravos, representavam 1% do total. As propriedades com grandes escravarias[47] correspondiam a 20% do total. Assim, apesar de os pequenos e médios proprietários representarem a maior porcentagem com escravos, eram os grandes que concentravam o maior número de escravos.

As pequenas escravarias possuíam um número maior de adultos. As 27 propriedades com um a cinco escravos, possuíam 25 velhos, 35 adultos e dez crianças. Nesse caso, os velhos e adultos são em maior número. Havia mais velhos que crianças, e a diferença em relação aos adultos não era tão grande, lembrando que os adultos são aqueles entre 15 e 46 anos. As 24 propriedades até com seis a dez escravos possuíam juntas 30 velhos, 102 adultos e 60 crianças. Para essas propriedades, as relações se alteram. O número de velhos é três vezes menor que o das crianças, e os adultos representam o maior contingente de cativos. A maior parte dos pequenos proprietários de escravos está no meio urbano, o que justifica em grande parte a diferença etária das escravarias.

Nos estudos para Sorocaba no século XIX, Bacellar (2001) explica que a maioria dos domicílios eram compostos principalmente pela mão de obra familiar, às vezes, por algum agregado ou escravos, particularmente porque a principal atividade era a agricultura de subsistência. Assim como no Termo de São João del-Rei prevaleciam as propriedades sem escravos, o autor afirma que somente a falta de escravos não é suficiente para caracterizá-los. Na ótica dele:

> É fundamental considerar a qualidade dos cativos em questão, procurando evitar a tentação de julgá-los exclusivamente pelo seu

[47] Segundo Douglas Libby (1988, p. 104), os pequenos proprietários possuíam de um a cinco cativos, os médios possuíam de seis a dez e os grandes proprietários possuíam mais de 30 escravos.

> número. Pois, afinal de contas, possuir escravos crianças, velhos ou doentes pode causar ao observador uma falsa impressão de prosperidade em um domicílio, que na verdade possuía um plantel fraco e de baixo valor no mercado(BACELLAR, 2001, p. 129).

Para o Termo de São João del-Rei, foi possível observar que as escravarias pequenas, até cinco escravos, são aquelas em que o número de velhos não é muito distante do de adultos. As 27 escravarias com até cinco escravos possuíam 74 cativos; destes, 25 eram velhos, 35 adultos e 14 crianças. A maioria estava no meio urbano. As escravarias médias deram um salto na diferença entre as idades dos escravos. Para as escravarias de seis a dez escravos, 54 eram velhos, 106 adultos e 64 crianças. As outras escravarias de tamanho médio, ou seja, de 11 a 30 escravos, eram compostas por 187 velhos, 352 adultos e 282 crianças. As grandes escravarias eram compostas por 284 velhos, 663 adultos e 313 crianças. Nas médias e grandes escravarias, o número de crianças ultrapassa o de velhos, o que permite a presunção de que nas escravarias os casamentos, sancionados ou não pela Igreja, têm mais sucesso e, consequentemente, a formação de famílias.

Mas esse não é o único motivo para o número bem maior de crianças. Em contrapartida, a diferença bem grande dos adultos em relação aos velhos é sentida nas escravarias de todos os tamanhos, provavelmente em consequência do tráfico atlântico. Quanto maior a propriedade, maior a diferença numérica dos adultos em relação aos velhos. A não ser nas pequenas escravarias, a observação de Bacellar (2001) pode ser contrastada. Isto é, as médias e grandes escravarias tinham um número de adultos bem maior que as outras faixas etárias, o que pode sugerir que a região era próspera economicamente.

2.3 - Auto da Partilha: o destino dos escravos velhos

Uma questão importante a ser revista é o destino dos escravos velhos, principalmente após a morte de seus proprietários. Como todos os cativos, eles também estavam sujeitos à lógica do sistema escravista: como propriedade, estariam ao dispor de seus senhores ou de seus herdeiros. Mas não é somente disso que se pretende tratar aqui. As relações dos senhores com seus escravos, provavelmente, iam além das relações econômicas;aliás,como a maioria das relações humanas. Desse modo, não é

possível simplificá-las. É preciso levar em conta que tais relações, particularmente com os escravos velhos, podem ter tomado vários contornos como a negociação, a resistência, a manumissão, a assistência ou até mesmo o abandono. É sobre isso que se buscará analisar a partir de agora: a complexidade dessas relações entre senhores e escravos velhos a partir da morte de um deles: o senhor.

Em pesquisa anterior[48], foram observadas prováveis formas de assistência ao escravo velho. Uma delas poderia ser praticada pela Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei, o que contraria um pouco a concepção oferecida por Motta[49]. Um indício aceitável era o fato de que a instituição permitia doações de escravos doentes, e assim os tratava. Essa prática foi encerrada a partir de 1865 e, desde então,os proprietários deveriam custear o tratamento de seus cativos[50]. A partir de então, alguns proprietários alforriaram os escravos para que pudessem ser tratados como doentes pobres ou abandonados, já que a finalidade da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei era tratar dos doentes pobres e presos pobres, recolher e criar crianças órfãs, seguindo os preceitos da matriz portuguesa(RUSSEL-WOOD, 1991).Kátia Mattoso (1982, p. 196), ao analisar alforrias na Bahia, a partir de alguns exemplos retirados do universo dos documentos analisadas, argumenta que alguns senhores libertavam seus escravos velhos e doentes para se tratarem: "É certo que os hospitais recebem gratuitamente os libertos indigentes", ou mesmo para serem cuidados pela medicina de "seu país". Ainda assim, a autora afirma que, apesar de alguns senhores serem generosos, outros não hesitavam em descartar seus escravos doentes por meio da alforria. Essas foram conjecturas embrionárias sobre os escravos velhos em São João del-Rei, mas que representaram um marco no sentido de abrir perspectivas mais amplas sobre o destino desses indivíduos pouco pesquisados pela historiografia. Dessa maneira, foi necessário ampliar a pesquisa e mover o foco das análises em outras direções.

A partir dessa perspectiva, tenta-se analisar os destinos dos escravos fragilizados pela velhice e pela doença. Por meio das suas trajetórias,busca-se chegar, o mais perto possível, da realidade desses escravos e fazer algumas reflexões sobre os

[48]Magalhães (1998).
[49]Motta (2008).
[50]A partir de 1865, a Santa Casa passou a não aceitar doações de escravos doentes. Só seriam aceitos na instituição enquanto ex-escravos pobres. De modo contrário, os senhores seriam responsáveis pelos custeios do tratamento. A partir daí, sugiram muitas alforrias de escravos que, posteriormente, eram encaminhados à Santa Casa para que recebessem tratamento(MAGALHÃES, 1998).

possíveis vínculos formados a partir da escravidão. Segundo o *Dicionário Moraes da Língua Portuguesa*, abandonar significa "deixar de todo, desamparar inteiramente, abrir mão"[51]. O seu contrário amparar, também tem o seu significado exposto no mesmo livro e vem a ser: "Emparar (outros dizem amparar, nos clássicos vem de ambos os modos; mas emparar parece mais conforme empoer, ou empoeren, vocábulos Allemães, dos quaes provavelmente se deriva) defender de ruína, damno, mal, cobrindo, protegendo [...]"[52](grifo nosso).

Parece que, para os escravos velhos, um termo não inviabiliza o outro, principalmente quando dispostos nas ações de seus proprietários. Não é pretensão aqui analisar termos ou conceitos do século XIX, porém pode-se partir de seus significados e entender, num nível bem razoável, as relações que permeavam o momento tenso, que era a morte do senhor e a expectativa do futuro bastante incerto da escravaria disposta entre os bens do inventariante, isso dentro de uma existência já bem fortuita. Chaloub (1990) exemplifica bastante tal situação. Segundo o autor:

> A morte do senhor podia trazer mudanças significativas na vida de um escravo, incluindo a possibilidade de alforria. Mais do que um momento de esperança; porém, o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. [...] Era problemático também fazer valer os direitos conquistados ao antigo senhor – que na cidade podia incluir certa autonomia no trabalho, liberdade de movimento, e até licença para dormir fora de casa (CHALOUB, 1990, p.137).

Nas devidas proporções, já se divisa o abandono no cativeiro. Agora, será visto em que medida ele se perpetuou e também como foi possível prever o amparo. O momento da morte tinha muito a dizer sobre a vida daquelas pessoas. Muitos libertavam seus cativos, outros reconheciam os filhos bastardos ou faziam as duas coisas ao mesmo tempo. O beneplácito para o Paraíso cobrava seu preço.

É fundamental fazer uma distinção do rumo que era reservado aos escravos acima de 46 anos após a morte de seus proprietários. A Tabela 9 foi estruturada para

---

[51]SILVA, *Antonio Morais. Dicionario da LinguaPortugueza Composto pelo Padre Rafael Bluteau, Reformado e Acrescentado por Antonio de Moraes Silva, V. 1 e 2*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.p. 3.
[52]*Idem*,p. 476.

possibilitar uma melhor visualização do destino dos escravos velhos após a morte de seu proprietário. Para tanto, foi dividida em variáveis, que demonstram os percentuais desses destinos para os 496 cativos idosos. Assim, a primeira variável traz o escravo que foi entregue a apenas um herdeiro; a segunda apresenta o escravo que foi partilhado por dois ou mais herdeiros; na terceira, o destino do escravo não foi registrado, apesar de ter sido listado entre os bens, e também não foi partilhado; a quarta variável foi designada aos escravos que foram encaminhados para pagar dívidas ou despesas; a quinta apresenta inventários que não mostraram a partilha, alguns porque os bens foram utilizados para pagar dívidas, em outros os motivos não ficaram claros; a sexta variável mostra os escravos que depositaram seu valor em juízo antes da partilha; a sétima traz os escravos libertados por carta; a oitava mostra os escravos libertados em testamento; e, finalmente,a variável "outros"; nesta,foram computados os escravos que, mesmo avaliados e listados, não havia nenhuma alusão ao seu destino, e também os falecidos.

Tabela 9

Tabela 9

Destino dos escravos com mais de 46 anos

Inventários postmortem– *São João del-Rei – 1830 a 1861*

Destino dos escravos após a morte do proprietário	**Σ**	%
Escravo deixado para um herdeiro.	285	59
Escravo deixado para dois ou mais herdeiros.	9	2
O destino do escravo não consta na partilha.	53	10
Escravo destinado ao pagamento de dívidas e despesas.	40	8
A partilha não consta no inventário.	22	4
Depósito efetuado pelo escravo, em juízo, para compra de liberdade antes da partilha.	8	2
Escravo liberto por carta.	6	1
Escravo liberto em testamento	31	6
Outros	41	8
Total	495	100

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei– 1831 a 1861.

O destino do escravo, após a morte de seu proprietário, começava a ser traçado a partir do "Auto da Partilha"; ou seja, o momento quando os bens eram direcionados, depois de que todas contendas tinham acabado e todos os acordos tinham sido firmados. Essas análises pretendem compreender, a partir dos números aqui apresentados, qual seria a lógica dos senhores para com os escravos velhos. Isto é, a partir da partilha, compreender situações de abandono ou mesmo de amparo. Na medida do possível, amparar-se nos testamentos quando de sua existência.

A maioria dos escravos velhos, ou seja, 59%, tinha como destino somente um herdeiro; normalmente, o viúvo ou a viúva, ou um filho, que vivia com a família. Muitas vezes, principalmente quando o inventário era do casal, o escravo velho era partilhado para um ou mais herdeiros. Como não fica claro se esses herdeiros moravam na propriedade do inventariado, normalmente casados, provavelmente a escravaria poderia ser separada.

Entre os escravos de D. Prudência Umbelina de Paiva, em 1835, 14 eram velhos e continuaram com o viúvo, o Tenente Francisco Machado de Azevedo. Essa escravaria era composta de 80 cativos. João Correa de Carvalho possuía 11 escravos em 1863, dos quais seis eram velhos. Todos ficaram para a viúva D. Ana Mathildes de Jesus. Também, a escravaria do Alferes Silvestre Antônio de Carvalho, composta por 14 escravos, entre eles 12 com mais de 46 anos, coube à viúva D. Delfina Henriqueta de Resende[53]. Esses são alguns exemplos do universo de 130 inventariados. Além dos casos citados, mais 48 inventariantes, viúvos ou viúvas, ficaram com seus escravos velhos; ou seja, 51 proprietários. Se observar a Tabela 9, é possível perceber que os escravos deixados para dois ou mais herdeiros não foram tão significativos, já que correspondem a 2% do total. Parece que a tendência entre os senhores de escravos velhos do Termo de São João del-Rei era de que esses cativos permanecessem, na sua maioria, na propriedade de origem após a morte de seus senhores.

Sobre os rumos tomados pelos 10% dos escravos velhos sobre os quais não há referência ao herdeiro, resta especular. Entre esses escravos, havia aqueles que eram listados e avaliados. Normalmente, seus preços eram bem mais baixos do que daqueles com menos de 46 anos. Os preços dos mais velhos se igualariam ou seriam pouco mais

[53]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário José Correia de Carvalho, 1863, cx. 48, e Prudência Umbelina de Paiva, 1835, cx. 447; Silvestre Antonio de Carvalho (alferes), 1854, cx. 51.

altos do que os das crianças. Ainda, aparecem aqueles escravos velhos em que o valor simplesmente não era anotado; isto é, não tinha valor monetário. Quase sempre, era o escravo bem mais velho e/ou doente: "Legalmente, o escravo é coisa não pessoa"[54]. Isso significa que não tinha direito a pecúlio,não podia responder a si próprio legalmente, muito menos a requerer sua liberdade entre outras situações.

Posto isso, tem-se que considerar que os escravos velhos não tinham rigorosamente direitos legais. Tais cativos em questão, como não foram libertados, forçosamente tinham que possuir um responsável. Considerando essa questão a partir dessa ótica, parece bem provável que o cativo, nessas condições, ainda que não estivesse descrito no inventário a quem seria destinado, teria como responsável algum herdeiro. É muito difícil divisar o destino desses escravos, mas se pode pensar que, de alguma forma, não eram abandonados à própria sorte na medida em que ainda eram propriedade e tal senhor deveria responder por ele. Só não é possível divisar o tratamento dado a eles.

Mesmo sendo um bem de valor para esses escravos não avaliados, à primeira vista pela idade bem mais avançada, para eles não houve comercialização. Como observou Motta(2008), os escravos mais velhos, sem ofício definido, costumavam ser preteridos no mercado escravista. Em número bem menor, havia aqueles escravos que eram divididos entre dois ou mais herdeiros. Eles representaram 2% do total de cativos partilhados. Parece que a tendência dos senhores de escravos velhos do Termo de São João del-Rei era permanecer com eles. De uma certa forma,eles deveriam permanecer próximos de suas famílias e comunidades, o que conferia assistência ao fim da vida.

A história de Joaquim e Maria, ainda que talvez não represente um traço comum entre os documentos pesquisados, pode ajudar a compreender prováveis destinos desses idosos, os quais não envolviam a alforria. Os dois cativos eram propriedade do Padre Manoel da Paixão e Paiva, residente na Fazenda do Retiro Venturoso, em São Gonçalo do Brumado. Ele deixou expressas, em seu testamento lavrado em 1845, orientações sobre o destino de alguns escravos, as quais deveriam ser seguidas pelos herdeiros. Seus herdeiros eram seus filhos naturais reconhecidos no testamento. A seguir,a orientação sobre os dois escravos:

---

[54]CHALOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p. 132.

> Os escravos Joaquim e Maria já velhos, não sejam livres para se não exporem à mendicidade, mas ocupem-se somente no que puderem ou quiserem para de alguma sorte suavizar as providências de que carecerem, contanto porém que nunca mais sofram o menor castigo.[55]

Os dois escravos não foram incluídos entre os bens do Padre. Sem o testamento, não seriam encontrados. A partir de sua história, pode-se pensá-la como alternativa para outros que compõem os 10% de escravos, dos quais não foi possível localizar o herdeiro. Ou seja, esse pode ter sido o mesmo destino de outros idosos. Não foram encontrados outros indícios para a decisão do Padre sobre o destino desses escravos, a não ser o sugerido no testamento, para que não ficassem abandonados à mendicância, e também assegurou que não sofreriam castigos próprios do cativeiro. Entre os outros escravos do Padre, havia ainda outro velho, Eugênio Cabra, de 50 anos, no valor de 160$000. No mesmo inventário, os preços daqueles com menos de 46 anos variava entre 380 e 450$000. O preço de Eugênio Cabra era igual ao de Antonio Cabinda, quebrado, 40 anos; isto é, um escravo mais jovem, porém doente.

Depois deles, os preços mais baixos eram os das crianças. Tanto Eugênio quanto Antonio foram destinados, cada um, a um filho do Padre Modesto. O fato de não ter libertado, ou mesmo assegurado uma assistência a Eugênio, pode residir no fato de que o escravo ainda tinha condições de trabalho. Não há alusão a um ofício definido para ele. Parece que a lógica do mercado escravista prevaleceu para Eugênio Cabra.

A partir disso, pode ser bastante provável que as motivações do Padre em relação a Joaquim e Maria possam ter relação com laços de afetividade entre esse senhor e seus escravos velhos. Eles podem ter sido escravos domésticos(FARIA, 2007), o que permitiria uma proximidade maior entre eles. E, pela idade dos dois,poderiam ter acompanhado o senhor por mais tempo que os demais, até mesmo testemunhas da vida enviesada do vigário. Assim,temeroso de que seus herdeiros os abandonassem, resolveu ampará-los. Além de Joaquim e Maria, ainda foi libertada no testamento a escrava Romana, com a condição de que servisse os herdeiros por mais seis anos. Ao que tudo indica, a escrava era jovem, já que o reverendo providenciou para que os filhos que a escrava viesse a ter durante o tempo de servidão continuassem cativos e propriedade de seus filhos. Mesmo concedendo a liberdade, aconselhou que “goze da liberdade onde e

[55]Este documento foi gentilmente cedido pela professora Edriana Nolasco. ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: *Testamentos do Termo de São João del-Rei, 1831-1861*. Testamento do Padre Manuel da Paixão e Paiva, cx. 99, 1838, fl.3.

como quiser, se bem que desejo, que não se aparte para longe, para livrar-se do maior vício, e cuidar de mais perto na criação e limpeza de seus filhos"[56].

Sobre alforrias condicionais Mary Karasch (2000, p.461) observa uma possibilidade sobre esta modalidade de manumissão para a Corte na primeira metade do século XIX:

> Em particular, mulheres idosas que temiam a doença, a idade e a morte recorriam à alforria condicional para proteger uma escrava favorita de seus herdeiros e motivá-la a cuidar delas até a morte. Somente se cumprisse a condição de prestar serviço bom e leal ante a morte do dono é que o escravo ou escrava receberia a liberdade.

Essa pode ter sido uma das motivações do Reverendo Manoel da Paixão em relação a Romana, e também em relação aos dois velhos. Temeroso do destino que os herdeiros poderiam dar aos escravos mais estimados, resolveu garantir-lhes um destino melhor. Ainda assim, em relação a Joaquim e Maria, além do cativeiro, não foi possível precisar mais indício algum de outras relações entre eles, se eram casados ou parentes próximos. O certo é que o Padre Manoel da Paixão preservou-lhes a integridade e garantiu cuidados ao fim da vida, indicando, também, que, a partir daquele momento, os dois idosos teriam a garantia de escolher os serviços a fazer, para suas necessidades, e estariam isentos dos maus-tratos do cativeiro. De alguma maneira, algo muito próximo à liberdade. O grande impasse, e é o que nos escapa, seria saber qual o sentido de liberdade para esses dois escravos velhos.

A liberdade foi outro destino do escravo velho. Este, sem dúvida, mais simples de observar num primeiro momento e, sem sombra de dúvida, o mais desejado. A alforria representou 9% dos destinos traçados nos inventários e apresentados na Tabela 10. A liberdade era o que mais ambicionavam os escravos. Para tanto, estratégias foram construídas por eles para conquistar tão precioso bem. Com certeza, não foi muito diferente para os velhos. Sobre isso, Primo (2010) comenta que, para a concessão da liberdade, eram importantes as relações entre senhores e escravos. Nos termos da autora: "Em maior ou menor intensidade, as motivações senhoriais e as estratégias dos escravos acabaram por construir uma complexa estrutura de práticas de concessão de

[56]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: *Testamentos* do *Termo de São João del-Rei, 1831-1861*. Testamento do Padre Manuel da Paixão e Paiva, cx. 99, 1838,fl. 4.

liberdade"(PRIMO, 2010, p. 18).Também sobre essa questão, pode-se valer de Eduardo Paiva (1995) para entender melhor o assunto. Segundo ele:

> É conseguindo a gratuidade ou mesmo a manumissão condicional que as estratégias cotidianas de resistência ao sistema se mostravam mais ou menos eficazes. A adaptação às circunstâncias do cativeiro poderiam significar um melhor tratamento e, mais tarde a Carta de alforria (PAIVA, 1995, p.109).

A questão da alforria para os escravos velhos poderia constituir um paradoxo ao mesmo tempo em que era seu maior desejo. Dependendo das relações que o escravo possuía com seus senhores ou seus pares, também poderia significar a solidão, a falta de amparo no fim da vida. Infelizmente, não foi possível encontrar o destino dos escravos libertos depois da morte do proprietário, para corroborar tal hipótese. Ao tratar da questão da alforria a partir do Rol dos confessados de 1795, Libby e Paiva (2000, p. 30, grifo nosso), apresentam o exemplo de Antônio Limão, um forro velho que vivia sozinho:

> Na capela de Lages, aos 69 anos de idade, o preto forro Antônio Limão morava sozinho; tratava-se de um africano cuja origem havia sido esquecida. Não se sabe como ele conseguiu sua carta de alforria, *embora certos estudiosos estejam propensos a sugerir que o antigo senhor de Antônio teria lhe concedido a libertação para se livrar do ônus da manutenção deste improdutivo velho*. Seja como for, na sua solidão e idade avançada, Antônio Limão era típico dos muitos idosos de origem africana que, após muitos anos de trabalho árduo, passavam o resto de suas vidas gozando de uma liberdade solitária e duramente conquistada.

Apesar de apresentarem o caso, os autores afirmam que essa e outras "pequenas histórias" não são capazes de dar conta da complexidade das relações escravistas da vila de São José del-Rei e, possivelmente, da região. Pode-se concordar com eles sobre a necessidade de ampliar o número de histórias que abordem essas complexidades, pois, na medida em que existem variáveis para indicar como os velhos poderiam obter as alforrias, assim não se dá para as condições que podem surgir após a obtenção delas. Viver sozinho deveria ser uma consequência para esses idosos. Gorender (1988, p. 355) aponta um quadro bem desolador para as alforrias de velhos e doentes. Segundo ele o registro de alguns historiadores que apontam o percentual de 10% para tais alforrias

para estes escravos "não consignam as alforrias de escravos imprestáveis - categoria em que devem ser juntados os velhos e os doentes graves de qualquer idade - , que os senhores jogavam na rua sem precisar passar por escrito o atestado de sua crueldade".

Apesar desta afirmação do autor, até agora, percebe-se que a alforria gratuita não parecia ser uma estratégia utilizada em larga escala pelos senhores para se desfazerem de seus escravos velhos e dos doentes. Sobre isso, as afirmações de Kátia Mattoso (1982) se aproximam mais do que se está observando para o Termo de São João del-Rei. Na ótica dela, não há indícios de que as alforrias, gratuitas ou onerosas, tenham ultrapassado mais que 10% para os cativos idosos durante o período escravista. Também, Sheila Faria (2004, p. 96) apresenta os resultados de Campo dos Goitacazes, para alforrias onerosas e gratuitas, a partir de registros de batismo e testamentos, "[...]sendo que as crianças representaram 41% do total, todas gratuitas; os adultos, 50% (muitas sob condição ou onerosas) e os velhos, 9% (como as crianças, todas gratuitas), números que não destoam dos encontrados em outros estudos sobre alforrias".

A autora ainda compara esses números aos de Klein e Ingiram (*apud* FARIA, 2004). Esses autores apontam para 5% o percentual de idosos que conseguiram alforria onerosa. Essa também foi a cifra na Freguesia de São Gonçalo, do Recôncavo da Guanabara, nas últimas décadas do século XVII e primeira década do século XVIII. Para Porto Feliz, Roberto Guedes (2008) indica a cifra de 6,9% da porcentagem de idosos alforriados. Justamente,essas porcentagens não devem significar que os proprietários usassem desse artifício para se livrar da maioria dos escravos mais velhos. Essa seria uma análise um tanto quanto simples para alcançar condições tão heterogêneas como eram as relações escravistas.

A partir dos dados apresentados, pode-se traçar um quadro comparativo entre os dados de Mattoso, Faria, Klein e Engerman e os do Termo de São João del-Rei. Pode-se observar que,entre os 496 escravos velhos do Termo entre 1831 e 1861, 31 foram libertados em testamento e representaram 6% do total; seis foram libertos por carta, 1%; e oito, 2%, depositaram seu valor em juízo. Somando os percentuais, o número de libertos representa 9% do destino dos velhos após a morte dos proprietários. Comparados ao universo dos inventários, os escravos velhos alforriados atingem o percentual de 2%, lembrando que o número total de escravos é de 2.544 indivíduos. Assim, pode-se perceber que os percentuais de alforrias para o idoso no Termo de São

João del-Rei no período em tela está em consonância com os apresentados pela historiografia; isto é, entre 5 e 10% dos escravos que conseguiram a alforria onerosa ou gratuita[57]. Sheila Faria (2004) observou que a alforria gratuita como instrumento de se livrar de escravos improdutivos aconteceu, mas não era uma prática comum em São João del-Rei, na segunda metade do XVIII e primeira do XIX. Conforme a autora:

> Houve, apesar de incomum, referência explícita de proprietários que desejavam livrar-se de gastos excessivos. Em 1752, Ana Correia concedeu a liberdade a Maria, angola, por estar a escrava muito doente e a outorgante ser muito pobre[58]. Outras referiam-se ao escravo estar muito doente ou velho. Realmente, apesar de não ter sido usual, alguns senhores se aproveitavam da alforria para se libertar de gastos, na sua concepção, inadequados(FARIA, 2004, p.120).

A partir do exposto, pode-se supor que, a partir dos dados amealhados para o Termo de São João del-Rei, mesmo concordando que alguns senhores possam, em algum momento, ter utilizado a alforria gratuita como instrumento de se abster dos cuidados para com tais cativos, não é possível concordar que elas eram utilizadas em larga escala, como também não é possível conceber que esses escravos eram simplesmente abandonados por meio dessa estratégia.

As formas de obter a liberdade apontadas entre os inventários foram: libertos por carta, libertos em testamento e aqueles que depositaram em juízo seu valor avaliado. Por essas estratégias, 45 escravos velhos conseguiram a liberdade; ou seja, 17% do total, como mostra a Tabela10. Desses 45 indivíduos, 22 eram homens de origem africana e seis mulheres africanas. Entre os brasileiros,o número era de dez homens e sete mulheres. Entre os escravos com mais de 46 anos, também havia um número superior de homens em relação às mulheres, principalmente daqueles de origem africana. Além da lógica do tráfico, uma das razões para essa diferença, entre os velhos, pode residir no fato de que as mulheres tiveram mais sucesso que os homens para obter a alforria, o que pode significar que a maioria não envelheceu no cativeiro. Não está claro também sobre a motivação dos senhores para libertar seus escravos velhos. Normalmente, o registro nos documentos aponta para “aos bons serviços prestados” (FARIA, 2004, p. 101).

[57] Mais sobre o assunto, ver Faria (2004), Bergard (2004), Guedes (2008) e Mattoso (1982).
[58] Cartório do 2º Ofício de Notas, Livro de Notas 70, p. 37. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A alforria é um dispositivo legal que concede a liberdade ao escravo. Para Kátia Matoso (1982, p. 177-178), ela representava

> expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Mas se não há uma ata, faz-se necessário que haja testemunhas comprovantes da alforria. [...] Com muita frequência ocorre, porém, que se passem anos entre a concessão da alforria e o seu registro em cartório. Muitas são outorgadas por manumissões em testamento ou na pia batismal.

As alforrias[59] poderiam ser onerosas ou gratuitas. No primeiro caso, o escravo devia pagar pela sua liberdade. Essa prática era mais comum entre os escravos urbanos, talvez devido à maior autonomia diante do controle de seu senhor. Mas não era uma transação fácil. Até mesmo guardar o dinheiro para o pagamento de sua manumissão já era um transtorno, pois o escravo necessitava da ajuda de companheiros libertos para esse fim e nos quais nem sempre poderia confiar, porque corria o risco de ver suas economias serem levadas por seus donos ou por terceiros. Além disso, o atraso no pagamento das parcelas de suas dívidas poderia levar seu senhor a obrigá-lo a retornar ao cativeiro mesmo, uma vez que a alforria poderia ser revogada se o proprietário alegasse "ingratidão" por parte do escravo. Somente em 1865, uma decisão judicial aboliu essa prática(FRANK, 2012). Robert Slenes (1999, p. 135) afirma que a maioria das alforrias dadas a título gratuito era conferida por três motivos:

> 1- ao bom serviço do escravo, havendo, assim, laços pessoais com seus senhores que asseguravam o título de liberdade; 2- poderoso instrumento de controle social; 3- por conferir um prestígio moral perante a sociedade, já que, na década de 1870, a alforria estava em 'moda'.

Qualquer uma das três motivações apontadas pelo autor poderia se aplicar aos escravos velhos, mas não parece claro o destino do ex-escravo. As alforrias gratuitas dos escravos velhos do Termo de São João del-Rei representaram o maior percentual de manumissões: 6% dos escravos conseguiram a liberdade por meio dela. Essa questão

[59] As alforrias também são assunto do subtema sobre a origem dos escravos em São João del-Rei ainda no Capítulo 2, p. 53. O tema tenta compreender a diminuição da população crioula nas faixas etárias a partir dos 46 anos e a mudança do padrão para as outras faixas etária para homens e mulheres. Possivelmente, as alforrias seriam um dos motivos para essas modificações demográficas, principalmente entre as mulheres.

pode estar estreitamente ligada a possíveis laços de afeto construídos entre senhor e escravo ao longo da vida, a partir, provavelmente, de estratégias engendradas pelos escravos. Sobre isso, Eduardo Paiva (1995, p. 92-93) observa:

> A melhor maneira de avaliar a dimensão assumida por essas pragmáticas estratégias na relação cotidiana entre senhores e escravos talvez seja quantificar as alforrias sem ônus monetários passados pelos testadores. Elas, mais que as coartações e as manumissões pagas, podem ter sido reflexo de afeto, gratidão e consideração por parte do proprietário, assim como cumplicidade entre as partes. Antes disso, porém, é bom observar que as alforrias pagas, às vezes, também refletiam certa aproximação afetiva entre possuidor e possuído, embora o primeiro não abrisse mão da quantia a receber.

A história da escravaria do Sargento-mor Antônio José de Barros[60] é muito instigante. Pela sua trajetória, é possível fazer algumas reflexões sobre os escravos velhos e as alforrias, e observar algumas nuanças de prováveis relações estabelecidas entre os senhores e escravos que levariam, no final, à liberdade. Em 1844, ano quando foi lavrado seu inventário, o Sargento-mor era morador do Curato de Nossa Senhora de Conceição da Barra. Ele era natural de Santa Ana do Sapucahi, filho legítimo de João da Silva e Ana Maria, e viúvo de Rita Maria de Jesus, que deixou quatro filhos. O incomum nessa história é que o Sargento-mor libertou todos seus 31 escravos; destes, 17 tinham mais de 46 anos. Os libertos em testamento eram na maioria velhos, excetuando José de 12 anos, a única criança da escravaria. Todos os outros 12 escravos variavam entre 42 e 70 anos. Os libertos por carta totalizaram 15 escravos. Cinco contavam com mais de 46 anos, mas a média de idade dos libertos era de 35 anos, o que demonstra que era uma escravaria relativamente mais velha.

O Sargento-mor Antonio Barros deixou 50$000 para cada um dos irmãos: Cornelio, pardo, 32 anos, “que padece de reumatismo”,e João Cabra, 30 anos, oficial de ferreiro. Num primeiro momento,poderia se inferir sobre esse fato que os irmãos poderiam ser filhos do Sargento-mor Antonio Barros, já que não era incomum os pais reconhecerem seus bastardos no fim da vida (FARIA, 2004). Mas uma averiguação nos registros de Batismo mostrou que esse não foi o caso dos dois escravos e seu senhor. Cornélio foi batizado em 1805 e era filho legítimo de Francisco Benguela e Mariana

[60]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861.Inventário do Sgto.-mor Antonio José de Barros, cx. 323, 1844.

Crioula. Já João Cabra foi batizado em 1808 e era filho natural de Teresa Crioula. Como foram arrolados no inventário como irmãos, tudo indica que ambos seriam filhos de Francisco Benguela, já que as mães eram diferentes, mas somente um foi reconhecido como filho legítimo de Francisco. Tanto mães, pai e filhos eram escravos do Sargento-mor Antonio Leite de Barros. Provavelmente, as condições do cativeiro tenham criado arranjos matrimoniais diferentes daqueles postulados pela igreja , que podem ter levado a uma formação de um outro arranjo familiar entre estes escravos, o qual possibilitou que os irmãos pudessem formar laços afetivos apesar de mães diferentes.

Pode-se ir mais adiante nas indagações. As pressões impostas pela Igreja para que proprietários evitassem o concubinato entre os escravos levou muitos deles a impedir a livre escolha dos companheiros, obrigando-os a aceitar imposições conjugais. Tais intervenções poderiam levar ao adultério (SWEET, 2007). Os escravos continuavam com os relacionamentos que consideravam importantes.e talvez esta situação possa ter contribuído para os arranjos familiares que permitiram que Cornélio e João Cabra fortalecessem seus laços fraternos. O restante da família dos irmãos, o pai e as mães, Francisco Benguela, Mariana Crioula e Teresa Crioula não estavam entre os escravos libertos em 1841.

Em 1841, a escravaria do Sargento-mor era composta por 31 escravos. Todavia, segundo a Lista Nominativa em1831, ela era composta de 53 escravos; destes, 16 eram idosos. O próprio Sargento-mor já era bastante longevo. De acordo com a Lista Nominativa, já contava com 86 anos, em 1831, o que significa que faleceu, dez anos mais tarde, com aproximadamente 96 anos. Entre os escravos registrados na Lista Nominativa, 20 deles ainda estavam presentes entre aqueles de 1841. Não há registro dos outros 33 ao longo dos dez anos que separam os apontamentos da Lista Nominativa e os registros do inventário.

Os herdeiros do Sargento-mor não contestaram as alforrias. Antes do falecimento do Sargento-mor Antonio Barros, possivelmente, já deveriam ter sido feitos acordos entre os herdeiros. Uma hipótese que deve ser levantada sobre a aceitação dos herdeiros em libertar os escravos por meio das alforrias gratuitas poderia ser do desejo de se livrar do fardo que aqueles escravos poderiam representar. Essa hipótese é pouco provável, porque havia escravos jovens entre os alforriados, algumas

talvez tenham sido onerosas, muito provável que tenham aceitado o último desejo do pai em relação a esses escravos.

Os bens de raiz e o monte mor não foram registrados entre os bens. O restante do espólio, alguns móveis e as dívidas ativas foram arrematados pelo inventariante Francisco José Alves de San Thiago. Ainda assim, a escolha desses escravos para serem alforriados e a não contestação dos herdeiros também podem passar pela via das relações afetivas, senão com todos, ao menos com os mais velhos. Vale lembrar que eles foram batizados na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, surgiram novamente em 1831 na Lista Nominativa e, finalmente,foram libertados em 1841 pelo inventário. Com algum pecúlio deixado pelo senhor, algum laço deveria existir entre eles. Sobre os motivos que poderiam levar os senhores a alforriar seus escravos de forma incondicional, pode-se atentar para a afirmação de Faria (2004, p. 126):

> Em suma, posso concluir, através dos dados apresentados, que os motivos da alforria incondicional eram vários, mas indicam, realmente, que havia com bastante frequência relação afetiva, consanguínea ou ritual entre as partes envolvidas. No caso das casas mais ricas, realmente a atuação no serviço doméstico, gerando a proximidade com seus senhores, deve ter influído na concessão da alforria gratuita incondicional.

As circunstâncias forjadas ao longo do tempo nessa escravaria podem ter contribuído para que esse senhor, já bem idoso, libertasse seus escravos no final. Como sugere Faria (2004), as relações afetivas, construídas por meio do trabalho ou das relações mais próximas no dia a dia da casa, devem ter pesado nas decisões do senhor. O que se pode fazer é conjeturar algumas razões. Não parece que a libertação desses escravos tenha sido causada por uma situação financeira desfavorável dos herdeiros. Embora os “bens de raiz” não tenham sido inventariados, o Sargento-mor deixou dívidas ativas de 14:231$10. O inventariante, Francisco José Alves de San Thiago, comprou a “legítima” dos herdeiros; ou seja, a parte que lhes cabia na herança. Infelizmente, o testamento não foi encontrado no escritório do IPHAN. O traslado do testamento no inventário não indica de forma mais detalhada os motivos que o levaram a libertar seus escravos. Alguns escravos idosos que constavam no inventário do Sargento-mor foram registrados na Lista Nominativa de 1831. Ao todo, são dez os cativos que se encontram nos dois documentos, entre eles João Caboclo e sua mulher

Rita crioula. Não foram encontradas informações sobre a direção tomada pelos escravos após as alforrias.

Foi possível, pelos registros de batismo, perceber algumas nuanças das relações desses escravos. Nesses apontamentos, o Sargento-mor recebe a patente de capitão. Entre os anos de 1792 e 1825, foram realizados46 batizados entre os seus escravos: 23 de filhos legítimos, 16 de filhos naturais e sete de escravos adultos. Os batizandos adultos eram todos africanos. Três deles foram batizados no dia 06/01/1816 e quatro no dia 19/11/1815. Nenhum deles foi inventariado em 1841. Somente um casal entre os pais dos "inocentes" batizados também se encontrava entre os outros no inventário do Sargento-mor. São eles:João Caboclo e sua mulher Rita crioula, ambos com 70 anos. Eram pais de Ludovina, batizada em 1807. Foram padrinhos Manoel Costa Rios e Catarina; ela, escrava do capitão Antonio José Barros. Ludovina, diferente dos pais, não está entre os escravos inventariados e libertados pelo Capitão. Não é possível precisar o que aconteceu com ela durante esse tempo.

Mas outros batizandos tiveram mais sorte. Em 1841, ainda se encontravam entre os escravos de Antonio de Barros:Cornelio, Mariano, Misael e Felisardo. A mãe de Felisardo, Delfina Crioula, com 46 anos, também sobreviveu até 1841. Isso não aconteceu com seu companheiro e pai de Felisardo, Marcelino Congo. Foi padrinho de Felisardo, Rafael Congo, e a madrinha, Maria Joaquina Neri. O primeiro era escravo do Capitão Antonio de Barros e a madrinha era uma forra.

A composição dos padrinhos também é bastante interessante. Além de Catarina, madrinha de Ludovina, mais dois padrinhos eram cativos do Sargento-mor, João Martins e Joaquim José de Souza. O segundo teve dois afilhados nessa escravaria. Em 1793 e 1822, uma madrinha e um padrinho da escravaria de Sebastião Fernandes Costa batizaram as crianças de casais pertencentes ao Sargento-mor. Quanto aos outros padrinhos e madrinhas, não foi possível encontrar mais informações sobre eles. Provavelmente, eram livres, já que nada os distinguiu.

Algumas considerações podem ser feitas a partir das relações dos escravos do Capitão e seus compadres. Nas escravarias maiores, a formação de famílias e de laços de compadrio era mais comum que naquelas com menos escravos[61]. Primeiramente, é

[61]Florentino e Góes (1997) apontam que a estabilidade familiar era maior entre as escravarias maiores por serem os espaços do estado de guerra. Schwartz (1988)coloca,entre outras coisas, que a proibição dos

interessante notar que essa escravaria era composta de várias famílias, visto o número expressivo de filhos legítimos batizados. Além disso, entre 1795 e 1815, houve dois casamentos: em 1795, casaram-se na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, Antonio Rebolo e Joana crioula; em 1815, na mesma capela, foi a vez de Joana Cassange e Lourenço Benguela. Essas informações demonstram que havia relações consanguíneas entre esses escravos, e parece que duradouras, uma vez que o casal João Caboclo e sua mulher Rita crioula,alguns pais de um dos batizandos do princípio do século, estava entre os registros do inventário. Essas relações podem ter formado laços de solidariedade que talvez garantissem a compra da alforria e também cuidado com os velhos após a liberdade.

O parentesco era importante para conseguir a liberdade. Ele potencializava a alforria(GUEDES, 2008). A estrutura da escravaria pode sugerir laços para além do parentesco. O fortalecimento desses laços pode ter favorecido o acesso a essas manumissões. Esses laços poderiam se estender para além da escravaria do Sargento-mor Antonio Barros, pois havia padrinhos e madrinhas de outras escravarias entre os compadres e comadres dos escravos do Sargento-mor[62].

A tentativa de acompanhar a trajetória da escravaria do Sargento-mor Antonio José de Barros se deu no esforço de entender os destinos reservados aos escravos velhos após a morte do senhor, e até que ponto esses escravos poderiam ter sido, eles mesmos, de certa forma, responsáveis por conseguir a liberdade. Parece que essa escravaria e suas características, como o tamanho, por exemplo, favoreceram a formação de laços familiares consanguíneos e de compadrio, e que, provavelmente, ao final, possam ter colaborado para conseguir a liberdade.

Outra questão que pode ser levantada em relação aos escravos velhos diz respeito aos laços de afeto, que podem ter sido forjados ao longo da vida. João Caboclo e Rita Crioula, que serviram a esse senhor por no mínimo 34 anos, construíram sua família ao longo desse tempo e foram testemunhas da vida desse senhor. É muito provável que tenham formado algum laço com ele.

---

senhores para casamentos de escravos de senhores diferentes acabava por dificultar os casamentos em escravarias menores.

[62] No Capítulo 3, serão tratadas com mais detalhes as comunidades e suas possibilidades por meio dos casamentos.

Outros que também compunham tal escravaria poderiam ser escravos domésticos ou encarregados dos cuidados. Isto é, as estratégias criadas por esses escravos ao longo do tempo podem ter perpassado por todas essas conjeturas. Ao que tudo indica, lograram sucesso.

Alguns autores[63] apontam para um número maior de alforrias entre os crioulos e escravos africanos ladinos, principalmente os que se ocupavam dos serviços domésticos. Assim, devido à proximidade com o proprietário, poderia gerar laços de afetividade. Observando as ocupações dos escravos por meio da Lista Nominativa de 1831 expostas na Tabela 6[64], foi possível observar que as atividades domésticas eram bem reduzidas no Termo de São João del-Rei. As mais comuns eram as voltadas para tecidos e cozinheira.Libby (1988) apresenta o fato de que os registros nas Listas e Censos são muito generalizantes, o que pode, em alguns momentos, pender para um setor ocupacional em particular e absorver ocupações em geral. Isso poderia ter acontecido com os serviços domésticos para o Termo de São João del-Rei.

Aliado a isso, Angela Martins (1989) indica que os encarregados em elaborar a Lista não eram obrigados a elencar as ocupações dos escravos. Desse modo, a não informação era predominante (GODOY; PAIVA, 2010). Essa questão deve ser relativizadas e se levar em conta que os escravos da vila não foram computados na Lista Nominativa de 1831. Portanto, parte das ocupações urbanas não foi elencada. As atividades domésticas são mais comuns no ambiente urbano. É muito provável que no meio rural elas se misturassem aos afazeres da lida no campo. O fato de haver um número maior de homens africanos, entre os escravos velhos que receberam a liberdade após a morte do senhor, deve estar ligado à lógica do tráfico, assim como o fato de que os crioulos foram mais bem-sucedidos em conseguir a manumissão, como também as mulheres; isto é, chegaram à velhice já libertos.

Bergard(2004) aponta para um número maior de africanos mais velhos muito em função da reprodução natural. Ainda, é preciso levar em conta que o aumento de africanos entre os velhos pode ter sido consequência da quantidade maior de manumissões concedidas aos crioulos em outras faixas etárias. Dessa maneira, muitos não chegaram a envelhecer no cativeiro. Poucos escravos velhos pagaram pela liberdade. Talvez, a gratuidade esteja ligada aos laços afetivos fortalecidos entre

[63]Bacellar (2001),Libby (1988a ,Faria (2004), Castro (1995) e Guedes (2008).
[64]Ver Capítulo1.

ambos. Paiva (1995) sugere que essas alforrias gratuitas estavam muito ligadas ao universo da afeição, aliadas a estratégias que esses cativos utilizaram ao longo da vida para alcançar tal fim.O autor ainda afirma que as estratégias utilizadas pelos escravos seriam um misto de realidade e teatralização para atingir os objetivos. Então:

> Zelar pela boa alimentação e pela saúde do senhor, pela manutenção da ordem doméstica, pela conservação dos bens materiais, assim como satisfazer os desejos do dono e defendê-lo publicamente representou, muitas vezes, não a aceitação do estatuto inferior, mas a procura de caminhos que levassem ao seu abandono. Nem sempre a estratégia alcançou êxito, mas, com certeza, muitos escravos devam a ela sua libertação (PAIVA, 1995, p. 92).

Além disso, talvez outras estratégias possam ter sido engendradas por escravos ao longo do tempo. O inventário de D. Maria Antonia de Carvalho[65] pode dizer algo sobre o destino dos libertos velhos. Ele foi lavrado em 1841. Ficou o viúvo José Ribeiro do Vale, demente, e por isso o inventariante foi um de seus 13 filhos, José Ribeiro de Carvalho, provavelmente o mais velho. O casal residia na Fazenda Matto Dentro, na Aplicação de Nossa Senhora de Nazareth, e possuía 34 escravos, cinco deles com mais de 46 anos. Dos cinco escravos velhos, três estavam listados no auto do inventário, mas nada foi atribuído aos seus destinos. Eram eles: Caetano de Nação Quissamá, 60 anos, casado com Francisca Cabra de 45 anos; Manoel de Nação Benguella, 55 anos; Catharina de Nação Benguella, 54 anos; Ignácia Crioulla, 46 anos, casada com Manoel. Essa escrava teve outro destino: parte do seu valor foi para o pagamento de dívidas; e, finalmente, Ezequiel Pardo, 56 anos, que pagou pela própria liberdade.

O caso de Ezequiel é bem instigante. Sua relação com os senhores parecia ir além daqueles das escravistas tradicionais. Eram também relações econômicas. O que sugere isso é que, além de pagar 191$030 por parte de sua liberdade, consta no inventário que o casal devia ao escravo a quantia de 35$450 pela compra de duas rezes. Isso significa que o escravo possuía renda própria, talvez fosse até mesmo meeiro de seus proprietários. Essa relação sugere a "Brecha camponesa"[66]. Ezequiel era casado

[65]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861.Inventários *postmortem*de Maria Antônia de Carvalho, cx. 418, 1841.

[66]Era uma prática que consistia na concessão de porções de terra pertencentes ao senhor, que eram cedidas para um escravo, a fim de que pudessem trabalhar em atividades agropastoris. Para esse senhor,

com Marcianna, de 25 anos. Não dá para ter certeza se tinham filhos, pois, das dez crianças inventariadas, duas eram de outra mãe e não há registro dos pais das oito restantes, assim como essas crianças foram divididas entre vários herdeiros, e nenhum deles era o mesmo que o de Marcianna.

Não foram encontrados registros de batismo que comprovassem a existência de filhos. O certo é que Marcianna continuou na escravaria do viúvo José Ribeiro de Carvalho. Dessa história, podem-se extrair alguns entendimentos. Ezequiel foi um dos libertos mensurados entre os escravos velhos. Parece ser possível delinear um rumo após a liberdade para esse cativo. O mais provável é que continuou junto à propriedade de seu antigo senhor. As circunstâncias o prendiam àquela terra. O fato de Marcianna ainda continuar escrava, e ele mesmo não parecia completamente livre, já que pagou parte de sua liberdade. É muito provável que desejasse também libertar a mulher, mesmo porque não foi possível saber de outros arranjos entre ele e seus proprietários que envolvessem Marcianna.

Finalmente, as condições para continuar sobrevivendo depois da liberdade pareciam garantidas nas suas atividades. Ao que tudo indica, já mantinha com sucesso, pois, da mesma forma que possuía relações econômicas com seu antigo proprietário, deveria ter com outros proprietários da região. Esse escravo mais velho gozava da condição de livre. Talvez, isso não se desse em relação à condição social. Muitos escravos ficavam presos à antiga condição do cativeiro, várias vezes estigmatizados, principalmente pela marca da cor, que evocava sua antiga condição. Uma forma de conseguir superar esse estado de coisas era pelo crescimento econômico(PAIVA, 1995). Não foram encontrados outros exemplos como o de Ezequiel Cabra, mas isso não elimina a possibilidade de ter sido um caminho trilhado por outros.

O Alferes Joaquim José Teixeira[67], residente na Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth, casado com Maria Esméria de Souza Teixeira, em 1842, possuía 167 escravos de várias idades, entre eles 20 contavam com mais de 46 anos. O Alferes libertou em testamento cinco desses escravos, todos homens. No inventário, consta o traslado do testamento, mas nele não há indícios das motivações que o levaram a

---

era uma forma de segurar o escravo à terra e impedir fugas, e se via sem a obrigação de sustentar esse escravo. Para o escravo, significava uma possibilidade conseguir um pecúlio, já que era permitido que comercializasse o excedente, e futuramente comprar a alforria(BOTELHO; REIS, 1998).

[67]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário do Alferes Joaquim José Teixeira, cx. 274, 1842.

libertar somente esses escravos. De acordo com o documento, ele orienta que, depois da sua morte, o "testamenteiro fará carta de alforria" aos escravos. Ele deixou a cada um deles a importância de 5$000. Bárbara Primo(2010, p. 18) faz considerações acerca de estratégias utilizadas pelos cativos para conseguir a alforria:

> As estratégias de convencimento por parte dos cativos, bons serviços, a obediência, o amor, a gratidão, a compaixão e a caridade, entre outros, formavam um mosaico de causas e justificativas não excludentes para explicar a concessão de tão almejada *carta de liberdade* (PRIMO, 2010, p.18, grifo da autora).

Para alcançar a liberdade, talvez as estratégias utilizadas por Jullio pardo, 60 anos, João José de Nação Benguella, 56 anos, Antonio Balundó, 60 anos, Manoel Ambû Ambô, 60 anos, e Joaquim Coramanû, 60 anos, possam muito bem ter passado por alguma das apresentadas pela autora, mas com certeza os laços que os uniam ao senhor parece ter levado muitos anos para ser construído. Ao que tudo indica, não houve condições para conceder a manumissão, ou mesmo arranjos econômicos, como no caso de Ezequiel Pardo, escravo de D. Maria Antonia de Carvalho. O Alferes foi bastante modesto em relação a libertar seus escravos. Era abastado. Sua fortuna, que pode ser medida pela quantia do monte mor registrado no inventário, 211:214$756, poderia libertar outros mais.

Posto isso, recorda-se que as relações escravistas perpassavam inúmeras vezes pela lógica econômica, de mercado, e os escravos eram, no final de tudo, um bem de valor. Pode-se pensar em várias estratégias articuladas pelos escravos do Alferes Joaquim José Teixeira para alcançar a liberdade. Num plano puramente especulativo, talvez o que os tenha unido possa ter sido o trabalho. Entre os bens arrolados no inventário, existe um número expressivo de utensílios e animais utilizados para a movimentação de tropas. Escravos e senhor poderiam ter criado laços durante os anos de convívio. Na Lista Nominativa de 1831, o Alferes Joaquim José Teixeira tinha 46 anos de idade. Na Lista, a ocupação registrada é "de fábrica de engenho de cana". Em 1831, a escravaria do Alferes era composta por 113 cativos, cinco eram velhos, possuía muitas crianças, muitas delas adultas em 1842. Os cinco escravos alforriados no testamento já estavam na escravaria do Alferes em 1831, todos solteiros e sem

indicação de ocupação. Também no inventário, não há alusão à ocupação e situação matrimonial.

Verdade é que não é possível saber quais caminhos foram percorridos, para que, ao final, o senhor concedesse a liberdade e meios para que se sustentassem. Parece que os cinco puderam passar pela experiência da liberdade ainda que no final de suas vidas.[68] Dos cinco escravos alforriados, um era pardo e os outros quatro eram de origem africana. Esses quatro se ajustam às estatísticas apresentadas por Libby e Paiva (2000). De acordo com eles, a maioria dos africanos não conseguia a liberdade; e quando a alcançava, era em idade mais avançada.Os autores afirmam que:"No ano de 1795, apenas dois africanos da região centro-sul do continente haviam recebido sua liberdade antes de alcançar 30 anos de idade. Nada menos que 90,6% dos forros africanos tinham 40 ou mais anos de idade" (LIBBY; PAIVA, 2000, p. 33).

Assim, é bastante razoável supor que esses escravos levaram tempo e muito trabalho até criarem condições de ter algum relacionamento com o senhor, e talvez estreitaram laços afetivos para conseguir a liberdade. Para medir o tempo que um cativo levava para, hipoteticamente, conseguir alforria, é mais fácil medir pelas onerosas.

Kátia Mattoso (1982), tentando comparar o tempo que um escravo gastaria para pagar por sua liberdade, uma vez que grande parte das alforrias onerosas podia ser dividida, estimados os preços médios dos escravos e o tempo gasto para conseguir a quantia suficiente para sua autocompra, bem como o ganho médio desse escravo, a autora considerou que, em Parati, um escravo levaria mais ou menos 12 anos e, em Salvador, entre cinco e seis anos(MATTOSO, 1982). Isso pode significar, levando em consideração que normalmente esses escravos começavam a trabalhar muito cedo e trabalhavam duro por toda a vida, que o desgaste e as condições de vida os envelheciam cedo. Ainda assim, provavelmente quando o escravo finalmente conseguisse saldar sua dívida com o proprietário, a chance de já ter chegado à velhice é muito grande.

[68]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI – Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1854. Livro, 19,P.69.2, Livro, 22. P.201.7, 202V.7, 209V.7, 213.5,Livro23. P.385.7, (397.V.5), (384.V.1), Livro 24, P.501V.5, 501.6, Livro 25, P. 303V.3,Livro26,P.22V.4, 27V.1, Livro 27, P. 340.3, Livro 29, P. 229.2, Livro 33, P. 162.3, Livro 48, P. 47.3, 68V.2, 70V.9, 8.2, Livro 49, P. 38.4, 24.5, 16V.2, 201.7, 69.4.

Pela lógica econômica escravista, o senhor não perdia ao conceder a alforria onerosa ao escravo. Muitas vezes, no período de maior intensidade, era mais fácil de fazê-lo, pois podia substituir o alforriado por outro escravo. Ele saía ganhando na medida que alforriava um escravo menos produtivo e não precisava mais ter despesas com ele, e ao mesmo tempo o substituía por um mais jovem e produtivo. A ironia reside no fato de que foi o próprio escravo, agora livre, que garantia o duplo ganho do senhor. Obtinha um novo escravo por meio do pagamento do antigo cativo. Não foram encontrados registros de batizados e casamentos entre os escravos do Alferes. Parece que havia famílias na escravaria, apesar do número bem maior de homens, mas a quantidade de crianças em 1831 pode corroborar isso, assim como o fato de que havia casais no inventário.

Outra característica que pode levar a conjeturar isso, além do grande número de escravos, é a longevidade da escravaria, uma vez que quase todos os indivíduos que estavam na escravaria continuavam em 1842. Além disso, todos os escravos e os filhos menores ficaram com a viúva. Ou seja, provavelmente, continuariam juntos na propriedade. Resta saber o destino dos cinco velhos que a partir de então eram livres.

Finalmente, outro meio de atingir a liberdade apontado nos inventários consistia na estratégia de o escravo depositar o valor estimado pelos avaliadores em juízo. Esse recurso só era possível depois de ser avaliado e antes da partilha dos bens. Essa prática foi empreendida por 2% dos escravos velhos entre 1831 a 1861. Para atingir esse objetivo, o escravo dependia de pessoas livres, o que envolvia questões institucionais. Era necessário elaborar uma petição e ter o pedido deferido ou não. Assim, o escravo precisava de um interlocutor instruído e livre que pudesse representá-lo, além é claro de dinheiro para ajuizar o seu valor e também pagar a representação. Segundo Chalhoub (1990, p. 133):

> É complicado perceber em que medida eram os próprios escravos que tomavam a resolução de lutar pela alforria em juízo, especialmente quando analisamos os processos cíveis anteriores à década de 1870. O certo é que os cativos não podiam tentar nada sem o auxílio de um homem livre, pois não tinham direitos civis e logo estavam legalmente incapacitados de agir judicialmente sem a presença de um curador.

A seguir, está transcrito o caso de dois escravos velhos que se utilizaram desse recurso para conseguir a liberdade. Ambos tiveram seus pedidos atendidos e não houve contestação dos herdeiros. O primeiro caso se refere a Antonio de Nação Angola. O escravo era propriedade de Antonio Fagundes do Nascimento, residente na Fazenda João Gomes, Curato de São Francisco do Onça, Freguesia de São Miguel do Cajuru, em 1836. Desse modo:

> Diz Antonio de Nação Angola escravo do falecido Agostinho Fagundes que no inventário deste foi o suplicante avaliado em vinte mil réis em razão de sua avançada idade de mais de oitenta anos e moléstias que também padece e porque compadecendo do suplicante Manoel Antonio de Freitas lhe emprestou a dita quantia para com ela se libertar e ainda se não fizeram partilha estando por isso os bens para dividir, requer a [...] seja servido mandar que deposite em juízo a dita quantia e que fique o suplicante liberto passando-lhe mandado de manumissão de sua liberdade para serem intimados os herdeiros, a fim de não perturbarem no livre gozo dela.
> Deferido[69]

Já o segundo escravo pertencia ao Capitão Jose Gonçalves de Aguiar. Em 1841, residiam na Fazenda Caxambu, Aplicação de São Gonçalo do Brumado. Ele também teve seu pedido deferido segundo a petição:

> Diz Manoel Coffeli de 66 anos de idade pouco mais ou menos, escravo do casal do falecido Capitão mor José Gonçalves d'Aguiar, que no inventário dos bens deste foi o Suplicante avaliado na quantia de vinte e cinco mil réis e como ainda se não fez partilha e o Suplicante tem pessoas que o favorecerão dando a sobredita quantia para sua liberdade quer depositá-la em Juízo para ser dividida pelos interessados, ficando por esta maneira o Suplicante forro e liberto, pagando-se para seu título mandado de manumissão de sua liberdade, para ser intimado aos herdeiros e Tutor dos menores, a fim de o não perturbarem na posse dela favorecida por todas as Leis especialmente no caso em que se acha o suplicante e assim a VS seja servido deferir[70].

Conforme os dois requerentes, ficou claro que tiveram ajuda externa, de pessoas livres, para ter seus pedidos atendidos. Antonio teve Manoel Antonio de Freitas como

[69]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário de Agostinho Fagundes, cx. 082, 1836. fl. 11.
[70]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861.Inventário de Jose Gonçalves de Aguiar (capitão), cx. 563, 1841.

benfeitor. Não foi possível encontrar Manoel em outras fontes para entender possíveis relações dele com o escravo ou com seu proprietário, mas o certo é que garantiu a liberdade do escravo. Resta saber se o dinheiro para a autocompra era um empréstimo ou uma doação, ou ainda um terceiro era quem saudaria a dívida devido à avançada idade do escravo.

Segundo Kátia Mattoso (1982, p. 194), a alforria "nunca é uma aventura solitária. Resulta de todo um tecido de solidariedades múltiplas e entrelaçadas, de mil confabulações[...]". Embora não haja evidências sobre as relações de Antonio e Manoel de Freitas, ou se havia outros agentes por trás do benfeitor, talvez parentes do escravo idoso, a verdade é que ele não estava só na empreitada de conseguir a liberdade. A partir da manumissão, Antonio não era mais responsabilidade dos herdeiros. Não parece que a alforria, nesse caso, tenha tido o objetivo de se descartar de um escravo velho. Afinal de contas, foi vantajoso para os herdeiros, que receberam o valor do cativo. Manoel Coffeli era mais novo que Antonio, mas da mesma forma necessitou de ajuda para conseguir a liberdade. Ao fazer a petição, o escravo deixou claro que possuía ajuda de pessoas para pagar a quantia de sua avaliação. Só não declarou quem eram tais pessoas e nem as relações com elas. Pode ser que fossem parentes ou amigos, ajudando-o a conseguir a tão sonhada liberdade mesmo no final da vida.

Faria (2004, p. 133) descreve algumas cartas de alforria, em São João del-Rei, e, principalmente, no Rio de Janeiro, de alforrias pagas por terceiros, outras por padrinhos ou comadres:

> Relações, portanto, de parentesco consanguíneo e ritual muitas vezes foram fundamentais para a liberdade. Mas a maioria das alforrias onerosas foi custeada, ao que tudo indica, através do resultado do trabalho da própria beneficiada – através de suas *agências*(FARIA, 2004, p. 133, grifo da autora).

Os escravos de Dona Izabel Antonia da Conceição não tiveram a mesma sorte que Antonio e Manoel. A empreitada foi mais confusa e difícil. Dona Izabel faleceu em 1844, em Carrancas, e deixou seus bens para cinco filhos e os netos órfãos de uma de suas filhas. Sua escravaria era composta de nove escravos, dois deles já velhos. Parecia que não haveria mais problemas em relação à divisão de seus bens. Todavia, a partir do momento em que cinco de seus escravos pediram a liberdade após o depósito em juízo,

as coisas tomaram outro rumo. Entre esses escravos, estava Francisca Africana, de 60 anos.

A seguir, serão transcritos alguns dos requerimentos e seus desdobramentos. No primeiro requerimento, o escravo descreve sua intenção e ainda reitera ser aleijado. Ele tinha 34 anos quando pediu deferimento em seu pedido de manumissão:

> Diz Gabriel crioulo escravo da falecida d. Izabel, que procedendo-se o inventário dos bens desta foi nela avaliado o suplicante em 200$000 [...] Por ser aleijado de uma perna, cuja quantia quer o suplicante depositar em Juízo para a sobredita quantia, o que feito se lhe passe mandado de manumissão de sua liberdade para dela gozar livremente que será intimado o inventariante e mais herdeiros e tutor dos menores, e a quem mais convier para o não perturbarem na posse dela debaixo das penas da lei. 20 de março de 1844[71].

A resposta do curador veio rápida, e o pedido foi prontamente atendido no mesmo dia:

> Sendo a liberdade melhor e mais inapreciável bem da humanidade, e *havendo-se na prática deste Foro e costume inveterado de antes dos procedimentos da partilha poderem os cativos depositarem o equivalente de suas avaliações para com prévia citação dos herdeiros* e interessados ficar no pleno gozo de sua liberdade, convenho e pelos *precedentes havidos em casos idênticos*, acho justa a pretensão do suplicante precedido pelo mesmo o termo de depósito e mais formalidades da lei ou pela dita usual. VS provem com a sua costumasão retidão e justiça melhor definirá o que convier. S João 20 de março o curador geral Bernardino de Souza Caldas (grifos nossos)[72].

Também, Francisca de Nação Africana encaminha sua petição pedindo a liberdade a partir do depósito em juízo de seu valor:

> Diz Francisca de Nação Africana escrava da falecida Dona Izabel Antonia da Conceição, que precedendo-se o inventário dos bens foi nele avaliada, a suplicante,em vinte mil réis e por ter idade maior de sessenta anos, cuja quantia da avaliação quer a suplicante depositar

[71]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário de Isabel Antonia da Conceição cx. 383 1844. Fl. 12.
[72]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário de Isabel Antonia da Conceição cx. 383, 1844. Fl. 12.V.

> em juízo para com ela remir sua liberdade visto que lhe apresente se não farão as partilhas dos bens da mesma falecida estando por isso todos os bens[...] requer que V. Sª se digne justo este aos outros do Inventário se lhe torne termo de depósito da sobredita a quantia, o que feito se lhe passe a manumissão de sua liberdade para dela gozar livremente que será intimado ao inventário e mais herdeiros e tutores dos órfãos e quem mais convier para não perturbarem na posse dela debaixo das penas da lei. 13 de maio de 1844.[73]

Seu pedido foi deferido. Segundo o Curador Geral:

> A suplicante, cuja idade... clamou a compaixão alheia, tornando-a credora da graça a muitos outros feita, suponho nenhuma impugnação encontrará a suplicante de todos os herdeiros, aos quais sobra caridade, e filantropia para coincidirem com tão justa pretensão? Fundado em tais princípios de... convenho; VSª porém melhor... como for a justiça. Cidade se São João del Rey. 13 de Mayo de 1844. O Curador Geral Bernardino de Souza Caldas.[74]

É importante observar que o curador deixa claro que ao aceitar o pedido dos escravos está a serviço do bem da humanidade, caridade e filantropia, mas, principalmente,que a prática está embasada no costume e nos precedentes do Foro. Essa prática não foi encontrada nos inventários a partir de meados de 1850. Segundo Sheila Faria (2004), a alforria era uma prática muito mais relacionada ao costume do que propriamente sustentada pelo amparo legal. Ela afirma:

> Justamente a única temática sobre a alforria inscrita em lei formal parece não ter sido aplicada com frequência no Brasil, que seria a possibilidade de sua revogação por determinadas circunstâncias, depois de concedida a liberdade.
> A esmagadora maioria das tentativas de alforria e de sua efetiva realização, no Brasil, era resultado das agências dos próprios escravos em relação aos seus senhores, em que a interferência de poderes governamentais não se fazia sentir. Dependiam das leis costumeiras a orientar colonos e escravos, do potencial de convencimento destes últimos, das estratégias de lutas e de acordos pessoais (FARIA, 2004, p. 93-94).

Parece que os casos apresentados até agora corroboram essa prática. Voltando aos escravos de D. Izabel, logo após Gabriel obter êxito em sua campanha, os outros quatro escravos o acompanharam e entraram com os requerimentos. Em 15 de abril, os

[73] IBID, Inventário de Isabel Antonia da Conceição cx. 383, 1844. Fl. 19.
[74] IBID, Inventário de Isabel Antonia da Conceição cx. 383, 1844. Fl. 21.

escravos Domingos pardo e Joaquim crioulo fizeram seus requerimentos de pedido de liberdade, os dois deferidos por Bernardino de Souza Caldas, nos dias 02 e 13 de maio de 1844. Francisca Affricana e Paulino Crioulo também fizeram a petição e obtiveram êxito. Seria mais um caso de manumissão de escravos após a morte de seus senhores, bem-sucedida principalmente no caso de Gabriel aleijado e Francisca idosa. Todavia, alguns herdeiros se manifestaram contrários às decisões do Curador e as contestaram:

> [...] os herdeiros D Marianna, Izabel Candida da Conceição,Manoel Affonso Leite, Francisco Affonso de Andrade e José Leite de Andrade contestam a liberdade dada aos cinco escravos por depósito 'isso porque disseram eles era costume inconcurso de se haver libertos os escravos nos inventários, e antes das partilhas, querem se libertar do cativeiro, dando dinheiro em troca de seus braços [...]Fosse porém esse costume proibido? Abusivo'[75].

A partir daí, começa uma batalha jurídica que vai contestar o costume e o colocar lado a lado com as leis. E mais importante, vai demonstrar a resistência dos escravos que se recusaram a aceitar pacificamente as contestações dos herdeiros de sua senhora. É interessante notar como esses escravos puderam se organizar, inclusive financeiramente, para conseguir levar a disputa adiante na luta pelo seu direito à liberdade.

Os documentos anexados ao inventário vão mostrar o debate jurídico entre as partes. Os cativos foram representados diante das inúmeras contestações dos herdeiros. Os herdeiros afirmavam estar amparados pelas leis do País. Uma delas seria o artigo 179, parágrafo 22, da Constituição do Estado, que

> [...]garante proteger em toda a sua plenitude já pela disposição do assunto de 16 de fevereiro de 1786, que declarou ser visível absurdo adjudicar-se e possa aquele mesmo, que pelo processo e evidência dos autos se depreenderem de não lhe dever ser julgada a propriedade devia merecer a mais particular atenção.
> [...] Se a liberdade tem direitos incontestáveis,a propriedade também os tem tão fortes e prevalentes como ela, mas o caso é que na espécie vertente a liberdade não tenha ainda esses direitos ao passo que a propriedade não pode ser mais clara nem mais evidente, nem mais demonstrada. Enquanto é que se priva aos suplicantes de braços para a agricultura? Quando tem cessado o tráfico da escravatura, quando é um crime comprar e vender a escravos novos seja pela Lei expressa,

[75]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário de Isabel Antonia da Conceição cx. 383, 1844. Fl. 28V.

> seja pela força dos Tratados. 12 de junho de 1844, como procurador dos suplicantes Francisco Antonio da Fonseca.[76]

O tutor e viúvo dos herdeiros menores de Dona Thereza, filha de Dona Izabel já falecida, vai dar início ao precedente pelo qual os representantes dos escravos vão se valer para garantir a manutenção dos costumes de liberdade antes da partilha dos bens inventariados. Bernardo José Affonso de Azevedo, o tutor dos órfãos de D. Thereza, resolve não entrar na disputa pelos escravos e admite receber o valor depositado por eles, seguido logo depois por outro herdeiro.

Em 28 de junho de 1844, foi anexada uma procuração, feita por "Domingos Affonço e Gabriel Affonço", para serem representados por Domingos dos Santos Alves tanto no inventário quanto em qualquer outra questão referente à sua liberdade. O procurador dos escravos respondeu à contenda dos herdeiros com a premissa de que o costume deve prevalecer nesse caso, e as discussões foram se seguindo. O impasse criado pelos dois herdeiros que desistiram da disputa permitiu que o procurador dos escravos pudesse se alicerçar na decisão deles. Diante disso, a solução encontrada para a questão, e requerida pelos herdeiros, foi de que os escravos fossem novamente avaliados e a partir daí deveriam depositar os novos valores, a que o Curador aquiesceu:

> Quando dei as respostas constantes de folhas do verso, quatorze verso, dezesseis verso, dezenove verso, e vinte e um foi sempre pressupondo o aquiescimento de todos os interessados; agora porém que reflito sobre o exposto no requerimento de f 23 em que alguns herdeiros queixam-se da mediocridade das avaliações, e não devendo, e nem desejando a alheia jactura, mormente em prejuízo dos órfãos, por quem me devo interessar, conhecendo porém por outra parte que os Escravos suplicantes de suas liberdades tendo em seu favor a concordata de dois herdeiros, parece duro e contra a humanidade não serem auxiliados em tão justa pretensão, quisera que novamente avaliados por seus justos valores, com o pleno consentimento de todos os herdeiros e lhes passe as cartas de liberdade, ou se declare inválidas as manumissões/quando VS julgue não ter lugar minha humilde reflexão na parte somente dos oposicionistas; ficando com tudo valiosas nas daqueles que de bom grado assentirão pela Petição e t Vrmo f 35. VS porém decidirá como de Justiça entender. Cidade de

[76]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário de Isabel Antonia da Conceição cx. 383, 1844. Fls. 28, 29 e 30.

> São João del Rei, 30 de outubro de 1845. O Curador Geral Bernardino de Souza Caldas.[77]

Infelizmente, Francisca Africana não sobreviveu para ver o fim da contenda de seus companheiros. Não houve manifestações de Paulino Crioulo. Domingos e Gabriel não concordaram em ser novamente avaliados e, como último recurso, apelaram para o Tribunal de Relação no Rio de Janeiro[78]. A partir daí, não foi mais possível acompanhar o caso desses escravos e sua resistência frente às dificuldades em conseguir a liberdade. Não foram encontrados os dois escravos ou mesmo Francisca Africana em outras fontes para saber se havia algum parentesco ente eles. É muito provável que esses escravos tivessem alguma mobilidade, capaz de possibilitar condições de formar laços de solidariedade, que permitisse apoio para conseguir a liberdade. O caso dos escravos em questão poderia muito bem fazer parte desse tipo de arranjo entre eles, para conseguir seguir adiante com o processo jurídico empreendido com os herdeiros de sua senhora. De acordo com Chalhoub (1990, p. 224): "Não é difícil imaginar os riscos que corriam os negros que tentavam obter a liberdade na justiça e perdiam. Além da decepção da derrota [...] podia incluir seu cortejo de sevícias por parte de um senhor irado e vingativo".

Quanto mais velho o escravo, menos informações sobre seu destino, ou até mesmo nenhuma pista sobre ele. Ele, às vezes, era citado como muito velho e doente, e sem valor declarado. É possível encontrar um risco no lugar indicado para anotar seu valor na lista de bens inventariados, demonstrando a inexistência do valor monetário. É importante levar em consideração que, além dos escravos velhos, existiam outros em situação de fragilidade: os doentes e inválidos. Muitas vezes, a velhice e a doença vinham juntas. Para Bergard (2004), em Minas Gerais, 9% dos escravos pesquisados tinham algum defeito físico ou doença. Separados os dois sexos, os homens somavam 9,7% e as mulheres 7,8%. Conforme o autor:

---

[77]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário de Isabel Antonia da Conceição cx. 383, 1844. Fl. 41.

[78]Souza (2001, p. 151). Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, ou somente Relação, foi criado pelo Alvará de 13 de outubro de 1751, sendo Rei de Portugal D. José I (1750-1777), e parou de funcionar em 1808. Era um Tribunal de Segunda Instância. "A Relação no Rio de Janeiro somente voltou a aparecer após a independência do Brasil, funcionando novamente como sede recursal a partir da Lei de 20 de outubro de 1828 e com o Regulamento Geral das Relações do Império de 03 de janeiro de 1833".

> A porcentagem também era mais alta entre os africanos (11%) do que entre os nascidos no Brasil (8,1%). Evidentemente, isto ocorria devido ao número elevado de africanos idosos e ao grande número de crianças escravas nascidas no Brasil, as quais tinham menor propensão às doenças. Em geral, como seria de esperar, escravos mais velhos tendiam a apresentar índices mais elevados de doenças do que as outras categorias de idades(BERGARD, 2004, p. 234-235).

O autor considera que, a partir dos 41 anos, os preços dos escravos começavam a declinar. Ele não deixa clara a idade exata da velhice, mas parece que seria próxima a esta; ou seja, entre os 41 e 45 anos. Na visão dele,os africanos, a partir dessa faixa etária, apresentavam maior índice de lesões e doenças. Já para aqueles em idade de maior vigor, dos 15 aos 40, o índice aumentava para os brasileiros. Outro fator apontado por ele para aumentar o índice de lesões seriam as categorias ocupacionais. Comparativamente, o trabalho na mineração deveria provocar mais acidentes que o doméstico. Apesar disso e de outros fatores, doenças e lesões acometiam os escravos de forma "razoavelmente uniforme"(BERGARD, 2004, p. 237). A Tabela 10 vai apresentar o percentual de doentes nas escravarias pesquisadas no Termo de São João del-Rei.

Tabela 10

Tabela 10

Escravos doentes no Termo de São João del-Rei

Inventários *postmortem* – São João del-Rei – 1830 a 1861

	doentes		não doentes		Total	
Idade dos escravos	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**
escravos com mais de 46 anos	56	37	440	18	496	18
escravos com menos de 46 anos	96	63	1952	82	2048	82
Total	**152**	**6**	**2392**	**94**	**2544**	**100**

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei– 1831-1861.

Entre os inventários pesquisados, não há grande disparidade entre o número de jovens doentes em relação aos velhos nas mesmas condições. Outra característica observada é que esses escravos, mesmo doentes, eram valorizados, principalmente

aqueles com menos de 46 anos. Ainda que seus preços fossem menores que os demais, seus destinos sempre eram declarados a algum herdeiro ou em outras situações.

Os inventários não apontam detalhes sobre as doenças ou demais problemas de saúde apresentados pelos escravos. É registrado o nome da época dado à moléstia. Entre as doenças descritas nos inventários, pode-se citar: "quebrado" e "rendido das virilhas": doenças do sistema digestório, Karasch (2000) aponta que a incidência das doenças do sistema digestório matava muitos escravos no Rio de Janeiro, e poderiam ter diversos diagnósticos principalmente quando era acompanhada de febre ; outra doença elencada era "escorbutada": doenças reumáticas, nutricionais e glandulares; "herisipela": doenças da pele; "gota":doenças do sistema nervoso e sintomas neuropsiquiátricos; "aleijado", "malfeito": deformidades congênitas ou adquiridas; "cego", "falta de vista": disfunção. Outra doença também recorrente era: doente, verdugo ou furo no peito; "velhice", muitas das vezes, também era considerada uma doença, caracterizada como senilidade[79]. Assim, era comum encontrar "muito velho", "velho e adoentado" para atribuir uma condição de saúde do escravo. Ainda, era possível encontrar o registro de "papudo". Segundo o viajante John Luccock (1975, p. 313), que esteve em São João del-Rei em 1818, "essa terrível doença do bócio, a que aqui chamam de 'papo', afligindo pessoas de todas as classes e cores".

Essas doenças acometiam tanto os velhos quanto os jovens, mas era entre os mais velhos que aumentavam. Clóvis Moura (2004) verifica que, após o início do tráfico atlântico de escravos, muitos acreditavam que as doenças dos escravos eram originárias da África e que contaminavam o território brasileiro. Todavia, na perspectiva dele, é preciso definir o que eram "doenças da escravidão" das "doenças africanas". As doenças mais comuns trazidas nos navios negreiros eram a sarna, a disenteria e a varíola. Mary Karasch (2000, p.207) aponta algumas razões para a disseminação de doenças para o Rio de Janeiro do século XIX, nos termos da autora:

> (...) os cativos morriam devido a uma correlação complexa entre descaso físico, maus-tratos, dieta inadequada e doença. A falta de alimentação, roupas e moradia apropriadas, em combinação com os castigos, enfraqueciam-nos e preparavam-nos para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciam na população densa do Rio urbano. As ações intencionais ou não dos senhores

[79]A caracterização das doenças apresentadas pode ser encontrada em Oliveira e Rosa (2014).

> contribuíram diretamente para o impacto de doenças específicas ou criavam indiretamente as condições nas quais uma moléstia contagiosa espalhava-se rapidamente peal população escrava.

As mesmas condições apontadas Karasch (2000) podem ser comparadas à vida dos escravos do Termo de São João del-Rei, o que contribuiu para diminuir a longevidade, e também como condições para contrair doenças. Algumas doenças infectocontagiosas apontadas pela autora, como de maior incidência no período, eram: tuberculose, disenteria, varíola, tétano e "febres desconhecidas". Essas últimas poderiam estar associadas ao tifo. Outras doenças ligadas ao tráfico seriam a "oftalmia", a sarna, a lepra, a bouba e a sífilis. Não foram encontradas quaisquer dessas enfermidades entre os escravos registrados nos inventários do Termo de São João del-Rei no período em tela. Ainda que a maior parte dos escravos do Termo fossem oriundos diretamente do mercado do Rio de Janeiro, provavelmente, aqueles que empreendiam a viagem para Minas já estivessem passado por períodos de quarentena e sobrevivido às epidemias do porto de desembarque. Mas isso não significa que essas ou outras doenças não acometeram os escravos de São João embora não estejam listadas nos inventários. Moura (2004) aponta que, a partir de 1831, com a proibição do tráfico, o controle oficial se tornou menos eficaz, permitindo maior disseminação de doenças. As crianças eram mais vulneráveis às doenças. Outra sequela das doenças, má nutrição e trabalhos forçados contribuíram para a redução da natalidade (SWEET, 2007).

A Tabela 10 permite mensurar os escravos doentes em todas as idades por meio dos inventários no Termo de São João del-Rei. À primeira vista, parece que as escravarias em questão gozavam de boa saúde, já que apenas 6% do total de cativos de todas as idades apresentaram algum tipo de doença. É claro que essa questão deve ser relativizada, uma vez que algumas doenças, que poderiam acometer os escravos, não fossem reconhecidas pelos avaliadores por falta de conhecimento ou mesmo pelo desinteresse dos proprietários em elencar, minimamente, defeitos ou doenças em seus escravo, o que levaria, fatalmente, à desvalorização deles. Entre os escravos pesquisados nos inventários do Termo de São João del-Rei, somente três deles foram apontados com esta nomenclatura de "velho" ou "muito velho". Como a questão da saúde escrava para o século XIX parece bem intricada, é prudente seguir o alerta de André Nogueira (2011), pois este esclarece bastante a questão. Segundo o autor

> Como qualquer outro objeto de investigação histórica, as doenças devem ser igualmente historicizadas. Ou seja, devemos estar atentos para as diferentes formas de explicação e concepção dos males que acometiam os corpos de indivíduos que, vivendo em épocas diferentes da nossa, certamente possuíam outro tipo de arsenal mental para dar conta e remediar esse momento de fragilidade da existência humana, a produzir, consequentemente, intervenções e explicações diferentes das vigentes hoje (NOGUEIRA, 2011, p.42).

Assim, como não é o objetivo desta pesquisa analisara saúde dos escravos, buscaram-se os doentes para tentar analisar possíveis relações, não individuais, mas coletivas do tratamento dos senhores aos escravos fragilizados pela velhice e pela doença. Voltando a eles, pode-se observar que, entre os escravos com menos de 46 anos, 96 indivíduos, entre homens e mulheres, apresentaram algum problema de saúde. Isso representa 63%. Cabe ressaltar aqui que, entre esses escravos, 23 não tiveram seus valores e destinos informados no inventário apesar de seus preços apresentarem valores bem inferiores em relação a seus pares na mesma idade.

Outro dado importante é que, entre os escravos doentes, com menos de 46 anos, nenhum obteve alforria gratuita ou onerosa. Entre os escravos com 46 anos ou mais, 56 indivíduos apresentaram algum problema de saúde. Isto é, 37% entre os doentes. Entre eles, 34 indivíduos não tiveram o registro do preço ou do destino.

Proporcionalmente, não se observaram condições díspares de saúde entre os velhos e os mais jovens. Quase a mesma proporção pode ser observada entre os escravos com mais de 46 anos e aqueles com idade inferior a esta. Entre os escravos velhos doentes, somente Izabel parda foi libertada em testamento “com falta nas vistas”. Ela tinha 54 anos em 1832, ano quando foi lavrado o inventário de seu senhor. Mesmo liberta, foi avaliada em 100$000. Parece que a alforria gratuita não foi utilizada pelos senhores para descartar os escravos doentes. Também, não parecia que a alforria fosse um instrumento utilizado em larga escala pelos proprietários para não cuidar de seus escravos improdutivos.

A corrente noção de que os escravos velhos e doentes eram abandonados pelos seus senhores não constituiu uma regra. Nessa mesma perspectiva, pode-se citar Katia Mattoso (1982, p. 186):

> Toda uma literatura brasileira descreve os velhos abandonados que são vistos a mendigar à porta das igrejas, doentes, cegos, aleijados, gotosos, reduzidos ao apelo à caridade pública. Estudos sérios comprovam, no entanto, que o percentual de alforriados idosos em parte alguma ultrapassa 10% do total. A maioria dos senhores não joga na rua seus escravos inúteis.

Pelos estudos empreendidos até agora neste capítulo, acredita-se que a afirmação da autora parece bem próxima da opinião extraída por meio das informações e análises das escravarias do Termo de São João del-Rei do que de outras abstrações sobre os escravos velhos. Para corroborar sua proposição de que os escravos velhos estariam entre os mais alforriados entre os cativos durante o período escravista, Gorender (1988), faz referência aos inúmeros e contundentes testemunhos:

> Como os de Vilhena, Koster, Saint-Hilaire, Cunha Mattos, Maria Graham, Debret e Correa Júnior, que revelam o quanto constituía prática generalizada, desde o Nordeste a Minas Gerais e Goiás, na Corte do Império e no Vale do Paraíba da época do café, a de libertar os escravos velhos e inválidos, deixando-os ao desamparo e eliminando dos custos do engenho, da fazenda ou da casa residencial, os gastos com servidores inutilizados (GORENDER, 1988, p.355).

Os relatos não deixam dúvidas da existência dessa prática, até mesmo quando o Padre Manoel da Paixão e Paiva[80] deixa claro em testamento seu desejo de como devem ser tratados os escravos velhos Joaquim e Maria, a fim de que não sejam livres, "para não cair na mendicância". Parece que seria esse o destino do velho alforriado. Ainda assim, não é crível que esse tenha sido o método comum em relação aos escravos velhos. É necessário buscar outras perspectivas, mesmo porque até agora não se pôde observar que esse era um costume entre os proprietários dos cativos velhos de São João del-Rei.

Mediante os testemunhos dos europeus que passaram por São João del-Rei no princípio do século XIX, procuraram-se alguns vestígios para encontrar consonância nas afirmações de Gorender. Robert Slenes(1999, p. 237) afirma que os relatos dos observadores brancos do século XIX são muito úteis para a reconstrução da vida material dos escravos, "mas praticamente não nos servem para a recuperação de

[80] O trecho do testamento do Padre Manoel da Paixão e Paiva está transcrito no Capítulo 2, p. 53.

significados culturais". Desse modo, é preciso que se busque o que está nas entrelinhas ou mesmo naquilo que não é dito nem é observado pelo estrangeiro.

Para Marie Louise Pratt (1999), seria em que medida esses povos não europeus, retratados pelos viajantes, "deixaram-se ver". Ou seja, pelas escolhas e construções de partes de seu mundo se revelam aos observadores estrangeiros. Dessa maneira, faz-se necessário ir além do que a fonte indica ou mesmo possa indicar aos historiadores. Ir além da fonte traz em seu escopo essa visão do que se deixa ver. É bastante interessante pensar que o universo íntimo em que viviam os escravos nem mesmo seus proprietários conseguiam compreender.

Entre os relatos, interessa aqui o que não foi dito. Os viajantes não relataram ter visto pelos caminhos ou na vila de São João del-Rei mendigos negros e velhos. Isso pode, a princípio, não significar muita coisa, mas um dos relatos interessa aqui para essas elucubrações. O relato de John Luccock (1975), viajante inglês que passou por São João del-Rei em 1818. Segundo sua ótica:

> As classes mais baixas dizem ser aqui, como aliás o são em tantas outras partes, indolentes e libertinas, *mas não existem mendigos*, com exceção dalguns poucos aos quais se concede permissão de pedir, por tempo determinado, como meio de lhes mitigar uma pobreza honesta ou insólita calamidade(LUCCOCK, 1975, p. 313, grifo nosso).

O testemunho de Luccock sobre o fato de não ter visto mendigos, apesar de pouco detalhado, não inspira uma imagem de velhos negros mendigos, doentes e abandonados.

Todas essas observações podem levar a conjeturar que, assim como os velhos, os doentes também não pareciam serem abandonados. Talvez, continuassem na propriedade de origem, ou a seguissem para outras escravarias, dos filhos ou netos de seu antigo proprietário, ou até de possíveis compradores.

A análise empreendida neste momento não busca somente as condições de vida com que esses escravos seguiram em frente após a morte de seus proprietários, principalmente devido à dificuldade de localizá-los após a partilha. No entanto, mesmo assim, os indícios de seus destinos por meio dos inventários podem nos contar algumas nuanças de suas vidas. Não são suposições.

Dessa forma, podem-se perceber algumas tendências. A grande maioria dos escravos velhos permanecia na propriedade de origem. Isso pode levar a pensar que famílias e comunidades[81] teriam papel importante nos cuidados para com eles. Também, não foram encontrados indícios consistentes de que as alforrias gratuitas eram utilizadas para que os senhores se vissem livres do ônus para com os velhos e os doentes. Ainda que alguns senhores possam ter usado esse artifício, parece muito mais que esses escravos eram como os demais, incluídos na lógica econômica do mercado escravista.

Essas considerações envolvem situações próprias da complexidade das relações escravistas e podem demonstrar que a expectativa do abandono ou da assistência, tanto para velhos quanto para doentes, passa por questões intricadas. Em alguns momentos, extrapolavam o valor econômico e deveriam envolver algum laço afetivo. Mesmo outro apelo, que escapa, poderia ter sido outro motor a impulsionar as decisões dos proprietários.

Crê-seque o destino dos velhos escravos passa por um conjunto de possibilidades. Uma delas seria a de que poderia existir velhos abandonados ou mesmo na mendicância. Embora até então nenhum indício concreto hora encontrado, mas possivelmente não era a tônica para os escravos de São João del-Rei. Muito além das aparências, foi possível resgatar histórias e suas estratégias, como Elias pardo, que encontrou na Brecha Camponesa o veículo para comprar sua liberdade e, possivelmente, sustentar a si e a mulher; ou o caso de Joaquim e Maria, escravos do Padre Manoel da Paixão e Paiva, que, mesmo não sendo libertados, tiveram a garantia de assistência no fim da vida assegurada em testamento. Pode-se reportar aos 9% de escravos velhos libertados em testamento e aos 59% entre aqueles que foram partilhados somente para um herdeiro e que provavelmente continuaram na propriedade de origem, já que parte significativa deles ficava com o viúvo ou a viúva, ou mesmo com os filhos solteiros, garantindo tal possibilidade. E não se pode deixar de mencionar Antonio Limão, o velho que levava uma vida de liberto solitário(LIBBY; PAIVA, 2000).

Todavia, como se pode compreender o significado, para ele, da solidão diante do significado da liberdade. No dizer dos autores, “pequenas histórias” que não podem

[81] Sobre as famílias e comunidades escravas e os escravos velhos, será tratado mais detalhadamente no Capítulo 3.

revelar a complexidade do sistema escravista, mas podem, através de um olhar atento, mostrar aquilo que está além das palavras, ou, possivelmente, inatingível para os que não sabem ou não podem ver.

Na verdade, essas reflexões são exercícios para pensar a velhice escrava para além do desamparo e perceber, minimamente, o significado de suas vidas e tentar compreender outras esferas de sociabilidade, como, talvez, a família e a comunidade. O fato de não serem vistos como mendigos abandonados traz em seu bojo um significado que vai além da primeira impressão. Pode significar uma existência bem mais possível diante do cativeiro. Talvez, longe dos olhos daqueles que não conseguem ou não querem ver suas existências, estejam lá pessoas com vidas importantes e significativas.

2.4 O lugar social dos escravos velhos por meio da origem e dos matrimônios

2.4.1 A origem dos escravos velhos em São João del-Rei

A maior parte dos escravos que vieram para Minas Gerais,entre o século XVIII e 1850, era composta de africanos de origem banto. Eram na maioria de sociedades de língua banto, da atual Angola e da bacia do rio Congo/Zaire, incluindo o Gabão, "região que a historiadora Mary Karasch chama de Congo-Norte" (SLENES, 1999, p. 142). Segundo Brügger e Oliveira (2007, p. 186):

> Nota-se de imediato o amplo predomínio de angolas e benguelas, seguidos de minas. Já é usual, na historiografia sobre escravidão em Minas Gerais, a afirmação de que, num primeiro momento dos setecentos, predominaram os cativos de origem mina, desembarcados, sobretudo, na Bahia e remetidos para as terras mineiras. [...] A partir de meados do século XVIII, teriam predominado os escravos procedentes da África banto, ingressados a partir do porto do Rio de Janeiro.

Para São João del-Rei, reporta-se a Brügger e Oliveira (2007) no artigo sobre os benguelas na vila entre 1782 e 1822. Os autores trabalharam com registros paroquiais de óbito assentados em livros da Matriz de Nossa Senhora do Pilar da mesma vila. Embora os dados sejam de período diferente, parece haver uma

continuidade do padrão de predomínio dos bantos em relação aos sudaneses em São João del-Rei, como afirmam:

> Eles corroboram o predomínio dos bantos, mas destacam a continuidade da importância dos minas, ainda que em patamares cada vez menos expressivos. Assim, entre 1782 e 1790, os minas representavam 20% dos cativos africanos e, entre 1811 e 1820, passam a corresponder a menos de 5% deste universo(BRÜGGER; OLIVEIRA, 2007, p. 186).

Além disso, por meio desse estudo, os autores constataram uma diminuição dos angolas e o aumento dos benguelas a partir de 1791 e 1800, notando um aumento maior dessa proporção a partir de 1800, o que indica mudanças ocorridas no tráfico em território africano(BRÜGGER; OLIVEIRA, 2007). Parece que os benguelas constituíram um grupo coeso “em torno de uma identidade comum” em São João del-Rei no século XIX.

Destacando os personagens do trabalho objeto deste texto, com a intenção de caracterizá-los e relacioná-los dentro do universo onde viviam, apresentam-se alguns resultados da pesquisa sobre os escravos velhos. Pela pesquisa em inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei entre 1831 e 1861, foram catalogadas as origens dos cativos arrolados na fonte. Foi possível observar que a proporção entre bantos e sudaneses não difere muito das constatações apresentadas nas pesquisas de Brügger e Oliveira (2007), Costa *et al.* (2009), Bergard (2004) e Libby e Paiva (2000) sobre a presença dos sudaneses em São João del-Rei e a diminuição desses escravos a partir do começo do século XIX.

Os números da população geral de escravos segundo as origens africana e brasileira, pesquisados a partir dos inventários *postmortem* entre 1831 e 1861, estão expostos na Tabela 12; na Tabela 13, estão detalhados os dados da população segundo a origem africana; e, na Tabela 14, a população de escravos de origem brasileira.

Tabela 11

Tabela 11

Escravos segundo as origens africana e brasileira

Termo de São João del-Rei – 1831 a 1860

Inventários post mortem

Período	1831-1839	1840-1849	1850-1860	Total	
				Σ	%
Origem africana	191	433	179	803	40
				Σ	%
Origem brasileira	425	508	272	1205	60
Total	615	941	451	2008	100

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei– 1831 a 1860.

Tabela 12

Tabela 12
Escravos segundo a origem africana
Termo de São João del-Rei – 1831 a 1860
Inventários post mortem

Período	1831-1839		1840-1849		1850-1860		Total	
Origem Africana	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%
Angola	17	2,00	14	1,74	4	0,50	35	4,23
Benguela	41	5,11	60	7,47	7	0,87	108	13,45
Congo	56	6,96	33	4,11	12	1,49	101	12,46
Moçambique	12	1,49	21	2,62	6	0,75	39	4,86
Cabinda	14	1,74	12	1,49	-	-	26	3,23
Cassange	8	1,00	8	1,00	-	-	16	1,90
Ganguela	5	0,62	12	1,49	1	0,12	18	2,23
Monjolo	3	0,37	13	1,62	-	-	16	1,99
Rebolo	9	1,12	15	1,87	-	-	24	2,98
Mina	4	0,50	7	0,87	10	1,25	21	2,62
Songo	3	0,37	-	-	-	-	3	0,37
Africano	4	0,50	184	23,00	113	14,00	301	37,83
De Nação	2	0,20	32	4,00	15	2,00	49	6,00
Da Costa	4	0,50	3	0,40	-	-	7	1,00
Outros	9	1,12	19	2,37	11	1,37	39	4,85
Total	191	23,6	433	54,05	179	22,35	803	100

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei– 1831 a 1860.

*Na categoria "outros", estão inseridos os grupos com pouca representatividade, ou seja, com dois ou menos representantes, a saber: Guissamá, Mofumbe, Cassele, Gongari, Songo, Fula, Nagô, Camundongo, Gafanhoto, Guiné, Calungo, Borundó e Vié. Os escravos com a denominação generalizante de Africano, de Nação e da Costa foram incluídos aos de origem africana.

Tabela 13

Tabela 13
Escravos segundo a origem brasileira
Termo de São João del-Rei – 1831 a 1861
Inventários post mortem

Período	1831-1839		1840 1849		1850-1860		Total	
Origem Brasileira	Σ	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%
Crioulo	403	33,0	418	34,7	229	19,1	1050	86,8
Pardo	15	1,3	65	5,5	31	2,6	111	9,4
Cabra	7	0,7	25	2,1	12	1,0	44	3,8
Total	425	35,0	508	42,3	272	22,7	1205	100

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei– 1831 a 1860.

O Banco de Dados foi construído a partir de um universo de 2.544 escravos de ambos os sexos e de todas as idades arrolados em 130 inventários *postmortem*. Para a elaboração dessas Tabelas, foram elencados somente os escravos com o registro do nome acompanhado pela origem africana ou brasileira. Entretanto, de maneira alguma, pode-se considerar que esse registro evidencia a origem real dos africanos ou os identifica com suas culturas originais. Segundo Bergard (2004, p. 227):

> Exemplos comuns desses nomes são ‘João Congo’ ou ‘Maria Angola’; mas são problemáticos, pois não há como saber se revelam a verdadeira etnia ou o ponto de embarque de escravos trazidos de regiões distantes do interior para a costa africana. É provável que tenha sido este o caso – pois a grande maioria das anotações continha as concepções das realidades africanas criadas pelos portugueses – e que não fossem pontos de referência usados pelos próprios africanos.

Quanto aos brasileiros, Sheila Faria (2004) esclarece em relação às denominações dadas aos escravos segundo sua naturalidade. Conforme ela, os “Filhos de *pretos*, ou seja, de nascidos na África, quando ainda escravos, eram *crioulos*. Já os filhos de *crioulos* eram *pardos*, não importando a cor da pele” (FARIA, 2004, p.70, grifos da autora).

Os escravos de origem africana representavam 39,0% do total geral de escravos pesquisados (Tabela 13). Como resultado: o predomínio do elemento banto, principalmente benguela e congo, entre os originários da África, sendo que os primeiros representavam 13,45% e os segundos configuravam 12,46% do total de

escravos de origem africana durante as três décadas. Juntos, somavam 26,91% desse total. Já os minas representaram 2,62% do total de escravos originários da África no mesmo período.

Os escravos nascidos no Brasil formavam a maioria da população escrava geral como mostra a Tabela 7, ou seja, 61% do total. Entre os escravos brasileiros, os crioulos eram em maior número superando os outros. Isto é, representavam 51% dos nascidos no Brasil. Esses números podem sinalizar dois entendimentos: o primeiro seria sobre uma formação antiga da escravaria a partir da economia mineradora, e também a possibilidade de aumento populacional pela reprodução natural (RODARTE, 2012). Sobre o crescimento da população escrava na vizinha São José del-Rei, Fábio Carlos Vieira Pinto (2010, p. 29) afirma:

> Podemos perceber que tanto a reprodução da escravaria pelo tráfico quanto pelo nascimento de escravos brasileiros encontra defensores na historiografia.Arvorados em dados demográficos consistentes, Clotilde Paiva, Douglas Libby, Afonso Alencastro, entre outros, preferem conjugar as duas hipóteses anteriores, de forma a esclarecer a realidade econômica mineira. Se a economia mineira era diversificada e dinâmica no início do século XIX, não haveria problemas em importar escravos, ao mesmo tempo em que a reprodução natural da escravidão se processaria nos plantéis, tendo em vista a difusão dos casamentos entre os escravos mineiros.

Graça Filho (2002) propõe uma conjugação dos dois elementos para o crescimento da população escrava mineira: reprodução natural e imigração pelo tráfico, assim como também sugere Fábio Vieira Pinto. Bergard (2004) mostra que a população escrava em Minas Gerais apresenta um número maior de brasileiros em relação aos africanos. A principal razão para isso se deu em função da reprodução natural. Para São João del-Rei e São José del-Rei, o autor destaca:

> Não houve nenhum aumento, quanto aos africanos na década de 1790, embora tenha acontecido uma retomada na importação da África depois de 1805, indicada na tendência do aumento da porcentagem relativa de africanos encontrada na amostra de São João del-Rei e São José del-Rei entre 1805 e 1820. Mesmo com esta retomada das importações da África, os escravos nascidos no Brasil permaneciam esmagadora maioria após 1790 e aumentaram de modo significativo sua parcela relativa da população escrava a partir da década de 1830 (BERGARD, 2004, p. 204).

A observação de Bergard (2004) pode explicar o número bem maior de escravos brasileiros em relação aos africanos em São João del-Rei. Em contrapartida, ao se destacarem os escravos velhos, descobre-se uma inversão em relação aos escravos em geral, já que o número de africanos é maior. Nesse caso,não parece haver importação de escravos africanos, uma vez que a preferência recaía, geralmente, entre os homens em idade produtiva.

Douglas Libby e Clotilde Paiva (2000) apontam para outra direção a partir das pesquisas com o Rol dos Confessados de 1795. De acordo com os autores, os mulatos, crioulos e cabras compunham 40% da população escrava, e os africanos, 60%, o que significa que São José ainda era dependente do tráfico e, então, próspera economicamente para os padrões da época. Assim, conforme os autores:

> O relativo equilíbrio entre os sexos na população escrava nativa talvez indique que a reprodução natural poderia se tornar um fator na manutenção e no crescimento da força escrava uma vez eliminado o tráfico negreiro. Por outro lado, as razões de masculinidade favoráveis ao elemento masculino mesmo no grupo nativo outra vez sugerem que as mulheres eram mais bem-sucedidas na obtenção de suas cartas de alforria. Entre os africanos, apenas os minas e os muhembés demonstram razões de masculinidade que ficam dentro dos padrões históricos do tráfico negreiro (LIBBY;PAIVA, 2000, p. 25).

Talvez, o melhor preço dos homens em relação às mulheres possa ser a razão dessa diferença, bem como pode ser o fato de que as mulheres conseguiam, com relativo sucesso em relação aos seus pares homens, a alforria. Ainda assim, os autores relativizam lembrando que as crianças com menos de sete anos não foram arroladas, como provavelmente eram crioulas, ou seja, já nasceram no Brasil, pois era rara a importação de crianças. Isso poderia aumentar o número de brasileiros, mas ainda assim não julgam que superariam os estrangeiros.

Libby e Paiva (2000) acreditam que os resultados obtidos por Bergard (2004) não são os mesmos para São José. Os autores apontam que a escolha das fontes possa ser o motivo para essa distorção. Segundo eles, os inventários tendem a apresentar uma representatividade estatística menor que os recenseamentos. Essas considerações foram

feitas a partir da naturalidade dos escravos de todas as idades selecionados nos inventários. A seguir, serão feitas inferências acerca dos velhos.

A Tabela14 apresenta os escravos a partir dos 46 anos segundo a origem africana e a Tabela 15 mostra os escravos nessa mesma faixa etária segundo a origem brasileira durante as três décadas elencadas para a pesquisa. Esses cativos foram selecionados a partir dos inventários *post-mortem* transcritos durante a fase de formação de Banco de Dados.

Tabela 14

Tabela 14

Escravos acima de 46 anos segundo a origem africana

Termo de São João del-Rei – 1831 a 1860

Inventários *post mortem*

Período	1831 - 1839		1840- 1849		1850- 1860		Total	
***Origem África**	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**
Angola	7	2,9	1	0,4	1	0,4	9	4,0
Benguela	12	4,9	35	14,3	4	1,6	51	21,0
Congo	9	4,0	9	3,7	2	0,8	20	7,9
Moçambique	0	-	2	0,8	2	0,8	4	1,6
Cabinda	3	1,2	8	3,3	0	-	11	4,5
Cassange	1	0,4	2	0,8	1	0,4	4	1,6
Ganguela	3	1,2	3	1,2	2	0,8	8	3,2
Monjolo	0	-	4	1,6	1	0,4	5	2,0
Rebolo	5	2,0	4	1,6	3	1,2	12	4,8
Mina	0	-	0	-	0	-	0	-
Songo	1	0,4	0	-	0	-	1	0,4
Guissamá	3	1,2	1	0,4	0	-	4	1,6
Cafeli	1	0,4	0	-	0	-	1	0,4
Camundongo	0	-	1	0,4	0	-	1	0,4
Fula	0	-	3	1,2	0	-	3	1,2
Nagô	0	-	1	0,4	0	-	1	0,4
Borundó	0	-	1	0,4	0	-	1	0,4
Cassele	0	-	3	1,2	1	0,4	4	1,6
Mofumbe	0	-	3	1,2	0	-	3	1,2
Africano	10	4,1	27	11,0	47	19,2	84	34,3
De Nação	2	0,8	8	3,3	2	0,8	12	5,0
Da Costa	3	1,3	3	1,2	0	-	6	2,5
Total	60	24,8	119	48,4	66	26,8	245	100

Fonte:Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei – 1831/60.

*Aqui, foram arroladas todas as identificações das origens. Como o universo dos escravos nessa faixa etária é menor, consideraram-se os grupos com até um representante.

Tabela 15

Tabela 15
Escravos acima de 46 anos segundo a origem brasileira
Termo de São João del-Rei – 1831 a 1860
Inventários *post mortem*

Período	1831 - 1839		1840- 1849		1850- 1860		Total	
Origem Brasileira	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**
Crioulo	34	25,0	49	35,5	26	18,8	109	79,0
Pardo	5	4,0	12	8,7	4	2,9	21	15,0
Caboclo	0	-	1	0,7	0	-	1	1,0
Cabra	1	1,0	3	2,2	3	2,2	7	5,0
Total	**40**	**30,0**	**65**	**47,0**	**33**	**23,0**	**138**	**100**

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei – 1831-1860.

O número total de escravos brasileiros para o Termo de São João del-Rei era de 1.205 e os africanos 803. Se compararem os números para todos os escravos aos das Tabelas 15 e 16, pode-se perceber que o número de africanos passa a ser superior ao de brasileiros a partir dos 46 anos. Ou seja, ao chegar à velhice, o número de brasileiros diminui. Para essa faixa etária, os africanos contavam 245 indivíduos enquanto os brasileiros 138 indivíduos. O que poderia ter acontecido a esses indivíduos para que essa diferença se acentuasse nesse momento da vida? Pode-se pensar em algumas possibilidades. Uma delas seria a questão da mortalidade. Talvez, esta fosse maior entre os escravos de origem brasileira em relação aos de origem africana. Outra hipótese, que parece mais provável que a primeira, seria a de que os escravos de origem brasileira conseguissem a liberdade com mais facilidade que os de origem africana. A argumentação de Sheila Faria(2004, p. 47, grifo da autora) pode ser bastante esclarecedora:

> Tanto João Reis quanto Hebe Mattos partem do pressuposto de que crioulos estavam mais predispostos a conseguir a alforria do que os africanos. Para Mattos, crioulos e africanos ladinos teriam mais chances de *viver como livres* e adquirir ganhos materiais e de movimento que dificilmente poderiam colocar em risco.

A autora ainda considera que era entre os crioulos que se escolhiam os escravos domésticos, o que poderia aproximar as relações entre os senhores e seus escravos,

“estando eles em contato diário com seus senhores, situação que poderia resultar em certas relações até mesmo sexuais”(FARIA, 2004, p. 48). Essas conjeturas podem levar a pensar que os crioulos eram mais facilmente cooptáveis que os africanos. Zephyr Frank (2012) também concorda que a proximidade dos escravos domésticos poderia criar laços entre eles e seus senhores e, assim, levar com mais facilidade a alforria do que os demais escravos:

> A proximidade com seus senhores no âmbito do trabalho doméstico também servia para criar laços pessoais e aumentar a perspectiva de manumissão. Embora a linha que divide a escravidão rural da urbana deva ser traçada vagamente, é claro que a mobilidade e as oportunidades eram maiores nas cidades (FRANK, 2012, p. 32).

Mesmo considerando a diminuição do número dos escravos idosos de origem brasileira em relação aos africanos, é necessário lembrar que, possivelmente, os velhos não eram descartados por seus senhores mediante as alforrias. O número de velhos e crianças era mais alforriado do que o de seus pares em outras faixas etárias. Outro fato são os crioulos. Por terem sido mais alforriados ao longo da vida, chegavam à velhice como libertos, diminuindo o percentual de escravizados.

Sheila Faria (2004, p. 95) traz os trabalhos de Kátia Mattoso, Klein e Engerman sobre alforrias, que podem corroborar algumas questões sobre os escravos velhos e as alforrias:

> Mattoso, Klein e Engerman, trabalhando com 45% das cartas de alforria onerosas, calcularam em somente 5% o número de idosos, 12% o de crianças e 83% o de adultos. Não foram computados, portanto, do conjunto das cartas, 26% de escravos alforriados sem ônus nem os libertados na pia batismal, cujo contingente era majoritariamente constituído por crianças.

Além desses trabalhos descritos,a autora apresenta números sobre alforrias para o Rio de Janeiro, que confirmam os números apresentados:

> Na Freguesia de São Gonçalo, do Recôncavo da Guanabara, entre os anos de 1671 e 1706, foram libertados 45 escravos em testamentos transcritos em registros de óbitos. As taxas foram mais ou menos as mesmas das encontradas para Campos dos Goitacazes, no século XVIII: 58% de crianças, 35% de adultos e 9% de velhos (FARIA, 2004, p. 95).

Os números apresentados por Sheila Faria (2004) demonstram que, entre os libertos, o número de velhos não era tão significativo. As crianças eram libertas em maior número. Elas superavam até mesmo os adultos na porcentagem de libertos. Como já foi apresentado neste capítulo e em trabalho anterior (MAGALHÃES, 1998), não parece que os velhos eram alforriados por seus senhores para serem descartados ou mesmo para se livrarem do fardo dos cuidados exigidos por eles nessa fase da vida. Pode-se pensar, para São João del-Rei, que talvez o número de alforrias, ou outra forma de libertação, pode ter influenciado a diferença numérica dos escravos velhos de origem brasileira em relação aos de origem africana, fazendo com que os segundos superassem os primeiros nessa faixa etária. Todavia, possivelmente, outros fatores, como mortalidade, podem também ter influenciado.

Ao longo das três décadas pesquisadas, os cativos mais velhos de origem banto superaram os sudaneses. Já Costa, Klein e Luna (2009, p. 17) sugerem que os escravos africanos que vieram para Minas Gerais no "primeiro quartel do século XVIII ao primeiro quartel da décima nona centúria" se enquadram nos grupos maiores de bantos e sudaneses. Os benguelas apresentam uma proporção maior de indivíduos: 41 homens e dez mulheres, seguidos pelos congos, 16 homens e quatro mulheres, e, logo depois, os angolas, com oito homens e seis mulheres.

Para essa faixa etária, há uma diminuição significativa dos sudaneses, principalmente os minas, que não foram localizados em nenhuma década. Somente na década de 1840, constatou-se a presença de sudaneses: um fula e um nagô[82]. Na década de 1850, houve uma diminuição de escravos de origem africana, muito provável pelo fim do tráfico, surgindo com mais frequência o termo genérico de "africano" para designar os originários da África. Sobre essa africanização, é bastante esclarecedor o comentário de Sheila Faria (2004, p. 39,grifos da autora):

> Foi no decorrer do século XIX, no contexto dos esforços para se abolirem o tráfico negreiro e a própria escravidão, que começou a aparecer o termo *africano*, para indicar escravos procedentes da África. Antes, em nenhum documento assim haviam sido qualificados. A variedade étnica anterior e a cessação definitiva do tráfico, em 1850, transformaram congo, angola, cabinda, mina, nagô,

[82]Mais sobre a origem dos bantos e sudaneses, ver Costa *et al*. (2009).

> ioruba, accra, monjolo, entre inúmeros outros, em *africanos*. Deve-se ter em mente, portanto, que o *africano* é uma construção de observadores de fora, pois os próprios *africanos*, mesmo na segunda metade do século XIX, ainda se identificavam por sua origem. Mas eram numericamente cada vez mais reduzidos. A crioulização dos escravos foi-se processando paulatinamente. A abolição, em 1888, libertou primordialmente crioulos. Obviamente, esta transformação foi acompanhada também da criação de uma comunidade escrava, com certa identidade,que diferenciava os nascidos no Brasil dos que vieram de fora.

Ao que tudo indica, esse foi um processo também em São João del-Rei, já que entre os velhos contavam com 84 escravos designados como "africanos". Os benguelas contavam com 51 indivíduos e os congos com 20 entre 1831 e 1861.

2.4.2 A diferença etária nos matrimônios entre escravos velhos

A análise dos matrimônios é importante instrumento para se perceberem as possíveis regulações do cativeiro e do espaço ocupado pelos escravos mais velhos na sociedade. Segundo Bergard (2004), em Minas Gerais, o casamento legal era maior entre os escravos de origem africana do que entre os brasileiros. Não é possível saber se esse fato tem relação com a cultura africana ou se é uma preocupação maior com a legitimidade dos filhos. Já entre as escravas, acontecia o contrário devido à imensa superioridade numérica das brasileiras em relação àquelas de origem africana.

O autor reconhece que os inventários não oferecem dados que possam indicar a extensão de laços familiares, mas o fato de que os documentos registram a existência de pais e filhos demonstra que a família era significativa para os escravos.Ele acredita "que o casamento formal era uma prioridade menor para os escravos brasileiros do sexo masculino"(BERGARD, 2004, p. 233). Já Costa e Pimentel (2015), em seus estudos sobre a família escrava em Paracatu nos séculos XVIII e XIX mediante as análises em registros de batismo, acreditam que o casamento era crucial para os cativos, pois poderia lhes render benefícios apesar da preeminência das relações não sancionadas pela Igreja. Então: "Em uma sociedade caracterizada pela hierarquização, ordenada a partir das concepções pregadas pela Igreja, o casamento poderia fornecer ganhos sociais e econômicos, também aos escravos, embora nem sempre isto fosse o caso" (COSTA; PIMENTEL, 2015, p. 285).

Brügger (2007) observa que o casamento entre os escravos acontecia mais no meio rural. A pesquisadora ainda conclui que os dados das Listas Nominativas de 1831, para São João del-Rei, indicam uma valorização do casamento entre os cativos. Ela só lamenta esses dados não se estenderem aos escravos da vila.

Desse modo, pensando na perspectiva de destaque para os escravos velhos em suas comunidades, Florentino e Góes (1997) observaram, para o norte fluminense, no período entre 1790 e 1807, que os escravos velhos ocupavam um lugar privilegiado no mercado matrimonial em relação à escolha de suas companheiras. Os autores afirmam que os escravos velhos ocupavam singular posição no mercado matrimonial fossem eles africanos ou crioulos. A diferença etária entre eles e suas esposas era grande. Os rapazes casavam-se com mulheres mais velhas. Schwartz (1988, p. 323), em seus estudos sobre famílias escravas no Recôncavo Baiano da primeira metade do XVIII, apontou que essa diferença etária entre mulher/homem era consequência do cativeiro: "[...] Tais unidades parecem ter envolvido arranjos em que mulheres idosas, menos produtivas, eram designadas para cuidar da moradia e alimentação de homens solteiros recém-chegados".

Florentino e Goes(1997) concordam que essa diferença etária era efeito do cativeiro, mas duvidam que essas escravas mais velhas estivessem nas moradias somente para cuidar dos recém-chegados. Voltando ao norte fluminense, encontra-se essa mesma diferença entre mulheres idosas (45 anos) e homens muito jovens (15 e 25 anos): "Quanto mais velhas, maiores as diferenças etárias entre elas para com seus parceiros; estes, pelo contrário, quanto mais moços, mais jovens que suas parceiras"(FLORENTINO; GOES, 1997, p. 154). Tudo indica que o monopólio dos mais velhos sobre as mulheres jovens não permitia o acesso dos mais moços, o que os impelia à escolha das mulheres mais velhas. Isso causou estranheza a Schwartz (1988). No Recôncavo Baiano, nada mais era que a regulação do cativeiro ao matrimônio. Mas o fato é que os mais velhos tinham um controle da circulação das mulheres mais jovens.

Robert Slenes(1999) acrescenta às considerações de Florentino e Goes outro ingrediente para explicar esse arranjo matrimonial. Ele considera ser muito plausível, para o Brasil, o papel da mulher na decisão da escolha dessa regulação matrimonial, adaptando tal modalidade para essa realidade. Segundo ele, já que as mulheres

africanas não tinham um parente próximo para intermediar o matrimônio, sua escolha recaía sobre aquele que poderia melhor ajudá-la e à sua prole no processo da escravidão. Assim,

> [...]'o melhor partido'[...] não seria o 'malungo' bonito da mesma idade, mas o homem com mais experiência do Brasil: o cativo 'ladino', com laços de amizade e dependência já formados, talvez com ocupação diferenciada, em todo caso com algum pecúlio e com 'poder de poupança' maior. Enfim, o 'padrão africano' poderia ter-se reproduzido aqui por um conjunto de processos decisórios bastante diferentes(SLENES, 1999, p. 82).

Mesmo levando em consideração tal explicação, isso não tira do escravo mais velho um papel de destaque, uma vez que representaria, para suas futuras esposas, segurança e, possivelmente,unidade familiar consanguínea ou fraterna. Vale lembrar também que, nesse processo de escolhas matrimoniais,havia a participação das crioulas. Além disso, cabe ressaltar que a balança do mercado nupcial pendia positivamente para as mulheres no momento da escolha de parceiros. O próprio Slenes (1999) ajuda a considerar como as mulheres poderiam se arranjar diante dessa realidade. Conforme ele:

> [...] a tendência central destas mulheres, que até pelo menos 1850 eram majoritariamente africanas e suas filhas, provavelmente não teriam utilizado seu maior poder de barganha *vis-à-vis* os homens para abraçar a poliandria ou embarcar de preferência em relações passageiras, sejam múltiplas ou seriais (práticas que não eram encorajadas na sociedade de origem), ao longo do curso de suas vidas. Ao invés disso, teriam lutado para formar uniões mais a seu agrado (talvez até refreando as inclinações masculinas para a poligamia), enquanto procuravam conduzir suas vidas, na medida do possível, dentro das tradições africanas (SLENES, 1999, p.73-74).

Por meio de dados recolhidos nos inventários *postmortem* do Termo da vila de São João del-Rei entre 1831 a 1861, foi possível observar uma dinâmica dos arranjos matrimonias entre os cativos dessa região e tentar encontrar algum paralelo entre os casos apresentados por Florentino e Goes (1997) no Rio de Janeiro e Schwartz (1988) na Bahia.

Foram arrolados 187 casais assentados nos inventários. Não se sabe se eram matrimônios consensuais ou sancionados pela igreja pois a fonte não traz esse dado.

Foi considerado o registro da indicação a existência do casal. Normalmente, nos inventários, os escravos eram listados e avaliados. Quando casados, o nome do homem aparecia primeiro e, logo abaixo, o nome da mulher, indicando a relação conjugal do casal, quase sempre com a designação de "mulher do dito"; logo em seguida, as crianças, que, muitas vezes, eram os filhos do casal. Nem sempre,há a indicação da filiação. Os inventários seguem certo padrão ao listar os escravos, assim como a mulher vir logo depois do marido, os filhos, quando nomeados como tais, aparecem logo a seguir da mãe. Por isso, e levando em conta a idade das crianças, é possível considerar que seriam filhos do casal.

Bergard (2004, p. 231) mostra que não é possível saber se havia cerimônias para as uniões entre os escravos, mas os casamentos eram reconhecidos: "Em primeiro lugar, o casamento legal e a vida em família eram algo visivelmente reconhecido e distinto de ligações de caráter menos formal como o concubinato, a coabitação informal ou as simples relações sexuais entre os escravos".

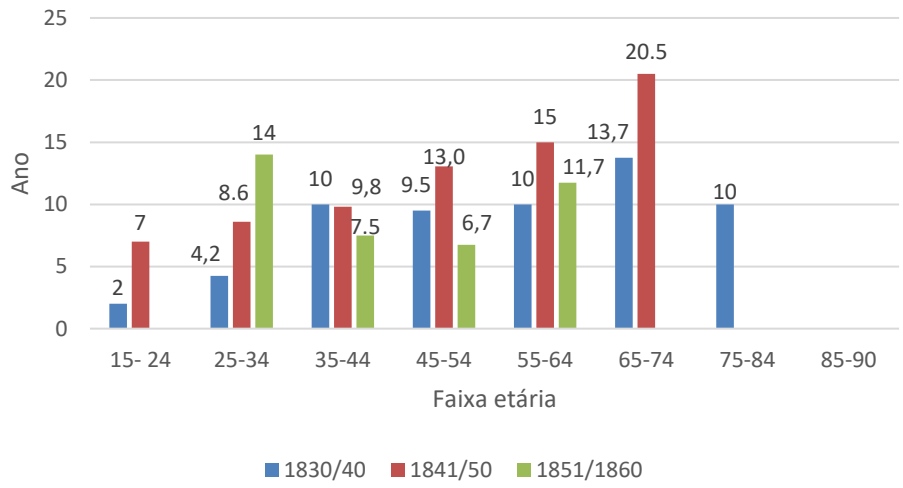
Dezoito dos casais pesquisados eram constituídos por homem mais novo e mulher mais velha. Porém, diferente dos casos apresentados por Florentino e Góes (1997) para o Rio de Janeiro e de Schwartz (1988) para a Bahia, não se verificaram evidências de uma diferença muito distante na idade dos cônjuges que se assemelhe com os analisados por eles. A diferença mais distante entre marido e mulher foi de dez anos: dois casais na década de 1830, a mulher com 80 anos e o homem com 70 anos; o outro casal, a mulher apresentava 50 anos e o homem 40 anos; finalmente, o terceiro casal, da década de 1840, era de mulher com 50 anos e homem com 40 anos. Dos 15 casais restantes, cinco contavam com mulheres idosas; ou seja, com mais de 46 anos. Mas a diferença etária entre eles não ultrapassou os cinco anos. Para os outros dez casais, as diferenças etárias variaram de um a nove anos. Em nenhum dos casos, os homens eram muito jovens, a não ser um casal em que os dois estavam na mesma faixa etária entre 20 e 24 anos.

Dessa forma, a maioria dos casais analisados, em que as mulheres eram mais velhas que os homens, não apresentou uma diferença etária muito grande em relação a eles. Mesmo sabendo que a população escrava feminina era menor que a masculina, não parece que a regulação dos matrimônios, para essas escravarias, fosse de mulheres

muito mais velhas que os homens. É preciso analisar as diferenças etárias para os homens mais velhos que suas esposas, sem dúvida, bem mais numerosos.

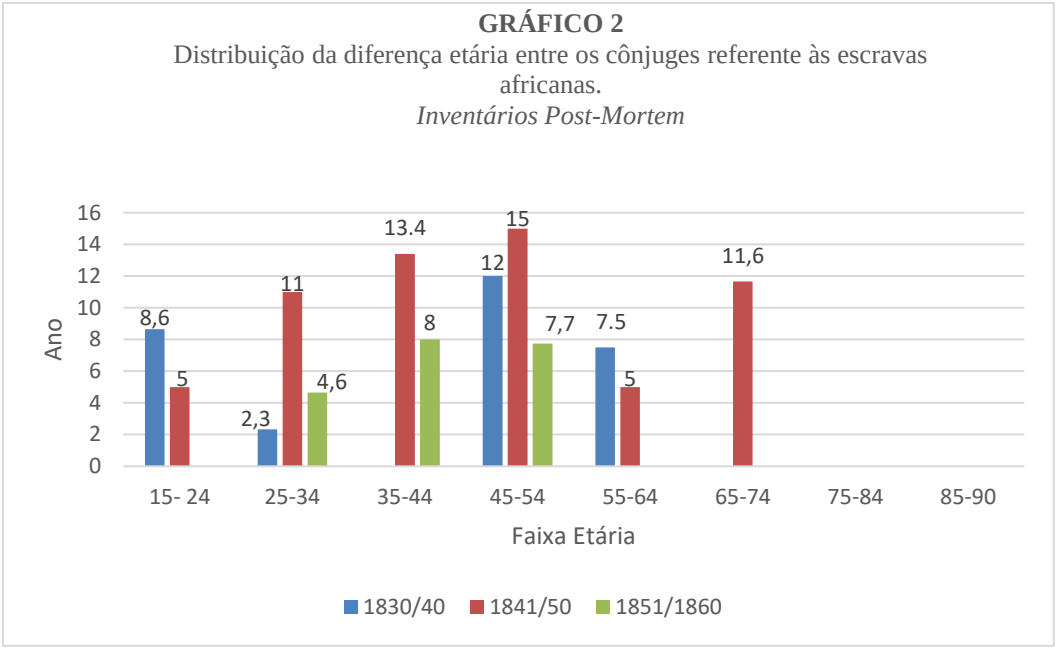
Os Gráficos 1,2,3 e 4 apresentam as diferenças etárias médias entre os cônjuges nas três décadas pesquisadas. Por meio deles, é possível perceber as diferenças etárias médias entre homens e mulheres segundo a origem.

GRÁFICO 1
Distribuição da diferença etária média entre os cônjuges referente aos escravos africanos homens.
inventários post-mortem



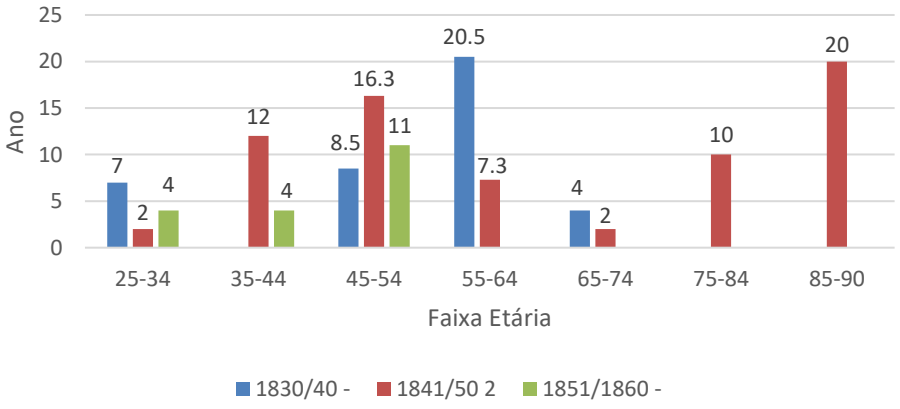
Fonte: Escritório técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem*, 1831 a 1861.

GRÁFICO 2
Distribuição da diferença etária entre os cônjuges referente às escravas africanas.
Inventários Post-Mortem



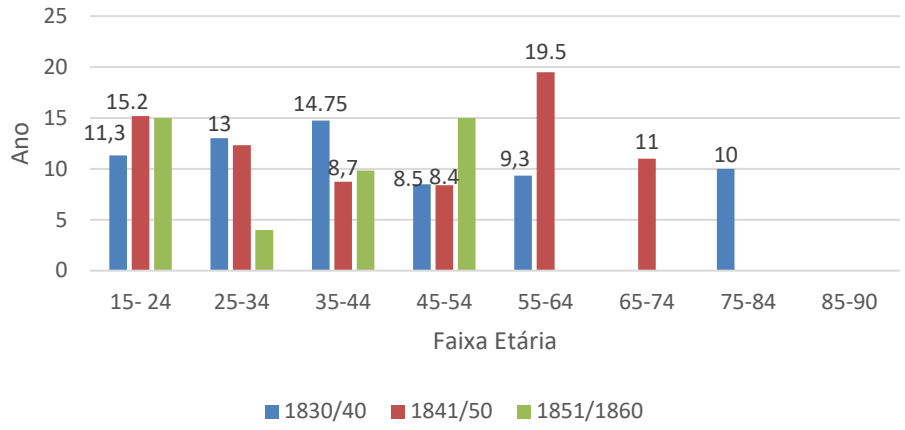
Fonte: Escritório técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem*, 1831 a 1861.

GRÁFICO 3
Distribuição da média etária entre os cônjuges, referente aos escravos brasileiros.
Inventários *post-mortem*



Fonte: Escritório técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem*, 1831 a 1861.

GRÁFICO 4
Distribuição da média etária entre os cônjuges, referente às escravas brasileiros.
Inventários post-mortem



Fonte: Escritório técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem*, 1831 a 1861.

Os Gráficos 1 e 2 mostram as diferenças etárias entre os escravos de origem africana. Pode-se perceber que, para a década de 1840, entre os homens africanos, a diferença média tendeu a crescer conforme eles atingissem uma idade mais avançada, a partir principalmente dos 55 anos. Para as mulheres africanas, no mesmo período, há uma tendência de crescimento dessa diferença entre 35 e 54 anos. Já para as mais jovens, a diferença média é bem menor.

Os Gráficos 3 e 4 apresentam as diferenças etárias entre os escravos brasileiros. As mulheres de origem brasileira apresentam a menor diferença média nesse mesmo período: de 35 a 54 anos. Os escravos brasileiros apresentam diferenças médias maiores a partir dos 45 anos, acentuando-se com a idade avançada.

Não parece que nas outras décadas houve uma diferença muito acentuada como para a de 1840. Esses números apontam para uma diferença média bem maior entre os escravos velhos e suas companheiras em relação às outras faixas etárias. Parece que, para os escravos velhos de origem brasileira, existe uma margem ainda maior de diferença etária em relação às suas companheiras com idades mais avançadas; ou melhor, a partir dos 55 anos. No caso das diferenças etárias, quando o homem é mais velho que a mulher, existem traços bem parecidos entre o Rio de Janeiro e São João del-Rei, principalmente quando o homem é idoso. Ao que tudo indica, parece que havia uma ordenação e regras entre os matrimônios.

Em São João del-Rei, em período similar ao das áreas rurais do Rio de Janeiro apresentado por Florentino e Goes(1997), é possível observar que as diferenças etárias entre os casais são bastante próximas. Os autores sugerem que, em períodos de estabilidade do tráfico, a tendência é que os africanos e crioulos, a partir dos 24 anos, fossem mais velhos que suas esposas.

Como demonstrou Bergard(2004), em São João del-Rei, houve um crescimento da população africana entre 1805 e 1820, mas ainda assim o número de brasileiros era bem maior que do seus pares vindos da África. Talvez, os arranjos matrimoniais em torno de aspectos culturais, como a primazia dos homens mais velhos, possa ser uma realidade já que, a partir dos 55 anos, é possível observar que a porcentagem da diferença etária dos homens, tanto brasileiros quanto africanos, aumenta em relação às outras faixas,especialmente nas décadas de 1830 e 1840. No entanto, a maioria dos homens em todos os períodos eram mais velhos que suas esposas.

Muito provável que os escravos idosos de São João del-Rei ocupassem um lugar de destaque para escolha de suas companheiras entre as mais jovens mesmo que as fontes não alcancem tal afirmação. É possível concordar com duas análises de Florentino e Góes (1997, p. 159, grifo dos autores): primeiro que “a preeminência dos mais velhos representa a cristalização de um poder político pacificador (uma espécie de *poder* civil) forte entre os escravos”; outra seria a de que havia rivalidade entre africanos e crioulos, o que levava os segundos a evitar uniões mistas. Todavia, o certo é que os matrimônios seguiam suas regras próprias e se adaptavam à realidade do cativeiro e à manutenção de certa estabilidade e possibilidade de vida no cativeiro tanto em Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro.

Capítulo 3 – Escravos velhos: família e comunidade

"Na chama reluzente do lar escravo, eis a flor".

Robert Slenes[83]

3.1 Sobre o "Dikota"[84]: família e comunidade

Buscar os escravos velhos nas suas subjetividades é como procurar agulhas em palheiro. Assim como Brügger (2007) numa referência a João Fragoso[85], é como se estivesse "afogando em nomes". Este capítulo tem como função encontrar os escravos velhos enquanto agenciadores das relações familiares e possíveis lideranças em suas comunidades. Segundo Sheila Faria (2007, p. 144), é possível reconhecer a comunidade ou a ausência dela em algumas situações: "São eles as revoltas, os casamentos, as relações de compadrio e as irmandades". Tentar-se-á explorar algumas dessas possibilidades de comunidade entre os escravos idosos do Termo de São João del-Rei no período em tela. Serão examinados os arranjos matrimoniais e os casais, a participação dos barbeiros e seus laços de compadrio. Procurar-se-á, também, encontrar o papel dos mais velhos na rebelião de Carrancas (ANDRADE, 1998/1999).

Quando se fala nos escravos velhos e na importância deles para seus pares, uma forma de perceber esse significado pode estar expressa na presença desses personagens nos dias de hoje. Essa presença está representada na autoridade carinhosa pela qual os pretos velhos e as vovós se apresentam nos terreiros de umbanda pelo Brasil. Isso pode significar, entre outras coisas, que a importância dos anciãos no período escravista ficou, de certa forma, gravada nas gerações posteriores como prova de seu legado. Calmos e serenos, nos terreiros de umbanda, são os conselheiros de consulentes muitas vezes aflitos(REZENDE, 2017).

Em seu trabalho sobre a representação da escravidão a partir da figura dos pretos velhos nos terreiros de Umbanda, Lívia Lima Rezende (2017) ajuda a perceber a

---

[83]Slenes (1999, p. 253).

[84]S.**dikota** (o mais velho) – **makota.** RAMOS, Rui. *A língua Kimbundu.* ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (PT). Disponível em: <https:ciberduvidads escte-iul/diversidades/a-lingua-kimbundu>. Acesso em: 10 maio 2018.

[85]FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 41-70.

transmigração dessas figuras do passado para além de memórias. Por meio dessa representação nos terreiros, é provável que, como seus antepassados, possam referendara capacidade de pacificação e resistência como se os pretos velhos e as vovós estivessem ainda a manter unidas as comunidades. Na perspectiva da autora: "A visão de um preto-velho que se submete de forma letárgica ao regime escravista não encontra ressonância nos terreiros" (REZENDE, 2017, p. 155). Outrossim, eles são associados à resistência, paciência e sabedoria. Mais ainda, a pesquisadora descreve que, "visceralmente vinculada a essa questão, está a percepção oposta, a do escravo rebelde, quilombola"(*ibidem*). Mas, ainda que a resistência esteja presente na fala dos entrevistados, de maneira alguma, eles a associam ao preto-velho. Ou seja, para eles, essas entidades não suscitam ou mesmo se aproximam da violência e rebeldia.

Durante as entrevistas com os envolvidos com os pretos-velhos, ela observou que ora surgia a memória do velho, expresso na figura familiar do avô, e ora emergia a figura do escravo. Para ela:

> Invariavelmente, entretanto, essa calma e sabedoria se desdobram em algo muito mais intenso e profundo. Elas seriam a chave para uma vida de resistência e força. E é neste momento que emerge a memória do preto. Fica claro que a qualidade de paciente e calmo atribuída aos pretos-velhos não se confunde com submissão apática ao regime escravista. Em absolutamente nenhuma das falas, a entidade foi apropriada dessa forma. O caminho demonstrado pelos consulentes foi justamente o oposto: resistir, ainda que pacificamente, não é se omitir, tampouco quietude se confunde com submissão integral [...](REZENDE, 2017, p. 113).

Talvez, não seja equivocado pensar a importância daqueles escravos velhos ainda no tempo do cativeiro. Assim, são bastante esclarecedoras suas afirmações sobre o papel desses anciãos em suas comunidades a partir da apropriação do que eles representavam:

> Conclui-se, claramente, que, no processo de apropriação dos pretos-velhos, paciência não se confunde com passividade, resiliência ou submissão. Pelo contrário, essa calma é percebida muito mais como estratégica e deliberada, com o intuito de sobrepujar os desafios impostos pelas condições a que esses espíritos teriam sido submetidos em vida. [...] Ao se firmar como exemplo de resistência e força, ele ampara grande parte dos que o procuram em sua luta diária, dando ânimo e influenciando em suas atitudes. A riqueza na interpretação

> dos pretos-velhos emerge dessa harmonização entre a capacidade de resistir e a qualidade de preservar a calma (REZENDE, 2017, p. 156).

Mais ainda, a figura dos pretos-velhos está ligada à alegria, à cura, ao tratamento do corpo e da alma. Porém, mesmo ligados à paciência e calma, quando necessário, se transformam em figuras bravas de acordo com as entrevistas (REZENDE, 2017). Acredita-se ser muito mais provável que a liderança dos velhos se desse pela resistência pacífica, expressa no dia a dia do cativeiro, do que outras que envolvessem violência.

Mas isso não significa que o contrário não tenha acontecido e em alguns momentos a liderança tenha sido de liderança por meio do conflito. Um exemplo disso é a experiência de luta e rebelião. Como assinala Rezende (2017), a figura do preto-velho, quando necessário, se torna brava.

Como aponta Sheila Faria (2007), a rebelião é uma forma de caracterizar a formação de comunidade escrava em torno de várias etnias. Ainda neste capítulo, será tratado esse caso mais especificamente.No esforço de analisar os escravos velhos e as possibilidades de liderança e resistência, reconhecem-se as escravarias e suas nuanças sociais ou o mais próximo que as fontes possam trazer.

Dessa maneira, partindo dos inventários concomitantes com registros eclesiásticos de batizado e casamento, tentar-se-á imaginá-los diante de seus desafios; de início, com algumas escravarias, nas quais viviam escravos velhos, e, partindo de suas particularidades, perceber o universo desses anciãos.

A escolha das escravarias analisadas neste capítulo, de certa forma, se impôs de acordo com as fontes. Como se está tratando de nascimentos, casamentos e mortes, ou seja, de trajetórias de vida,muitas vezes, o corte cronológico poderá ser extrapolado, como também alguns personagens poderão compor o cenário das análises sem terem sido previamente concebidos. Acredita-se que nada disso representou um empecilho para as análises empreendidas ao longo do texto, já que, diversas vezes, as trajetórias são feitas muito mais de sinuosidades do que de retas.

Sheila Faria (2007) esclarece algumas questões importantes sobre formação de comunidades escravas. Parece não haver uma definição comum sobre comunidade. A autora aponta para uma definição de comunidade mais próxima ao que ela imagina. A definição é de B. E. Mercer assim descrita: “Uma unidade local, numa época

determinada, partilhada por pessoas com cultura comum e que apresentam uma identidade distinta como grupo" (FARIA, 2007, p. 145). Essa definição parece bem adequada quando se estudam os escravos velhos.

Para Florentino e Goes (1997), a comunidade se expressa pelo parentesco, mais amplo que o espaço e limites jurídicos das escravarias. Essa extensão familiar é comprovada por meio das relações de compadrio, mas admitem que a manutenção da comunidade se dava no interior das escravarias dada a grande concentração de escravos em poucos estabelecimentos agrícolas, uma das características do sistema escravista brasileiro. Assim, os autores afirmam que, para a constituição da comunidade escrava, "os parâmetros familiares eram fundamentais, pois serviam como principal parâmetro de pacificação, solidariedade e ajuda mútua [...]"(FLORENTINO; GOES, 1997, p. 125).

Acredita-se que a definição de Mercer, corroborada por Faria, deva ser a mais adequada para analisar as relações dos escravos velhos no Termo de São João del-Rei, no período em tela, devido às subjetividades encontradas para as relações dos escravos velhos, porém não elimina as afirmações de Florentino e Goes. Ainda conforme Faria (2007, p. 144), para detectar as comunidades mediante revoltas, casamentos, relações de compadrio e irmandades:

> Nos primeiros, tentam-se detectaras alianças possíveis entre os escravos de diversas origens para se perceber o grau de coesão em momentos de tensão. Os casamentos, por sua vez, indicariam a maior ou menor frequência de alianças matrimoniais entre escravos de variadas origens, para tentar perceber a exogamia ou endogamia, ou seja, a superação ou não das diferenças étnicas. Com os registros de batismo, perscrutam-se as relações entre as famílias dos batizandos e seus padrinhos, quase sempre questionando-se se eram de um mesmo senhor, se libertos ou livres, de forma a perceber mobilidade e alianças. Nas irmandades, por sua vez, aparentemente mais organizadas, atesta-se a inclusão ou a exclusão de determinadas pessoas.

Na medida do possível, tentar-se-á identificar a importância dos velhos dentro das escravarias a que pertencem. Quanto às comunidades, já se sabe de pelo duas que podem ser caracterizadas como tal: a revolta de Carrancas (ANDRADE,1998/1999) e a Grande Nação Benguela da Irmandade do Rosário (BRÜGGER, 2007).

3.1.2 Família escrava

Os estudos sobre a família escrava vêm se desenvolvendo nos últimos tempos[86]. Esses estudos passaram a tratar a questão da família com outro olhar, opondo-se a uma historiografia anterior[87], que interpretava a vida cotidiana dos escravos a partir de uma visão ocidental e, dessa forma, acreditavam na impossibilidade da formação familiar, pois supunham haver na senzala relações de promiscuidade e uniões instáveis (SLENES, 1999). Pesquisas mais recentes, principalmente pautadas na História Demográfica, vem demonstrar o contrário, não só o sucesso da formação de famílias escravas, mas a estabilidade e manutenção de uma rede de laços de solidariedade. Esses estudos não pretendem minimizar os efeitos da escravidão, porém dar a ela historicidade. Tentar-se-á entender, a partir de agora, como eram as famílias escravas no Termo de São João del-Rei entre 1831 e 1861.

Sabino Januário do Sacramento era morador da cidade de São João del-Rei quando faleceu em outubro de 1843. A viúva D. Maria Venância de Toledo declarou em seu inventário que ele era coletor do município de São José. Possuía uma casa na Rua do Curral dando para a "praia", outra casa de menor valor na Rua do Campo ou das Flores, utensílios de casa, três cavalos, uma vaca e um garrote, e ainda oito escravos. Deixou órfã a pequena Maria de três anos. Na escravaria de Sabino, viviam dois velhos: Joaquim Ganguela, 60 anos, e Domingos Cabinda, bom cozinheiro, com 50 anos. Joaquim Ganguela era casado com Maria Joaquina Benguela, doente, de 40 anos. Os outros escravos eram jovens e crianças: Rita, crioula, 20 anos, e seus filhos Luzia crioula, dois anos, e Eduardo crioulo, de dois meses. Mais adiante, foi adicionada ao inventário outra filha de Rita, Carolina, de um ano. A outra escrava de Sabino era Paulina crioula, com 17 anos; e, finalmente,Florência crioula, 22 anos.

Em 1842, Luzia, filha natural de Rita crioula, foi batizada na Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Seus padrinhos foram Joaquim e Maria, os escravos mais velhos

[86] Entre os autores que fazem estudos sobre família escrava, pode-se citar Brügger (2007), Costa e Pimentel (2015), Slenes (1999), Guedes (2008) e Florentino e Goes (1997).

[87] Não será feita aqui uma discussão mais aprofundada desse debate, mas cabe ressaltar alguns autores dessa linha de pensamento. Mais sobre o assunto, ver em Slenes (1999: cap. 1). Slenes, nessa obra, aponta alguns autores com essa interpretação sobre os escravos: Emília Viotti da Costa (1966), Oracy Nogueira (1962) e Caio Prado Jr. (1942) entre outros.

dessa escravaria. A escrava foi doada a Maria Antônia Profetisa, a pequena filha de Sabino e D. Venância, como consta em observação no registro de batismo[88]. Um detalhe dessa escravaria merece relevo: um deles seria a possibilidade de Rita, Paulina e Florência serem filhas do casal Joaquim Ganguela e Maria Benguela. Essa conjetura se dá pela idade do casal e das outras escravas. Não seria impossível embora não foi possível confirmar em nenhuma outra fonte.

Possivelmente, o aumento da escravaria de Sabino estaria ligado ao crescimento natural[89]. Voltando ao batizado de Luzia, o que pode significar a escolha dos escravos mais velhos para batizar a primeira filha de Rita? Supõe-se que, entre outras coisas, o fato de serem mais velhos e provavelmente influentes na escravaria possa ter sido o principal motivo. Levando em conta Brügger (2007), já se sabe que majoritariamente as mães escolhiam padrinhos entre aqueles em condições iguais ou melhores que as delas. Entre as escravas, ainda há de se observar que

> a escolha dos padrinhos parecia oscilar, preferencialmente, entre os dois extremos sociais: padrinhos livres, visando provavelmente possibilidades de ganhos, para seus filhos ou para si, ou cativos, para reforçar as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava(BRÜGGER, 2007, p. 285).

É pouco provável que se consiga estabelecer as regras que levaram à escolha da escrava, mesmo se acrescentar a essa história a possibilidade do parentesco consanguíneo entre eles e que esse fato possa ter pesado na decisão. Mesmo que o casal de velhos não sejam os avós da criança, a escolha pode ter sido pelo fortalecimento de laços fraternos mediante o batizado.

Levando-se em conta a questão da formação da família escrava, a composição familiar de Rita merece uma reflexão. A casa de Sabino Sacramento abrigava várias composições familiares distintas, que, de alguma forma, conviviam sem se atrapalhar. Um olhar mais atento talvez leve a crer que muitas escravarias deveriam viver realidades análogas a esta, ou até com outras conformações, devido, principalmente, à complexidade do modelo escravista.

---

[88]MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL-REI: Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1854.Livro37, p.157. V.1.

[89] Mais sobre o crescimento da população escrava na região de São João del-Rei pode ser verificado no Capítulo 1.

Com relação à família da mãe da pequena Luzia, ao que tudo indica,ela não morava com o pai de seus filhos. Todavia, isso não exclui a existência de um companheiro. A pouca diferença da idade de seus filhos sugere a possibilidade de um parceiro estável, ainda que não se averiguasse a coabitação, algo não incomum no período em tela.Para Brügger (2007, p. 123), casamento e concubinato não se confundiam:

> Aliás é preciso distinguir até mesmo as mais diversas formas que poderia assumir o universo das relações conjugais não sancionadas pela Igreja. O concubinato não se confundia com, por exemplo, a prostituição ou as relações fortuitas. Segundo Ronaldo Vainfas, 'na perspectiva eclesiástica, o concubinato aludia [...] a uma relação intermediária entre a simples fornicação e o adultério, antes definida pela durabilidade e publicidade do que pela coabitação [...]' (1989, p. 73). Para o autor, raros foram os casos em que o concubinato implicou em coabitação, distinguindo-se, portanto, das formas de casamento informal, herdeiras da tradição pré-tridentina. Luciano Figueiredo, referindo-se à Minas colonial,propõe a ideia de que ali se teria constituído uma forma específica de organização familiar, a família fracionada, resultante dos embates entre os poderes da Igreja – sobretudo através das devassas eclesiásticas – e a forma de vida da maioria da população. Nela, o domicílio comum deixaria de ser o elemento definidor da relação.

Provavelmente, a escolha, ou mesmo a realidade de Rita, atenha levado à formação de uma família fracionada, ou mesmo algumas questões que poderiam envolver relação com alguém de outra escravaria, o que não era bem visto pelos senhores, ou até mesmo a relação com um forro sem condições para libertar a família. Tudo que se pensar serão, ainda que plausíveis, especulações.Sobre essa realidade imposta pelo cativeiro, Costa e Pimentel (2015, p. 276) destacam sobre a ilegitimidade da formação das famílias nos séculos XVIII e XIX em Paracatu:

> A representatividade da legitimidade e da ilegitimidade nos revela que a formação das famílias escravas em Paracatu se caracterizou, majoritariamente, pela ilegitimidade, o que já foi verificado para outras regiões. Compreender suas razões, no entanto, requer que enfatizemos a atuação dos escravos em suas formas de ser e de se organizar, não deixando de observar como o sistema no qual estavam inseridos pode ter influenciado em seus modos de atuar.

A partir dessas conjeturas, não é estranho pensar que essa escravaria possuía laços familiares fortes, unidos por sangue e por compadrio. Já se sabe que era possível uma estabilidade familiar no cativeiro(FLORENTINO; GOES, 1997, p. 121). Resta saber se isso era possível a partir da morte do senhor. A escravaria de Sabino viveu um revés nos tempos posteriores à morte de seu senhor. Conforme a viúva:

> Diz Dona Maria Venância Toledo, viúva de Sabino Januário do Sacramento e inventariante dos bens do seu casal, que ficando este muito onerado de dívidas foram estas justificadas por sentença deste juízo e os credores com bastante razão exigem o pagamento de suas dívidas e para esse fim necessariamente é preciso que sejam rematados em Praça Pública bem suficientes para saldo das referidas dívidas e o suplicante por si e na qualidade de tutora da órfã sua filha designa os bens seguintes para os ditos pagamentos: Joaquim Gonzaga avaliado em 150$000, Maria Joaquina Banguela em 200$000, Domingos Cabinda 350$000, Florência crioula 600$000, Paulina crioula 600$000, uma morada de casas sitas na Rua do Curral desta cidade 1:400$000 e as partes de outra morada de casas sitas na Rua do Campo ou das Flores desta mesma cidade na quantia de 37$500 [...][90].

O Capitão José Dias de Oliveira comprou Paulina crioula e mais alguns bens da viúva, e Domingos Cabinda foi arrematado por Antônio Soares Morenas. Sobre Joaquim e Maria, não houve notícias. Não se sabe se o casal foi separado ou mesmo se foi realmente vendido. Em 1845, Luzia crioula, afilhada do casal e filha de Rita crioula, faleceu devido à febre alta. Três anos depois, foi a vez de sua irmã Carolina falecer do mesmo mal. Mesmo que desfeita a escravaria de Sabino Januário Sacramento após sua morte, não se pode deixar de observar que entre ela existiu uma formação familiar, se não por laços de consanguinidade na sua totalidade, o foi pelo compadrio, e tudo leva a crer que tal estabilidade foi duradoura na medida em que as relações escravistas permitiam.

Como moradores da cidade, não haveria empecilhos para continuar a se encontrar oportunamente e, talvez, até mesmo formar uma comunidade mais extensa, se é que já não a possuíam. Os laços entre eles já estavam formados ainda que fossem os de compadrio. Muito provável, a escolha dos padrinhos de Luzia deva ter sido feita a partir da importância do casal mais velho dentro da escravaria. É fundamental salientar

[90]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário de Sabino Januário do Sacramento, cx. 225, 1843, fl. 26.

que a escolha de Joaquim Ganguela para batizar a filha de Rita deve estar ligada à liderança do escravo. Como já foi mencionado, a escolha dos padrinhos, normalmente, era uma escolha para cima (BRÜGGER, 2007). Ou seja, as mães buscavam segurança e oportunidade de liberdade. Mesmo que o escravo talvez não pudesse oferecer a segunda alternativa, de alguma forma,poderia garantir a primeira. As razões que levaram a mãe de Luzia a escolher seus padrinhos são desconhecidas. O fato é que afilhada e padrinhos acabaram por se separar pela provável venda dos primeiros e pouco depois pela morte da escravinha.

Florentino e Goes (1997, p. 116) destacam que a estabilidade familiar era mais frágil nas escravarias menores, com "seus proprietários sempre premidos em dívidas – o principal mecanismo da reprodução das empresas –, em geral saldadas pelos futuros herdeiros através da venda do espólio em leilão". Assim, a família de Joaquim e Maria, de Rita e dos demais escravos de Sabino Sacramento foi arrebatada pela realidade das dívidas do senhor e, consequentemente, pela separação.

Outro caso que merece destaque é do Capitão Antonio Leite Ribeiro[91], morador do distrito de Nossa Senhora de Nazaré. O inventário do Capitão é de 1855. O inventariante foi seu filho, o Capitão José Bernardino Leite Ribeiro. Além dele, possuía mais dez herdeiros, seus outros filhos e um neto órfão. O capitão já era viúvo quando de seu falecimento. Entre seus bens, estão a fazenda Ribeirão Fundo no distrito de Nossa Senhora de Nazaré, duas casas no arraial do mesmo nome e uma fazenda denominada Sete Léguas no município da vila de Franca do Imperador, Província de São Paulo.

Parece que, além de participar da atividade agropastoril de subsistência com sucesso, devido ao volume de animais, lavouras e utensílios voltados para tal fim, o Capitão deveria ainda investir seu capital na atividade financeira[92], uma vez que consta em seu inventário a quantia de 65:798$003 em dívidas ativas, além de seu monte mor contar com o vultuoso valor de 203:305$763 ao final do inventário.

---

[91]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário do capitão Antonio Leite Ribeiro, 1855, cx. 212.

[92] Graça Filho (2002, p. 80) analisa as formas de crédito dos grandes comerciantes de São João del-Rei no século XIX e constata que havia duas formas de concessão de empréstimos, uma com pequenos valores de acesso mais popular, e que conferia certo prestígio social, e a outra, mais conservadora, buscava selecionar os devedores, "sacrificando o prestígio social do crédito amplo [...] Porém, a primeira prática é a que molda o caráter do alto negócio em São João del-Rei". Outra característica desse crédito é o de extrapolar a região e alcançar outras praças como as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao que parece, o Capitão residia na fazenda Ribeiro Fundo, mas possuía duas casas no arraial de Nazareth. Talvez, os escravos domésticos pudessem ter mais mobilidade. Quem sabe, poderiam circular entre o meio rural e o urbano.

A escravaria do Capitão era composta por 92 escravos, sendo que 17 deles eram velhos. Entre eles, encontram-se sete casais: José Cassange, 55 anos, e Thereza Africana, 40 anos; Manoel Silvino Africano, 55 anos, e Ritta Affricana,36 anos; Manoel Cassange Affricano, 40 anos, e Antonia crioula,36 anos; Paulo Africano, 45 anos e Anna Ritta, costureira, 40 anos; Domingos Africano, 35 anos, e Maria Joana Africana, 30 anos; Antonio Songo 70 anos, e Cattarina Africana, 70 anos; e Vicente Benguella, 60 anos, e Rosa Africana, 45 anos. Dos sete casais, somente um era de cônjuges com menos de 46 anos. Em todos os outros, o homem tinha mais de 46 anos e, em três deles, o homem era bem mais velho que a mulher. Esses arranjos matrimoniais a partir da idade ilustram bem o que foi discutido no Capítulo 2 sobre as diferenças etárias entre os cônjuges, demonstrando que nessa escravaria poderia até prevalecer a tendência observada por Florentino e Goes (1997), e também observada no Termo de São João entre 1831 a 1861, de que homens mais velhos teriam prioridade na escolha pelas mulheres mais jovens.

O fato de os casais serem compostos por escravos mais velhos pode sugerir uma estabilidade nos matrimônios. Outra característica é que a maioria dos casais é composta pelos cônjuges de origem africana. Em somente em um deles, a mulher é crioula.

Não há registros entre os bens arrolados no inventário de filhos dos casais. Somente foi indicada a filiação de Adão crioulo, de dois anos, filho de Marianna Africana, de 35 anos. Não há indicação do pai da criança nem da condição conjugal da mãe, o que indica ser ele seu filho natural.

Nos inventários pesquisados, muitas vezes quando apresentada a filiação dos escravos, o registro apresenta certo padrão: o homem era registrado primeiro,logo abaixo dele a companheira, normalmente com a indicação de “mulher do dito” e, logo a seguir, o nome dos filhos, todos seguidos de idades e valor, que não era via de regra. Mas se levar em consideração tal questão, essa escravaria ,seria composta por quatro famílias com filhos menores de 15 anos. Essa informação não suprime a possibilidade

de haver filhos entre os escravos adultos, principalmente os crioulos, já que existem casais de idosos.

Parece que não era incomum a presença de relações estáveis nessa escravaria. Entre os anos de 1803 e 1826, aconteceram 14 batizados. Todos os batizandos eram filhos legítimos de escravos do Capitão. Na relação dos batizandos, eram eles: seis crianças filhos de Roque Crioulo e Vitória Crioula;três de José Crioulo e Simplícia Crioula; dois de Manoel Angola e Agostinha Crioula; dois de Antonio Congo e Matilde Crioula; e um de José Cabinda e Eva Crioula; e mais um de Francisco Gusmão e Feliciana Benguela.

Em 1809, uniram-se, na Capela de Nossa Senhora de Nazaré, o casal Jeronimo Benguela e Feliciana Benguela. Não há entre os registros de batizados assentamentos referentes a filhos desse último casal[93]. Esse casal não estava entre os bens inventariados em 1855. Já os casais Francisco Quissama e Feliciana Benguela e José Cabinda e Eva Crioula[94] estavam listados entre os bens do Capitão em 1855. Francisco Quissama (no registro de casamento está Gusmão) e Feliciana Benguela se uniram em 04 de junho de 1805, ambos escravos do Capitão Antonio Leite, na ermida da fazenda. Foram suas testemunhas José Silva Oliveira e Inácio Rodrigues. Não há registro da condição das testemunhas. O outro casal a ter o casamento celebrado no mesmo dia e nas mesmas condições que o primeiro foi José Cabinda e Eva Crioula. As testemunhas foram as mesmas de Francisco e Feliciana. Os pais de Eva também eram escravos do Capitão. Isto é, as formações familiares entre eles já eram antigas nessa escravaria.

Entre os vizinhos da fazenda, não estavam os proprietários dos escravos que batizaram os filhos de seus escravos ou foram testemunhas dos casamentos. O sucesso do casamento e da formação da família era bastante complexo e exigia estratégia dos cativos, pois o risco de serem desfeitos os arranjos era uma realidade que enfrentavam, que acontecia no momento da união, ou mesmo na possibilidade da dissolução da família quando da morte do proprietário. Na verdade, a estabilidade dependia muito da vontade e das ações dos senhores.

---

[93]MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL-REI: Livros de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1729 a 1868.Livro 9. P. 261.5, 138V.1 e 138.4.

[94]MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL- REI:Livros de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1729 a 1868. Livro 9. P. 261V.5 e 138V.1.

O fato de os casais de escravos do Capitão Antonio Leite, aparentemente, terem obtido sucesso no matrimônio, pode estar ligado ao tamanho da escravaria FLORENTINO; GOES, 1997). Os cativos de escravarias maiores eram mais bem-sucedidos nos matrimônios do que os das menores. Isso se dava, geralmente, porque os senhores não aceitavam casamentos de seus escravos com os de outras escravarias. Como observa Brügger (2007), os senhores impunham impedimentos para o casamento de escravos de escravaria diversas. Desse modo, com as escravarias pequenas, o acesso ao matrimônio diminuía.

Ainda, é preciso levar em conta que o número de homens sempre era maior que o de mulheres. Dessa maneira, quanto maior a escravaria, melhor a chance de conseguir uma companheira. Segundo Schwartz (1988, p. 313), havia uma política para restringir o universo social do escravo: “Tal política limitava drasticamente as oportunidades familiares para os escravos, especialmente em propriedades menores, onde havia poucos parceiros disponíveis ou onde podiam ser parentes consanguíneos”.

Outra dificuldade enfrentada pelos escravos para se casar estava na escolha do cônjuge. Nem sempre a escolha do companheiro era feita livremente. Observa-se que, dos casamentos dos escravos do Capitão Antonio Leite, dois foram realizados no mesmo dia, no oratório da fazenda do Capitão. Conforme Schwartz(1988, p. 315): “Registros de casamento que documentam em uma mesma cerimônia a união de três ou quatro casais escravos pertencentes a um mesmo senhor parecem indicar a intervenção direta do proprietário na seleção e na época dos casamentos”.

Seguindo essa tendência, observa-se que mais oito senhores no Termo de São João del-Rei, entre 1805 e 1839, permitiram o casamento sancionado pela igreja de seus escravos, todos realizados no mesmo dia. No total, foram realizadas 25 cerimônias, seis delas no oratório de duas fazendas, 18 nas capelas dos distritos de Nossa Senhora de Nazaré, São Gonçalo do Brumado, Nossa Senhora da Piedade e Santo Antonio de Bertioga. Somente dois foram realizados na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, na cidade de São João del-Rei: dois casais de José Francisco Lima se uniram em 1831. Se levar em consideração as análises de Schwartz (1988) para o Recôncavo Baiano, parece que os cativos de São João del-Rei enfrentavam a batalha para conseguir se unir; ou seja, estavam marcados por um dos traços amargos da escravidão: a vontade do senhor.

Em 1806, Francisco e Feliciana, que se uniram em 1805, batizaram Juliana na Capela de Nossa Senhora de Nazaré. Foram padrinhos o escravo Alexandre Cabra, propriedade do Padre João Ferreira Leite, e Joaquina, escrava de João Antonio. O batizado de Tomé, filho de José e Eva, aconteceu em 1810, na mesma capela de Nossa Senhora de Nazaré. Foram padrinhos do menino: Isidoro Viegas Meneses, pardo, solteiro, e Joana Parda[95]. Entre os padrinhos, dos 14 batizandos, filhos dos escravos do Capitão, havia quatro escravos e dois pardos; esses dois últimos libertos. Um dos padrinhos pertencia ao Padre João Ferreira Leite. Os outros padrinhos não trazem indícios da condição. Já entre as madrinhas, havia duas escravas: uma pertencente ao Capitão Antonio Leite e outra pertencente a João Antonio.

Os registros de legitimidade de sua escravaria se concentram nos primeiros 20 anos do século XIX. Por meio dos batizados realizados nessa escravaria, foi possível perceber traços da formação de laços de solidariedade. A maioria dos padrinhos era composta por escravos e ex-escravos do Capitão Antonio Leite e de mais dois proprietários. Porém, esses últimos não estavam entre os vizinhos da fazenda do Capitão. Isso também se deu com os proprietários dos escravos, que foram testemunhas dos casamentos.

O próprio Capitão Antonio Leite foi padrinho de alguns escravos ou filhos de libertos. Foi encontrado um total de 24 registros de batizados entre os anos de 1791 e 1819[96] em que ele foi padrinho. Neles, três crianças batizadas eram filhas de pais escravos ou somente a mãe era escrava. Em outro, a madrinha que o acompanhava era escrava e, em dois, os pais e mães eram forros. Quando batizou essas crianças, sua esposa não o acompanhou como madrinha[97]. Além disso, não foi padrinho de nenhum dos filhos de suas escravas.

Sobre o fato de os senhores não batizarem seus escravos, Gudeman e Schwartz (1988), não encontraram proprietários apadrinhando seus escravos no Recôncavo baiano do

[95]MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL-REI:Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1854. Livros 25 e 28. P. 323V.3 e 286.3.

[96]MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL-REI: Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1854.Livros 25, 26, 28, 31 e 32. P. 384.5, 322V.2, 47V.2, 40.4, 317.2, 414.1, 9V.3, 42V.2, 220V.1, 323.3, 286.3 e337V.

[97]MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL-REI: Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1854.Livros 16, 24, 26, 27, 28, 30, 31 e 32. P. 10.2, 128V.1, 12V.4, 479., 44.2, 47.3, 68.1, 54.4, 368V.3, 369.2, 325V.3, 326V.2, 316.5,321.2, 314.4, 321V.1, 322V.1, 417V.1, 04.1, 106V.2, (292.V.1), 290.2, 284.4.

século XVIII; este dado foi corroborado por Ana Lugão Rios (1990) em Paraíba do Sul, entre 1872 e 1888, e Brügger (2007, p. 286), "raros foram os casos em que os proprietários das mães apadrinharam seus filhos". Esse fato também pode ser observado entre os proprietários dos escravos velhos do Termo de São João del-Rei. Entre 1781 a 1850, 84 desses senhores foram padrinhos, mas somente um batizou uma escrava sua, o Capitão Jerônimo José Martins. Em 1792, batizou Mariana na Capela de Santo Antônio do Rio das Mortes[98]. Sua afilhada era filha natural de Ana Crioula, e a madrinha foi D. Escolástica Maria Lopes. Mariana e Ana Crioula não foram mais encontradas nos documentos do Capitão.

O inventário do Capitão Jerônimo José Martins é de 1851[99]. Ele residia em Santo Antônio do Rio das Mortes. Esse inventário é bastante interessante. O Capitão não deixou filhos. Era casado com Barbara Vicencia da Silva por "Dote e Escritura de Arras",um contrato pré-nupcial, "pelo que não pode ter esta Direito aos bens da herança"[100]. Ainda assim, a viúva conseguiu provar que o falecido marido lhe devia certa quantia. Dessa forma, saiu com uma dívida paga e mais dois escravos, entre eles Manoel Baptista Africano, de 70 anos, o único idoso da escravaria de dez cativos. Não foi possível encontrar D. Bárbara novamente nas fontes pesquisadas, nem saber os motivos que a levaram a ficar com o escravo velho. Assim o fato do Capitão Jerônimo José Martins ser o único dos senhores de escravos velhos a ter batizado um de seus escravos vem de encontro a observação de Brügger (2007), embora não seja possível perceber os motivos de tais decisões.

Voltando do Capitão Antonio Leite. Mesmo com todas as dificuldades que os escravos encontravam em seus arranjos familiares, pode-se considerar que, nesta escravaria, parece que a estabilidade da família escrava obteve sucesso mesmo depois da morte de seu senhor. Quando da morte do Capitão Antonio Leite, as famílias não foram separadas. Foram listadas oito famílias que ficaram para um só herdeiro. Isso também se deu com Mariana Africana e seu filho natural Adão. Os outros escravos tiveram destinos diversos. Alguns ficaram para pagamento de dívidas e outros divididos entre vários herdeiros. Entre os velhos que não compunham uma família

[98]MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL-REI: Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei. Livro nº 16. P. 7.5.
[99]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1861. Inventário do capitão Jerônimo José Martins 11. Cx. 85a 574.
[100] IBID.Inventário do capitão Jerônimo José Martins 11. Cx.85a 574.

nuclear[101], 12 ao todo, todos foram destinados a herdeiros diferentes, mas não foram vendidos nem deixados para dívidas.

Os estudos de Florentino e Goes (1997) sobre a estabilidade e a união da família escrava, após a morte do senhor,para a Capitania do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, vão de encontro ao caso da escravaria do Capitão Antonio Leite Ribeiro. Segundo os autores:

> A família escrava enfrentava com sucesso a morte de seu senhor, sobretudo quando inserida em um grande plantel, e constituída por cônjuges com filhos legítimos reconhecidos. Sua chance de permanecer unida após a partilha dos bens era maior em se tratando ou de uma fase B do tráfico, ou de um momento de crise da oferta africana de braços. Nestas condições ideais, cerca de 90% das famílias continuavam juntas. Na pior das hipóteses (por exemplo, uma família matrifocal, inserida em um pequeno plantel durante a fase A), um arranjo familiar cativo possuía um mínimo de 50% de chances de se manter unida (FLORENTINO; GOES, 1997, p. 121).

Resta saber se os membros dessas famílias conseguiam permanecer juntos por muitos anos. Para os autores, o grande desafio estava nas fases do aquecimento da mão de obra escrava. Os estudos demonstraram que a família escrava era uma instituição estável. Conseguia superar a morte dos senhores e a mortalidade dos filhos, bem como as conjunturas do mercado (FLORENTINO; GOES, 1997).

Entre os escravos do Capitão Antonio Leite, procurou-se, no inventário em 1855, por alguns remanescentes entre aqueles que se casaram e batizaram seus filhos nos primeiros anos do século. Para isso, foram comparados nomes e idades com os listados no inventário. Entre os primeiros registros eclesiásticos e o inventário, passaram-se quase 50 anos. Para tentar o reconhecimento dos escravos, também foram levadas em conta as diferenciações de grafia e estimativa equivocada da idade, fatos que não eram incomuns na época[102]. Assim, entre todos os documentos analisados, foi encontrado, no registro de batismo[103], o casal Francisco Cassange e Felicia Africana, com 55 e 60 anos, respectivamente, no inventário em 1855, provavelmente,

[101]Aqui, está-se considerando família nuclear somente os cônjuges e o casal com filhos, assim como Florentino e Goes (1997).
[102] Sobre a estimativa, ver o Capítulo 2.
[103]MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL-REI: Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1854. Livro nº 25. P. 286.3.

testemunhas de trajetórias de vida, de arranjos e rearranjos sociais para conseguir equilibrar-se nas relações escravistas e seus padrões.

Por meio das escravarias de Sabino Sacramento e do Capitão Antonio Leite Ribeiro, tentou-se fazer um exercício de compreensão de algumas realidades dos escravos no Termo de São João del-Rei no período em tela. Algumas agulhas começam a se movimentar no meio do palheiro e pode-se vislumbrá-las como uma pequena luz no fim do túnel.

Agora, é preciso ampliar o campo de visão e colocar os casais de escravos velhos arrolados nos inventários, assim como aqueles casais que tiveram suas uniões sancionadas pela igreja. A intenção é perceber suas trajetórias ao longo do tempo. O esforço é encontrar esses escravos e descobrir o lugar social deles.

Durante a pesquisa, foram selecionados 130 inventários de um escopo bem mais volumoso de documentos pesquisados. A escolha se deu dentro do recorte cronológico e entre aqueles que possuíam escravos com idade igual e superior a 46 anos. Dentre eles, foram levantados 187 casais; destes, 90 possuíam um dos cônjuges ou ambos dentro dessa faixa etária. Partindo dos inventariados, buscaram-se esses casais em outras fontes: os registros paroquiais de batismo e casamentos. Desse modo, foi possível encontrar outros atores e, por intermédio deles, pensar na História da maioria. A partir de agora, o esforço vai ser analisar tais casais e suas composições mediante os registros de casamento e dos inventários; mais agulhas, mais palheiros.

A Tabela 17 apresenta os casais segundo a idade, partindo dos 46 anos, ou seja,conforme a definição da velhice. Está-se considerando casais aqueles que foram registrados nos inventários como tal. Não foi possível saber se eram ou não sancionados pela Igreja. Normalmente, quando do registro, a mulher era indicada como “a mulher do dito”.

Tabela 16

Tabela 16
Cônjuges escravos segundo idade
Inventários postmortem– *São João del-Rei – 1830 a 1861*

Idades dos Cônjuges	**Σ**	%
Ambos com menos de 46 anos.	82	43
Ambos com mais de 46 anos ou mais.	54	29
Somente o homem tem 46 anos ou mais.	44	24
Somente a mulher tem 46 anos ou mais	7	4
Total	187	100

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *post -mortem* do Termo de São João del-Rei– 1831 a 1861.

Ao analisar as porcentagens, aqueles com menos de 46 anos estão em número maior em relação aos demais; ou seja, 43%. Mas se contabilizarem os casais, cujo um dos cônjuges tem mais de 46 anos, o quadro se inverte. Isto é, a porcentagem de escravos mais velhos no casal aumenta para 57%. Com isso, pode-se pensar que os velhos tinham mais estabilidade matrimonial. Pois bem, se selecionarem os casais em que os dois ou somente um deles tem mais de 46 anos, percebe-se que os homens mais velhos levam vantagem em relação às mulheres mais velhas. Isso já foi observado no Capítulo 2, quando se tratou da diferença etária entre os casais. Ou seja, a tendência de homens mais velhos que as mulheres, como trataram Florentino e Goes (1997), ao trabalhar com o norte fluminense.

Praticamente, não há diferenças entre os casais em que ambos têm mais de 46 anos e aqueles em que somente um dos cônjuges tem mais de 46 anos. Os primeiros representam 29%, enquanto os segundos contam com 28%. Vale lembrar que, no segundo caso, os homens mais velhos que as mulheres são maioria. Pode-se ponderar que as famílias, em sua maioria, eram compostas por cônjuges mais velhos. Isso poderia significar, além do que já foi exposto sobre o privilégio dos homens mais velhos na escolha da companheira, também que era muito provável que essas famílias eram compostas, frequentemente, por escravos velhos. Isso poderia lhes garantir a estabilidade. Provavelmente, ao conseguirem certa estabilidade, pode significar uma liderança junto aos seus pares.

Enquanto Florentino e Goes (1997) apontam para o privilégio do idoso na escolha das mulheres jovens, Slenes (1999) vai descrever o outro lado, o que a mulher, principalmente a africana, o que a leva a querer o homem mais velho, e de uma certa forma para além de questões culturais, muito mais por questões práticas nos termos do autor. Já se sabe que 57% dos casais eram compostos por cônjuges com mais de 46 anos, ambos ou um deles. Agora, observa-se como era o comportamento desses casais a partir de suas origens. Esse é o tema da Tabela 18. As informações dos inventários não deixam claro se os casamentos são sancionados pela Igreja, mas são matrimônios reconhecidos pelos proprietários.

Tabela 17

Tabela 17
Composição dos cônjuges segundo origem e sexo
Inventários postmortem– *São João del-Rei – 1830 a 1861*

Origem do casais	**Σ**	**%**
Homem Africano Mulher Brasileira	55	29
Mulher Brasileira com Homem Africano	6	3
Homem Brasileiro Mulher Africana	13	7
Homem Africano Mulher Africana	44	24
Homem Brasileiro Mulher Brasileira	32	16
Sem informação da origem do casal ou de um dos cônjuges	42	21
Total	**192**	**100**

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei– 1831 a 1861.

É bastante difícil definir um conceito para as relações familiares entre os escravos. Isso se levar em conta a questão do casamento sancionado pela Igreja; isto é, a partir da ótica dos senhores. Na verdade, o casamento não excluía o concubinato. De acordo com Brügger (2007), o casamento era um arranjo familiar e o concubinato uma satisfação pessoal. No segundo caso, poderiam até mesmo "satisfazer a unidade familiar" (BRÜGGER, 2007, p. 125). Mesmo porque é difícil saber até que ponto os senhores admitiam o casamento sancionado pela Igreja entre seus escravos. Slenes (1999) aponta que, em Campinas, proibiam o casamento entre cativos de donos

diferentes e com pessoas livres. Casar-se e constituir uma família pareciam ter um significado bem mais amplo para os cativos. Possibilitava o desfrute de uma habitação separada e, consequentemente, dormir e comer com parentes, escolher com quem dividir o lar, o fogo,a fumaça – rituais simbólicos – e, a partir da própria organização do lar escravo, preservar memória, forjar projetos, identidades, ou seja, casar potencializava a condução da vida com base em referenciais culturais próprios dos escravos, o que, por sua vez, colaborava para congregá-los, politicamente, em seus potenciais conflitos cotidianos com a casa-grande.(Slenes, 1999)

A compreensão da formação familiar, a partir do exposto, vai além das questões matemáticas e das questões quantitativas, como já apontaram vários estudos[104]. Na verdade, estariam bem próximas a padrões culturais como expôs Guedes (2008). Ao observar a Tabela 18, é possível perceber um número maior de africanos casados do que os brasileiros. Isso pode indicar alguns padrões das culturas africanas no casamento. Assim, parece bem mais provável que os arranjos matrimonias e, consequentemente, a formação de famílias devessem ser bastantes diversificados (FARIA,2004).

Em seus estudos para o Recôncavo Baiano, Schwartz (1988) apresenta resultados que serão contrapostos ao caso são-jonense. Na percepção do autor, para aquela região, independente dos padrões de escolha das etnias africanas na composição dos casais, a maioria se casava com pessoas da mesma origem; ou seja, brasileiros com brasileiros, africanos com africanos. Mais ainda. Entre os africanos, havia um padrão de procurar entre aqueles da mesma etnia: “Assim, em geral, as origens, línguas e tradições comuns permaneceram como considerações importantes para os escravos africanos nas escolhas do companheiro” (SCHWARTZ, 1988, p.320). Esses foram dados para a Bahia.

Para Minas Gerais, entre 1720 e 1888, pode-se observar o que contabilizou Bergard (2004). Ele demonstra que os homens africanos se casavam mais que os brasileiros. Já as africanas representavam um número menor em relação aos homens, mas, ainda assim, elas se casavam mais que as brasileiras. Já Slenes (1999) diz não haver um padrão para os casamentos segundo origem e sexo. Ele aponta as variações do tráfico ao longo do tempo como um fator para aumentar o número de casamentos

[104] Sobre a questão da desproporção dos sexos e os matrimônios, ver Schwartz (1988), Brügger (2007), Guedes (2008) e Florentino e Goes (1997).

dos africanos para regiões de Campinas e próximas a ela, o que poderia significar certa prerrogativa dos mais velhos na escolha das companheiras (FLORENTINO; GOES, 1997).

Na verdade, a tendência observada a partir dos inventários demonstra que os homens africanos se casaram mais que os crioulos. Além disso essas uniões não parecem ter privilegiado as questões étnicas ou culturais, uma vez que os casais formados por africanos e brasileiras, e brasileiros e africanas, juntos, representam 47% do total dos casais. No mesmo período, isto é, entre 1831 e 1861, observam-se os registros eclesiásticos de casamentos. Foram celebradas 79 uniões de escravos nesse período, as quais apontam para as seguintes configurações: 33 casamentos foram entre cônjuges de origem africana; 16 cerimônias foram realizadas entre cônjuges de origem brasileira; os casamentos com origens mistas somaram, homem africano com mulher brasileira, 20 cerimônias; e homem brasileiro com mulher africana, sete casos. Levando-se em conta os números arrolados a partir dos inventários[105], os africanos se casavam mais que os brasileiros. No período em tela, os africanos continuam, apoiados nos números dos inventários a liderar os números de casamentos. Mas, mesmo assim, parece que a solteirice ainda era padrão. A escolha do braço masculino materializou uma realidade, tornando a maioria dos escravos adultos em solteiros. Schwartz (1988, p. 314) observa:

> Não havia mulheres suficientes para o número de homens em quase todas as propriedades. Isso era resultado da preferência dos senhores de engenho quanto à formação de sua força de trabalho e da grande dependência com relação à África para a obtenção de novos braços. O efeito desse padrão, porém, era impedir que muitos homens tivessem a oportunidade de formarem uma família. Progressistas lamentavam amargamente essa 'cegueira deplorável', pois as mulheres eram necessárias para dar apoio aos homens, educar as crianças e cuidar dos velhos e doentes.

Essa característica de pessoas solteiras também foi observada em Campinas por Slenes (1999) e em São João del-Rei por Brügger (2007, p. 120):

> Fica claro, assim, que, se entre os cativos, o estado mais comum foi o de solteiro, isto tanto poderia ser, em alguns casos, resultado do

[105] Ver capítulo 2, p. 119.

> impedimento de ordem senhorial ou demográfica, quanto, em outros, poderia refletir a opção dos próprios escravos. Mas o predomínio deste estado conjugal não significa ausência de prole ou de vínculos familiares.

O estado de solteiro existia nas unidades maiores ou menores. O fato de estar em uma escravaria maior não significava que o casamento estava garantido. Para Porto Feliz, Guedes (2008) aponta para uma realidade parecida, mas indica que cerca de 30,3% dos adultos conseguiram se casar. Seguindo sempre o padrão da proibição de casamentos entre escravos de senhores diferentes, os escravos que queriam se casar tinham que procurar seus companheiros dentro da mesma escravaria (SLENES, 1999). Apesar disso, os escravos traçaram estratégias para conseguir consolidar suas famílias por meio do casamento sancionado pela Igreja ou outras formas, inclusive o concubinato. Schwartz (1988) coloca de forma bastante apropriada a situação enfrentada pelos cativos. Nos dizeres do autor:

> Contudo, o desinteresse dos proprietários e a escassez de casamentos na Igreja não são, de modo algum, uma medida da realidade escrava e da capacidade dos cativos de criar e manter laços de afeição, associação e sangue que tivessem um significado real e permanente em suas vidas (SCHWARTZ, 1988, p.311).

Levando em conta tal afirmação, a Tabela 19 mostra a legitimidade no Termo de São João del-Rei. A análise do número de filhos legítimos ajuda a pensar como poderia ser o comportamento conjugal das escravarias com escravos velhos. Foram divididos os escravos batizados na Matriz de Nossa Senhora do Pilar e nos demais distritos do Termo. Esses batizados aconteceram nas capelas dos arraiais e também em oratórios e ermidas de fazendas.

]

Tabela 18

Tabela 18
Legitimidade de Escravos no Termo de São João del-Rei
Registros de Batismo da Freguesia de São João del-Rei– 1830-1861

	Matriz N. Srª Pilar		Demais distritos		Total	
Legitimidade	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**	**Σ**	**%**
Legitimo	32	21	144	54	176	42
Ilegítimo	92	59	102	38	194	46
Adulto	31	19	19	7	49	12
Total	**155**	**37**	**265**	**63**	420	100

Fonte: MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR: Livros de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1854.

Antes de se pensar nas questões dos filhos nascidos dos casamentos sancionados pela Igreja, ou seja, os legítimos, é necessário lembrar que as uniões aconteciam entre escravos da mesma propriedade. Dessa maneira, os escravos do meio rural conseguiam se casar mais. Portanto,o número de legitimidade no meio rural é maior. Isso fica claro nos números expostos na Tabela 19. O percentual de ilegitimidade é bem maior na vila que nos demais distritos, assim como a quantidade de batizados de adultos. As áreas urbanas possuíam escravarias menores. Isso aliado à proibição de casamentos com escravos senhores diferentes, possivelmente, pode explicar o número maior de ilegitimidade em São João del-Rei (BRÜGGER, 2007). Ainda assim, não significa que os escravos, mesmo solteiros, não fizessem outros arranjos matrimoniais e tivessem filhos, como exposto ainda neste capítulo sobre a família fracionada de Rita crioula, escrava de Sabino Sacramento. Assim como em São João del-Rei, Costa e Pimentel (2015, p. 276) afirmam sobre a família em Paracatu que a "representatividade da legitimidade e da ilegitimidade nos revela que a formação das famílias escravas em Paracatu se caracterizou, majoritariamente, pela ilegitimidade".

Apesar dos reveses que muitas vezes impunham a essas famílias, foram as relações familiares que chamaram a atenção do viajante inglês Henry Kostner, administrador de um engenho em Pernambuco na década de 1810. Ele comentou sobre o comportamento dos escravos diante da família e dos amigos, e ainda deu pistas da vida dos velhos junto às suas comunidades. Assim, observou o inglês:

> Os negros são muito afeiçoados às esposas e filhos, a seus outros parentes, quando os possuem, e as seus malungos ou companheiros

> da viagem que os trouxe da África. É muito agradável ver o respeito que devotam aos idosos. Aos africanos de idade avançada nas propriedades nunca falta o necessário quando está em poder de seus companheiros de cativeiro supri-lo (KOSTER, 1817*apud*SCHWARTZ, 1988, p. 311).

Desse modo, mesmo com os infortúnios que os escravos e suas famílias enfrentavam para manter a estabilidade, com certeza, ela foi significativo instrumento de unidade e estabilidade. Tanto africanos como brasileiros elaboraram suas estratégias para conseguir companheiros e tentar manter sua estabilidade (SCHWARTZ, 1988). O sucesso da família escrava poderia representar, entre outras, uma forma de suportar a escravidão; para os velhos, cuidados no fim da vida; ou seja, humanizar o cativeiro.

3.1.2 Comunidade

Não é tarefa fácil reconhecer uma identidade escrava no Brasil. A diversidade de etnias aliada às estratégias senhoriais para garantir a submissão e o controle de suas escravarias, mais a escassez de fontes produzidas pelos próprios escravos, acabam por dificultar as reflexões sobre as comunidades escravas. Mas, da mesma forma que os senhores tinham suas estratégias de dominação, os cativos tinham as suas para garantir, minimamente, a sobrevivência no cativeiro. Serão feitas algumas reflexões no sentido de tentar reconhecer possíveis identidades a partir do cativeiro no Termo de São João del-Rei. Nesse sentido, é preciso pensar algumas questões e tentar esclarecê-las.

Quando se analisou a família escrava, ainda neste capítulo, pôde-se perceber, por meio dos inventários, que a maioria das famílias analisadas não foram separadas, assim como as uniões estiveram presentes durante todo o período pesquisado. Também, foi possível perceber que muitas das estratégias matrimonias não estavam ligadas somente à questão demográfica, mas a possíveis estratégias dos escravos para sobreviver às condições adversas do cativeiro. Agora, tentar-se-á reconhecer, a partir dessas famílias, se os cativos conseguiram construir alguma identidade.

Florentino e Goes (1997) acreditam que a formação da família foi importante instrumento para selar a paz entre os cativos, de etnias africanas diferentes e entre africanos e crioulos. Robert Slenes (1999, p. 50) discorda deles sobre o fato de a formação de família ser “fator estrutural na manutenção e reprodução do escravismo”.

Para ele, os escravos se tornavam vulneráveis quando formavam suas famílias, “reféns” dos senhores e de seus anseios diante dessa condição. Ele ainda afirma que na História existem vários exemplos de grupos subalternos que se uniram e criaram laços de solidariedade quando se encontravam nessa situação. Segundo Florentino e Goes(1997), a constante entrada de estrangeiros nas escravarias seria responsável por garantir o estado de guerra, o que impediria uma identidade comum e também a formação de comunidades.

Essa condição da senzala poderia ser um instrumento de controle utilizado pelos senhores. Essa rivalidade era útil aos senhores, pois a unidade da escravaria colocaria a segurança da casa grande em risco. Assim, essa união poderia ser revertida em rebeliões. Ao mesmo tempo não era producente, pois atrapalharia o trabalho. A solução para esse impasse e a manutenção da paz só seriam possíveis pela formação de família e parentela. A partir daí, as rivalidades deixariam de ser individuais para serem de família. Esse modelo era interessante para as duas partes. De um lado, os senhores garantiriam que os escravos não se concentrassem na casa grande e, de outro, eles conseguiriam formar suas famílias e parentelas. Com os casamentos, pode-se observar a predominância de endogamia ou exogamia, que ilustram se houve coesão de etnias diferentes, ou mesmo de africanos com crioulos, e de crioulos com africanos (FARIA, 2007).

A Tabela 20 vem mostrar os casais segundo a origem; isto é, como se deram as uniões dos escravos das etnias africanas e os brasileiros no Termo de São João del-Rei entre 1831 e 1861. Havia uma porcentagem considerável de escravos africanos que se uniram aos crioulos se considerarem os casamentos de africanos com africanos e de crioulos com crioulos. Houve um relativo equilíbrio. Ou seja, não se observou que houvesse uma tendência para uniões somente entre iguais. Para poder entender melhor, deve-se observar os casais individualmente, porque nos registros predominaram as denominações genéricas para os cativos de origem africana, como “africano” e “de Nação” e também “da Costa”. Esses foram agrupados no termo Africano, assim como “pardos” e “caboclos” foram agrupados como crioulos.

Tabela 19

Tabela 19

Composição dos cônjuges segundo origem

Inventários postmortem– *São João del-Rei – 1830 a 1861*

Origem dos casais	Total	
	Σ	**%**
Benguela e Crioulo	19	57
Benguela e Africano	2	6
Benguela e Angola	2	6
Benguela e Ganguela	3	9
Benguela e Cabinda	1	3
Benguela e Corangui	1	3
Benguela e Rebolo	1	3
Benguela e Congo	4	12
Total	**33**	**17**
Congo e Crioulo	13	72
Congo e Monjolo	1	6
Congo e Mossambique	1	6
Congo e Rebolo	2	11
Congo e Congo	1	6
Total	**18**	**9**
Africano com Africano	22	41
Africano com Crioulo	26	50
Africano Angola	1	2
Africano e Mossambique	1	2
Africano e Cassange	1	2
Africano com Guanguela	1	2
Africano com Cabinda	1	2
Total	**53**	**28**
Crioulo com Crioulo	25	58
Crioulo com Cabinda	5	11
Crioulo com Rebolo	1	2
Caboclo com Mossambique	2	4
Crioulo com Quissamá	2	4
Crioulo com Mafumbe	1	2
Pardo com Monjolo	2	4
Crioulo e Vié	1	2
Crioulo e Nagô	2	4
Crioulo com Cassange	2	4
Crioulo com Angola	1	2
Total	**44**	**23**
Mossambique com Rebolo	2	50
Mossambique e Cabinda	1	25

Mossambique com Cassange	1	25
Total	**4**	**2**
Rebolo e Mina	2	**1**
Sem registro da origem de um ou dos dois cônjuges	38	**20**
Total	**192**	**100**

Fonte: Escritório Técnico do IPHAN – São João del-Rei. Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei– 1831 a 1861.

Quando se observam os casais separadamente, os benguelas se casaram mais com pessoas de outras etnias. Não foi computado casamento algum de benguela com benguela. Disso, não houve uma preferência por uma etnia africana específica para os casamentos. Isso não se deu com os crioulos. Os benguelas foram os que mais se casaram com crioulos: 58% dos Benguelas que se casaram o fizeram com crioulos. Depois dos benguelas, foram os congos que mais se casaram com outras etnias e com crioulos: 72% deles se casaram com crioulos. Houve um registro de congo que se casou com congo. Eles foram os que mais se uniram com pessoas de etnias diferentes, principalmente com os brasileiros, seguidos dos congos. Entre os africanos, tem que se levar em conta aqueles escravos, cuja origem é generalizada, como africanos e de Nação.

A diversidade entre os casais parece ser a tendência das uniões no Termo de São João del-Rei se considerarem as etnias separadamente. Os casamentos entre os escravos de origem africana e os crioulos foram mais constantes no período em tela. Mesmo se considerar que parte dos casamentos era escolha dos proprietários (SCWARTZ,1988), os casais demonstraram uma diversidade étnica, que parecia não interessar aos senhores, uma vez que isso pode significar uma identidade escrava. Não parece que tenha sido esse o caso do Termo de São João del-Rei. Os casamentos entre africanos de várias etnias e com crioulos representavam 40% das escolhas dos casais. Comparando com a Tabela 18, os homens africanos eram maioria entre os casais e, de acordo com a Tabela 19, daqueles africanos, em que há o registro da origem, os benguelas foram os que mais se casaram com pessoas de outras origens, principalmente com os crioulos: 58% deles se casaram com brasileiros.

Interessante notar que não houve casamento algum entre benguela e benguela. Mas isso não significa que não tenham existido uniões entres eles, pois o termo generalizante “africano” teve seu percentual bem maior que qualquer outra etnia.

Assim, poderia ser qualquer uma delas, mesmo porque a maior parte dos escravos computados para esta pesquisa é de origem benguela[106]. É bem possível que alguns possam ter se casado entre iguais e não foram registrados como tais. Outra coisa que deve ser levada em conta, além do termo generalizante, para os benguelas e para todas as outras etnias, é que, para 21% dos casais, não houve registro da origem. Apesar disso, os africanos se casavam mais entre si do que com os brasileiros. Mariza Soares(2000 *apud* FARIA, 2007, p. 144), a partir de pesquisa para o Rio de Janeiro no final do XVIII, aponta para a endogamia entre os africanos e que não é o quantitativo que indica a escolha de matrimônios para uma mesma etnia: "[...] as opções podem se alterar de acordo com o lugar, a época e as condições a que os grupos estão submetidos".

Os casamentos de crioulos e africanos eram em maior número. As crioulas eram em número maior que as africanas. Isso também acontecia com os africanos em idade adulta devido à lógica do tráfico (LIBBY; PAIVA,2000). Se partir da Tabela 18, pode-se observar que os casais formados por africano e brasileira representam 29% das uniões; homem brasileiro com africana, 7%; africano com africana, 24%; e brasileiro com brasileira, 21%. Ainda assim, não parece que tenha sido somente o fator demográfico que levou a essas uniões se levar em conta que no Termo de São João del-Rei os homens mais velhos se casavam com as mulheres mais jovens. Não significa que as questões demográficas, assim como as intromissões dos senhores nas escolhas dos cônjuges não tenham influenciado, mas não devem ter sido o principal motivo. Entretanto, o elevado número de casamentos de africanos e brasileiros, aliados àqueles de etnias diferentes, leva a conjeturar que, entre esses cativos, eles puderam formar uma identidade escrava, lembrando que os crioulos eram filhos de africanos e, assim, carregavam bastante da identidade de seus antepassados.

Hebe Mattos e Florentino e Goes (*apud* FARIA, 2007) não acreditam na formação de uma identidade cativa a partir da vivência no cativeiro. Os autores acreditam nas rivalidades oriundas da África vivenciadas no cativeiro. Para Mattos(*apud* FARIA, 2007), mesmo depois do fim do tráfico dos africanos, as rivalidades continuaram com o tráfico interprovincial na medida em que os escravos mais antigos tinham mais privilégios em relação aos novatos. Dessa maneira, somente a

[106]Ver Capítulo 2, item 2.3.

vivência do cativeiro não conferia a eles identidade e sentido de comunidade. Mas concorda que em dois momentos era possível haver mais coesão entre os cativos: primeiro, quando em "momentos de tensão e rebeldia coletiva" e, segundo, quando de maior tempo em unidades com grande número de escravos, os estrangeiros se tornavam estranhos na comunidade.

Os estudos de João José Reis (1997) demonstram que os escravos baianos vieram de etnias muito diversas e não construíram identidades comuns ou mesmo comunidades. Pelo estudo das rebeliões do século XIX, o autor acredita que, além das rivalidades históricas dos africanos, ainda observou que os senhores tiveram êxito em associar-se aos crioulos e, desse modo, impedir a solidariedade no cativeiro e que essa aproximação nas lutas contra as rebeliões foram escolhas conscientes desses crioulos.

Enfim, existe um debate entre os historiadores, cujo cerne é sobre a construção de uma unidade ou dissensão a partir da convivência e do dia a dia dos cativos apesar das rivalidades étnicas construídas historicamente desde a África ou mesmo das rivalidades construídas no Brasil com os crioulos. É bem difícil identificar tais questões. Algumas vezes, resta o campo da especulação. De acordo com Schwartz(1988, p. 313): "É precisamente das questões cotidianas da vida em cativeiro, nos aspectos mais comuns e corriqueiros referentes ao lar, à família, ao trabalho e à recreação, que os documentos em geral silenciam". A questão é se foi possível construir laços de solidariedade e construção de comunidades que possibilitassem maior força de negociação e lutas com os senhores.

Segundo Faria (2004), as revoltas são uma forma de caracterizar a comunidade. A revolta de Carrancas[107] foi um evento que tem muito a dizer sobre como um grupo de escravos, de senhores diferentes e de várias etnias, conseguiu um certo grau de coesão. O levante aconteceu no Termo de São João del-Rei, em Carrancas, no dia 13 de maio de 1833, envolvendo cerca de 40 a 60 escravos. O palco foram as fazendas da família Junqueira, a de Campo Alegre, do deputado Gabriel Francisco Junqueira, e a de Bela Cruz, também propriedade da família Junqueira. A terceira seria a fazenda Bom Jardim. Mas, nessa última, os cativos encontraram resistência, e o líder Ventura Mina foi assassinado. Mataram todos os brancos das duas primeiras fazendas.

[107] Sobre esse levante, ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião escrava na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: O caso Carrancas. *Afro-Ásia*, *Bahia*: s.n., 21-22, p.45-82, 1998/1999.

Segundo Andrade (1998/1999), além dos assassinatos violentos, o fato de que os escravos utilizaram instrumentos de trabalho alarmou ainda mais os proprietários da região. Filtradas as conclusões oficiais dos depoimentos, tudo leva a crer que os escravos foram influenciados por Francisco Silvério Teixeira, fazendeiro e negociante, talvez um restaurador que usou os escravos para fins políticos. A importância da família Junqueira deve ser levada em conta, pois pode sugerir que tivesse inimigos dispostos a fazer algum desagravo. Apontados como líderes do levante, estavam Ventura Mina, da fazenda Campo Alegre, Joaquim Mina, da fazenda Bela Cruz, Jerônimo e Roque Crioulos, da fazenda da Prata, e Damião, da Campo Belo. Ventura Mina planejou e articulou por aproximadamente dois anos segundo as testemunhas. Os escravos Roque e Jerônimo, também apontados como cabeças do movimento, eram tropeiros e deveriam providenciar armamentos para garantir o sucesso da revolta, acusação confirmada pelos próprios réus.

Conforme os autos, a intenção dos escravos era assassinar todos os brancos. Os cativos que participaram eram de origens diversas: minils, cassanoriges, angolas, benguelas, congos e moçambiques (ANDRADE, 1998/1999). No final, foram 32 indiciados: cinco morreram no confronto direto, 17 condenados à forca e outros dez foram absolvidos.

Esse levante teve a participação de escravos velhos. Jerônimo crioulo tinha 59 anos e era um dos líderes. Outro envolvido foi Pedro Benguela, 50 anos mais ou menos, que não participou das mortes. Não se sabe a idade dos outros, mas, a julgar pela idade de Jerônimo Crioulo, provavelmente, os outros deveriam ter mais ou menos essa idade, ou não deveriam ser muito jovens. De acordo com as testemunhas, Ventura Mina era muito respeitado. É possível perceber a participação dos idosos enquanto lideranças. As diferenças culturais e étnicas e a geografia das fazendas não impediram que os escravos se associassem e tivessem sucesso parcial em suas investidas, principalmente quanto à organização e coesão, superando diferenças a partir do projeto comum da liberdade (ANDRADE, 1998/1999).

Carlos Engemann (2005) acredita que só é possível comunidade em grandes escravarias. Assim, os escravos das pequenas escravarias não poderiam compor qualquer comunidade. A maioria das escravarias do Sudeste era de pequeno porte. Contrapondo-se a essa interpretação, Sheila Faria (2004) acredita ser possível a

formação de comunidades variadas e diferentes. O caso dos barbeiros em São João del-Rei pode ser exemplar. Seus laços de compadrio formados a partir de várias unidades, com senhores diversos, podem significar a formação dessa comunidade diferente, que se refere Sheila Faria (2007).

Outra forma de caracterizar a comunidade seria por intermédio das irmandades: "Nas irmandades, por sua vez, aparentemente mais organizadas, atesta-se a inclusão ou a exclusão de determinada pessoa" (FARIA, 2007, p. 144).

Os velhos possuíam importância nas culturas africanas, principalmente dentro de suas comunidades. Resta saber se esse modo de vida e de superar situações espirituais e materiais seguiram com os africanos através do oceano até o Sudeste do Brasil, mais especificamente em Minas Gerais. Sheila Faria (2007) alerta sobre o perigo de generalizações sobre a herança das culturas africanas no Brasil. A autora acredita que "as diferenças entre os diversos grupos, assim como os graus de adaptação possíveis, ainda não estão devidamente bem colocados" (FARIA, 2007, p. 138). Portanto, é necessário cuidado com as generalizações na medida em que não se sabe muito sobre as diferentes etnias dos cativos brasileiros e também por desconsiderarem as dinâmicas particulares da história de cada região e de cada grupo. Para tanto, foi escolhido o "official de barbeiro" devido, principalmente, às suas peculiares formas de trabalho. Profissional de muitos talentos, segundo Godoy e Silva (1999), possui o perfil que se procura, ou seja, origem africana ou de descendência direta, mais velhos, casados.

Junto com as particularidades dos barbeiros, observam-se as relações de compadrio a partir de suas vivências. Brügger (2004) observa que o compadrio vincula as famílias, e não apenas pais, padrinhos e afilhados, e que a escolha de padrinhos pelos cativos demonstrava suas pretensões sociais e de alianças. Cabe salientar que os registros de batismo podem mostrar mobilidade e alianças quando observados se padrinhos e afilhados eram do mesmo senhor ou não, se livres ou libertos (FARIA, 2007).As trajetórias dos barbeiros serão expressas no item a seguir.

3.2 Os barbeiros em São João del-Rei

> Antigos escravos de ofício, de boa conduta e econômicos, conseguiram comprar sua alforria (possibilidade legal que lhes devolveu a liberdade e lhes assinou o lugar de cidadãos , que ocupam honestamente na cidade). Quem, com efeito, ousaria dizer-se mais digno da consideração pública que este oficial de barbeiro brasileiro, ante a lista pomposa de seus talentos afixada na porta da loja? Infatigável até na hora do repouso geral, vemo-lo afiar as navalhas num mó, que outro negro faz girar, ou consertar meias de seda, ramo da indústria explorado exclusivamente nos seus momentos de lazer.
>
> Jean-Baptiste Debret[108]

Conforme Godoy e Silva (1999), a ocupação dos barbeiros poderia advir de um conhecimento prévio, provavelmente até mesmo africano, devido às inúmeras atividades a que se ocupavam. Além de fazer barbas ou cortar cabelos, estavam incluídas aí também atividades medicinais. Segundo os autores: "A origem africana ou descendência direta (83%) da grande maioria dos barbeiros evidencia que esses profissionais traziam conhecimentos ou, hipótese menos provável, habilidades essenciais ao desempenho dos múltiplos afazeres dessa ocupação" (GODOY; SILVA, 1999, p. 13).

Posto isso, é aceitável pensar que, de alguma forma, eles exerciam algum papel de destaque em suas comunidades no Termo de São João del-Rei. É preciso um olhar mais atento a esses profissionais. De acordo com Godoy e Silva (1999), a ocupação de barbeiro era uma atividade masculina realizada predominantemente por homens casados. Um expressivo número de idosos, 60% dos barbeiros, eram africanos. Os mestiços correspondiam a 23% do total desses profissionais, sendo que 83% desses mestiços eram de origem direta de africanos.

A região de Diamantina possuía um número maior de barbeiros em relação ao resto da Província, aproximadamente quatro vezes mais que a média provincial: "Quatro regiões contíguas, situadas no centro e sudeste da província (Diamantina, Médio Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Oeste e Sudeste), concentravam 75% dos barbeiros, apesar de responderem por apenas 43% da população provincial",[109]

---

[108] Debret (1978).

[109] Pelo cruzamento de outras fontes, foi confirmada a origem africana dos barbeiros da vila. As pesquisas e análises sobre esses barbeiros estão compreendidas no Capítulo 3.

provavelmente, por ser a região que mais recebia escravos vindos da África no período. Na ótica de Zephyr Frank (2012, p. 40):

> O negócio de barbeiro-cirurgião, em particular, era o domínio de libertos e escravos. De acordo com a análise de Tânia Salgado Pimenta sobre as petições para desempenhar a arte de sangrador no Brasil durante o período de 1808-28, 85% dos pedidos foram requeridos por libertos e escravos.

A partir dessa perspectiva, é possível pensar que os escravos idosos, ou mesmo seus descendentes diretos, de São João del-Rei, possuidores desse ofício, poderiam ter destaque especial em suas comunidades. Além disso, os números apresentados pelos autores podem corroborar as informações contidas na Lista de 1831, uma vez que os barbeiros arrolados apresentam uma ancestralidade africana.

Na Lista de 1831, em São João del-Rei, foram localizados dois barbeiros, Elias Fernandes Lopes e Roque Manoel, casados, ambos moradores da vila de São João del-Rei e forros. Chamou a atenção suas idades, 55 e 77 anos; ou seja, já estavam velhos. Como a Lista não ofereceu mais informações sobre os dois, foi necessário buscar outras fontes. Para tanto, o outro documento eleito foi o Livro de licença para negociantes e ofícios. Nesse documento, surgiu mais um barbeiro. Dos Livros de licença, restaram apenas os registros de 1830 a setembro de 1832. Sobre essas Licenças, Graça Filho (2002, p. 60) esclarece:

> As licenças foram concedidas aos estabelecimentos comerciais, oficinas, edificações de residências, atividades públicas religiosas e de entretenimento. Os registros apresentavam a data de inscrição, a localização distrital, o nome do requerente, a atividade a ser licenciada e o valor do imposto (400 réis para lojas e oficinas), mas não trazem o capital inicial das firmas.

Segundo Fukelman e Lima (2003, p. 26), era provável que, no Rio de Janeiro, houvesse barbeiros para ricos e para pobres, e, ainda entre estes, a separação entre os livres e escravos:

> Mas o mesmo não se dava no interior de Minas, onde barbeiros, embora em pequeno número, atuam nas cidades, com legislação que cobra impostos e licenças para exercerem a atividade e manutenção

> do comércio (o barbeiro deveria pagar licença para exercer o ofício e manter aberta a barbearia). Havia também os barbeiros ambulantes.

Por meio dos registros dos Livros de licenças, foi possível localizar dois profissionais que obtiveram suas licenças para a ocupação de barbeiro entre os anos de 1830 a 1832:

> Villa – 12 de agosto de 1830 – Ellias Fernandes Lopes, tirou a licença para continuar com seo officio de Barbeiro, pagou $400. nº 310.
> Villa – 12 de agosto de 1830 – O capitan Felipe Gomes Pereira tirou licença para seo escravo de nome Antonio, continuar no officio de Barbeiro, pagou $400. nº 316.
> Dita Villa – 18 de março de 1831 – Antonio escravo de Felipe Gomes Pereira tirou licença para continuar com tenda de Barbeiro, pagou $400.
> Dita Villa – 11 de abril de 1832 – Felipe Gomes Pereira tirou licença para seu escravo de nome Antonio ter tenda de Barbeiro, pagou $400.nº 174.
> Dita Villa – Dia 28 de junho de 1832 – Ellias Fernandes Lopes tirou licença para abrir loja de Barbeiro, pagou $400. nº 220.[110]

A partir desses registros, é muito tentador fazer algumas elucubrações acerca desses dois barbeiros levando-se em conta os dados até então analisados. Algumas conjeturas podem ser construídas mediante os registros de Elias e Antonio em relação a uma possível afinidade profissional entre eles. É bastante provável que os dois, minimamente, tivessem conhecimento um do outro, já que se ocupavam do mesmo ofício simultaneamente. Como exercício, é plausível elaborar algumas considerações na intenção de levantar hipóteses razoáveis sobre essa possível afinidade entre eles: em 1830, ambos tiraram suas licenças no mesmo dia, provavelmente em momentos muito próximos, pois os números dos registros também se encontram bem próximos: o nº 310 para Antonio e o nº 316 para Elias.

A natureza dos requerimentos, comparando-se os três anos, também pode produzir indagações. Comparando-se os três anos, pode-se observar que a natureza dos requerimentos se altera para os dois requerentes: em 1830, tanto Antonio quanto Elias pediram para "continuar" o ofício de barbeiro; em 1831, Elias não pediu nenhuma

[110]BIBLIOTECA MUNICIPAL BAPTISTA CAETANO: *Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei*. Livros de licenças para negociantes e ofícios, 1830-1832. 1830. P. 18v, 19, 28v, 46 e 48v.

licença, enquanto Antonio, além de fazê-lo sozinho, ainda pediu para continuar com a "tenda" de barbeiro. No ano anterior, não havia menção a nenhum estabelecimento. Fica uma dúvida se havia um lugar específico para atender a seus clientes ou se era ambulante até então.

Em 1832, os dois reaparecem. O senhor de Antonio obteve sua licença em abril para continuar com a "tenda" de barbeiro, enquanto Elias requereu o assento para abrir uma "loja de barbeiro". Embora possa ser uma grande coincidência o fato de ambos solicitarem suas licenças no mesmo dia em 1830, Elias não solicitar nova licença em 1831 e reaparecer pedindo registro de um estabelecimento no ano seguinte, fica a dúvida de que, em algum momento, pudessem ter trabalhado juntos, ou até mesmo esses encontros e desencontros ao pedir os registros possa ser algum conflito de interesses entre eles.

Ainda existe a figura de Roque Manoel, bem mais velho que os outros. Apesar de tentador, infelizmente, nenhum outro documento pesquisado pôde nos fornecer qualquer pista para que se pudesse cindir os caminhos dos três barbeiros. Muito provavelmente, deveria existir um mestre para esse oficio ou talvez todos fossem os mestres. Fukelman e Lima (2003, p. 24) afirmam que era um ofício sem escola formal:

> Não há formação institucional para o desempenho das atividades dos barbeiros sangradores e/ou barbeiros de lanceta. As técnicas eram transmitidas através dos mais velhos, mediante a prática e a oralidade. O conhecimento para ser barbeiro era pouco, restrito ao campo prático.

Apesar da afirmação das autoras, o caso de Marcelino Alves Preto, outro barbeiro de São João del-Rei, filho do Capitão José Alves Preto, pode também clarear mais ainda as relações entre mestres e aprendizes. O Capitão, pai de Marcelino, era um pardo forro, cirurgião e ferrador. Em 1807, Marcelino Alves Preto embargou o inventário do pai, pois não concordava com as dívidas declaradas pela viúva inventariante por ser "fabulosa e falsa". Todavia, o que interessa nesse caso é outra declaração de Marcelino, mais precisamente sobre o oficio de barbeiro:

> Diz Marcelino José Alves homem pardo liberto natural desta vila e nela morador que para entrar em adição da herança do falecido seu pai o capitão José Alves Preto [...] seguinte: 1- que o falecido José Alves Preto, homem pardo, em tempo que era escravo do Doutor

> Manoel José Dias, e no estado de solteiro teve de sua parda por nome Arcangela mulher solteira recolhida escrava do mesmo Doutor Dias [...] em que nasceu o [...] Marcelino sempre o referido José Alves Preto e o reconheço e teve por seu filho no estado do cativeiro como na da sua liberdade tratando e vestindo o mesmo [...] em sua menoridade de fazendo aplicar a escola e do oficio de Barbeiro...[111]

Não fica claro como Marcelino adquiriu o conhecimento do ofício de barbeiro, já que as duas atividades estão bem distintas: uma foi a aprendizagem na escola e outra no oficio de barbeiro. O pai, um cirurgião, pode ter muito bem começado suas atividades como barbeiro, porque essas duas atividades em muitos casos se aproximam (FUKELMAN; LIMA, 2003). Ao que parece, deveria ter contato com esses profissionais da vila, até mesmo com um dos três que foram tratados aqui. Na verdade, não havia escola formal para o ensinamento desse ofício. Eram conhecimentos de correntes da oralidade, por intermédio dos mais velhos mais experientes, assim como o conhecimento ancestral na África. A trajetória de Marcelino se encerra no inventário de seu pai. Ele não foi localizado em outras fontes e seu inventário encontra-se extraviado.

Por sorte, o inventário e o testamento do Capitão Felipe Gomes Pereira, proprietário de Antonio, de 1839, encontram-se no arquivo do IPHAN[112]. O Capitão era natural de São Pedro na Vila de Torres Altas em Portugal, casado com Maria José Limada Silveira com quem não teve filhos, e irmão da Ordem Terceira do Carmo e do Santíssimo Sacramento dos Passos. Deixou poucos bens. Ao final do inventário, seu espólio contava com 520$600. A esposa foi a única herdeira. Inclusive, o cativo Antonio, no testamento, afirmou morar com a sogra. Assim, todos seus bens permaneceriam em sua casa. Seu bem mais valioso era o escravo Antonio de Nação Mina, oficial de barbeiro, avaliado em 450$000, com "pouco mais" de 40 anos. Logo, deveria ter por volta de 36 anos, entre 1831 e 1832, época das licenças. É bem provável que Antonio fosse um "escravo de ganho"[113]. Essa possibilidade se deve, entre outros,

---

[111]Arquivo Histórico do IPHAN de São João del-Rei: Inventário do capitão José Alves Preto, cx. 464, ano de 1807.Esse documento foi gentilmente cedido por Sirléia Arantes.

[112]Arquivo Histórico do IPHAN de São João del-Rei: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1860. Inventário do Capitão Felipe Gomes Pereira, 1838 – cx. 451.

[113] A prática de obter rendimentos a partir do trabalho dos escravos era por meio do aluguel e do ganho obtido a partir de alguma atividade do cativo. Essa prática era mais comum no espaço urbano. "Escravo alugado. Os escravos podiam ser alugados pelo seu senhor a outro em troca de um pagamento. Podiam ser domésticos, artesãos, amas-de-leite, cozinheiros ou cozinheiras, governantes, carpinteiros, sapateiros etc. Fazia-se um contrato de serviços com o alugador, com o consentimento do proprietário. [...] Escravo de Ganho. O escravo que trabalhava fora da casa do seu proprietário, como jornaleiro. Vendia nos mercados ou nas ruas da cidade água, frangos, comidas e doces, louças, perfumes, tecidos e bagatelas,

ao fato de não haver nenhum indício entre os bens inventariados que sugerisse qualquer atividade do Capitão. Nenhuma dívida ativa, bens de raiz, bens de valor como jóias ou outros, também não foram arroladas quaisquer ferramentas da ocupação de barbeiro. Provavelmente, não era a sua profissão. Além do mais, Antonio era o único escravo, que poucos anos antes estava regularmente exercendo a profissão com total consentimento de seu proprietário, já que ele requereu sua licença de trabalho por dois anos.

A prática de obter renda por meio do trabalho de um ou mais escravos era bem mais comum no meio urbano. Após a morte do Capitão Felipe, Antonio continuou servindo à sua senhora. Como era um escravo com qualificação, pode-se crer que era bem provável que seus ganhos fossem mais elevados do que de outros escravos sem ofício: "De acordo com o viajante Eschwege, os escravos de ganho urbanos que fossem qualificados eram alugados por algo entre $900 e 1$200 por dia em meados de 1811" (FRANK, 2012, p. 40). Outra característica dessa prática está expressa no enunciado de Zephyr Frank (2012, p. 40-41). Ao tratar de salário urbano não qualificado no Rio de Janeiro século XIX,

> [...] é encontrado no registro de herança de José Sebastião de Castro, [...]. Dono de um escravo de 24 anos (avaliado em 160$000), José alugava seu escravo de ganho por $320 ao dia em 1818 – aproximadamente o mesmo valor que Eschwege documentou em 1811 para trabalho não qualificado. Com esse valor, seu escravo provavelmente ganhou entre 50$000 e 70$000 por ano, usando talvez metade para se alimentar e se vestir e entregando a outra metade para José Sebastião.
> É claro que nem todos os escravos de ganho eram trabalhadores braçais. Nós já mencionamos barbeiros e outros provedores de serviço.

Pode-se esboçar algumas possibilidades para as atividades de Antonio. Como não há referências aos objetos do ofício de barbeiro no inventário e no testamento, não é improvável que ele possuísse esses objetos. No Registro de licenças de 1831, consta que ele tirou a licença para continuar com a "tenda de barbeiro". Não há evidências de

---

ou, eventualmente, agenciava prostitutas. Esses escravos, com alguma exceção, andavam pelas ruas sem controle direto dos seus senhores. [...] O escravo de ganho entregava ao seu proprietário uma quantia fixa, frequentemente uma vez por semana, e em geral tinha de prover seu próprio sustento. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, parece que os negros de ganho foram aqueles que tiveram maiores oportunidades de comprar sua liberdade"(MOURA, 2004, p. 150).

que Antonio fosse alugado para terceiros por seus senhores, ao menos entre 1830 e 1839, mas é claro que isso não exclui a possibilidade de que acontecesse na prática ou mesmo que existisse algum tipo de acordo entre ele e o Capitão Felipe, do qual se desconhece a natureza, que poderia ser o aluguel para trabalhar para outro barbeiro. Daí, não constar entre os bens de seu proprietário tais objetos. Independente disso, parece correto crer que, de alguma forma, os ganhos de seu trabalho eram divididos com seu senhor. Fukelman e Lima (2003) descrevem alguns objetos utilizados pelos barbeiros em seu oficio. Conforme as autoras:

> Sobre o material de trabalho, consta que tradicionalmente utilizavam bacia de latão modelada de forma a se adaptar ao pescoço; o próprio dedo ou uma noz por dentro da boca do cliente, para melhor escanhoar – era a barba de caroço ou barba de dedo. O barbeiro ambulante usa também o artifício de pedir ao freguês para fazer bochecha, facilitando, assim, o movimento da navalha: 'Ioiô, fazê buchichim'.
> É comum o uso de ventosas, de preferência as sarjadas, que dispensavam indicação ou autorização médica e aliviavam a dor. Sarjador era um aparelho francês, acionado por botão, dotado de fios navalha que cortavam os cabelos e a pele, preparando o local para a ventosa. Outro recurso eram copos vendidos em farmácias, esquentados com chama de álcool, fazendo vácuo no local aplicado (FUKELMAN; LIMA, 2003, p. 24).

Nenhum desses objetos, ou algo parecido a eles, foi encontrado no testamento e inventário do Capitão Felipe.

As fontes não demonstram qualquer indício de que Antonio estivesse em processo de obter a manumissão, pois não parecia ser um escravo quartado. O primeiro registro encontrado dele data de 1826 quando foi padrinho da escrava adulta Rita. Nessa data, já era escravo do Capitão Felipe Gomes Pereira. Finalmente, em 1839, data do inventário de seu senhor, ainda permanecia na mesma condição e,segundo o documento, continuaria a servir a viúva.

É possível perceber alguns indícios de certa autonomia de ir e vir de Antonio: o fato de ele próprio registrar sua licença de trabalho em 1832, sem a intervenção do proprietário, ou mesmo a abrangência de suas relações sociais, a partir do número e das características dos batizados em que foi padrinho. Grande indício de autonomia pode ser observado primeiramente pelo fato de ele próprio registrar sua licença de trabalho em 1832 sem a intervenção do proprietário. Um segundo indício seria o número e as

características dos batizados em que foi padrinho, o que sugere que suas relações sociais poderiam ser abrangentes. Isso pode indicar que a circulação, tanto dele como dos outros escravos com quem partilhava essas relações, devia ser bem ampla, assim como a própria natureza de sua ocupação, que, provavelmente, permitia um alargamento de conhecimento entre ele e a população da vila.

Antonio não era casado. Não foi encontrado qualquer registro de uma provável companheira, porém parecia possuir forte influência entre seus pares, já que teve muitos afilhados. Segundo os registros de Batismo, até onde foi possível acompanhá-lo, ele apadrinhou dez pessoas, adultos e crianças.

Em 25 de junho de 1826, foi padrinho da escrava Rita, adulta de origem angola, que pertencia a Dona Maria França. A madrinha foi D. Ana França, livre e casada. Nesse ano, ele já era escravo do Capitão Felipe Gomes Pereira. Um ano depois, em 29 de setembro, batizou, junto com Maria, escrava de D. Ana Fernandes Matos, o escravo Manuel, também adulto. No mesmo ano, em 24 de junho, foi a vez de batizar o inocente Salustiano, filho de Marcelina, escrava de Francisca Assis. A madrinha foi Teodora, escrava de Manoel Moreira Rocha. Ainda no mesmo ano, a 04 de junho, foi a vez de Zeferina, inocente, filha de Maria, crioula, cujo proprietário era o Capitão Cesário José Silva Lima. A madrinha foi Catariana, solteira de origem benguela, que pertencia a João Damasceno Machado. Na década de 1830, foi padrinho de mais seis pessoas. Em 1830, de Maria, inocente, filha natural de Ana Joaquina Oliveira, livre. A madrinha foi Ana Maria Silva Cardoso, também livre e solteira. Em 1832, batizou, junto com Barbara, escrava de D. Rita Bustamante, a inocente Barbara, filha natural de Feliciana, também escrava de D. Rita Bustamante; e mais o escravo adulto Pedro, de propriedade de Antonio Gonçalves Liberal. A madrinha foi Rita escrava de D. Quitéria Vitória de Jesus. E outro Pedro, só que de propriedade de Francisco José Alves Santiago. A madrinha foi Isabel, escrava de João Cabral. No ano de 1833, batizou dois inocentes. O primeiro, em 20 de janeiro, Agostinho, filho de Joana, escrava de João Batista Pinto. A madrinha foi Joana Batista. No dia primeiro de março, foi a vez de Rufina, filha natural de Maria, escrava de José Felipe Castro. Não há registro da

madrinha. Todos os batizados aconteceram na Matriz de Nossa Senhora do Pilar na vila de São João del-Rei.[114]

Havia certo padrão nos relacionamentos de Antonio e seus compadres. Eles se deram, principalmente, entre escravos e ex-escravos. Na verdade, esteve somente com duas madrinhas livres na sua relação de batizados. A primeira foi D. Ana França, em 1826, quando batizaram a escrava adulta Rita Angola, a proprietária era D. Maria França. Ao que tudo indica, D. Ana França não teve um passado escravo. A outra madrinha livre foi Ana Maria Silva Cardoso em 1830. Sobre ela, não há indícios da origem. Todas as outras madrinhas eram escravas. Ao que tudo indica, parecia exercer um papel de destaque e respeito entre os seus pares, já que foi padrinho de vários filhos de escravas e de escravos adultos. Apadrinhou somente uma criança livre, Maria, filha de Ana Joaquina Oliveira, possivelmente liberta ou talvez tenha nascido livre de mãe escrava e se tornou forra. Ainda que seu registro de casamento em 1843[115] não esclareça a condição pretérita de sua mãe, o fato de ser filha natural poderia sugerir um passado escravo da mãe.

Vale lembrar que muitas mães buscavam nos padrinhos uma maneira de elevar a condição de seus filhos. Eram relações "para cima". Ou seja, a escolha dos padrinhos e madrinhas normalmente se dava por pessoas em melhores condições que as das mães. Muitas vezes,era uma garantia de que, futuramente, a criança pudesse usufruir desses relacionamentos ou até mesmo vislumbrar a liberdade (BRÜGGER, 2007).

Assim, pode-se pensar em Antonio como uma figura que possuía certo prestígio na sua comunidade, uma pessoa importante dentro de suas relações, já que apadrinhou um número razoável de pessoas que pertenciam a vários senhores diferentes. Era um escravo com ofício e, quem sabe, um escravo ao ganho, com maior autonomia. Sobre as escolhas de cativos como padrinhos, Brügger (2007)sugere que, para a década de 1840 e as posteriores, houve um aumento da escolha de padrinhos cativos. Nos termos da autora:

---

[114]Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1826 a 1833: números 35 e 36, páginas 170.3, 207.1, 199.4, 236.V.2, 279V.5, 318.4, 317.7, 310V.7, 321V.7 e 323V.6.

[115]Ana Joaquina de Oliveira, crioula, filha natural de Josefa Maria Conceição, de Barbacena, casou-se com Jose Costa Gomes, preto forro, ex-escravo de Bartolomeu Gomes Costa, em 14 de agosto de 1843.Livros de Registros de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1729 a 1868, n. 11, p. 157V.1.

> Provavelmente, relações familiares consanguíneas e *rituais refletiam o fortalecimento da 'comunidade africana'*,através, por exemplo, do aumento da escolha dos cativos. É bom frisar, também, que a escolha de padrinhos cativos não significava necessariamente o abandono da lógica da busca de alianças 'para cima', antes, poderia reforçá-la. Robert Slenes, trabalhando coma região do Oeste paulista, no século XIX, demonstra que escravos domésticos ou que possuíam algum tipo de qualificação profissional eram preferidos, em relação aos escravos da roça, como padrinhos de cativos (Slenes, 1997) (BRÜGGER, 2007, p.346, grifo nosso).

Ao se referir ao fortalecimento da "comunidade africana", a autora se reporta a Sheila Faria e também a Manolo Florentino sobre o comportamento de origem africana dos cativos nas décadas citadas. Tal comportamento teria origem, naquele momento, no aumento do tráfico e, consequentemente, na entrada de um número maior de africanos, fato que se deu devido à proximidade com o fim do tráfico. Mesmo que Antonio tenha sido padrinho na década anterior, a destacada pela autora não seria improvável, que, além do fato de ter um ofício que parecia o destacar, talvez valores africanos pudessem, de alguma forma, influenciar nas escolhas de suas comadres. Muito provável que Antonio tenha sido escolhido para batizar seus afilhados em função de possuir uma ocupação, e a partir dela tenha ampliado sua sociabilidade e, quem sabe, valores africanos possam ter influenciado na escolha por ele como padrinho.

Essa é uma questão que deve ser levada em conta quando se pensa sobre a extensão de suas relações, pois suas comadres, afilhados e madrinhas pertenciam a senhores diferentes, excetuando Barbara, filha de Feliciana. Tanto a mãe quanto a madrinha pertenciam à mesma senhora. Parece que as duas tinham uma relação bem próxima, ou até mesmo um parentesco, já que a criança recebeu o mesmo nome da madrinha.

Segundo Faria(2007), pelo batismo,é possível observar as alianças formadas entre as famílias e os padrinhos. Os pesquisadores devem investigar as relações entre esses indivíduos, sempre se indagando sobre o proprietário e a condição social dos envolvidos no firme propósito de reconhecer mobilidades e alianças. No caso de Antonio, apesar da variedade de proprietários, os encontros e as alianças foram se moldando na medida em que essas pessoas vivenciavam as experiências do cativeiro e tiveram oportunidades de se encontrar nas redes sociais que o meio urbano permitia. Além do mais, é necessário levar em conta que as escravarias urbanas eram menores

que as do meio rural. Assim, muitas vezes, o fato de que os senhores eram diferentes pode significar simplesmente um número bem reduzido de escravos para cada um deles como era o caso do próprio Antonio.[116]

Ao descrever o mundo do barbeiro Dutra, no Rio de Janeiro do século XIX, Zephyr Frank (2012, p. 38) dá uma pista sobre a posse de escravos no ambiente urbano:

> [...] Esses fatos não causam surpresa se considerarmos que o ambiente urbano era caro e populoso – o que tornava difícil encontrar um lugar para dezenas de escravos viverem – e que o problema de monitorar a localização e as atividades dos escravos era muito maior na cidade que no interior. É importante notar que os donos de escravos remediados que também eram artesãos trabalhavam junto a seus escravos e lidavam diretamente com o problema de monitoramento.

As escravarias da vila de São João, assim como para a maioria no meio urbano, eram menores que as do meio rural[117]. A título de exemplo, buscando entre os mais abastados,pode-se comparar dois senhores de escravos com atividades díspares e bem características do meio onde moram e geram riquezas. O que os aproxima são suas consideráveis fortunas. Primeiramente, remete-se a um dos homens mais ricos de São João del-Rei, o Comendador Carlos Batista Machado. Ao final de seu inventário,em 1854, seus bens e dívidas ativas entre outros somavam 437:092$261. No entanto,possuía 25 escravos; entre eles, cinco velhos.

Comparativamente, a escravaria do Alferes Joaquim José Teixeira contava com 167 escravos, 20 deles velhos. Destes, cinco foram libertados em testamento. Uma de suas propriedades era a fazenda dos Coqueiros, onde morava, na Freguesia de Nazareth. Seu monte mor somava211:214$756 em 1842.[118] É claro que o caso dos dois senhores não são regra, e a escravaria do comendador já é considerada de média a grande pela classificação de Libby(1988). Ainda assim, não é a maior encontrada nas amostras retiradas dos inventários para esta pesquisa sobre os escravos velhos. Embora as escravarias pesquisadas da vila e cidade de São João del-Rei não ultrapassassem os

[116]Mais sobre o tamanho das escravarias no Termo de São Joao del-Rei, ver no Capítulo 2.

[118]ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: Inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei, 1831-1860. Inventário do Comendador Carlos Batista Machado, cx. 145 – inventário do Alferes Joaquim José Teixeira, cx. 274.

50 escravos, a maioria dos senhores pesquisados possuía até dez escravos. Vale lembrar que havia escravarias com até dez escravos tanto no meio rural quanto no urbano[119].

Aqui, cabe um parênteses sobre a importância das relações de afeto e o compadrio. Brügger (2006) comenta o caso de Júlio Pardo, um dos escravos velhos libertados pelo Alferes Joaquim José Teixeira. Seu exemplo pode ajudar a pensar a questão do compadrio e as dos laços de parentesco ritual. Esse escravo foi propriedade de D. Ana Josefa Sousa, mãe do Alferes. E, em 1800, foi padrinho da inocente Justina. A escrava foi dada a D. Ana Esméria, irmã do Alferes, como parte do pagamento do dote. Anos mais tarde, Julio Pardo foi padrinho de três filhos da escrava Justina apesar de pertencerem a escravarias diferentes, embora de parentes, já que cada um foi destinado a herdeiros diferentes de sua primeira proprietária e mãe dos atuais. Além de Julio, o Alferes foi padrinho de Miguel, filho da mesma Justina. Talvez, a proximidade e relação de afeto entre Julio e seu senhor possam ter contribuído para que ele tenha sido padrinho do filho da escrava, sua afilhada. Contar com um padrinho como o Alferes, possivelmente, poderia garantir alguma ajuda para o afilhado e sua família. Pode-se pensar nesse exemplo, apesar dessas escravarias serem grandes, para a questão dos laços formados por Antonio Mina em São João del-Rei.

O fato de os senhores dos afilhados de Antonio, suas mães e madrinhas pertencerem a senhores diferentes pode nos dizer algo, assim como para os outros dois barbeiros. Pertencendo a proprietários diversos,essas pessoas, provavelmente, formaram uma comunidade diferente, em menor escala, o que pode ter sido possível pela maior autonomia de seus atores e pelos lugares a que tinham acesso e permitiam tal sociabilidade. Essa percepção diferente de comunidade vai de encontro à definição de Sheila Faria (2007, p. 145), que, de certa forma, permite analisar e inserir Antonio, Elias e Roque Manuel e suas comunidades:

> Tendo hoje, a considerar que a escravidão no Brasil formou comunidades escravas, sem dúvida, no plural, incluindo escravos de pequenas unidades produtivas, poucas regiões poderiam ter condições de criar uma singular comunidade escrava. A maioria, entretanto, principalmente pela grande variedade de origem e de heranças culturais de seus membros, criou comunidades separadas, nem sempre oponentes ou inimigas, mas que estabeleciam, por meio da

[119] Mais sobre o tamanho das escravarias, ver o Capítulo 2.

> vida no cativeiro, solidariedades, espírito de grupo, identidade e proteção mútua (FARIA, 2007, p. 145).

Divergindo da autora, Engemann (2005) acredita que só é possível o surgimento de comunidade escrava a partir das grandes escravarias. Para o caso específico desses barbeiros e seus pares, a definição de Faria se adéqua melhor e condiz com os movimentos sociais que eles apresentam.

A partir dessa reflexão, é possível pensar na comunidade em que o escravo Antonio, barbeiro de ofício, e seus pares formaram a partir de laços fraternos de compadrio, assim como seus companheiros de ofício Elias e Roque. Talvez,pelo fato de o espaço urbano nesse período ser menor, propiciou alguma autonomia, aliado à profissão, na medida em que, provavelmente, assistiram essas pessoas com seus unguentos e sangrias, pode ter possibilitado tal sociabilidade entre eles e o fortalecimento dos laços que os uniram na lida com o cativeiro. É importante salientar que durante a pesquisa, até onde as fontes alcançaram Antonio, não apareceram vestígios de que ele tenha formado uma família consangüínea por meio do casamento legítimo ou consensual. Como não surgiram registros de filhos naturais, o que o diferenciou dos outros, esse fato pode levar a crer que, provavelmente, suas relações familiares se deram a partir da comunidade que se formou pelo compadrio.

Enquanto Antonio, ao que tudo indica, continuou escravo e solteiro, Elias era forro e se casou duas vezes. Com a segunda esposa, formou uma família com seis filhos. Elias foi escravo de José Fernandes Lopes e adotou o sobrenome do senhor após a liberdade.

O antigo senhor de Elias foi testemunha de seu primeiro casamento em 09 de fevereiro de 1831. Parece que mantinham um bom relacionamento, o que pode ter favorecido sua manumissão no passado. De origem Angola,foi casado em primeiro matrimônio com Angelica Maria, crioula, também forra,que foi escrava de Dona Clara Maria. Quando do casamento,ele contava 55 anos e sua esposa 34 anos[120]. Não tiveram filhos.

A data de falecimento de Angelica Maria não foi localizada, e em 1844 ele se casou novamente, dessa vez com Ana Maria Nascimento, preta forra, filha legítima de

[120]LISTA NOMINATIVA DE 1831/1832: CEDEPLAR-UFMG. Coordenação Clotilde Andrade Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro.

Matias Viana e Maria Justina Alves. Com ela, Elias teve seis filhos entre 1845 e 1854: dois meninos e quatro meninas. Ele deveria contar com aproximadamente 68 anos quando se casou pela segunda vez[121]. Ao que tudo indica, os padrinhos e madrinhas dos filhos de Elias eram livres e libertos. Entre eles, encontravam-se o Alferes Antonio Felisberto Santos, o Padre Joaquim Gomes Silva Flores e o Padre da Vara José Francisco Lopes. Os outros padrinhos eram casados com as madrinhas[122]. Os padrinhos de Maria, batizada em 25 de outubro de 1852, eram João Luiz Almeida, de origem africana, e Ana Camila Lelis crioula, casados. Ambos possuíam um passado escravo. Tudo indica que os padrinhos de Alexandrina, José Maria Camara e Alexandrina Isabel Jesus, mantinham uma relação bastante próxima com os pais de sua afilhada. José Maria foi testemunha de casamento do casal em 1844, e a menina batizada recebeu o mesmo nome da madrinha. Não foi possível localizá-los em outras fontes, mas os indícios são bem fortes dos laços que os unia, provavelmente anteriores ao batizado e ao casamento. Elias, o filho mais novo, foi batizado em 01 de junho de 1854. Não foi possível perceber as relações entre padrinhos e pais do batizando.

Se voltar há alguns anos, entre 1831 e 1833, encontra-se Elias, junto com sua primeira esposa Angelica Maria, apadrinhando quatro pessoas, adultos e crianças, todos eles escravos. Em 09 de março de 1838, foi batizada Rita, inocente, filha natural e escrava. Não consta o nome da mãe. A madrinha foi Candida Cotrin. A partir dessa data, não foram encontrados outros registros de batizados do qual era padrinho.

A partir de 1844, novos registros foram encontrados, mas de seus filhos com sua segunda esposa. Elias e Angelica Maria foram padrinhos sem 15 de maio de 1831 das escravas adultas Maria e Carlota, ambas de propriedade de D. Maria Custódia. Em 1833, apadrinharam Cândida, filha natural de Maria, escrava do alferes Joaquim Castro de Sousa; e Eva, filha legítima de Teodoro e Ana, escravos de Damasio José Tiburcio[123].

Alguns pressupostos podem ser extraídos da relação entre uma situação e outra encontradas nos registros de batismo desse barbeiro. Se compararem os dois períodos,

[121]Livros de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1800 a 1850, livro n. 36, p. 296V.2, 296V.1, 296.6, 332V.10 e 331V.7.
[122]Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1826 a 1833: n. 38, p. 379.3, 337V.3, 274.1, 204V.3, 159V.3 e 91V.2.
[123]Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1872. Livros n. 36 e 37, p. 21, 331V.7, 332V.10, 296V.2 e 296V.1.

pode-se observar que, no primeiro caso como padrinho, seus afilhados eram escravos; logo, os pais também. Somente uma era filha legítima. Como no caso de Antonio, pode-se supor uma comunidade formada a partir do compadrio de Elias. Os escravos batizados e seus pais, todos pertenciam a diferentes senhores e,muito provavelmente,eram de pequenas escravarias. O número de batizandos dos quais foi padrinho era em menor número em relação aos de Antonio, porém convém notar algumas similaridades. Em ambos os casos, os senhores são diversos e todas as relações parecem ter procurado um padrinho em situação melhor, já que ele era liberto e com um ofício definido, considerando serem relações "para cima", buscando padrinhos em melhores condições sociais e econômicas que seus pais. Comparando os dois períodos em que Elias esteve nos registros de batismo, primeiro como padrinho e segundo como pai, não se pode deixar de observar que até ele mesmo possa ter buscado essas relações com os padrinhos, ao menos com três de seus filhos, já que seus padrinhos foram dois padres e um alferes. É uma premissa razoável, mas seriam necessárias outras buscas para encontrar pontos comuns entre esses compadres.

Roque Manoel é o terceiro barbeiro que vivia na vila de São João del-Rei. Ele aparece na Lista Nominativa de 1831. Nesse ano, contava com 77 anos. É o mais velho dos três. Pardo, também era forro como Elias. No registro de seu casamento e no de batismo de seus filhos, seu nome aparece como Roque Manoel Gouvea, natural da Freguesia dos Santos Mártires da cidade de Lisboa, um escravo português nas Minas Gerais. Não foi possível identificar a trajetória dele até chegar a São João del-Rei. Era filho natural de Ana Maria Andrade, casado em primeiro matrimônio com Silveria Maria Egpiciana, da freguesia de São João del-Rei, em 20 de julho de 1799. A única filha do casal nasceu no ano seguinte no dia primeiro de junho. Depois de ficar viúvo, casou-se novamente com Isabel Maria da Conceição, também forra, da Freguesia de São João del-Rei. O casamento foi realizado em 05 de setembro de 1811. O noivo contava na época com 57 anos e a noiva com 36 anos. Juntos, tiveram cinco filhos. Em 1831, segundo a Lista Nominativa, moravam com ele a esposa Isabel e a filha Maria, então com 18 anos. Dos outros filhos, não surgiram outros indícios.

Assim como seus companheiros barbeiros, Roque Manoel também teve muitos afilhados. Entre 1806 e 1831, foram dez, a maioria junto com sua primeira e segunda esposas. Todos os seus afilhados estavam relacionados com a escravidão: alguns ainda

escravos, outros forros e outros filhos de forros. Ele e sua esposa Izabel batizaram Maria e Carlos, filhos do casal Joaquim José Santana e Esmeria Joaquina,ambos forros. Em 1804, batizou as gêmeas Lucrecia e Leocadia, filhas naturais da escrava Maria, de propriedade do Capitão Alexandre Pereira Pimentel. A madrinha de Leocadia foi Simplicia, e a de Lucrecia,Ana, ambas pardas.

Para se entender melhor a questão da formação de comunidades de africanos no Brasil, Mariza Soares(2002) oferece algumas pistas. Ao analisar a trajetória do Capitão Ignácio Gonçalves do Monte, escravo alforriado, este disse ser "barbeiro e sangrador" e neto de um rei Mahi. Desse modo, o Capitão foi o rei dos Mahis no Rio de Janeiro do século XVIII. Na Congregação do Capitão, a autora encontrou mais três barbeiros, um deles testamenteiro do próprio Ignácio. A questão de Soares (2002) é analisar como grupos étnicos conseguem reconstruir a identidade étnica e fazer com que as regras da escravidão possam, de alguma forma, ser utilizadas a seu favor. No caso de Ignácio Monte, esses arranjos se deram no âmbito da religião, mais precisamente nas irmandades dos "Homens Pretos":

> A irmandade do Rosário da cidade do Rio de Janeiro é dirigida por africanos de Angola. Em seu compromisso de 1759, a Irmandade passa a admitir, em sua mesa, africanos de todas as procedências. Ao longo de toda a primeira metade do século, privados das esferas de poder na Irmandade do Rosário, os minas passam a organizar suas próprias devoções. [...]. Na capela de São Domingos, estão alocadas a devoção do Menino Jesus e a devoção conjunta de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Na Igreja do Rosário, são instaladas as devoções de Santo Antônio da Mouraria e NS da Lampadosa (SOARES, 2002, p. 63).

Entre 1748 e 1762, começaram desentendimentos entre os irmãos da Congregação dos pretos minas. Desse acontecimento, surgiu uma nova Congregação liderada pelo mahis e, em 1762, o Capitão Ignácio Gonçalves do Monte tomou posse como rei:

> A cronologia da Congregação Mahi permite perceber que os grupos étnicos estão organizados na cidade provavelmente antes da fundação da irmandade, no ano de 1740. Não deve ser outra a razão para, por ocasião do surgimento dessa agremiação, a filiação a ela atender justamente a esse critério (SOARES, 2002, p.70).

Os testamentos mostram que os irmãos acabavam deixando seus poucos bens para a Irmandade, embora todos os recursos arrecadados, inclusive com esmolas e missas, entre outros, fossem distribuídos para a coletividade e para os custos dos cultos. Como a maioria dos irmãos declarava não ter filhos, ficava mais fácil a transferência para a Irmandade: "É curioso notar que embora o compromisso assegure o sustento da família do irmão falecido esta não deve ser das maiores despesas"(SOARES, 2002, p. 66).

Parece que os membros da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia se ligavam por intermédio de pequenos grupos e por meio de redes. Além das redes de poderes políticos envolvidos nessas Irmandades, existiam as redes financeiras, redes de trabalho e redes de devoção, e talvez outras. Ignácio emprestava dinheiro, guardava poupança e administrava muitas dívidas. Ou seja, dá para notar como os recursos da Irmandade poderiam ser redistribuídos, atendendo às necessidades dos irmãos, "custeando alforrias, viabilizando negócios enfrentando doenças e outras despesas"(SOARES, 2004, p. 314).

Sobre o custo das alforrias, Soares (2004) enfatiza que só eram com algumas condições, mesmo porque alguns dos membros da Irmandade, ao se tornarem livres e alcançarem algum rendimento, sempre compravam escravos. O próprio Ignácio Monte, ao morrer, deixou 11cativos em testamento. Antes de tudo, a autora reitera que a Irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia tinha compromisso com os africanos forros. Isso não inviabiliza que entre os irmãos se encontrassem escravos, mas não era responsabilidade da agremiação a sua libertação. Somente a partir de 1780 é que os estatutos das irmandades contemplam a libertação de seus irmãos escravos, isso porque, a partir desse período, a questão da alforria passou a ser tratada como solução ao problema social da escravidão. Todavia, essa concessão não era caridade. Estava ligada somente a alguns indivíduos que pertenciam àquele grupo étnico ligado à Irmandade(SOARES, 2000).

Sobre os barbeiros e a importância deles dentro da Congregação, a autora afirma:

> Até agora consegui identificar quatro barbeiros no interior da irmandade: Ignacio Gonçalves do Monte (rei da Congregação Mahi), José dos Santos Martins (testamenteiro de Ignacio), Gonçalo Cordeiro (secretário da Congregação Mahi); Luiz Francisco do Couto (membro

> da Congregação Mahi). Além da estreita rede de relações profissionais e financeiras, os barbeiros parecem ser, também, um importante núcleo de poder no interior da irmandade, já que aparecem como letrados e ocupando cargos de direção. Por fim, como de praxe, a devoção a Nossa Senhora dos Remédios faz deles um grupo coeso no que tange à sua atividade devocional(SOARES, 2004, p. 315).

Em 1783, Ignacio Monte morreu, deixou a viúva Victoria Correa da Conceição e declarou não ter filhos com ela nem com outra mulher. Nessa nova composição, a sucessão da mesa deixou de ser hierárquica e passou a ser mediante o "parentesco étnico". A partir daí, começou um grande conflito envolvendo a viúva e outros membros da mesa pela sucessão do Capitão. Na verdade, essa irmandade étnica, com baixa taxa de natalidade, pode levar a algumas considerações da formação dessa comunidade. Nas palavras da autora:

> A conversão e a baixa taxa de reprodução do grupo são 'sintomas' – não necessariamente motivos – da forte ligação que a geração dos traficados mantém entre si. A devoção a Nossa Senhora dos Remédios nos remete imediatamente à atividade curativa dos barbeiros, enquanto a devoção às Almas é uma nítida modalidade de culto aos ancestrais. Nessas condições, a 'nação' está associada à noção de 'terra', e, portanto, ao tráfico atlântico e à escravidão. Ser mahi deste lado do Atlântico é construir uma identidade voltada para o passado com base numa 'nação' geracional, étnica e territorializada. Os mahi, mesmo convertidos, não se 'criolizam', ou são 'crioulizados', por força das circunstâncias históricas resultantes do tráfico(SOARES, 2004, p. 320).

Assim,mediante as análises de Mariza Soares (2004), pode-se perceber que esses barbeiros do século XVIII conseguiram construir laços de solidariedade por meio da devoção. Ainda que em um contexto do século XIX, pode-se supor que os barbeiros do Rio de Janeiro eram mais velhos que seus pares ao traçar a cronologia de suas trajetórias e principalmente ao lembrar da importância dos mais velhos nas culturas africanas. Um paralelo entre o Capitão e os barbeiros de São João del-Rei é possível a partir desses aspectos encontrados nos dois casos. Resta saber como os meandros das relações dos são-joanenses conseguiram uni-los. Até agora, algumas indagações não foram alcançadas pelas fontes.

Em São João del-Rei, Brügger e Oliveira (2007) apontam para a formação de uma congregação em torno da "Nobre Nação Benguela", datada de 1803. Porém,é bem

provável que tenha surgido na última década do século XVIII, na Irmandade do Rosário, de "caráter étnico instituída por escravos e forros procedentes da região de Benguela, na África Central" (BRÜGGER; OLIVEIRA, p. 189). Segundo os autores:

> Os benguelas de São João del-Rei reforçam o que vem sendo afirmado pela historiografia brasileira quanto às irmandades terem sido espaços privilegiados para a afirmação de identidades coletivas, principalmente para africanos e seus descendentes. No caso de Minas Gerais, especificamente com relação aos africanos, embora não se encontre, como no Rio de Janeiro e na Bahia, uma maior pulverização na construção de templos distintos dos diversos grupos étnicos, esta diferenciação estava presente em torno das devoções e de congregações como estas que ora estamos analisando. Por outro lado, a estrutura da 'Nobre Nação Benguela' é muito semelhante àquela da congregação Mahi, estudada por Mariza Soares, existente na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, no Rio de Janeiro. [...]. A organização da 'Nobre Nação Benguela' parece confirmar a tendência de análises historiográficas mais recentes, no que tange à organização dos grupos étnicos e suas relações com as irmandades religiosas, além de colocar outros problemas para reflexão (BRÜGGER , 2007, p. 189, 191).

Através das fontes não foi possível perceber indícios da participação dos três barbeiros estudados em alguma Irmandade ou congregação. Mas isso não elimina a possibilidade de que tal fato pudesse ter acontecido, na verdade reflete a necessidade de se buscar novas fontes e ampliar o objeto de pesquisa e novas reflexões sobre a atuação de tais agentes sociais em suas comunidades. Assim novas frentes de pesquisa se abrem para os escravos velhos e seus descendentes.

Nenhum dos três barbeiros era brasileiro.Antonio e Elias vieram da África, o primeiro mina e o segundo benguela. No registro de casamento de Roque Manoel, consta que ele era natural da Freguesia dos Santos Mártires da cidade de Lisboa, ou seja, um escravo português, pardo e com o passado escravo. Pode-se concluir que sua ancestralidade é africana. Não ficaram claras quais as possibilidades de que seus conhecimentos tenham vindo diretamente do continente de origem, mas também nenhum indício do contrário foi encontrado. Ainda assim, era bem mais velho que os outros dois, o que pode significar mais experiência no ofício.

Interessante notar que os três barbeiros foram padrinhos com mais frequência nos primeiros 30 anos do século XIX. Na década de 1840, Elias reaparece nos registros

de batismo, mas dessa vez batizando seus próprios filhos. Não é possível precisar se em algum momento esse ofício perdeu seu *status* no século XIX, mas, certamente, na década de 1830, pareceu que era uma prática ainda bastante utilizada. Fukelman e Lima (2003) sugerem que algumas práticas dos barbeiros eram bastante utilizadas na década de 1830, tanto que eram procurados por especialistas. Segundo elas:

> Ao longo do século XIX, em Minas Gerais, era grande a atuação de práticos, especificamente barbeiros e cirurgiões. Médicos locais mandavam buscar sanguessugas em barbeiros que criavam e alugavam 'bichas', expostas em vidros, na vitrine da barbearia. Por volta de 1832, abusou-se desse método terapêutico (FUKELMAN; LIMA, 2003, p. 24).

Parece que, em meados do século XIX, o ofício de barbeiro passou por certa resistência, principalmente dos médicos e cirurgiões. As mesmas autoras afirmam que esses profissionais "exercem um trabalho manual cada vez menos valorizado a partir do processo civilizatório que ganha força no século XIX. Daí, a associação entre cirurgião-barbeiro e açougueiro é apenas um passo" (FUKELMAN; LIMA, 2003, p. 24). Esse século marca os conflitos entre o cirurgião e o barbeiro, um considerado civilizado enquanto o outro poderia ser comparado ao curandeiro, uma ocupação associada ao sangue. A resistência dos outros profissionais residia também na legislação pertinente ao exercício da profissão, o que não era exigido dos barbeiros. Desse modo:

> Ao final do século XIX consolida-se a distinção entre médico, cirurgião e dentista, e destes com relação a barbeiros. Um cirurgião, pela legislação mineira no século XIX, devia passar por exames para ter licença, não bastando, como para barbeiros, pagamento de taxas. São exigidos diplomas ou exames, vistorias nos estabelecimentos, taxas para licenças das atividades e funcionamento comercial, regras, sanções e multas para quem desobedece a lei (FUKELMAN; LIMA, 2003, p. 26).

As trajetórias dos três barbeiros permitem supor outras hipóteses, em relação às suas comunidades, os lugares que poderiam ocupar, a vida deles e suas relações com o cativeiro. No entanto, é possível supor que esses profissionais construíram suas comunidades a partir do cativeiro. Suas relações de compadrio e casamentos levam a supor que foram capazes de construir comunidades partindo de um universo diferente, mas não menos importante do que aquelas formadas a partir de grandes escravarias. A

trajetória desses barbeiros é inspiradora e faz refletir sobre o lugar que os velhos poderiam ocupar em São João del-Rei, tanto no meio rural quanto urbano, mediante sociabilidade possivelmente construída e harmonizada por eles.

3.3 Os velhos na África

"Na África, cada velho que morre é uma biblioteca que se queima".

Amadeu HampatéBâ

Os escravos velhos estavam presentes nesse contexto social formado por uma herança das culturas africanas e de uma possível identidade banto. Portanto, é necessário entender a importância dos anciãos na África, para, talvez, poder identificar possíveis similaridades que corroborem as hipóteses propostas nesta dissertação sobre a importância deles nas comunidades. Pode-se perceber como os velhos possuíam importância e reverência nas culturas africanas, principalmente dentro de suas comunidades. Resta saber se esse modo de vida e de superar situações espirituais e materiais seguiu com os africanos através do oceano até o Sudeste do Brasil, mais especificamente Minas Gerais.

Os mais velhos[124] são muito primordiais nas culturas africanas. Eles personificam a sabedoria e a experiência. Em geral, nas sociedades africanas, a oralidade é valorizada. Os mais velhos se apresentam como significativos agentes de memória do passado, dos ancestrais, das tradições e dos elementos da natureza entre outros. Os velhos, então, tinham fundamental destaque enquanto guardiães das tradições. Os griots, como eram chamados os contadores de histórias, tinham o compromisso de repassar o conhecimento de ordens espiritual e existencial e de preservar a sabedoria da ancestralidade. Os mais próximos dos ancestrais eram os mais velhos(NASCIMENTO; RAMOS,2011).

[124] Os termos "mais velhos", "velhos" e "anciãos" poderão ser encontrados como sinônimos de pessoas com mais idade (acima de 46 anos) no decorrer do texto. Mas, na acepção africana, "mais velho" vai além da idade avançada. Refere-se ao acúmulo de conhecimento(NASCIMENTO; RAMOS, 2011, p. 454).

A frase “Na África, cada velho que morre é uma biblioteca que se queima”,de Amadou HampatéBâ[125], expressa bem o significado da importância dos velhos nas culturas africanas. Segundo esse autor, os “tradicionalistas” são os responsáveis pela herança oral africana. Ele explica:

> Em bambara, chamam-nos de Doma ou Soma, os ‘Conhecedores’, ou Donikeba, ‘fazedores de conhecimento’; em fulani, segundo a região, de Silatigui, Gando ou Tchiorinke, palavras que possuem o mesmo sentido de ‘Conhecedor’. Podem ser Mestres iniciados (e iniciadores) de um ramo tradicional específico (iniciações do ferreiro, do tecelão, do caçador, do pescador etc.) ou possuir o conhecimento total da tradição em todos os seus aspectos. Assim, existem Domas que conhecem a ciência dos ferreiros, dos pastores, dos tecelões, assim como das grandes escolas de iniciação da savana – por exemplo, no Mali, o Komo, o Kore, o Nama, o Do, o Diarrawara, o Nya, o Nyaworoleetc (HAMBATÉ BÂ, 2010, p. 125).

Na verdade, eles não eram especialistas, mas grandes conhecedores, generalizadores. “Por exemplo, um mesmo velho conhecerá não apenas a ciência das plantas, mas também a ‘ciência das terras’, a ‘ciência das águas’, astronomia, cosmogonia” (HAMBATÉ BÂ, 2010, p. 175). Ele guarda a “Gênese cósmica” e das ciências da vida. É com certeza alguém com uma memória privilegiada, além de guardar e repassar os fatos do passado, também se atém aos fatos presentes. Os grandes “Doma” eram conhecidos e venerados e possuíam um prestígio muito grande. Muitos vinham de longe para recorrer à sua sabedoria e conhecimentos. Esses tradicionalistas são grandes respeitadores da verdade. A mentira é uma “interdição ritual”. Aquele que não a respeita não pode ter essa função. Normalmente, os curandeiros são “Doma”.

Os griots também guardam muito da memória e da cultura. São uma espécie de menestréis ou trovadores e podem circular de região em região ou ligados a uma família. São classificados em três categorias:

> • os gritos músicos, que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã etc.). Normalmente, são excelentes cantores, preservadores, transmissores da música antiga e, além disso, compositores.

[125] Amadeu HampatéBâ (1901-1991) nasceu no Mali, Bandiagara, e dedicou a vida pela tradição oral do mundo fula. Ocupou importantes cargos na administração e diplomacia de seu país na UNESCO. Sua obra escrita é considerável sobre a importância da oralidade nas culturas africanas(FÓRUM ÁFRICA, 2015).

> • os griots ‘embaixadores’ e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. Estão sempre ligados a uma família nobre ou real, às vezes a uma única pessoa.
> • os griots genealogistas, historiadores ou poetas (ou os três ao mesmo tempo), que em geral são igualmente contadores de história e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família. A tradição lhes confere um *status* social especial(HAMBATÉ BÂ, 2010, p. 193).

Diferente dos outros tradicionalistas, os “Doma”, a tradição lhes confere o direito e *status* especial. Eles têm mais liberdade para falar e ironizar. Podem se manifestar à vontade e não precisam, necessariamente como outros, ser discretos. Mas o autor afirma não ser a regra. Nem todos eram irônicos. Ao contrário disso, existem os “griots-reis”, como são conhecidos. Eles são tão sábios quanto os outros e não abusam dos direitos concedidos pelo costume: “É aos velhos sábios da comunidade, em suas audiências secretas, que cabe o difícil dever de ‘olhar as coisas pela janela certa’; mas cabe aos griots cumprir aquilo que os sábios decidiram e ordenaram” (HAMBATÉ BÂ, 2010, p. 195).

Assim, como transmissores da sabedoria ancestral, os velhos também ocupavam crucial lugar nos mundos religioso e político, como adivinhos do passado e futuro, e também como apaziguadores das relações de suas comunidades.

Sweet (2007) apresenta argumentos que demonstram esse papel fundamental dos velhos através da adivinhação. Esse era um instrumento utilizado pelos africanos para explicar e controlar o mundo à sua volta. O adivinho podia fazer uma ponte entre os vivos e os mortos na medida em que as adivinhações envolviam um estreito contato entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Na verdade, “uma das funções do adivinho era determinar a causa das clivagens na sociedade”(SWEET, 2007, p. 145), mas eram os anciãos da aldeia ou da família que deveriam repor o equilíbrio. A interpretação daquilo que conseguiam prever ou mesmo trazer do passado era responsabilidade da comunidade. Isso, ao mesmo tempo, poderia equilibrar o poder do ancião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo desta dissertação, que se finda, foram um esforço no sentido de historicizar a velhice escrava. A historiografia pouco estudou esses escravos, demonstrando em alguns momentos que eram deliberadamente descartados por seus senhores mediante a gratuidade da alforria. Assim, além de tentar entender algumas condições apontadas para esses indivíduos, buscou-se resgatar a posição de protagonista desse ancião. A delimitação cronológica se deu com a intenção de poder observar algum traço da apropriação da herança africana, pois o período de 1831 a 1850[126] marca o fim do tráfico atlântico e, possivelmente, uma entrada maior de africanos em Minas Gerais. A contínua entrada de africanos no período em tela se deu através do contrabando, na maioria das vezes apoiado por fazendeiros e negligenciado pelas autoridades. Isso permitiu que esses africanos continuassem a entrar em território brasileiro apesar da proibição a partir de 1830 (MATTOSO,1988). A ancestralidade é muito importante para a África Central, região de onde veio grande parte dos escravos importados para Minas, onde os anciãos têm papel fundamental nessas culturas enquanto guardiães da memória.

O primeiro momento da dissertação teve como objetivo contextualizar os escravos velhos no Termo de São João del-Rei. Para tanto, ficou definida a idade de 46 anos para o começo da velhice escrava. Por meio da Lista Nominativa de 1831, foi possível traçar o mapa da população do Termo de São João del-Rei e inserir os escravos velhos na dinâmica desta. A Lista Nominativa de 1831 possui algumas limitações. Uma delas é não contemplar os escravos da vila de São João del-Rei. Então, algumas análises tiveram que ser relativizadas, especialmente sobre as ocupações. A população era composta por um número maior de livres, brancos e libertos. As crianças e os velhos representavam uma fração menor de habitantes. Entre os escravos, o percentual de homens adultos (15 a 46 anos) era bem maior em relação às mulheres, mesmo entre os velhos. Comparado à dinâmica populacional da vizinha São José del-Rei em 1795, mediante as análises do Rol dos Confessados apresentados por Libby e Paiva(2000), também indica um número maior de cativos homens. Isso pode ser creditado ao tráfico atlântico.

[126] O corte cronológico da dissertação ora apresentada ainda se estende até 1861, dez anos além do fim definitivo do tráfico atlântico.

Essa característica da população indica um intenso crescimento econômico. Além do crescimento da população masculina impulsionada pelo tráfico, as mulheres tinham muito mais sucesso em conseguir a alforria. Isso permitia a diminuição da população feminina. As crianças representavam 17,45% da população, uma quantidade bastante razoável. O debate entre Libby e Paiva (2000) e Bergard (2004) sobre o crescimento populacional de São João e São José del-Rei aponta, segundo os primeiros, para o crescimento via tráfico atlântico e, para os segundos, principalmente pela reprodução natural. Graça Filho (2002) acredita numa conjunção das duas dinâmicas do crescimento populacional, ou seja, a reprodução natural aliada ao tráfico atlântico, o que parece bastante plausível.

Sobre as ocupações dos escravos, houve o predomínio da não informação. Isso se deu, principalmente, porque os recenseadores não eram obrigados a registrar as ocupações dos escravos(MARTINS, 1989), aliado ao fato de que os escravos da vila de São João del-Rei não foram elencados na Lista, o que diminui ainda mais os números de algumas ocupações, particularmente as urbanas. Entre os escravos, prevaleceu a ocupação de lavrador para todas as faixas etárias. Em contrapartida, as ocupações domésticas não foram contempladas. Para os velhos, prevaleceu também a de lavrador,e para as mulheres, como nas outras faixas etárias, a de fiadeira. Os escravos a partir dos 46 anos estavam inseridos no processo produtivo, assim como parte deles não deve ser pensado como um ser passivo diante dos processos sociais que viviam, como também pensar nesses homens e mulheres como abandonados e esquecidos.

A segunda parte da dissertação se dedicou a analisar os senhores e os escravos velhos a partir da Lista Nominativa de 1831 e dos inventários *postmortem* e registros eclesiásticos de Batismo e Casamento. As atividades econômicas estavam voltadas para as atividades agropecuárias especialmente. O esforço em definir os destinos dos escravos velhos partiu do questionamento sobre o abandono dos proprietários pela alforria gratuita ou outras estratégias. Não se observou, durante a pesquisa, que essa prática fosse o traço comum entre os proprietários do Termo de São João del-Rei. Ao contrário, o número de alforrias gratuitas e onerosas não ultrapassou 9% entre os escravos velhos inventariados. Na verdade, 59% dos escravos velhos ficavam somente com um herdeiro, normalmente o(a) viúvo(a) ou um filho que vivia na companhia dos pais, e provavelmente continuavam na propriedade original. Essas reflexões não

excluem a alforria gratuita como estratégia de alguns proprietários para se verem livre do ônus de sustentar um escravo inválido ou velho, mas não foram encontradas evidências que era uma estratégia comum no Termo de São João del-Rei. Parece que a lógica econômica imperou na divisão dos bens dos senhores dos escravos. Ainda assim, as reflexões sobre as relações escravistas nunca devem se conformar com as aparências.

Outras nuanças sempre surgem dessas intricadas relações. Todavia, é certo que o destino do escravo dependia da vontade de seu senhor, que poderia incluir desde o amparo ou abandono, ambos por meio das alforrias, das doações, da partilha ou dos cuidados em testamento sobre os escravos velhos. Na verdade, essas decisões eram permeadas de situações bastante complexas, que poderiam levar tempo e estratégias dos cativos. Assim, as questões subjetivas, como os laços afetivos, ou outros arranjos, devem ser levadas em conta no momento delicado que representava a morte do senhor e o destino dos escravos velhos.

A população mancípia do Termo de São João del-Rei no período em tela, a partir dos 46 anos, apresentava um número bem superior de indivíduos de origem africana em relação aos brasileiros. Entre esses africanos, os bantos superaram os sudaneses,e entre eles os benguelas apresentaram maior número, acompanhando as tendências para a população em geral, como apresentaram Brügger e Oliveira(2007). Sobre o lugar privilegiado na escolha das mulheres, Florentino e Goes(1997) afirmam que os escravos velhos escolhiam suas companheiras entre as mulheres mais jovens. Já Schwartz (1988) aponta, para o Recôncavo Baiano, um número de mulheres mais velhas casadas com homens muito mais jovens. Para esse autor, o número superior de homens dava a elas o privilégio na hora da escolha dos companheiros.

Já Florentino e Goes (1997) acreditam que os casamentos seguiam outras ordenações que não as quantitativas, e sim uma adaptação ao cativeiro, que muitas vezes podia significar a adaptação de ordenações africanas. Pelas análises empreendidas sobre as tendências etárias dos casais listados nos inventários *postmortem* do Termo de São João del-Rei entre 1831 a 1861, observa-se que a diferença etária entre mulheres mais velhas e homens mais novos não acompanhou as mesmas tendências do Recôncavo Baiano, na maioria das vezes os homens mais velhos que as mulheres. Quando acontecia o contrário, ou seja, mulheres mais velhas, a diferença não era significativa. A tendência das diferenças etárias entre os casais no

Termo de São João del-Rei se aproximou mais das análises para o norte fluminense apontadas por Florentino e Goes (1997). Dessa forma, os matrimônios seguiam suas próprias regras. Ao que tudo indica, as regulações do cativeiro tiveram maior influência diante das escolhas etárias matrimonias do que a quantitativa. Os velhos ocupavam um lugar de destaque nessas relações, possivelmente garantindo a manutenção de certa estabilidade.

Os indícios dos laços de solidariedade formados a partir do cativeiro, com um certo destaque para os cativos velhos, pareceram existir no Termo de São Joao del-Rei no período em tela; aqui, considerando comunidade como "uma unidade local, numa época determinada, partilhada por pessoas com cultura comum e que apresentam uma identidade distinta como grupo"(FARIA, 2007, p.145). Para saber sobre a existência ou não de uma comunidade escrava, Faria (2007) apresenta quatro situações em que é possível certificar-se de suas possibilidades. São elas: as revoltas, os casamentos, as relações de compadrio e as irmandades. Nesses aspectos, as unidades escravistas maiores, com um número maior de escravos, demonstraram mais sucesso nos arranjos matrimonias e de compadrio. Foi possível reconhecer a presença dos escravos velhos e suas trajetórias.

Nas escravarias menores, os arranjos comunitários também existiram. Como Faria (2005), concorda-se que, ao se tratar do cativeiro, deve-se considerar tais arranjos partindo de diferentes escravarias com diversos senhores. Esses arranjos foram perceptíveis entre os barbeiros da vila de São João del-Rei, todos mais velhos, alguns já libertos. Mediante seus arranjos matrimoniais e de compadrio, pôde-se observar como se relacionavam com seus pares no sentido de reconhecer nas escravarias menores até onde é possível reconhecer laços de solidariedade e o papel dos velhos. Apesar de muitas coisas em comum, cada escravaria é um universo próprio com características únicas. Reconhecer tais especificidades não é tarefa fácil. Um exemplo da diversidade são as questões de mobilidade e sociabilidade entre os escravos rurais e urbanos, os segundos levavam vantagem em relação aos primeiros, mas, ao mesmo tempo, era na zona rural que existiam as escravarias com número maior de cativos, o que facilitava a formação de comunidades. Finalmente, os anciãos foram observados segundo sua importância na África. Nessa perspectiva,foi possível reconhecer uma liderança desses indivíduos, principalmente como guardiães da memória de seus povos.

Portanto, as análises empreendidas ao longo desta dissertação permitiram que alguns argumentos fossem produzidos no intuito de compreender o papel dos escravos velhos na sociedade à qual pertenciam. Assim como nas culturas africanas, o ancião tem papel de destaque entre os escravos. Entre outras coisas, está expresso na representação atual desse ancião na figura dos pretos-velhos nos terreiros de umbanda brasileiros (REZENDE, 2017), representado como um líder, paciente, mas acima de tudo não submisso, também atuante na resistência ao sistema ao qual estava inserido. Desse modo, foi possível perceber que esses velhos não eram comumente abandonados à própria sorte a partir da alforria gratuita. Tanto quanto seus pares, estavam incluídos como bem de mercado mesmo porque alguns velhos compraram sua liberdade. É muito provável que, quando da alforria gratuita, laços de afeto possam ter influenciado os senhores por essa escolha. Depois de muitos anos juntos, esses laços podem ter se fortalecido. Os laços de família e solidariedade, encontrados no Termo de São João del-Rei, podem ter sido as maneiras pelas quais alguns idosos encontraram amparo tanto para conseguir a liberdade quanto para cuidados no final. Mesmo descortinando algumas nuanças da vida de escravos e escravas velhos, muito ainda pode ser pesquisado sobre eles. A figura do velho poderia ser o elo de uma identidade compartilhada a partir da importância dos anciãos africanos.

Como Slenes (1999) apresentou a flor da senzala, talvez os velhos, ainda que não cumprindo o mesmo papel de seus pares africanos, possam representar e personificar um passado, como um luzeiro, capazes de auxiliar seu fraternos e suportar e resistir às condições adversas do cativeiro. Dessa forma, as conclusões apreendidas neste trabalho demonstram que a figura dos escravos velhos vai um pouco além daquelas apresentadas por alguns autores, que, talvez, não tenham entendido tais atores sociais enquanto agenciadores de seus processos, bem como pessoas com papel importante e significativo entre seus pares no Termo de São João del-Rei entre 1831 a 1861.

Referências

Fontes impressas

BOTELHO, Angela Vianna: REIS, Liana Maria. *Dicionário histórico Brasil: Colônia e Império.* Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas*: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1978, 2v.

LUCCOCK. John. *Notas sobre o Rio de Janeiro*: e as partes meridionais do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1975.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 2004.

SILVA, Antonio Morais. *Dicionario da LinguaPortugueza Composto pelo Padre Rafael Bluteau, Reformado e Acrescentado por Antonio de Moraes Silva, Vol. 1 e 2*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Fontes primárias manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: *Inventários* postmortem *do Termo de São João del-Rei, 1831-1861*.

ARQUIVO HISTÓRICO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL-REI: *Testamentos do Termo de São João del-Rei, 1831-1861*.

BIBLIOTECA MUNICIPAL BAPTISTA CAETANO: *Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei*. Livros de licenças para negociantes e ofícios, 1830-1832.

Fontes primárias digitalizadas

MATRIZ NOSSA SENHORA DO PILAR DE SÃO JOÃO DEL-REI:

Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1735 a 1854.

Livros de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, 1729 a 1868.

Livro de Registros Paroquiais de Batismo e Casamento, número 1, 1790-1815 (Batismo) e 1817-1825 (casamento).

LISTA NOMINATIVA DE 1831-1832: CEDEPLAR-UFMG. Coordenação Clotilde Andrade Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Fernando Roberto Pires de Carvalho; BORGES Gabriel Mendes; OLIVEIRA, Juarez de Castro. *Níveis e Padrões da Mortalidade no Brasil*: Proposta de um Novo sistema de Tábuas-Modelo.Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download>. Acesso em: 11de maio2018.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião escrava na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: O caso Carrancas*.Afro-Ásia, Bahia, s.n., 21-22, p.45-82, 1998/1999.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra medo branco*. O negro no imaginário das elites no século XIX.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*: *Sorocaba, séculos XVIII e XIX*.São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

BARROS, José D'Assunção. História Serial, História quantitativa e História demográfica: uma breve reflexão crítica.*Revista de Ciências Humanas*, v. 2, p. 163-172, jan./jun. 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse. In:REIS, José Carlos (Org.). *Escravidão e invenção da Liberdade*: estudos sobre os negros no Brasil.São Paulo: Brasiliense, 1988.p.73-86.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1880. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade*. Lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queirós, 1979.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. As alforrias em Minas Gerais no século XIX.*LPH: Revista de História*, n.6, p. 61-76,1996.

BRAGUINI, Katya Mitsuko Zuquin. Patrícios e Plebeus: uma pesquisa em história por E. P. Thompson. *História: Debates e Tendências*, v. 7, n. 1, p. 203-213, jan./jun.2007 (publicadano 2º semestre de 2008).

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão*: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del-Rei, 1730-1850. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu/MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Poder e Compadrio*: Apadrinhamentos de Escravos em São João del-Rei (Séculos XVIII e XIX). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Org.). Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2006.Cap. 9, p. 195-216.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*: família e sociedades (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX).São Paulo: Annablume, 2007.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim; OLIVEIRA, Anderson de. Os Benguelas de São João del-Rei: tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas (séculos XVIII e XIX). *Tempo*, n.26, p. 177-204, 2007.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia*: a Escola dos Annales, 1929-1989.Tradução Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1991.

CARVALHO, Leonam Maxney. *Africanos e crioulos no banco dos réus*: justiça, sociedade e escravidão em Oliveira, MG, 1840-1888. 2009. (Dissertação de Mestrado)-Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas, Belo Horizonte, 2009.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Creações, suppressões, restaurações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Geraes (1709 – 1915)* – Notas sobre a divisão judiciária colligidas e organizadas, de accôrdo com as legislações, geral, provincial e estadual.Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1922.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio*: o significado da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos aos da escravatura no Brasil:* 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Gefferson Damasceno; PIMENTEL, Helen Ulhôa. Família escrava a partir de arquivos paroquiais: laços de parentesco e estratégias de sociabilidade. In: LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK,

Zephyr L. (Org.). *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX*): Novas Análises e perspectivas. Belo Horizonte:Fino Traço, 2015. p. 275-292.

COSTA, Iraci de N.; KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco V. *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

COSTA, Wellington Júnio Guimarães da. *Por uma análise qualitativa e quantitativa da justiça nos períodos colonial e imperial*. III Simpósio ILB – Itinerários de Pesquisa Histórica: Métodos, fontes e Campos Temáticos. Universidade Federal de Ouro Preto – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 12 a 14 de maio de 2010.

DIAS, Maria Aparecida do Nascimento. *Um olhar sobre a velhice em "Sangue da avó manchando a alcatifa" de Mia Couto.* Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlije/trabalhos/Modalidade_1datahora>. Acesso em:2 dez.2015.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos e trabalhadores livres no Brasil* – sécs. XVIII e XIX. Campinas:Unicamp, 1989.

ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVI-XIX.In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico Cativeiro e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.p. 169 a 205.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850).2004. Tese (Concurso de professor titular em História do Brasil)-Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio.*Revista Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p.122-145, jan. 2007.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Inventários e testamentos como fontes de pesquisa.* In: CASIMIR, A. P. P. B. S.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória.* Campinas: Alínea, 2009. p. 25-35.

FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda.Migrantes portugueses, mestiçagem e alforrias no Rio de Janeiro Imperial.In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, Cativeiro e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.p. 367 a 388.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 41-70.

FRANK, Zephyr L. *Entre ricos e pobres*: o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

FUKELMAN, Clarisse; LIMA, Patrícia Souza. *Artes de sobrevivência em ofícios ambulantes.* Maio de 2003. Disponível em: <http://www.mao.org.br/wcontent/uploads/fukelman_01.pdf>. Acesso em: 15 set.2017.

GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo,v.27, n. 1, p.161-191, jan./jun. 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães; SILVA, Leonardo Viana da. As artes manuais e mecânicas na província de Minas Gerais: Um perfil demográfico de artífices e oficiais. *LPH – Revista de História*, n. 9, p. 60-111, 1999.

GONÇALVES, Andréia Lisly. As margens da liberdade: Alforrias em Minas Gerais na primeira metade do séc. XIX.*LPH: Revista de História*,Perpetua africanna n.6, 1996.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; PINTO, Fábio Carlos. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850.*Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.184-207, jan./jun. 2007.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, SP, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2008.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o Pecado Original: Compadrio e Batismo de Escravos na Bahia nos século XVIII. In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre os Negros no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colônia.* São Paulo: Ed. Ática. 1988.

HAMBATÉ BÂ, A.A Tradição viva.In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *História geral da África, I*: Metodologia e pré-história da África.2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 8, p. 167-212.

HOBSBAWM, Erick *Era dos Extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio do Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808).Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista:* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988a.

LIBBY, Douglas Cole. Historiografia e formação social escravista mineira.*Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7- 20, 1988b.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey.*Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, p. 17-46, jan./dez. 2000.

LUNA, Francisco Vidal.*Escravismo no Brasil e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão*: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAGALHÃES, Teresa Raquel Coimbra. *O revés do abandono*: escravos velhos em São João del-Rei, 1850 a 1880.1998. (Monografia)-Programa de Pós-graduação *lato senso* em História de Minas no século XIX, Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, São João del-Rei, 1998.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Trabalho, Família e Escravidão*: *Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX.2010. Dissertação* (Mestrado em História)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira.*Da Escravidão à autonomia Produtiva*: trabalho e família nos domicílios de forros em Minas Gerais – Freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1795-1831.Sexto Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Carlos-de-Oliveira-Malaquias-pdf.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

MARTINS, Magalhães Angela. *Estrutura e Dinâmica Ocupacional em Minas Gerais na Primeira metade do Século XIX*. 1989. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; PAIVA, Clotilde Andrade. *População de Minas Gerais no século XIX*. Relatório Final (Vol. I).Belo Horizonte: Biblioteca CEDEPLAR;UFMG, 1985.

MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR; UFMG, 1992.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis*: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850.In: HEYWOOD, Linda M.(Org.). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.p. 29 a 80.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*.São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTTA, José Flávio. *Velhos no cativeiro*: posse e comercialização de escravos idosos. 2008. Disponível em:<hptt:www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1015.pdf.htm>. Acesso em: 9 jun. 2015.

MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos na província de São Paulo, 1861-1887.*História: Questões & Debates*, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 52, p. 41-73, jan./jun. 2010.

NASCIMENTO, Lidiane Alves do; RAMOS, Marilúcia Mendes. A memória dos velhos e a valorização da tradição na literatura africana: algumas leituras.*Revista Crítica Cultural*,Palhoça: Ed. da Unisul, v. 6, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/viewFile/775/pdf_28>.Acesso em: 30 nov. 2015.

NOGUEIRA, A. A "prodigiosa lagoa" de Sabará e as doenças das minas do século XVIII. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 23, p. 33-57, jan./jun. 2011.

NOLASCO, Edriana Aparecida. *"Por fragilidade humana"* – Constituição familiar do clero: em nome dos padres e filhos – São João del-Rei (Século XIX).2014. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

OLIVEIRA, Júlia Carvalho; ROSAL, Maria Cristina.Doença e Escravidão no século XVIII: Construindo um Quadro Nosológico.In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 14., 2014, Belo Horizonte.*Anais*

Eletrônicos...Belo Horizonte: *Campus* Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais, 8 a 11 de outubro de 2014. ISBN: 978-85-62707-62-9

PAIVA, Clotilde Andrade. Mariana: características da população em 1831.In: ABEP, 1984, Campinas. *Anais*...Campinas: Unicamp, 1984.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo M. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais.*2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.brseminariosseminario_diamantina2008>. Acesso em: 4 de ago. 2016.

PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario M. S. Novas Metodologias sobre o ciclo vital e mobilidade social em São Josédo Rio das Mortes, década de 1830.In: FURTADO, Júnia D.; LIBBY, Douglas C.; MENESES, José N. C. (Org.).*História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas.*1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. Cap. 12, p. 355-384.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PINTO, Fábio Carlos Vieira.Família Escrava em São José del-Rei: aspectos demográficos e identitários (1830-1850). 2010. Dissertação (Mestrado)-Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

PRATT, Marie Lousie. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PRIMO, Bárbara Deslandes. *Aspectos Culturais e Ascensão Econômica de Mulheres Forras em São João Del Rey*: Séculos XVIII e XIX.2010. Dissertação (Mestrado)-Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RAMOS, Rui. *A língua Kimbundu*.Instituto Universitário de Lisboa (PT). Disponível em: </https:ciberduvidadsescte-iul/diversidades/a-lingua-kimbundu>. Acesso em: 10 maio 2018.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão.*Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro: 7 Letras,v. 2, n.3, p.3-33, jul. 1997.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*. A contribuição de Febrev, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

REZENDE, Lívia Lima. *FORÇA AFRICANA, FORÇA DIVINA*: a memória da escravidão recriada na figura umbandista dos pretos-velhos. 2017. Dissertação

(Mestrado em História)-Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2017.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho no fogo*: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830.Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos*: a Santa Casa da Misericórdia, 1550-1775.Tradução Sérgio Duarte. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

SANTOS, Luis Carlos Ferreira dos. Filosofia Africana na Poesia Afro-brasileira.*Revista África e Africanidades*, Ano 2, n. 6,ago. 2009. ISSN 1983-2354. Disponível em: <www.africaeafricanidades.com>. Acesso em: 20 set. 2017.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade*. Vida diária da gente de cor das Minas Gerais século XVIII. São Paulo: Brasiliense: 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n.1, p. 117-149jan./abr. 1983.

SLENES, Robert W. Malungu, Ngomavem!: África Coberta e Descoberta no Brasil. *Revista USP* – Redescobrir os Descobrimentos: as Descobertas do Brasil, São Paulo, n. 12, p. 48-67, 1991-1992.

SLENES, Robert W. *Na Senzala uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi*, Rio de Janeiro,v.3, n.4, p.59-84, jan./jun. 2002.

SOARES, Mariza de Carvalho. A "nação" que se tem e a "terra" de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII.*Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, n. 2, p. 303-330, 2004.

SOUZA, Rogério de Oliveira.A Relação no Rio de Janeiro (1751-1808).*Revista da EMERJ*, v.4, n. 14, p. 140-151, 2001.

STRAUMAN, Patrick (Org.). *Rio de Janeiro, cidade mestiça*: nascimento da imagem de uma nação. Ilustrações e comentários Jean-Baptiste Debret. Textos Luiz Felipe de Alencastro, Serge Gruzinski e Tierno Monénembo. Reunião e apresentação Patrick Strauman. Tradução Rosa Freire d'Águiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SWEET, James H. *Recriar Áfri*ca: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Organização Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Pobreza estrutural e pobreza conjuntural no Rio de Janeiro, 1750-1808. In: BOTELHO, Tarcísio R. *et al.* (Org.).*História Quantitativa e serial no Brasil*: um balanço.Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade*. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: Área de publicação CMU/UNICAMP, 1996.